

ensaios de

História

Franca, v.8, n.½, 2003

ISSN 1414-8854



unesp 
FRANCA

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de História, Direito e Serviço Social
Campus de Franca

ENSAIOS DE HISTÓRIA

Revista do Curso de Graduação em História

ISSN 1414-8854

Ensaio de História	Franca	v.8, n.1/2	p.1-231	2003
--------------------	--------	------------	---------	------

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Reitor

Prof. Dr. José Carlos de Souza Trindade

Vice-Reitor

Prof. Dr. Paulo Cesar Razuk

FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL

Diretor

Prof. Dr. Hélio Borghi

Vice-Diretor

Prof. Dr. Ivan Aparecido Manuel

Curso de Graduação em História

Coordenadora

Profa. Dra. Maria Aparecida de S. Lopes

Vice-Coodenador

Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França

Conselho Consultivo

Conselho de Curso de Graduação em História

Conselho Editorial

Amanda da Silva Marin, Camila Condilo, Cesar Agenor Fernandes da Silva,
Lucas Miranda Pinheiro, Maicon Vinicius da Silva Carrijo, Marina Novaes Senne,
Moisés Antiqueira, Paulo Roberto de Oliveira, Rodrigo Mateus Silva

Editoras

Maria Aparecida de S. Lopes
Margarida Maria de Carvalho

Publicação Semestral/Semestral publication

Solicita-se permuta/Exchange desired

Endereço/Adress

Ens. Hist.

Rua Major Claudiano, 1488 – CEP 14400-690 Franca/SP

Endereço Eletrônico:

ensaiosdehistoria@yahoo.com.br

ENSAIOS DE HISTÓRIA (Faculdade de História,
Direito e Serviço Social – UNESP) Franca, SP –
Brasil, 1996 – 1996-2003, 1-8
ISSN 1414-8854

Capa: Clio – deusa grega da História. Desenho e arte final: Atalie Rodrigues Alves Ferreira

APRESENTAÇÃO

Desde a sua criação, a *Ensaios de História* vem estimulando a publicação de artigos de alunos de graduação que sejam resultado de Iniciação Científica ou de trabalhos que foram apresentados em seus cursos de formação. A revista coordenada pelos professores do Conselho de Curso de Graduação em História da UNESP-Franca tem um caráter experimental, trata-se de um laboratório no qual o processo de editoração é responsabilidade dos discentes e a partir do qual estes entram em contato com o ofício de confecção e divulgação de uma revista acadêmica.

No volume atual, sob nova coordenação, o leitor encontrará artigos com uma ampla variedade temática e cronológica, passando por História Antiga até assuntos relacionados à contemporaneidade. Para garantir a qualidade da publicação todos os artigos são avaliados pelo orientador e/ou professor, cuja área de concentração, em muitos casos, guarda relação com os trabalhos apresentados por seus alunos; assim, a partir desse meio facilitamos também uma integração entre as pesquisas do corpo docente e os discentes que se encontram em fase de formação.

Com a *Ensaios de História*, além de divulgar o trabalho de futuros historiadores, visamos ainda estimular a Iniciação Científica, enquanto âmbito experimental de pesquisa, propalar as linhas de trabalho existentes em nossos campus, e sobretudo ampliar o leque de colaboradores de nossa revista a outras universidades, fomentando o diálogo entre os interessados no estudo dos processos históricos no país.

Profa. Dra. Maria Aparecida de S. Lopes
Profa. Dra. Margarida Maria de Carvalho
Editoras

SUMÁRIO

O período de orientalização e questionamentos sobre a cerâmica de Bucchero etrusca <i>Tais Pagoto Belo</i>	9
A codificação do direito romano: algumas reflexões acerca das XII Tábuas <i>Moisés Antiqueira</i>	25
O anônimo Perusino: a desventura de um texto e seu valor para a história dos primeiros franciscanos <i>André Luis Pereira</i>	37
O <i>Ratio Studiorum</i> e a missão no Brasil <i>Karen Fernanda da Silva Bortoloti</i>	53
A sodomia feminina na primeira visitação do Santo Oficio ao Brasil <i>Minisa Nogueira Napolitano</i>	73
O destino dos expostos: trajetória social de crianças abandonadas em Mariana, 1800-1839 <i>Cíntia Ferreira Araújo</i>	87
Pioneirismo e conflitos <i>Anderson Luis Venâncio</i> <i>Marina Buffa César</i>	101
Moral e sexualidade: os populares e o cotidiano do amor em Franca (1890-1940) <i>Paulo Henrique Luiz Gomes</i>	111
O mundo Disney no terceiro mundo: algumas observa�es sobre a América do Sul retratada no filme <i>al� amigos</i> . <i>Fausto Yamashiro</i>	131
Reconstru�o e convencimento: a propa�anda e a mobiliza�o social nos EUA na Segunda Guerra Mundial <i>Vanessa Cristina Franciosi</i>	141
A poesia de Pablo Neruda como "arma" política na revolu�o chilena <i>Lyvia Ap. Santos Silvestre</i>	155

Juventude e fé: a JUC e um ideal histórico para o Brasil <i>Fabio Pires Gavião</i>	169
Os cruzados da nova República <i>Gustavo Bueno</i>	183
A voz dos excluídos: sobre o uso da metodologia da história oral pela pesquisa jurídica <i>Hermes da Fonseca</i>	207

RESENHA

FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria de (org). <i>O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão</i> . Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, 303p. <i>César Agenor Fernandes da Silva</i>	223
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL	229

ARTIGOS

O PERÍODO DE ORIENTALIZAÇÃO E QUESTIONAMENTOS SOBRE A CERÂMICA DE *BUCCHERO* ETRUSCA

Tais Pagoto BÉLO*

- RESUMO: A cerâmica de *bucchero*, tipicamente etrusca, produzida por volta do século VII a.C., num período de intensa influência exógena, vinda principalmente do Oriente do Mar Mediterrâneo, se mostra muito original diante de outras produções. Além disso, questiona-se a grande abrangência da circulação desse produto dentro do território etrusco.
- UNITERMOS: Cerâmica; *bucchero*; etruscos; Etrúria; circulação.

O estudo que se desenvolverá neste artigo estará relacionado com o período de Orientalização da cultura etrusca. A pesquisa estabelecerá hipóteses já discutidas entre acadêmicos e apontará questionamentos ao processo de formação cultural etrusca que se processou nesta fase. Com isso, temos por intuito refletir sobre as influências orientais e sobre a hipótese de aculturação desse povo. No entanto, temos como objeto de pesquisa a cerâmica de *bucchero*. Seu uso será importante para percebermos as modificações culturais ocasionadas no território. A observação estará correlacionada na circulação dessa cerâmica e no grau de influências e originalidade que estes objetos oferecem.

Podemos mencionar que a circulação do *bucchero* está muito relacionada à circulação de objetos da região oriental do Mar Mediterrâneo, e também com seus centros produtores. Através de escavações arqueológicas percebe-se que as regiões que possuíam maior número desses artigos eram seus centros de produção e as áreas ao redor. Mas, como responder à forma com que alguns

* Graduada em História pela Unesp campus de Franca. Sob orientação Maria Celeste Fachin.

buccheros chegaram em regiões longínquas de seus centros de produção? Isso também está ligado à maneira que produtos orientais, que chegavam nos portos das cidades litorâneas, iam para cidades no interior da Etrúria. Então, quando sabemos sobre achados de *bucchero* na Toscana, a primeira pergunta a se questionar é: qual a proveniência deste material? Um exemplo desse questionamento é a região de Poggio Colla (nome moderno). Ela fica a vinte e duas milhas ao nordeste de Florença. Gregory Warden, Michael Thomas e Jess Galloway, em um artigo publicado em "Journal of Roman Archaeology", chamado "The Etruscan settlement of Poggio Colla", mencionam que Nicosia escavou objetos "que possivelmente sejam dos séculos VII a.C. ao III a.C. Essas cerâmicas incluem orientais finos, *bucchero* arcaico e outros. Essas peças mostram que o local tinha extensos contatos de trocas comerciais"(WARDEN; THOMAS; GALLOWAY; 1999, p.231), mas não tinham nenhum centro produtor de cerâmica.

Jocelyn Penny Small, em um artigo publicado na revista "Journal of Roman Archaeology", chamado "New views on greek artifacts found in Etruria", coloca um problema metodológico e historiográfico. A questão é que ao mencionar que Veios (Veii) era o único centro que havia realmente representado o "poder da arte" etrusca e de "elite" assim como "rituais", ao mesmo tempo diz: "mas não tem cerâmica ática". Parece que ele nega a questão de Veios ter o "poder da arte" etrusca por não ter a cerâmica ática. Além de tudo, Veios é um sítio arqueológico muito importante por mostrar através das características de suas tumbas o desenvolvimento cultural desde o período Villanoviano. Além disso, para refutar a falta de objetos áticos, Luisa Banti, diz haver tumbas em Veios que são de influências orientais, mas que nos revelam um período modesto e pequeno de Orientalização. Menciona, ainda, que essas tumbas indicam que há uma importação limitada de vasos gregos, entre eles os áticos, e que essas peças foram adquiridas por meios comerciais diretamente da costa. Então, Small foi precipitado em dizer que não havia cerâmicas áticas, talvez por não ter feito um estudo sistemático mais adequado.

É muito interessante levantarmos a questão das origens dos objetos funerários encontrados na Etrúria. Pois, desta forma, o estudo de cemitérios, de grupos de tumbas, das regiões diferentes e principalmente das cidades etruscas mais importantes pode nos levar a várias hipóteses. Podemos questionar através da observação dos objetos funerários qual o nível de influência grega que a cidade possuiu. E pode-se comparar a influência grega das outras regiões etruscas. E assim, se o grau de influência for claramente diferente de uma região para outra, basta questionarmos por que isso ocorre.

Devemos deixar claro que a questão da circulação e da influência grega é só um exemplo de como podemos trabalhar. Seria interessante para nosso estudo que o objeto utilizado para essas questões fosse o *bucchero* e sua possibilidade de alcance comercial na Etrúria.

Desta forma, há várias hipóteses que podem justificar esta questão. Por exemplo, Veios impreterivelmente recebeu menos objetos orientais do que Caere. Isso pode estar relacionado com a posição geográfica de cada cidade. Caere é uma cidade que se localiza muito próxima ao porto, e é ela que recebia a maioria dos produtos que vinham além mar. Portanto, Caere (Cerveteri) era uma região impregnada de influências externas, mas era também uma ótima produtora de *bucchero*, talvez até a melhor, pois seus vasos eram os mais belos, os de paredes mais finas e os mais bem feitos de toda a Etrúria. Sem contar que Caere era o ponto de partida desses objetos para sua distribuição comercial no território.

Entretanto, Veios era uma cidade do interior do território, que devido à sua posição geográfica, dificultaria a chegada de produtos que viessem das cidades da costa. Porém, Veios não estava totalmente fora da rota de distribuição comercial. Mesmo tendo dificuldades de comunicação, as trocas ocorriam principalmente pelas comunicações que os rios possibilitavam. Esta era a maneira mais fácil, pois o território etrusco é muito acidentado, quase impossibilitando a relação entre as cidades, e muitas vezes isolando umas das outras. Portanto, Veios é uma boa área para pesquisar sobre a chegada do *bucchero* em suas terras. Mesmo com a pouca influência do período de Orientalização menciona-se que havia um centro produtor de *bucchero* de alta qualidade em Veios. Então, como pode-se afirmar que o período de Orientalização era ínfimo em Veios, se um dos produtos principais desta época era produzido em suas terras? Assim sendo, de certa forma Veios atuava e fazia sua parte para compor a finalidade econômica ou artística que o *bucchero* tinha.

Entretanto, a relação entre as cidades foi facilitada pela construção de estradas. Isso levou os engenheiros etruscos a terem um grande desenvolvimento nessa área, e as principais intenções eram: facilitar a passagem em rios, vales, montanhas, o que exigiu muitos aperfeiçoamentos. Essas construções também poderiam ter ajudado a engrandecer a unificação entre as cidades, mas não há nenhum vestígio que expresse isso.

Potter salienta que com a construção das estradas houve um interesse maior pelos produtos do interior. Essa era uma questão que ainda não tínhamos analisado. Estávamos apenas preocupados com o movimento dos produtos que chegavam na costa e como alcançavam o interior.

Outro fato interessante que Potter menciona e que as evidências arqueológicas deixam claras é que o desenvolvimento das estradas coincidiu com o período de Orientalização. Podemos, então, refletir que a influência oriental e o fluxo comercial que isso possibilitou levou o território etrusco a algumas mudanças drásticas.

Potter manifesta que as construções de estradas ocorreram exclusivamente pelo desenvolvimento da troca de produtos no período de Orientalização e pela adoção do transporte sobre rodas; isso deu origem a um processo de "reconstrução" da cultura etrusca. Neste momento os etruscos recebiam diretamente influências culturais exógenas e seu território estava abarrotado de objetos de culturas do leste do Mediterrâneo, principalmente da Grécia, como indica achados em grande número de tumbas de diferentes regiões da Etrúria com vasos proto-coríntios, coríntios e áticos.

Muitas tumbas de câmara de regiões importantes mostram pinturas em suas paredes relacionadas com sua religião. Porém, sua religião estava relacionada à religião grega, pois os motivos, os nomes dos deuses e os ritos demonstrados pelas figuras são necessariamente muito próximos da cultura grega. Em suas necrópoles, os deuses adorados são semelhantes aos deuses gregos.

Essa influência exógena fez manifestar-se também na arquitetura. Muitas acrópoles ou santuários foram feitos com toques e estilos de outros povos do leste do Mediterrâneo. Todavia, Luisa Banti diz que essas obras sempre tinham um e outro caráter tipicamente etrusco, e que muitos povos vizinhos reconheciam sua capacidade para alguns tipos de construções. Um exemplo disso pode ser visto em Tito Lívio:

Depois de estender o seu domínio sobre Gábios, Tarquinio estabeleceu a paz com o povo do Équos e renovou o tratado com os Tuscos. Depois, voltou a sua atenção para as obras da cidade. A primeira delas foi deixar um templo a Júpiter no monte Tarpeio como motivo de recordação do seu reinado e do seu nome: os dois reis Tarquínios, o pai fizera o voto, o filho construiu-o. Totalmente entregue à tarefa de terminar a construção do templo, mandou vir operários de toda a parte da Etrúria e empregou na sua edificação não só fundos públicos mas também mão-de-obra proveniente da plebe (LÍVIO, 1999, p.187).

Tudo isto nos leva a questionar: qual era a técnica de um artesão ou pintor etrusco? Qual era a sua intenção de beleza? Ou, para ser mais profundo, o que estava acontecendo com a cultura dessa população? Será que ela ainda não estava formada? Ou os próprios etruscos estavam permitindo que essa cultura se modificasse?

Para essa situação e para esse período da história etrusca, Norberto Luiz Guarinello menciona que a população etrusca neste momento estaria sofrendo um processo de aculturação, ou seja, das influências vindas do Mediterrâneo Oriental a partir do século VIII a.C. Assim sendo, Norberto definiu aculturação "como o conjunto de fenômenos que se produzem quando grupos de indivíduos de culturas diferentes se acham em contato direto e contínuo, com mudanças decorrentes em seus padrões culturais" (GUARINELLO, 1985, p.95).

Entretanto, questiona-se como o processo de aculturação fluiu nesta população. O fato da realidade social pode estar influenciando de alguma maneira o processo. Mas qual seria a problematização social que permitiria a aculturação? Parece que uma sociedade que sofre esse tipo de ação está passando por um conflito cultural ou que ainda não possui uma personalidade própria. E Guarinello, citando N. Wachtel, fala que "o estudo dos processos aculturativos é restringido às situações de tipo colonial" (GUARINELLO, 1985, p.97). Porém, a população etrusca, antes do período de Orientalização, possuía uma cultura própria, denominada hoje como cultura Villanoviana. Então, por que os etruscos não se desenvolveram a partir desta cultura em vez de sofrer um processo de aculturação? E de fato, os etruscos não foram colonizados por ninguém. Isso quer dizer que a aculturação da população etrusca foi espontânea, e não dirigida. E, pelas demonstrações dos estudos apresentados essa sociedade parecia ter sido aberta a essas influências.

As influências eram tão grandes e o prestígio sobre os gregos fazia com que houvesse a manipulação da imitação de cerâmica grega. Entretanto, foi por volta do século VII a.C. que os etruscos deram origem a uma cerâmica própria e muito bela, o *bucchero*.

O *bucchero*, como já foi dito, era uma cerâmica negra, muito lustrosa, que muitos diziam que ela recebia um banho de prata, com paredes muito finas, e que geralmente os exemplares mais bem feitos eram produzidos em Caere, tinham séries de animais em relevo. Esse artigo era muito leve, e parecia ser usado muito para colocar vinhos. A valorização dessa cerâmica parecia ser prestigiada pelos etruscos, como eram os vasos gregos. Isso é comprovado pelos restos funerários encontrados e pela quantidade de artigos localizados em diferentes regiões, até as mais longe possíveis.

Outras cidades importantes da Etrúria também produziram o *bucchero*. Os diferentes centros produtores de *bucchero* mostravam uma produção diferente dependendo de região para região. Fora da produção de Caere o *bucchero* apresentava uma parede mais grossa e mais rude. As séries de animais em relevo são características essenciais do *bucchero* de Caere.

É importante notar a diferenciação da produção de cada região para, através do encontro desses produtos em tumbas e restos funerários de regiões diferentes do seu local de origem, notar-se com estudos de escavações o movimento e a circulação da cerâmica de *bucchero*.

Agora, outras questões que envolvem a produção do *bucchero* são: como essa cerâmica, tipicamente etrusca, com um alto grau de circulação comercial, se inclui no processo de aculturação que ocorre no mesmo período? Qual seria a intenção da produção da cerâmica de *bucchero* para os etruscos? Ou será que o processo de aculturação permite que a população que o está sofrendo produza manifestações originais? Porém, essa última questão parece ser muito paradoxal sendo que a aculturação permite a criação de uma cultura de acordo com a influência de outras culturas.

Jocelyn Penny Small, num artigo publicado na revista "Journal of Archaeology", chamado "Scholars, etruscans and attic painted vases" questiona a hipótese de M. Vickers e D. W. Gill em relação aos vasos áticos. A hipótese seria que esses vasos gregos não eram objetos de arte e sim para serem usados para terem uma estabilidade comercial, ou seja, não eram produzidos com o intuito de admirar a arte pela arte, e sim com um interesse comercial. E esses vasos eram comercializados no Mediterrâneo no período de Orientalização.

Para o nosso estudo, a hipótese acima, relacionada com os vasos áticos, pode, de certa forma, ser vinculada a uma questão da importância da criação da produção do *bucchero*. Ou seja, será que podemos dizer que o *bucchero*, também não era apenas um objeto de arte e sim um objeto que estaria vinculado à estabilidade comercial?

Não tem-se ainda uma resposta para esta questão, por isso, são necessários estudos mais abrangentes sobre o *bucchero* e mais específicos sobre a circulação comercial da cerâmica de *bucchero* no território etrusco. Esta é apenas uma questão básica para um emaranhado de questionamentos dentro do tema sobre a circulação da cerâmica de *bucchero* dentro da Etrúria.

Neste período em que os etruscos passam por diversas modificações e também por desenvolvimentos, como das estradas, drenagens, artes, e por fim, e o mais importante, das cidades etruscas principais, ou seja, será que este desenvolvimento todo está apenas relacionado com a influência exógena? Em que grau essa influência contribuiu para o desenvolvimento etrusco? E se houve desenvolvimento, e se essa influência deu apoio a isso, então, esse processo nomeado aculturação, foi benéfico para a população etrusca?

Todavia, de todas essas questões, a que precisamos tentar responder primeiro é: pode-se realmente dizer que os etruscos sofreram aculturação, sendo que, eles já possuíam uma cultura preexistente, que seria a Villanoviana? O que

se pensar se no mesmo período de Orientalização, no qual eles estariam sofrendo aculturação, possuíam criações originais, como o *bucchero*?

Norberto Luiz Guarinello, em seu estudo, concorda com a originalidade etrusca do *bucchero*, mas também questiona o processo de aculturação que os etruscos sofreram.

Portanto, esta é uma questão ainda não muito bem discutida e que necessita de um estudo Antropológico mais minucioso. E ainda, a falta de fontes sobre o assunto acarreta por dificultar mais as soluções das hipóteses. Outro ponto que Norberto Guarinello também salientou está relacionado com o nível das relações de poder. Guarinello afirma que "a sociedade Villanoviana era uma sociedade sem classes, onde predominaram as relações de parentesco, e a propriedade coletiva da terra, sem produção de excedentes econômicos" (GUARINELLO, 1985, p.100-101). Esta é uma opinião própria de Guarinello que precisa ser revista e repensada, pois há muitos pesquisadores que não concordam com isso. Assim, e com tudo que já foi discutido, temos a sensação de que essa população teve um salto em seu desenvolvimento durante o período de Orientalização. Dessa maneira, sua estrutura social e de poder, obviamente, teve que se modificar. E como isso transformou-se? Podemos pensar que essa transformação ocorreu de forma semelhante às influências externas? Se provar que isso ocorreu, como foi que as determinaram? Com o processo de formação, presume-se que muito da política grega foi incorporada.

Guarinello, conclui que

a Etrúria sofreu um processo de aculturação de circunstâncias específicas que não são determinadas pelas relações políticas entre etruscos e gregos (...). A recepção e a integração de elementos externos na cultura grega (e púnica) no Mediterrâneo Ocidental, devem ser entendidas como um fenômeno político interno à própria sociedade etrusca, e que se articula e manifesta através dos conflitos e censuras de seu corpo social (GUARINELLO, 1985, p.109).

Todavia, Larissa Bonfante, em um artigo publicado em "Journal of Roman Archaeology" chamado "Large-scale statues from Murlo", sobre as estátuas encontradas em Murlo e que provavelmente foram criadas no período de Orientalização e que podem ter recebido toda essa influência cultural declarou que "os etruscos não careciam de conceitos, ideologia, ou do desejo de produzir monumentos de pedra em larga escala, mas completamente para especificar suas habilidades – provenientes dos sírios – para satisfazer suas aspirações." (BONFANTE, 1995, p.339). É muito difícil de conceituar aspectos relacionados à maneira de pensar dos etruscos, pois este trabalho se torna difícil e sem base suficiente para mantê-lo. Além do mais, seria mais interessante uma

análise sistemática das estátuas de Mulo no contexto do período de Orientalização; sem deixar de integrá-la a um aspecto social, político, religioso e cultural.

Toda essa explosão oriental presente neste momento leva-nos a algumas questões: qual é o grau de originalidade do vaso de *bucchero*? Em que se inspiravam para constituírem os relevos ou mesmo seus formatos? Esses artesãos etruscos não se inspiravam em experiências exógenas? Essas questões são condizentes a serem levadas a um estudo em que o pesquisador encontrar-se-ia face a face com a cerâmica. Seus relevos, suas incisões, seus modelos e seus processos de produção deveriam ser analisados rigorosamente fazendo-se comparações com modelos e características artísticas de produtos do leste do Mediterrâneo.

Contudo, Guarinello menciona que

a evolução do *bucchero* era então articulada em três momentos distintos, marcados por diferentes influências externas: de objetos asiáticos (fenícios-cartagineses), modelos gregos, modelos compósitos, egípcios, assírios e gregos, combinados de maneira disparatada no *bucchero* decorado com relevos. O quadro cronológico geral e a atribuição de vasos específicos a cada um dos momentos propostos refletem a precariedade das informações de contexto disponível na época (o período helenístico, por exemplo, seria apresentado pelo *bucchero* 'a cilindretto', na verdade uma produção localizada e tardia). Já a oposição entre influências orientais e gregas, está na base das subseqüentes periodizações da arte etrusca. J. Martha ao analisar o *bucchero* de uma perspectiva exclusiva de um historiador da arte, faz uma avaliação geral do *bucchero* negativa. Assim, negava qualquer realização original da arte etrusca. Porém, essa posição não o impedia de defender a origem etrusca da cerâmica de *bucchero*, como um desenvolvimento do "impasto itálico", sem contudo partilhar dos extremos que marcavam a paletnografia da época [...] (GUARINELLO, 1985, 11).

Como se pode perceber, estudos existentes deixam muitas coisas pendentes, especialmente pela dificuldade de fontes materiais, o que dificulta as pesquisas.

Pode-se também fazer uma pesquisa entre grupos de *bucchero* de diferentes centros de produção, os quais, obviamente, vão apresentar características artísticas que diferenciam cada produção, pois não havia apenas um tipo de *bucchero*. Ou seja, uns possuíam relevos de uma maneira e outros não, uns possuíam paredes finas, outros nem tanto, uns possuíam incisões e outros não, e assim por diante. Nesta correlação dos *buccheros* de diferentes áreas, poder-se-ia analisar se há influências orientais nessas obras, quais são, e

comparar as diferenças e igualdades da influência do leste do Mediterrâneo nos vasos. Neste aspecto podemos chegar à conclusão de dados para se utilizar em uma pesquisa que observa os graus culturais e o caminho cultural que cada cidade adquiriu. Esse questionamento fica incluído no pensamento de que as principais cidades etruscas tinham certa autonomia.

Como já foi dito, a produção de *bucchero* de Caere era a mais bela e mais refinada. Porém, muitos centros artísticos tentaram imitar seu *bucchero*, como faziam com vasos gregos, mas nunca conseguiam chegar num resultado perfeito. Este também é uma fator que pode ter sido tomado para tanta importação do *bucchero*, especificamente, do Caere ser tão requisitado. Sem contar com achados arqueológicos, que contêm *bucchero* com as características da produção de Caere, em lugares do norte da Etrúria.

A questão da circulação do *bucchero* é muito importante para se estudar o território etrusco, pois é um objeto que além de ter sido inventado pelos etruscos no período de Orientalização, toma-lo como direção ao procedimento cultural que esse período trouxe. Este é um dos objetos principais que esteve presente nos desenvolvimentos ocorridos a partir da entrada de produtos do leste na Etrúria. Um exemplo desse desenvolvimento seria a passagem de uma economia de pastoreio para a agricultura. Mas, para uma pesquisa mais profunda da circulação e conseqüentemente da cultura, é muito importante também se preocupar com os vasos orientais no interior desta circulação. Não esquecendo de sempre notar sua origem e suas características.

Contudo, vamos demonstrar como o *bucchero* aparece distribuído na Etrúria, apontando seus grandes centros de produção. Esta demonstração remete-se a escavações nestes sítios arqueológicos que Luisa Banti apresenta em sua obra "Etruscans cities and their culture".

Caere sendo um dos maiores centros produtores de *bucchero* do sul da Etrúria e que recebia muitas influências de locais como a Lônia, das cidades gregas e das ilhas ao longo da costa da Ásia Menor. No entanto, Caere também deve ter tido contatos freqüentes com esses locais. Desta forma, achados funerários de Caere incluíam objetos gregos e etruscos. Um exemplo disto são leves vasos jônicos junto com copos de *bucchero* e um modelo feminino feito em *bucchero*.

Muitas cidades do sul da Etrúria, assim como Vulci, Tarquinia e Veios, produziam o *bucchero sottile*. Este nome deriva de sua leveza proporcionada por suas paredes finas. Mas, de certo modo, o modelo de Caere é único e o mais perfeito. Por isso, muitos denominam Caere como a cidade de origem do *bucchero*. E, por coincidência, o *bucchero* foi achado primeiramente em Caere. Entretanto, alguns de seu exemplares foram para o norte da Etrúria, como

Rusellae, Vetulonia, Clusium e Monteriggioni. Porém, Banti pesquisou e observou que o *bucchero* vermelho, ou seja, com superfície vermelha, também teve sua origem em Caere.

Na segunda metade do século VI a.C., Caere, a qual importou grande quantidade de cerâmica proto-coríntia e vasos coríntios, tinha artesãos locais que os imitavam. Esses vasos etruscos com séries de animais chamados etrusco-coríntio, eram feitos em outras cidades e apenas recentemente começaram a definir as características de seus artesãos. Geralmente, o esmalte é pobre em relação aos vasos gregos.

Em relação às influências de Caere às regiões ao seu redor, Banti exemplifica a área de Colle di Mezzo, que, por volta do século VII a. C., passou a apresentar influências evidentes de Caere, que foram constatadas devido ao achado de um local de imitação do *bucchero* vermelho.

A técnica local do *bucchero* negro de Veios é boa, simples e elegante. Há poucas decorações, ou não se tem nenhuma, e há o prevalecimento de incisões. Estes *buccheros*, não são tão finos quanto os de Caere. E o *bucchero* vermelho parece ter sido importado de lá. Um exemplo de *bucchero* são copos com *caríatides* que têm sido incluídos na coleção Veientine.

Em Fontanili di Vacchereccia e em Grotta Colonna, na região de Capena, ainda no sul da Etrúria, atravessando o Rio Tibre, acharam exemplares de *bucchero* e impasto etruscos ou no estilo etrusco. Entretanto, não se sabe a procedência desses produtos, se são locais ou importados de outra região do território etrusco.

Em Tarquinia, que se encontra limitada ao sul por Caere e limitada ao norte por Vulci, encontra-se resquícios antigos na região do portão norte, incluindo arquitetura de terracotta do século VI a.C. ao século I a.C., fragmentos de *bucchero* e de outros tipos de vasos do século VII a.C.

Tarquinia também produzia *bucchero*, mas seus modelos não eram tão precisos como os de Caere. Todavia, Tarquinia sofre uma decadência quando suas minas são apossadas por Caere. Desta forma, isso refletiu na produção local e no material importado. Mas, atualmente foram achados *buccheros* com paredes finas do século VII a.C. ao VI a.C., em suas tumbas. E em relação à quantidade de vasos gregos encontrados, Tarquinia supera os números de Vulci e Caere.

Outro centro de produção de *bucchero* é Vulci. Porém, no século VII a.C., a qualidade dos objetos produzidos não era mais alta do que de outras cidades também produtoras do sul da Etrúria. O revestimento do *bucchero* era bom, mas não se comparava com Caere. E exemplares de *bucchero* negro e vermelho foram encontrados em suas tumbas de fossa junto com modelo proto-coríntios e

coríntios. E em regiões, perto de Vulci, como Montalto di Castro, Canino, Pescia Romana e no vale acima do Rio Fiora em Castro, Poggio Buco, Pitigliano, Sovana, foram achadas cerâmicas áticas, coríntias, junto com *buccheros*, que provavelmente foram importados de Vulci. Esses pequenos lugares necessitavam da riqueza do material importado das cidades da costa.

Na cidade medieval de Toscanella, no nordeste de Tarquinia, perto do Rio Marte, e que nos templos etruscos começou a prosperar no século VI a.C., possui os cemitérios de San Giusto, Sasso Pizzutto, Carcarella, Scalette. Estes cemitérios além de apresentar tumbas de fossa, possuem tumbas de câmaras que relembram os modelos de Tarquinia. Tanto é que estas tumbas de câmaras apresentam *buccheros* que provavelmente eram importados de Tarquinia.

Na Etrúria central, em Marciliana, suas tumbas de câmaras também apresentam vasos de impasto local, mas poucos *buccheros* de paredes finas com cabeças de mulheres em relevo, além de copos áticos. Mas não se têm registros da procedência desses materiais. Mesmo, não sabendo se havia ou não um centro de produção de *bucchero*. Luisa Banti constata que havia imitações do *bucchero* de Caere.

O *bucchero* também foi encontrado em cemitérios de Bolsena, região central do território, perto do Lago Bolsena. Também não se sabe sua procedência.

Os objetos funerários de Vetulonia consistem na maioria daqueles feitos localmente. A cerâmica era, na sua maioria, impasto e com paredes compactas durante o período arcaico. Era fina, com paredes lustrosas, incisões e decorações. Isto parece um *bucchero* que parece impasto, que Vetulonia repassa como um *bucchero* verdadeiro. Estes *buccheros* de Vetulonia nunca atenderam a beleza e a técnica da perfeição do *bucchero* do sul da Etrúria. Um exemplo de achados de *buccheros* nesta região encontra-se na 'tomba del Duce', junto com modelos proto-coríntios.

Rusellae, outra cidade etrusca da parte central de seu território, recebia vasos coríntios, etrusco-coríntio, cerâmica iônica e cerâmica etrusca de figuras negras durante os séculos VI e V a.C. Sem contar que *buccheros* de Caere eram imitados localmente.

Em tumbas de câmaras em Populonia foram encontrados vestígios de copos em *bucchero sottile*, com uma ou duas maçanetas provavelmente importados de Caere. Alguns copos em *bucchero*, com pouca elegância talvez tenham sido imitações feitas localmente. E a importação de produtos gregos também existia.

Nas tumbas de Volterra, Etrúria central, foi-se achado um *bucchero* coberto de animais em relevo, constatando uma imitação de Caere que

provavelmente foi feita em Rusellae no século VI a.C e que foi importada para Volterra.

Em recentes escavações no norte de Pisa, em S. Rocchino perto de Massarosa, foram trazidas à luz cabanas e pilhas em um lugar pantanoso perto de Massacuiccoli. Poucos fragmentos de cerâmicas parecem datar do século VII ao V a.C. E foi achado também um copo de *bucchero* com inscrições em etrusco em Querceta, perto de Seravezza, mas não se tem nada claro.

Em Chiusi, a mais famosa cidade etrusca do norte, apresentavam-se tumbas tardias e umas de todos os tipos, modelos e materiais que apresentam raros exemplos de *bucchero sottile* vindos de Caere, com animais em relevo. Todavia, o *bucchero pesante* é típico de Chiusi. Sua produção teve início no início do século VI a.C. ou na segunda metade do século VII a.C. Portanto, o revestimento não era produzido na cidade, mas deve ter sido feito em outras cidades da região, assim como Sarteano.

Arezzo, cidade do norte da Etrúria que provavelmente controlava o Vau de Chiana, apresentou necrópoles que ficam a oeste de seu território. Neste local se encontra um cemitério parecido com o de Veios, pelo fato de na colina onde se encontra o cemitério, as tumbas mais tardias ficarem no topo e as mais recentes, na base. Nestas tumbas foram achados objetos como o *bucchero*, vasilhas de cerâmica pintadas, e assim por diante.

Na região perto de Arezzo foi encontrada uma pequena vila chamada Perugia, que fica situada entre os rios Trasimerno e o Tibre. Algumas tumbas no cemitério de Sperandio e Moteluca provam a existência de produtos como vasos áticos, poucos *buccheros* e outros objetos etruscos. Estes objetos datam do século VI a.C. aproximadamente. Como a área era pouco povoada em Moteluca, região próxima de Perugia, foram achados poucos vasos de impasto e fragmentos similares a cerâmica Villanoviana. Achados em tumbas como os vasos de *bucchero* de Chiusi, vasos áticos, vasos de Campania, vasos etruscos de figuras vermelhas de Volterra, não eram achados, pois a indústria desta região só produzia objetos úteis para o dia-a-dia. Os cemitérios ao redor de sua cidade provam que ela floresceu do século IV ao II a.C.

Esta pequena focalização que relaciona a circulação do *bucchero* servirá para termos uma abrangência maior da intensidade do fluxo comercial. Daí pensar sua cultura e economia.

Contudo, devemos concluir que o primeiro passo da contribuição deste estudo foi conhecer uma nova população, que apesar de sua importância, foi muito pouco estudada. Sabendo disso, pudemos adquirir uma pequena base de informações que nos fez indagar uma série de interrogações que ainda não são suficientemente claras para serem respondidas. Não quer dizer que este tenha

sido um ponto negativo da pesquisa. Ao contrário. Consideramos como sendo um ponto positivo, pois apenas através de questionamentos, indagações e interrogações que nos sentimos incentivados a nos preocuparmos com novas pesquisas sobre o tema. E conseqüentemente, poderemos de uma forma encantadora conseguir resultados para algumas de nossas interrogações.

Então, percebe-se que esta pesquisa é solicitada para termos base e interrogações para uma pesquisa aprofundada posteriormente. Este trabalho é feito como um incentivo à pesquisa.

Além dos questionamentos que nos envolveram, este estudo tenta mostrar caminhos diferentes para se produzir uma nova pesquisa. Por isso, deixamos muitas questões sem respostas. E também, pensamos um pouco nas dificuldades de trabalhos que alguns estudiosos nos mostraram e sugerimos no decorrer da pesquisa alguns caminhos que poderíamos tomar para um novo pensamento.

Em relação ao conteúdo estudado, podemos reparar a voluptuosidade da cultura etrusca em permitir a influência de outras culturas em seu território. Isso nos leva a concluir que não poderia haver uma base sólida na formação cultural desta população. Tanto é que os grandes desenvolvimentos ocorreram justamente diante deste período em que o território estava impregnado de influências orientais. Ocorreram construções como estradas e drenagens que beneficiaram muito esta população. Então, muito do que se modificou foi recompensado de uma forma benéfica.

E ainda podemos perceber, através da circulação do *bucchero*, como a atividade comercial era importante para eles. Concluímos que esta era sua economia principal, ao lado da agricultura. Além disso, a circulação do *bucchero* nos deu um universo novo em relação à realidade e à abrangência dos movimentos dentro do território etrusco. Mas não deixamos de propor aqui um estudo mais aprofundado.

ABSTRACT: The *bucchero* pottery, typically etruscan, was produced around VII B.C., a period of great influence exerts by the Oriental part of Mediterranean Sea. It is considered the most original production of that time. This paper aims undertaking a discussion about the large circulation of this pottery into etruscan territory.

KEYWORDS: Pottery; *bucchero*, Etruria; circulation.

FONTES

Tito Lívio. *História de Roma: ab urbe condita*. Livro I. Introdução, tradução e notas: Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Editorial Inquérito, set. 1999. 214p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFÖLDY, G. *A história social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

BAHN, P. RENFREW, C. *Arqueologia*. Madrid: Akal, 1993.

BANTI, L. *Etruscan cities and their culture*. London: B.T. Batsford, 1968.

BINFORD, L. *An archaeology perspective*. New York: Seminar press, 1972.

BLOCH, R. *Os etruscos*. Lisboa: Verbo, 1966.

BROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UNB, 1991.

CLEERE, H. *Achaeological heritage management im the modern world*. London: edited by Cleere, 1990.

COELHO, E. P. *Estruturalismo: antologia de textos teóricos; Foucault, Derrida, Lévi-Strauss, Althusser, Lacan, Sartre, Barthes*. Lisboa: Portugalia, 1967.

FINLEY, M. I. *Aspectos da Antiguidade*. Lisboa: Edições 70, 1960.

GUARINELLO, N. L. *Estruturação visual e consumo cognitivo da cerâmica etrusca de bucchero*. 1985. 153f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ISAAC, G. L. *Analytical archaeologist: collected papers of David L. Clarke*. London: [s.n.], 1979.

KELLER, W. *Historia del pueblo etrusco*. Barcelona: Omega, S. A., 1973.

MENCHELLI, S. PASQUINUCCI, M. The landscape and economy of the territories of Pisae and Volaterrae (coastal north Etruria). *Journal of Roamn archaeology*, v.12, n.6, 1999.

MOBERG, C. *Introdução à arqueologia*. Lisboa: edições 70, 1968.

ORSER, C. E. *Introdução à arqueologia histórica*. São Paulo: Oficina de Livros, 1992.

PALLOTTINO, M. *The etruscans*. Toronto: Penguin books, 1955.

POTTER, T. W. *The changing landscape of south etruria*. London: Paul Elek London, 1979.

PROUS, A. *Arqueologia brasileira*. Brasília: UNB, 1992.

RAHTZ, P. *Convite à arqueologia*. Rio de Janeiro: Imago editora, 1989.

RAMAGE, N. H. *Studies in early etruscan bucchero*. PBSR 25, 1970, p.1-41.

RASMUSSEN, T. B. *Bucchero pottery from southern Etruria*. London: Cambridge University Press, 1978.

RIDGWAY, F. R. S. Etruscan mirrors and archaeology context. *Journal of Roman archaeology*, v.13, n.2, p.407-418, 2000.

_____. Etruscan mirrors in the Louvre, and the 'corpus'. *Journal of Roman archaeology*, Edinburgh, v.5, n.20, p.280-283, 1992.

_____. Etruscans bronzes from Tarquinia. *Journal of Roman archaeology*, Edinburgh, v.11, n.26, p.404-412, 1998.

_____. Later etruscan sarcophagi. *Journal of Roman archaeology*, Edinburgh, v.9, n.23, p.324-327, 1996.

_____. The second international etruscans conference. *Journal of Roman achaeology*. v.5, n.29, p.272-278, 1992.

ROULAND, N. *Roma, democracia impossível? Os agentes do poder na urbe romana*. Brasília: UNB, 1981.

SAITTA, D. J. The poverty of philosophy in archeology. *Archaeological hammers and theories*. London: Oxford University Press, 1983.

SHARER, A. *Fundamental of archaeology*. Califórnia: [s.n.], [19--].

SMALL, J. P. New views on greek artifacts found in Etruria. *Journal of Roman archaeology*. New Brunswick, v.8, n.19, p.317-319, 1995.

_____. Scholars, etruscans, and attic painted vases. *Journal of Roman archaeology*, New Brunswick, v.7, n.3, p.34-58, 1994.

SOUTH. *Method and theory in historical archaeology*. New York: Academic press, 1977.

TAYLOR. *A study of archeology*. Londres: The south Illinois University press, 1983.

A CODIFICAÇÃO DO DIREITO ROMANO: ALGUMAS REFLEXÕES ACERCA DAS XII TÁBUAS

Moisés ANTIQUEIRA*

- RESUMO: A codificação das XII Tábuas, marco miliário na história do direito romano, refletiu as condições sociais em que se encontrava Roma no século V a.C., momento em que a cidade buscava afirmar-se autônoma frente aos demais povos da península, bem como atravessava grave conflito interno entre duas camadas antagônicas. As XII Tábuas, fruto dessa época, nos permite desvendar a situação romana do início da República e até mesmo do período anterior, ou seja, a realeza.
- UNITERMOS: Roma alto-republicana; Lei das XII Tábuas; direito romano.

A herança transmitida por Roma à posteridade, notadamente ao mundo ocidental, foi ampla e, em muitas esferas da sociedade (tais como a língua, os costumes, a organização política, entre outros), imprescindível. Giardina (1992, p.7) enumera várias características que definiriam o homem romano, como a disciplina, a eficiência, o belicismo e o pragmatismo; esta última, em especial, marcaria notavelmente o maior de todos os legados produzidos no Lácio: o direito. Todavia, a herança jurídica de Roma, dentre todas a mais evidente e a mais propalada, já assumia importância aos olhos dos próprios romanos. O povo romano, isto é, o corpo de cidadãos, não era encarado enquanto conjunto de pessoas, mas representado por instâncias jurídico-políticas. A República considerava o cidadão através de sua respectiva riqueza, idade, origem e domicílio; o cidadão, por seu turno, era representado politicamente por meio de

* Graduando do curso de História da Unesp campus de Franca. Sob orientação da Profª Maria Celeste Fachin. Bolsista: PET/SeSU.

centúrias, cúrias e tribos (GAUDEMET, 1988, p.29), que comportavam efetivos desiguais. A mobilização dos indivíduos dava-se no âmbito destas unidades de agrupamento: a convocação militar e a repartição dos despojos, além da já citada representação política, se expressavam partindo dessas unidades. Cícero, segundo Gaudemet, via a cidade baseada no direito (1988, p.28-9).

Entretanto, ao tempo de Cícero, o direito havia atravessado vários séculos e sofrido inúmeras transformações. Dentre elas, uma das mais significativas foi, sem sombra de dúvida, a codificação das XII Tábuas, ocorrida durante os anos 451- 450 antes de nossa era quando, pela primeira vez na história romana, as regras jurídicas eram transpostas publicamente sob a forma escrita. Ademais, trata-se do documento escrito mais antigo que chegou até os nossos dias no tocante à Roma. Para compreendermos a importância de tal fato, voltemos nossos olhos para aquele período.

A monarquia romana

No período real, segundo a tradição iniciada em 753 a.C. com a fundação da *urbe*, se estendendo até 509 a.C., data da queda da monarquia e início da república, o direito era caracterizado por traços sagrados; direito e religião se encontravam intimamente ligados. Os primeiros povoamentos do Palatino e demais montes tiberinos, no século VIII antes da era cristã, se organizavam sob bases gentílicas: o *pater familias* exercia poder absoluto dentro de sua *familia*, que abarcava o pai, a mãe, os filhos, clientes, alguns escravos¹ e toda a propriedade, os bens que pertenciam àquela família, algo similar aos *oikói* gregos. Cada família possuía seu próprio deus e culto doméstico, isolado das demais e que era transmitido de geração para geração. Na verdade, os deuses desse culto eram os antepassados da família, que eram enterrados dentro da propriedade da mesma. Essa forma de crença religiosa, essencialmente familiar, trazia consigo costumes que adquiriam força de verdadeiras "leis" em tal âmbito. O *pater* era, pois, pontífice e juiz supremo dentro de sua família. A sucessão se dava somente através da linhagem masculina. A religião garantia a indivisibilidade da propriedade: os deuses *lares* de cada propriedade, ou seja, os antepassados enterrados naquele solo protegiam aqueles indivíduos que lhes prestavam culto; e somente aqueles indivíduos poderiam se ocupar do culto. "A sepultura estabelecia vínculo indissolúvel da família com a terra, isto é, a

¹ Em relação ao número de escravos deste período, acreditamos que foram pouco expressivos em Roma. Quando, em uma sociedade aristocrática, se atinge certo estágio de acumulação de recursos que exigem força de trabalho maior que a fornecida pelo parentesco, recorre-se a um tipo "intermediário", tal como os clientes (FINLEY, 1986, p.88).

propriedade" (COULANGES, 1975, p.53). A terra pertencia, portanto, a toda a família e não somente a um único homem; no entanto, só ao *pater* cabia o poder sobre a mesma (enfatizemos, não obstante, que os deuses ligados à natureza física – os do Olimpo grego e os do Capitólio romano – podiam conviver tranquilamente com estes deuses que cada família cultuava no interior de sua respectiva propriedade).

Este quadro, que Fustel de Coulanges estabeleceu em sua principal obra, *A Cidade Antiga*, dizia respeito a uma forma de organização e de mentalidade muito remota existente em diversos povos de origem indo-européia mas que, segundo o erudito historiador francês, marcaria indelevelmente toda a sociedade romana e grega dos períodos posteriores. Em Roma, como já esboçamos acima, a organização gentílica se apresentava claramente durante a monarquia, porém já demonstrava sinais de desgaste e mudança. Outras maneiras de organização social, como as cúrias e as tribos (mesmo que derivadas e originadas pelas *gentes*) se sobrepunham na comunidade. O Senado, formado pelos *patres* e seus descendentes, os *patricii*, compunham um órgão consultivo ao rei, que concentrava em suas mãos as mesmas atribuições que os *patres* possuíam em relação a suas respectivas famílias: em relação à cidade, o rei era o pontífice e juiz máximo.

No tocante à cidade, Roma somente pode ser considerada enquanto tal a partir do final do século VII a.C. e início do século seguinte, quando se observa a proeminência etrusca no Lácio. As escavações no *Forum Romanum*, efetuadas pelo arqueólogo E. Gjerstad comprovaram que, apenas em torno de 575 a.C. cessaram-se as construções de cabanas primitivas e iniciou-se um rápido desenvolvimento da cidade (BLOCH, 1966, p.86). Os povoamentos das lendárias sete colinas já se encontravam agrupados, configurando-se Roma como cidade.

Mesmo sofrendo forte influência etrusca (comprovada ainda pelo grande volume de vasos jônicos e áticos que afloram em Roma nesta época, trazidos por etruscos que naquela altura já se ocupavam do comércio), eram os patrícios romanos os que dominavam ainda a maior parte das esferas da vida pública de Roma. Este fato é ratificado pelo direito vigente na época: possuía acentuado caráter religioso. Os costumes (*mores maiorum*), intrinsecamente ligados ao culto dos antepassados, eram a base das ações abarcadas por aquele primitivo direito. Ora, se está relacionado à religião e aos costumes, somente os pontífices, encarregados dos mesmos, detinham o conhecimento deste direito misterioso, não escrito e transmitido apenas oralmente. E, finalizando, os pontífices adivinham somente da camada patricia, isto é, os indivíduos que possuíam uma linhagem e guardavam os *mores maiorum*.

O direito, dentro deste contexto, baseava suas ações no *responsum*. Os pontífices se encarregavam de responder às inquietações dos patres. Portanto, para cada pergunta havia um *responsum* equivalente (SCHIAVONE, apud GIARDINA, 1992, p.78). Basicamente, os romanos adotaram essa forma de agir em diversos campos e em diferentes épocas: procuravam adaptar para cada caso uma solução própria, específica.

Além dos costumes, o período real nos apresenta as *leges regiae*, que teriam sido leis elaboradas diretamente pelos reis ou aprovadas pelos *comitia curiata*, a única assembleia do povo romano existente até então. A tradição atestada por autores como Tito Livio, Dionísio de Halicarnasso, entre outros, diz que os *comitia centuriata* e sua conseqüente base censitária teriam sido instituídos pelo sexto rei de Roma, Sêrvio Túlio, ou seja, em meados do VI século a.C. O intuito desse rei, que se encontrava em confronto com o patriciado, era alterar as bases de representação do povo romano, concentradas nas mãos dos patrícios que dominavam as cúrias (organização gentilícia), a fim de enfraquecê-los. Entretanto, consideramos mais verossímil a teoria emanada pela moderna historiografia, de que os *comitia centuriata* se formaram somente no século V, visto que somente neste momento se observam em Roma condições econômicas e sociais favoráveis para a introdução das classes censitárias. Outro argumento que pende a favor desta teoria é o fato da própria Lei das XII Tábuas não aludir as classes, bem como o fato da censura, magistratura criada para avaliar os cidadãos em função de sua fortuna, surgir somente em 443 a.C. (ÄLFOLDY, 1989, p.33).

Entretanto, considerando o período monárquico romano no que concerne ao direito, às *leges regiae* sobrepôs-se o direito consuetudinário como fator normativo daquela sociedade.

A implantação da República

A monarquia de Tarquínio, o Soberbo (534-509 a.C.) é derrubada pelo patriciado, que instaura a República, de cunho extremamente aristocrático. Os patrícios, como vimos, compunham a camada mais alta daquela sociedade: pode-se defini-los como uma nobreza de sangue e fundiária, isto é, possuíam uma linhagem, cultuavam seus antepassados e concentravam a quase totalidade das terras romanas. O cultivo destes lotes patrícios era feito por clientes e/ou indivíduos reduzidos a servidão por dívidas (KOLENDO, apud GIARDINA, 1992, p.174). Por sua vez, a plebe² possuía direitos civis e políticos limitados e se

² As origens da plebe romana são incertas. Podem corresponder a populações latinas autóctones vencidas e anexadas pelos romanos; etruscos e outros povos que teriam imigrado a Roma durante

encontravam em difícil situação econômica. A recém-criada República Romana comportava dois grupos sociais em posições opostas.

Apesar da queda dos monarcas etruscos em Roma, a Etrúria ainda figurava como um importante povo entre os peninsulares. Contudo, no ano de 474 a.C. os gregos de Cumas (localizada na Magna Grécia, sul da península itálica) derrotaram os etruscos numa batalha naval que selou o destino dos últimos. De acordo com Bloch (1966, p.94), o definhamento das cidades da Etrúria se refletiu em Roma: houve certa carestia na cidade, comprovada pelo desaparecimento da importação de cerâmicas (efetuada via etruscos).

Roma, dentro deste contexto, necessitava consolidar-se enquanto cidade-Estado frente aos demais povos do Lácio e da Península Itálica em geral. As necessidades militares romanas tinham que ser satisfeitas por plebeus, pois as hostes patrícias não eram suficientes. Essa importância adquirida pela plebe lhe possibilitou reivindicar melhor sorte junto ao patriciado. Novas terras só seriam conquistadas contando com o auxílio dos braços plebeus. A partir do final do quinto século antes de nossa era, quando os romanos iniciaram de maneira mais aguda sua expansão, um dos motivos de dissensão entre plebe e patriciado foi exatamente a questão da terra: os primeiros pretendiam usufruir as novas terras conquistadas, enquanto os últimos almejavam aumentar ainda mais as terras que já concentravam.

A plebe, a partir do início do século V a.C., começou a se organizar enquanto grupo definido, em contraposição aos patrícios. O surgimento dos *concilia plebis*, assembleias exclusivamente plebéias, que deliberava assuntos que somente a eles dizia respeito e os aprovava ou não –resultando nos *plebiscita* e do tribunato da plebe (*tribuni plebis*, 493 a.C.), atestam os êxitos políticos que os plebeus obtinham. Os tribunos, inicialmente dois, mas que já alcançavam o número de dez indivíduos em meados do século receberam imunidade (*sacrosanctitas*) ao prestarem um juramento sagrado à plebe; deveriam combater as arbitrariedades dos magistrados patrícios cometidas contra os plebeus e, para tanto, gradualmente conquistaram o direito de veto (*ius intercedendi*) contra o Senado e os magistrados. O patriciado, inicialmente, não reconheceu tais medidas como componentes da organização social romana, mas graças ao forte apoio concedido pelas camadas socialmente inferiores, acabaram por tomarem-se politicamente eficazes, não podendo ser mais ignoradas (ÄLFOLDY, 1989, p.31).

A codificação da Lei das XII Tábuas caminhou exatamente neste sentido exitoso aos plebeus. Vários autores antigos dizem que a criação da lei buscava a

o período de prosperidade vivenciado no século VI a.C.; clientes que perderam seus laços com algum patrono, etc.

aequatio iuris entre plebe e patriciado. Cremos se tratar de um exagero, visto que a igualdade política e civil entre as duas camadas sociais só se concretizaram muito tempo depois (a *lex Hortensia*, promulgada em 287 a.C., concede força de lei aos *plebiscita*, estendendo-os a todos os cidadãos, sem se restringir apenas à plebe. Tal fato é apontado como indicador de que havia sido alcançado algum equilíbrio, pois o que valia para os plebeus também valia para os patricios). Não seria somente através de um único golpe que a igualdade seria obtida. Alguns autores, como C. Nicolet, atestam que a igualdade jurídica entre os cidadãos romanos nunca existiu em época alguma, seja no campo político, cívico e mesmo privado (apud GIARDINA, 1992, p.25). Mas, deixemos esta discussão para outro momento. Por hora, importa-nos assinalar sob quais condições a codificação se dera: externamente, Roma devia se afirmar perante os demais povos da península, enquanto organismo político autônomo; internamente, os romanos se apresentavam como dois corpos distintos que lutavam por seus próprios interesses.

Ressalvemos, entretanto, que entre os plebeus existiam indivíduos enriquecidos (graças, sobretudo, ao comércio) que almejavam à equiparação política e civil com o patriciado, mas sem a dissolução destes últimos. Urgia integrar-se com os mesmos, pois possuíam também riqueza e, conseqüentemente, interesses convergentes. Mas a fusão entre plebeus ricos e patricios só se concretizou em período posterior; o importante aqui é termos em mente que existiam indivíduos plebeus que amealharam fortuna.

A Codificação das XII Tábuas

Em 462 a.C. o tribuno da plebe Terentílio Arsa propõe que se organize todas as leis que abrangessem o direito público e privado em Roma e que tais leis viessem a ser afixadas em local público para conhecimento de todos. Dez homens de reputada sabedoria e boa-fé seriam encarregados da tarefa. A *Lex Terentilia*, como ficou conhecida, sofreu contestação por parte dos senadores (lembramos que o Senado romano ratificava todas as decisões políticas; sem a sua aprovação nada entrava em vigor. Como o Senado era por excelência todo patricio, tornar público o direito era medida que contrariava seus interesses), mas dez anos mais tarde ficou decidido que uma comissão formada por dez patricios se ocuparia da elaboração. Os decênviros, como foram chamados, substituíram as funções de todas as magistraturas daquele período. Para efetivar a codificação, os romanos teriam enviado uma embaixada à Grécia (ou, talvez, à Magna Grécia) para tomar contato com as leis de Sólon e outras legislações. Em 451 ter-se-ia redigido dez tábuas, complementadas por mais duas no ano seguinte. As XII Tábuas (*leges duodecim tabularum*) teriam sido expostas ao

público no *Forum Romanum*, talhadas em bronze. A invasão gaulesa de Roma, ocorrida no início do quarto século antes de Cristo, destruiu as tábuas, que seriam reconstituídas logo depois, posto que já se achavam arraigadas na memória dos romanos.³

Mas, afinal, o que seria abarcado pela lei? Teriam os decênviros tão somente sistematizado o conjunto de leis e costumes existentes ou criaram um novo corpo legislativo? Apesar de persistirem na lei várias determinações que remontam aos séculos anteriores (é o caso, por exemplo, dos pontos abarcados na Tábua IV, que conservam o poder do *pater* em relação aos filhos legítimos, podendo estes serem vendidos ou condenados à morte pelo *pater*), a *lex decemviralis* (outra maneira pela qual a lei ficou conhecida) se afasta em inúmeros pontos do direito antigo. Atendo-se ainda à quarta tábua, vemos que, se o *pater* vender o filho por três vezes, seu poder pátrio não recairá mais sobre o filho, ficando este último livre de quaisquer obrigações. Foi um duro golpe vibrado pelo direito romano sobre a autoridade paterna (COULANGES, 1975, p.248), o que comprova que, já no início da república, a gens se encontrava em processo franco de dissolução. As instituições criadas ou aperfeiçoadas – magistraturas, assembléias – no início da República gradativamente substituíam, no âmbito da cidade, as prerrogativas dos *patres*; as XII Tábuas refletiam esta mudança nas bases da organização política romana (fique claro, não obstante, que o papel do *pater* manteve importância ao longo da história de Roma).

Outro ponto a ser destacado diz respeito ao direito de propriedade. O direito primitivo, calcado na religião, pregava a indivisibilidade da terra, pertencendo a toda gens. A quinta tábua estabelecia a faculdade de testamento aos indivíduos; portanto, se determinada propriedade fosse legada a algum ou vários indivíduos via testamento, adquiriria força de lei tal proposição e os bens viriam a ser divididos.

Assim, sem mais delongas, podemos perceber que o código das XII Tábuas já se afasta muito do direito antigo (COULANGES, 1975; MEIRA, 1972). Refletia em suas deliberações as novas condições em que Roma se via mergulhada; não obstante, como nada na história humana é finalizado

³ As XII Tábuas sofreram inúmeras alterações, desde os juristas romanos que a ela recorriam para elucidar certos casos, passando por grandes compilações – justinianas e outras elaboradas durante o medievo – até romanistas dos tempos modernos. Os fragmentos da lei foram reconstituídos e catalogados por Jacques Godefroy, no século XVII; Dirksen, no século XIX, empreendeu um trabalho mais completo e seguro de reconstituição, mas tendo por base a obra de Godefroy. As reconstituições modernamente utilizadas baseiam-se no trabalho destes dois romanistas (PEIXOTO, 1950, p. 59; MEIRA, 1966, p.86-9.).

subitamente, apresentava traços do direito consuetudinário que vigorou nos séculos anteriores.

Em relação ao grande número de citações existentes na lei referentes à agricultura (a segunda, sexta e oitava tábuas apresentam vários pontos concernentes ao tema), representaria, segundo Peixoto, o verdadeiro caráter das XII Tábuas: a lei seria um código rural (1950, p.57). Partindo desta assertiva, Peixoto ignora uma das principais características da sociedade romana, eminentemente campesina e pastoril. O código, obviamente, refletia as condições de sua época e por isso, fazia-se mister regulamentar atos que diziam respeito à demarcação de propriedades, conservação de caminhos rurais, poda de árvores entre outros. Kolendo demonstrou que os indivíduos que encabeçavam a sociedade romana no período alto-republicano eram camponeses (apud GIARDINA, 1992, p.171).

A influência de outros povos na elaboração decenviral, especialmente a helênica, fez-se sentir. A Tábua IX, que compreendia leis de direito sagrado, apresentava preceitos relativos a sepulcros, gastos e lamentações em funerais que são praticamente idênticos aos implementados por Sólon em Atenas, no início do sexto século antes de Cristo. Cícero, por sua vez, também fez essa alusão em *Das Leis* (1967, p.87) e em *Da Republica* aludiu várias vezes, especialmente no Livro Segundo (II, XVI; II, XXIV), aos contatos que os romanos desde o início da cidade mantinham com povos estrangeiros. O papel da organização política e social etrusca, pode ter influenciado também (BLOCH, 1966). Realmente, era do feitio romano se apoderar de fatores pertencentes a outrem, tal como ocorria com divindades de outras cidades apropriadas pelos romanos quando estes as venciam em determinada batalha (GRANT, 1987, p.45-6). Apesar disso, cremos que a elaboração da lei constituiu um ato genuinamente romano, produto “de uma sociedade em formação e de um povo profundamente inclinado para o estudo da ciência jurídica” (MEIRA, 1972, p.48), o que não eliminaria de maneira alguma influências de outras culturas.

Passemos agora a uma questão crucial: até que grau a codificação das leis promoveu a *aequatio iuris*, e de que maneira contribuiu para o apaziguamento entre as camadas patricias e plebéias, beneficiando sobremaneira os últimos em detrimento dos primeiros. A grande inovação e benefício acalentado aos plebeus pela lei residiu no fato de que, pela primeira vez na história do direito romano, um conjunto de leis foi redigido e tomado público, o que determinava o fim do privilégio patricio em torno do direito. Enquanto conhecimento ligado à religião, o direito orbitava e era transmitido – oralmente – apenas entre os pontífices (leia-se patricios, visto que o pontificado era-lhes restrito). As XII Tábuas tomaram o direito acessível ao conhecimento

dos plebeus: estes podiam apelar contra as injustiças cometidas pelo patriciado tendo por base prescrições e penalidades bem definidas, ao contrário do que acontecia quando submetidos ao direito consuetudinário, pouco claro e a mercê pontifical (ÁLFOLDY, 1989, p.32).

No entanto, as disposições das leis eram rígidas e duras em relação à plebe. A principal, contida na Tábua XI, proibia o casamento entre patricios e plebeus; também o *nexum* – servidão por dívidas – não foi abolido, como atesta a terceira tábua. O(s) credor(es) tinham o direito de usufruir do devedor como bem entendessem, podendo matá-lo ou vendê-lo a um estrangeiro além do Tibre. O *nexum* constituiu-se na principal forma do patriciado obter escravos nos dois primeiros séculos da república (GRANT, 1987). Em termos de igualdade jurídica, portanto, a lei decenviral se mostrou pouco condescendente em relação aos plebeus. Além disso, apesar de adquirirem o conhecimento das leis, os plebeus não tinham ciência do processo, das ações da lei e de todo o formalismo que as caracterizava (somente em 312 a.C. Cneu Flávio, um liberto do censor Ápio Cláudio *Caecus*, sistematizou e publicou tais ações, sob o nome de *Ius Flavianum*). Por formalismo, compreendemos este direito como mecânico, casuístico e rigoroso, sendo insubstituível sua forma. Tomemos como exemplo a Tábua II, relativa a julgamentos e furtos: diz que, “se alguém, sem razão, cortou árvores de outrem, que seja condenado a indenizar à razão de 25 asses⁴ por árvore cortada”; se uma pessoa cortasse as videiras de outra e esta que sofreu o dano intentasse uma ação para ser ressarcido, “perderia a causa, caso empregasse a expressão vites (videiras) em vez de arbores (árvores), como exigia a lei das XII Tábuas” (PEIXOTO, 1950, p.6).

Ainda em relação ao formalismo que caracterizava a lei, podemos compreendê-lo partindo da perspectiva de que as XII Tábuas serviram como um instrumento de normatização do corpo de cidadãos dentro do delicado momento de constituição de Roma enquanto uma cidade-Estado propriamente dita; era necessário impor regras rígidas que garantissem as bases da nova organização política, visto que tratamos do início da época republicana.

Ao reconhecer a plebe e, sobretudo, ao transformar o direito em conhecimento escrito e público, as XII Tábuas assumiram papel indiscutível dentro do panorama de reforma política e social que se desenrolava na *civitas*, representando importante conquista para a plebe.

⁴ Moeda romana que contava com Juno em uma de suas faces. Um as equivalia a, aproximadamente, 300g de bronze.

Conclusão

A promulgação das XII Tábuas foi, sem dúvida, um resultado das condições sociais e políticas romanas daquele período. A luta política entre patriciado e plebe e a consolidação de Roma no Lácio compõem o pano de fundo da elaboração da lei. Atenemos agora, todavia, a outros significados, igualmente importantes, que a lei dos decênviros adquiriu.

A Lei das XII Tábuas não constituiu a primeira codificação levada a cabo pelos seres humanos. Muito antes dela, surgiram várias, como o Código de Hamurabi, o Código de Manu, o Decálogo de Moisés, entre outros; para ficarmos nos mais conhecidos. O grande diferencial da codificação romana em relação a todos os demais similares da Antigüidade residiu no fato de que foi realizado inteiramente por homens e por estes foi emanado. O elemento divino, enquanto responsável ou condutor direto dos indivíduos na realização das ações não se fez presente nas Doze Tábuas, fato inédito até aquele momento. "À diferença de muitos direitos do Oriente antigo, ele (as XII Tábuas) não pretende traduzir a vontade dos deuses" (GAUDEMET, 1988, p.32).

Neste ponto talvez resida o maior legado da lei decenviral. É um direito laico (*ius*), que não emana dos deuses (*fas*) e nem pretende regular as relações entre estes e os homens. A lei continha vários preceitos referentes à religião; até mesmo o formalismo arcaico, aludido anteriormente, que ditava as ações da lei é um reflexo do tempo em que direito e religião se encontravam indistintos. Contudo, o que é digno de nota foi a evolução sofrida pelo direito romano em tão curto espaço de tempo: as Doze Tábuas constituem o marco inicial do direito enquanto ciência, produzido por e para o homem. O direito romano, a partir da codificação dos decênviros, assumiria gradualmente os traços que o caracterizariam e, conseqüentemente, lhe garantiriam relevância: foi o único na Antigüidade a ser "cientificamente" elaborado, além de ter produzido indivíduos que se dedicaram exclusivamente a ele, enquanto profissão (SCHIAVONE, apud GIARDINA, 1992, p.76). Outros autores apontam as XII Tábuas como verdadeira secularização do direito, resultado de um movimento ainda maior de secularização das instituições romanas (MEIRA, 1972, p.77). A atualização das leis atendia às necessidades que o novo regime – a República – implicava, apesar de não revogar antigas normas de direito sagrado.

Finalizemos com as palavras de Girard:

A lei das XII Tábuas, como todos os documentos jurídicos, merece estudo sob três aspectos: passado, presente e futuro. Presente, isto é, no momento de sua redação; passado, no que se refere aos seus precedentes, formas de direito

arcaico de que deriva ou substitui; futuro, o papel que desempenhou na vida jurídica posterior, a evolução de que foi ponto de partida (apud MEIRA, 1972, p.19).

- **ABSTRACT:** *The codify of the Twelve Tables, crucial boundary in Roman law history, reproduced Roman's social conditions in fifth century B.C. At that moment, civitas looked for its autonomy face another peninsular people, as well Rome was passing by an internal conflict among two antagonic classes. The XII Tables, result of this time, allow us to clear up Roman's situation in the beginning of republic and, also, the earlier period of monarchy.*
- **KEYWORDS:** *Early Roman Republic; The Law of the Twelve Tables; Roman Law.*

FONTES:

The Twelve Tables (451-450 B.C.) (em inglês). Disponível em: <<www.fordham.edu/halsall/ancient/asbook.html>>. Acessado em 03/11/2002.

Twelve Tables of Law, Avalon Project From Yale University (em inglês). Disponível em: <<www.yale.edu/lawweb/avalon/medieval/twelve_tables.htm>>. Acessado em 03/11/2001.

Moedas e Medidas de superfície romanas (em espanhol). Disponível em: <<<http://webs.sinectis.com.ar/mcagliani/medidas.htm>>>. Acessado em 22/01/2003.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ÄLFOLDY, Géza. *A história social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

BLOCH, Raymond. *Origens de Roma*. Lisboa: Editorial Verbo, 1966.

CÍCERO, Marco Túlio. *Da República*. 5.ed. Trad: Amador Cisneiros. Rio de Janeiro: Ediouro, [s/d].

_____. *Das leis*. Trad: Otávio T. de Brito. São Paulo: Cultrix, 1967.

COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. Estudos sobre o culto, o direito, as instituições da Grécia e de Roma. 12.ed. São Paulo: Hemus, 1975.

FINLEY, M.I. *A economia antiga*. 2.ed. Lisboa: Afrontamento, 1986.

GAUDEMET, Jean. O milagre romano. In: BRAUDEL, Fernand. Os homens e a herança no Mediterrâneo. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p.27-50.

GIARDINA, Andrea (org.). *O homem romano*. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

GRANT, Michael. *História de Roma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

LOT, Jair Vieira (supervisão). *Código de Hamurabi; Código de Manu; Lei das XII Tábuas*. Bauru: Edipro, 2002.

MEIRA, Silvio A. B. *História e fontes do direito romano*. São Paulo: Edusp/Editora Saraiva, 1966.

_____. *A Lei das XII Tábuas – Fonte do direito público e privado*. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

PEIXOTO, José Carlos de Matos. *Curso de direito romano*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fortaleza, 1950.

O ANÔNIMO PERUSINO: A DESVENTURA DE UM TEXTO E SEU VALOR PARA A HISTÓRIA DOS PRIMEIROS FRANCISCANOS

André Luis PEREIRA*

- RESUMO: O presente artigo procura explorar a importância do *Anônimo Perusino* para o estudo da Ordem Franciscana e identificar na obra os pontos essenciais do carisma e da ação dos frades menores na sociedade do início do século XIII.
- UNITERMOS: Franciscanismo; Idade Média; sociedade; crítica interna.

Introdução

O movimento fundado por Francisco de Assis em 16 de abril de 1208, data comumente aceita, tomou-se, num arco cronológico bastante curto, uma das ordens religiosas mais importantes da Igreja no século XIII. Tamanho desenvolvimento não deixa de causar interesse, sobretudo quando se busca compreender não tanto ou não apenas as razões da expansão, com suas inerentes contradições, mas os elementos fundantes daquele primitivo ideal que travaram relações com a sociedade. Nesse sentido, o *Anônimo Perusino* ganha um destaque todo especial ao propor-se como memória das origens e como exortação para que essa memória seja transformada em *praxis*; assim, ao mesmo tempo, capta-se seu duplo sentido: carisma e ação, num discurso que visa a conciliar a continuidade da intuição originária dentro de sua institucionalização. Este texto pretende discorrer sobre, primeiro alguns elementos de crítica interna do documento e, posteriormente, analisar a

* Graduando do curso de História da Unesp campus de Franca. Sob orientação da Profa. Dra. Néri de Barros Almeida. Bolsista: FAPESP.

importância de seu testemunho para o estudo historiográfico das origens do movimento franciscano.

1 – Datação e autoria

Muito embora o bolandista Costanzo Suykens tenha intitulado *Anônimo Perusino* o manuscrito encontrado na biblioteca conventual de São Francisco al Prato em Perusa em 1768, visto que não havia nenhuma referência explícita ao seu autor, os historiadores do franciscanismo desde 1972, quando da primeira edição crítica do texto feita por Lorenzo Di Fonzo na Revista *Miscellanea Franciscana* n. 72, atribuem-no a Frei João, companheiro e confessor de Frei Egidio de Assis, terceiro discípulo de São Francisco; tal suposição afirma-se no testemunho da chamada *Carta de Greccio* de 11 de agosto de 1246, escrita por Leão, Rufino e Ângelo, antigos companheiros do fundador, e endereçada a Crescêncio de lesi, então ministro geral da ordem franciscana, responsável desde o capítulo geral celebrado em Gênova em 1244, por recolher todos os depoimentos acerca da vida de Francisco elaborados pelos seguidores que com ele conviveram. A carta menciona o nome de alguns frades que recolheram as memórias e os testemunhos de S. Francisco como Filipe, Iluminado de Arce, Maseo de Marignano e João, porém este último é descrito mais demoradamente, destacando-se o seu estreito convívio com o *venerável* Frei Egidio e Frei Bernardo, com os quais veio a aprender muita coisa acerca de Francisco e de sua ordem nascente.¹ A carta dá a entender que, junto ao relato de Leão enviado a Crescêncio, havia outros documentos possivelmente desses frades mencionados, entre os quais o próprio *Anônimo Perusino* (AP) (URIBE, 1999, p.173).

Visto que o autor do AP, no prólogo de sua obra, intitula-se testemunha ocular e discípulo dos primeiros frades menores e, dado o relevo de Egidio e Bernardo no texto, os historiadores, desde P. Beguin passando por J. Dalarun e F. Uribe, não vêem dificuldades em atribuir a autoria do AP a este Frei João de Perusa mencionado na *Carta de Greccio*. Sobre sua vida pouco se sabe além das informações dadas na supracitada carta e das escassas referências feitas por si mesmo em suas obras; porém F. Uribe (1999, p.173), baseando-se na crítica de L. Di Fonzo, apresenta alguns dados relevantes acerca do nosso autor: teria nascido em 1200 em lugar não identificado, entrou na ordem durante os primeiros anos de fundação, isto é, entre 1215 – 1220; começou a acompanhar

¹ “[...] et fratrem Iohannem socium venerabilis patris fratris Egidii qui plura de his habuit ab eodem sancto fratre Egidio, et sanctae memoriae fratre Bernardo primo socio beati Francisci...” cfr. URIBE, 1999: 172.

Egidio a partir de 1225/6,⁶ quando possivelmente foi ordenado sacerdote tornando-se seu confessor; viveu com ele até a morte deste em 1262. A referência a Perusa, anexa a seu nome, deve-se a dois motivos: ao grande período em que lá viveu junto com Egidio no eremitério de Monterripido e à sua possível morte no convento dessa cidade, onde foram encontrados dois manuscritos integrais do AP.

Como bem destaca J. Dalarun (1996, p.121), a história deste texto é desafortunada. Primeiro porque apenas em 1381 ele foi encontrado em Assis, durante o inventário da biblioteca do Sacro Convento, num códice datado da metade do séc. XIV, que, contudo, se perdeu. Segundo, outro códice datado do séc. XV encontrado em Perusa só foi estudado e copiado entre 1759 e 1765, depois do que se perdeu também. Terceiro, o chamado *códice de Braunchweig* do séc. XV contém apenas a terça parte da obra escrita em espanhol de 1492.

Se não fosse a cópia realizada pelo bolandista no séc. XVIII, feita a partir do manuscrito de Perusa, nada se poderia conhecer desta obra, publicada pela primeira vez em 1902 por François Van Ortruy na Revista *Miscellanea Franciscana*. Entretanto, a primeira edição crítica veio à luz apenas em 1972 graças aos estudos de Di Fonzo, cuja publicação utilizei, seguida por P. Beguin que, em 1979, também publicou outra edição crítica. Por causa desse contexto, diria conturbado, houve muita discordância entre os pesquisadores sobre a datação do texto do AP. Torna-se extremamente complicado levar em conta tão somente os elementos da crítica externa do documento, visto que suas cópias mais antigas perderam-se e a que permanece hoje no convento dos franciscanos conventuais de Roma data de 1808. Os historiadores, então, procuraram avaliar as informações constantes no interior da obra que fornece alguns marcos cronológicos através dos quais é possível aventar hipóteses. Apresento três delas (URIBE, 1999, p.174):

- 1) Giuseppe Abati avalia que a obra tenha sido escrita muito após a morte de Frei Egidio em 1262, visto que o autor faz grandes elogios à vida santa de Egidio;
- 2) Lorenzo Di Fonzo pensa que houve duas redações, uma após a morte de Egidio e outra, mais elaborada, apresentada ao capítulo de 1292;
- 3) Pierre Beguin, por sua vez, amparado pela crítica interna do texto, o situa entre 4 de março de 1240 e 22 de agosto de 1241.

De certa forma todas as três hipóteses relacionam-se aos dados do documento, todavia a de P. Beguin é mais precisa quanto à avaliação da cronologia dispersa pelo texto. Jacques Dalarun (1996, p.122) e Fernando Uribe

(1999, p.175) são concordes em optar pela hipótese de Beguin, com qual também concordo pelos seguintes motivos:

O autor do AP, ao descrever os inícios e o desenvolvimento da ordem franciscana, menciona vários personagens insignes desses primeiros tempos como Egídio, Bernardo, Pedro, Silvestre, Hugolino, que se tomou o papa Gregório IX, e outros; a uns refere-se enquanto vivos, de outros menciona a morte. Vejamos: o texto faz referência à morte de Frei Silvestre, quarto companheiro de Francisco, ocorrida em 4 de março de 1240; ao contrário, não fala da morte de Bernardo e nem de Egido, sendo que a eles o autor conferiu um acentuado protagonismo; refere-se ao cardeal Hugolino, à sua ação como protetor da ordem e à sua eleição como papa, e não faz menção à sua morte ocorrida em 22 de agosto de 1241, e nem utiliza expressões póstumas comumente empregadas ao se falar de personagens ilustres. Por fim, ao se dar crédito às informações da *Carta de Greccio* de 1246 e ao se concordar com a autoria de João de Perusa, não se pode estender a datação do documento além da redação da *Carta de Greccio*.

2 – Fontes utilizadas pelo autor

Como foi visto, o autor do AP apresenta-se como companheiro e discípulo dos primeiros frades menores, testemunha ocular de seus atos e ensinamentos;². Fica claro, então, que a primeira grande fonte por ele utilizada foi esta convivência de anos com os ditos frades, povoando sua memória de recordações. Pela leitura do documento percebe-se com certa nitidez também a considerável influência dos chamados *Escritos de São Francisco*, tais como suas duas regras, o testamento e as admoestações. Algumas vezes o autor cita literalmente trechos desses escritos, outras faz alusão livre aos mesmos, o que é de fundamental interesse para apoiar a datação mais remota de P. Beguin, pois os escritos de Francisco foram redigidos entre aproximadamente 1220 a 1226, sendo também fontes despojadas do espírito hagiográfico posterior à canonização de São Francisco de Assis em 1228.

O AP não faz menção explícita à *Vita Prima* de Celano concluída em 1228, mas como esta *Vita* é o primeiro documento oficial da vida do novo santo, ela não poderia ser ignorada por Frei João. Como afirma Uribe (1999, p.180), o texto é independente, no seu conjunto, de Tomás de Celano e de Juliano de Espira; nesse sentido o AP apresenta-se como obra original e não apenas uma compilação ou resumo de outros documentos.

² “[...] ego Qui actus eorum vidi, verba audivis, quorum etiam discipulis fui...” AP, prólogo, 2.

3 – Título e objetivos

Desde o séc. XVIII o documento é chamado de *Anônimo*, porém seu autor dá-lhe outro título, mais claro e objetivo: “*De inceptione vel fundamento ordinis et actibus illorum fratrum minorum qui fuerunt primi in religione et socii B. Francisci.*”³

Não se poderia esperar nitidez maior. O autor quer narrar os inícios e o fundamento da ordem. Percebe-se de imediato estes dois objetivos: centrar a narração nos primórdios do movimento, o que o autor faz narrando até à canonização do fundador, e relembrar os atos, as ações e os feitos daqueles que por primeiro ingressaram na ordem e tornaram-se companheiros de Francisco. Destes dados pode-se concluir que a obra não foi composta como biografia nem de Francisco e nem de seus discípulos e também não é uma hagiografia *strictu sensu*, embora preserve elementos da mesma. Concordo com Uribe, (1999, p.183) que classifica o estilo da obra de crônica-hagiográfica, pois Frei João serviu-se de uma precisão cronológica digna de nota, narrando linearmente os fatos numa seqüência lógica sem esquecer o estilo piedoso e os propósitos espirituais.

Além desses objetivos o autor destaca outros no prólogo e no epílogo: ele quer narrar esses fatos para a edificação espiritual dos frades, seus leitores e ouvintes, a fim de que a lembrança dos prodígios realizados por Deus no início da ordem leve os frades pósteros a imitar o valoroso empenho e exemplo dos primeiros (pról. 2; epil. 48). Pensa ele que a contínua recordação e meditação dos feitos desses *homens valorosos* podem levar os seus sucessores a compreender a essência de seu modo de vida e a transformar em obras a sua doutrina, porque, segundo ele, é dessa “concretização” do exemplo santificante dos primeiros franciscanos que os outros poderiam tornar-se participantes da mesma glória celeste daqueles.⁴

Os objetivos do autor são claros: não quer fazer estritamente uma história da ordem, pois nem mesmo menciona os problemas sérios que vieram a abalá-la em 1219, cujos efeitos afastaram Francisco da sua direção e levaram a cúria romana a intervir. Também não centra a narração em Francisco, mas destaca a colegialidade dos frades em torno do fundador. Na verdade, mais do que fatos, o autor quer exaltar o primitivo modo de vida franciscano, sua essência, vocação,

³ “Sobre o começo ou fundamento da ordem e sobre os atos daqueles frades menores que primeiro entraram na religião e foram companheiros do B. Francisco.”

⁴ “Rogo autem vos (...) quae patribus et fratribus nostris carissimis conscripsimus, diligenter meditatis, recte intelligatis et opere adimplere studeatis, ut cum eis esse participes caelestis gloriae mereamur.” Epílogo.

opções, renúncias e apostolado. O *incipit* já o afirma: narrar "os inícios e o fundamento da ordem"; de um lado o seu aspecto, diria, mais cronológico ou até historiográfico: os inícios; e de outro o aspecto "vocacional", carismático ou as motivações por detrás dos feitos desses primeiros franciscanos: o seu fundamento. Tudo isso para que da recordação surja a mesma *praxis* e da *praxis* a escatologia.

4 – Organização do texto

O *AP* é uma fonte relativamente pequena, abrange 12 capítulos, com prólogo e epílogo. O texto começa pela narração da conversão de Francisco, quando ele abandonou a profissão de comerciante e, depois a jornada militar que empreendera para tornar-se cavaleiro, voltou para Assis e começou uma vida de penitência junto às igrejas da cidade. Em 1207, a 16 de abril, chegaram os primeiros dois seguidores: Bernardo e Pedro. Essa data marca o início da narração e descreve os atos principais do desvencilhamento de Francisco da profissão e da família, aquilo que ele chamou em seu Testamento de "sair do século"⁵ e iniciar a fazer penitência junto aos leprosos;⁶. Na seqüência vem descrito a recepção de Bernardo e Pedro, dois cidadãos de Assis que, ao contrário de Francisco, puderam fazer aquilo que ele gostaria de ter feito: vender todos os seus bens e dá-los aos pobres.⁷ O texto encerra-se com a morte e a canonização de Francisco; porém, entre o início da ordem e a morte do fundador, o *AP* descreve com vivacidade os primeiros anos desse movimento cuja novidade de vida o autor tão bem ressalta. Apresento os pontos principais através do esquema abaixo:

- Cap. 1: conversão de Francisco;
- Caps. 2-6: o início da vida dos frades menores;
- Cap. 7: a viagem a Roma e aprovação da ordem;
- Caps. 8-11: organização interna da ordem, a missão e apoio da Igreja;
- Cap. 12: morte e canonização de Francisco.

Dividindo-se o *AP* segundo o esquema dialético da tese, antítese e síntese temos que à tese corresponde os primeiros anos anteriores à aprovação papal quando a *religio* vivia sob a "intuição" ou a "inspiração" inicial; à antítese

⁵ "[...] et postea parum steti et exivi de saeculo." Test. 4.

⁶ "Dominus ita dedit mihi fratri Francisco incipere faciendi poenitentiam: (...) Et ipse Dominus conduxit me inter illos et feci misericordiam cum illis." Test. 1-2.

⁷ Cfr. Regra não Bulada 2, 4-7; Regra Bulada 2, 5-6.

corresponde o ponto alto da narrativa: a viagem a Roma, quando o papa Inocêncio III aprovou o modo de vida dos minoritas, Francisco prometeu-lhe obediência e os 11 frades fizeram-no a Francisco, como cabeça da nova ordem; a síntese, isto é, a institucionalização que se seguiu à bênção de Inocêncio, aparece na fonte como continuação da intuição inicial sem que o autor aponte tensões entre o carisma e a instituição. É como se com o *placet* de Roma, a ordem prosseguisse sem interrupção o caminho iniciado quando ainda era um grupo de penitentes de Assis. Com a aprovação da Igreja, a ordem pode levar a sua ação para além dos arredores de sua cidade, expandir-se e expandir a novidade de seu modo de vida.

5 – Fundação da Ordem e seus primeiros anos

Para o autor, a ordem dos frades menores foi inspirada por Deus para ajudar o seu povo a retomar o caminho esquecido dos mandamentos. Deus mesmo "enviou operários para a messe"⁸ a fim de que os pecadores se convertam e vivam. É um motivo escatológico preciso: a fé decadente na prática dos cristãos aguardava novos mensageiros para afervorá-la e redespertá-la. Esta concepção da decrepitude do tempo e da história, muito presente em vários autores medievais, dentre os quais destaco o abade cisterciense Elredo de Rivaux⁹ e o franciscano espiritual Ubertino de Casale¹⁰ que apontam para o envelhecimento do mundo e para o afastamento dos primitivos ideais de santidade, faz com que a consciência medieval seja orientada para o passado, para os tempos apostólicos (GUREVITCH, 1990, p.150) quando a observância dos preceitos cristãos levava os mártires a darem sua vida pela fé. Toda novidade, para adquirir sentido positivo no plano da fé, precisava apoiar-se nessa herança ancestral e trazê-la à tona através de práticas de conversão, ligadas com esse passado santificado pelos patriarcas da Igreja.

O mesmo acontece no *AP*, pois o autor, ao descrever a vida cotidiana dos franciscanos refere-se ao estilo de vida da Igreja Primitiva que eles encarnavam (cap. 6, 27). Antes dele já o bispo Jacques de Vitry, arguto observador da vida religiosa de seu tempo, em 1216 escrevia que os "irmãos e irmãs menores vivem de acordo com a forma de vida da Igreja Primitiva."¹¹ No *AP* esse retorno aos princípios da fé cristã caracteriza a *religio* franciscana desde o seu início.

⁸ "[...] adhuc tamen nolens mortem peccatoris sed ut convertatur et vivat, sua benignissima misericordia motus voluit operarios mittere in messem suam." Cap. 1, 3.

⁹ Cfr. SAN ELREDO DE RIVAL, *Sobre la vida reclusa*. Buenos Aires: Editorial Claretiana, 1980.

¹⁰ Cfr. UBERTINO DA CASALE, *L'Albero della vita crocifissa di Gesù*. Fonti Francescane. Assis: Ed. Movimento Francescano, 1978. Pp. 1687ss.

¹¹ Cfr. Lettera scritta nell'ottobre 1216 da Genova. Fonti Francescane. P. 1905.

Quando Bernardo e Pedro foram a Francisco para seguir-lhe, os três procuraram conselho nas palavras dos evangelhos: vender tudo e dar aos pobres (Mt 19, 21); renunciar a si mesmo e assumir a cruz (Mt 16, 24) e não levar nada pelo caminho, nem bastão, nem mochila, nem pão, nem dinheiro e nem duas túnicas (Lc 9, 3). Diante dessas passagens evangélicas, diria radicais, os três decidiram observá-las e a fazer delas sua regra.¹² De fato, duas dessas citações estavam inseridas literalmente na *Regra não Bulada* cap. 1 como condição para o ingresso na ordem.

A *religio* franciscana surgiu inserida nessa radicalidade evangélica, uma novidade com os olhos no passado. Sua fundação aconteceu a partir dessa decisão de Francisco, Bernardo e Pedro de viverem juntos numa cabana construída junto à igreja de S. Maria dos Anjos: pobre e abandonada.¹³ Ali, oito dias depois, foi acolhido o terceiro companheiro: Egidio de Assis, e dali Francisco partiu com ele para a primeira viagem "missionária": às Marcas de Ancona.

A partir dessa primeira viagem a fonte descreve a sensação de estranheza das pessoas que os viam. Eles passavam por cidades e castelos andando descalços, com hábito muito pobre, uma corda à cintura e sem comer quase nada.¹⁴ Exortavam o povo à penitência e ao amor por Deus. Muitos os julgavam loucos, bêbados e fanáticos; ninguém os seguia e as mulheres fugiam deles. O mesmo aconteceu quando os outros irmãos iam a Assis pedir esmola. As pessoas, indignadas por terem eles abandonado suas posses, não queriam dar-lhes esmolas: eram desprezados e tidos por loucos. O texto traz uma observação interessante sobre a negativa reação dos seculares e que nos revela indiretamente o estilo de vida religiosa da época: "naquele tempo não se via ninguém que abandonasse seus bens e fosse pedir esmolas de porta em porta" (cap. 3, 17). A novidade dessa opção desconcertava as pessoas, que não compreendiam seu profundo sentido.

Desde o primeiro momento da fundação da *religio*, o autor do AP insere o que para ele seria o verdadeiro objetivo dos frades: pregar aos homens e mulheres, exortando-os com palavras e exemplos a voltarem-se para Deus e lembrarem-se de seus mandamentos. A ordem existe para o proveito do mundo, portanto ela é aberta para a ação entre as pessoas, ela é apostólica, missionária e itinerante por vocação, não está circunscrita a nenhum lugar preciso como um

¹² "Haec erit regula nostra. Deinde ait illis duobus: ite et sicut audistis consilium Domini faciatis." Cap. 2, 11a.

¹³ "[...] invenerunt Ecclesiam quandam pauperulam quae derelictam, quae Sancta Maria de Portiuncula dicebatur. Et fecerunt ibi unam domunculam, ubi pariter morabantur." Cap. 3, 14b.

¹⁴ "Nudis pedibus ambulat, viles vestes induti sunt, parco cibo utentes." Cap. 3, 16b.

mosteiro ou convento, enquanto lugar sagrado voltado para observâncias regulares internas. Ir para o meio dos homens e instruir-lhes, participando de suas vicissitudes caracterizaria os frades menores que escolheram as cidades e castelos como seu campo de ação.

6 – A vida em fraternidade

Como já foi comentado, o texto articula-se em três eixos: os inícios, a ida a Roma e a posterior organização e expansão da ordem. Jacques Dalarun (1996, p.125) fala de uma dialética entre *religio* (momento da intuição, do início) e *ordo* (momento da institucionalização) e destaca que para Frei João de Perusa a passagem de um momento para o outro não modificou a inspiração evangélica primitiva, antes a confirmou e a legitimou. Para Frei João a intenção de Francisco era fundar com Bernardo e Pedro uma comunidade religiosa propriamente dita e não apenas um grupo de leigos associados em torno de algum interesse comum como as corporações de ofício ou as irmandades; por isso emprega desde o título a expressão *religio-religionis* que, no vocabulário eclesial, designava a vida religiosa no sentido institucional e, nesse caso, *religio* e *ordo* são tomadas como sinônimos, pois *ordo* significava, entre outras coisas, o conjunto de pessoas que viviam a vida religiosa sob determinada regra ou costumes (DESBONNETS, 1987, p.76). Jacques Dalarun, ao contrário, entende *religio* como um estado institucional intermediário anterior a *ordo*; Francisco teria fundado uma *religio* e as forças das circunstâncias aliadas à ação da Igreja a tomaram uma *ordo*. No AP essa questão de nomenclatura parece ser mais simples do que imaginou Dalarun, pois seu autor toma, de fato, *religio* como *ordo* e não se preocupa em apontar as transformações do movimento franciscano pela mudança de vocabulário.

Pode-se observar a linearidade do discurso sobre o *modus vivendi* dos franciscanos antes e depois de sua organização; além do mais o texto cita a aprovação pontifícia com a profissão de obediência, no entanto deixa ao arbítrio de Francisco, enquanto fundador, o cuidado pela organização interna de sua ordem em franca expansão numérica: a institucionalização, no sentido dado por Frei João, não foi uma imposição, mas uma necessidade exigida pelo crescimento da ordem, como forma de manter coeso o seu ideal.

Por isso, ao traçar um esboço da vida desses frades, incluo o antes e o depois da viagem a Roma, seguindo o raciocínio do autor:

A vida comunitária franciscana era permeada de alegria mesmo em meio de adversidades. Os irmãos alternavam sua vida entre oração e trabalho, aos moldes do esquema beneditino. A base da convivência entre eles era o amor "maternal" já expresso na *Regra não Bulada* (cap. 9, 14) e bem de acordo com o

espírito de Francisco.¹⁵ As relações de superioridade, comuns ao *ethos* monástico solidamente hierarquizado, alicerçavam-se, no interior da *religio* franciscana, no rebaixamento dos superiores, "como o empregado faz com seu patrão" (cap. 6, 26). A obediência também destaca-se como renúncia da vontade própria e, portanto, une-se à pobreza, que era assumida pessoal e comunitariamente: a ausência de bens e posses comunitários espantou o bispo de Assis e o papa Inocêncio, como veremos.

Embora pobres e vivendo espontaneamente junto aos pobres, eles acolhiam e respeitavam os ricos, de quem, segundo Francisco, Deus também é Senhor e pai (8, 38). Junto à pobreza e como consequência os frades uniram a mais completa aversão ao dinheiro e à avareza.

Acerca da moradia dos frades vimos que escolheram como primeiro endereço a pequena igreja próxima de Assis, a Porciúncula, na qual construíram uma *domuncula*, isto é, uma casinha onde começaram a morar. Em nenhum momento a fonte utiliza expressões comuns ao vocabulário religioso-monástico para designar o tipo de residência dos menores; e isto não se deve a uma falta de erudição, pois o autor em outros momentos, como no capítulo 11, dá provas de conhecer bem o vocabulário formal das estruturas eclesiásticas. No capítulo 3 utilizou *domuncula* e no 9 *loca* (lugares), que é um termo genérico. Pode-se deduzir então que a provisoriedade residencial marcou os primeiros tempos da ordem. Seu modo de vida itinerante os impedia de preocuparem-se com residências fixas, amplas instalações e estavam sempre dependentes da ajuda de prelados ou seculares para conseguirem hospedagem. Tais lugares (*loca*) construídos para os frades ou emprestados a eles¹⁶ ficavam nas cidades e castelos¹⁷ realmente no meio do povo, rompendo a tradição monástica que preferia construir mosteiros nos campos.

A atitude franciscana caracterizava-se pela itinerância, pobreza, ausência de posses, provisoriedade, mendicância, apostolado urbano, fraternidade, além das outras virtudes inerentes ao estado religioso e que a fonte enumera.

Devido a esta atitude ou características essenciais que acentuam a especificidade dos menores, estes espalhavam-se pelas diversas regiões da Europa. Pensando na forma de manter a coesão de seu grupo, Francisco determinou a celebração de dois capítulos anuais (assembléias gerais): um no dia de Pentecostes e outro no dia de São Miguel – 29 de setembro. Os capítulos

¹⁵ cfr. Trabalho de Sônia de MOURA, O amor materno na experiência franciscana. *Cadernos Franciscanos* 15 (2000) 98-104.

¹⁶ Tomás de Eccleston, em sua crônica *De Adventu Fratrum Minorum in Angliam*, fala que na Inglaterra os frades costumavam alugar casas onde moravam, eis uma provisoriedade ainda maior.

¹⁷ "[...] donec ipsi postmodum aedificaverunt loca sua in urbibus et in castris." Cap. 9, 41.

serviam para congregar os frades a fim de reverem a sua vida e melhorar a observância da regra. Neles, Francisco exortava seus irmãos e os aconselhava a permanecerem firmes na *inspiração evangélica* e na *obediência para com a Igreja* (cap. 8, 37). Após o capítulo, os irmãos eram distribuídos pelas diversas regiões onde pregavam segundo a autorização de Francisco. Nada levavam consigo a não ser o Breviário para a oração das horas canônicas. Com o acelerado aumento de frades, Francisco viu a necessidade de ampliar a administração da ordem: elegeram-se ministros provinciais que eram responsáveis por um grupo mais reduzido de irmãos: estes estariam articulados e ligados ao ministro geral. A criação das províncias e dos provinciais marcou o desenvolvimento da ordem cujo controle apenas Francisco, como ministro geral, não conseguia realizar. E diferentemente do monasticismo com mosteiros independentes dirigidos por abades autônomos, os provinciais e suas províncias estavam ligados ao geral de maneira subordinada e o governo era centralizado. As províncias eram circunscrições regionais de frades; não estavam limitadas, como no caso dos monges, a algum lugar, mas eram formadas pelo conjunto de frades morando numa determinada região.

7 – A viagem a Roma e as relações com a Igreja

O cap. 7 do AP é dedicado à viagem de Francisco e seus 11 primeiros discípulos a Roma, onde foram buscar a aprovação papal para seu gênero de vida. Vimos o significado institucional que este encontro com o papa trouxe para a ordem. O autor diz que o desejo partiu do próprio Francisco ao intuir o projeto de Deus para o seu grupo: Deus queria torná-los uma grande congregação.¹⁸ Desde o cap. 3, e no limite, desde o 2, ele deixa claro que o fundador sabia de antemão que sua família religiosa tomar-se-ia, em pouco tempo, grande e numerosa, que muitos homens ilustres, nobres e eruditos iriam ingressar em suas fileiras para expandir o reino de Deus. Óbvio está que, na altura em que o nosso autor redigiu seu texto, a ordem franciscana contava com centenas de membros espalhados pelos quatro cantos da cristandade, sendo já um dos "braços direitos" da Igreja; Frei João queria justificar o desenvolvimento da ordem com base nessa premonição de Francisco: seu grande crescimento não teria traído aquela inspiração das origens. Estaria ele sendo fiel aos acontecimentos narrados por outras fontes?

Em Roma os frades contaram com a ajuda do bispo de Assis que, por sua vez, os apresentou ao influente cardeal João de São Paulo. Graças à simpatia do cardeal pelos frades o acesso ao papa facilitou-se. João de S. Paulo teria

¹⁸ *Video, fratres, quod Dominus congregationem magnam facere vult de nobis.* Cap. 7, 31 a.

percebido pelas conversas com Francisco quais seriam os projetos de Deus acerca daquele grupo e os apresentou ao papa. Francisco e os seus seriam os instrumentos da renovação da Igreja no mundo (cap. 7, 33) através da observância plena do evangelho.

Diante do papa, Francisco expôs seu *propositum et vitam*. O papa fez apenas uma objeção: a vida sem posses materiais era áspera e dura e os frades precisariam preocupar-se com seu sustento. A mesma observação fez o bispo de Assis antes da ida a Roma (cap. 3, 17) à qual Francisco respondeu alegando que quem possui bens precisa protegê-los e pegar em armas: daí resultam litígios e contendas que impedem o amor ao próximo. O bispo contentou-se com a resposta e permitiu que continuassem a viver daquele modo, mas o papa, ao contrário, pediu que Francisco refletisse melhor sobre os desafios de uma vida sem segurança; Inocêncio percebia que bons propósitos podem mudar com o tempo e o discernimento se faz necessário (cap. 7, 34).

Após o primeiro encontro houve um outro em que Francisco contou ao papa uma parábola que assim poderia ser resumida: se Deus suscitou filhos a Francisco, também os sustentaria. Tendo o papa percebido a sabedoria dele, decidiu apoiá-lo; aprovou-lhe a regra, autorizou-lhe a pregação em qualquer lugar, deu-lhe poder para autorizar seus frades a pregarem e recebeu o voto de obediência de Francisco e este o de seus frades. Segundo o texto, o cardeal João os fez tonsurar: a ordem dos frades menores estava de fato instituída. O autor do AP não faz críticas à ação da Igreja que, aliás, foi mínima nessa circunstância: o pontífice aprovou a ordem sem alterar-lhe os princípios. Quanto à questão da tonsura, símbolo do estado clerical, que poderia soar como um crime contra os ideais de um movimento nascido de leigos, João de Perusa diz que a tonsura foi feita por causa da devoção do cardeal pelos menores (cap. 7, 36), e dessa devoção pode-se concluir que ele quisesse protegê-los com o sinal inconfundível de que pertenciam à Igreja, estavam sob sua proteção não sendo, contudo, hereges.

Percebe-se pelo texto a deliberada vontade do fundador de conseguir o apoio papal e até a sua insistência. Os franciscanos foram acolhidos pela Igreja, pois a procuraram desde o início. Aquele grupo que há um ou dois anos antes se dizia: grupo de penitentes de Assis,¹⁹ cujo hábito e modo de vida eram estranhos para os seculares, tornou-se uma ordem de direito pontifício, estava sob a proteção de São Pedro (ESSER, 1972, p.207). A passagem dessa pequena *religio* à *magna congregatio* teria seguido os propósitos de Deus e a vontade do fundador.

¹⁹ "unde estis? Alii vero dicebant: de quo ordine estis? Illi autem simpliciter respondebant: poenitentiales sumus, et in civitate Assisii nati fuimus." Cap. 5, 19c.

Podendo pregar por toda a cristandade, em qualquer diocese, os menores poderiam prosseguir sua missão apostólica. O respeito pelo clero, a reverência pelos sacerdotes caracterizou desde o início a sua atitude, o que os tornou ainda mais queridos. Os cardeais queriam ter consigo alguns frades e Francisco concedia-os. Hugolino, bispo de Óstia, importante legado papal e responsável por assuntos de vida religiosa de seu tempo, apoiou a ordem nascente tomando-se seu protetor a pedido de Francisco. Desde então, estreitaram-se os laços entre o *Poverello* e o futuro papa Gregório IX.

Devido ao apoio do papa e à simpatia dos cardeais, momento de Hugolino, os menores puderam avançar para regiões onde não tinham sido bem acolhidos anteriormente: França, Hungria e Alemenha.²⁰ Nestas regiões em que foram confundidos com hereges e proibidos de pregar pelos respectivos bispos, só a intervenção papal com cartas de recomendação pôde sossegar os ânimos. Para o autor, a *Regra Bulada* substituiu a *Regra não Bulada* justamente por causa do sigilo pontifício imposto ao texto da regra que deveria ser apresentado aos prelados com salvo-conduto de sua ortodoxia; ele não problematizou os motivos agravantes por detrás da redação da nova regra, preferindo lembrar os motivos edificantes. Os bispos, ao verem a aprovação pontifícia e ao receberem as bulas que apoiavam os menores, passaram a recebê-los em suas dioceses. Desse modo e graças à proteção eclesiástica, os franciscanos puderam levar em frente sua missão, sempre em comunhão com a Igreja.

8 – As relações com a sociedade

Antes dos frades irem a Roma, o texto descreve as dificuldades e desafios que eles encontraram entre os seculares. Foram maltratados, desprezados, expulsos e agredidos muitas vezes. Graças à paciência, perseverança e serenidade apresentadas por eles nessas circunstâncias, as pessoas foram perdendo o jeito rude e, aos poucos foram comovendo-se e arrependendo-se dos maus tratos (cap. 5, 24). Após a viagem de Roma e a celebração do capítulo os habitantes das cidades e dos castelos passaram a acolhê-los e a respeitá-los. O que antes era a mais completa repulsa tomou-se uma forte atração: o texto fala das multidões que pediam para serem aceitas na ordem: jovens e velhos, até casados. Muitas moças e viúvas também quiseram segui-los, às quais construíram-se mosteiros de reclusas nas cidades: é o surgimento da chamada ordem II, o ramo feminino do franciscanismo. Os casados também queriam participar, a seu modo, do estilo de vida minorítico, e

²⁰ Cfr. Crônica de Jordão de Jano. *São Francisco de Assis: escritos e biografias*. Petrópolis: Vozes/ FFB, 2000. pp. 985ss.

para eles fundou-se a ordem dos penitentes, a ordem III, aprovada pelo papa (cap. 9, 41) em 1221. Em poucas linhas o AP apresenta a diversificada expansão dos franciscanos a ponto de acolherem todo o tipo de gente, pois respondiam aos anseios dos leigos, membros das cidades e de onde não precisariam afastar-se para viverem em penitência. De maneira doutrinariamente correta, os franciscanos souberam abarcar os estratos sociais dando-lhes uma espiritualidade capaz de mantê-los na eclesialidade e sem afastá-los de seu ambiente: o urbano. Neste movimento incluído dos inícios deve-se acrescentar a entrada dos universitários tanto de Paris e Bolonha, quanto de outros lugares na ordem formando um grupo de intelectuais capaz de competir com os estudantes seculares e que, segundo o texto, Francisco havia já previsto seu ingresso e o quanto isso poderia engrandecê-la. Estaria aqui mais uma justificativa do autor para outro ponto conturbado desse processo de desenvolvimento da ordem que foi a entrada dos intelectuais? Penso que sim; afinal ele não vê contradições entre carisma e instituição. Mas se não vê, por que teria escrito aos seus contemporâneos exortando-os o ardor dos primeiros tempos? Questão delicada podendo ser resolvida se levamos em conta os propósitos do autor: tecer um discurso com fundo moral apresentando o que, para ele, era de fundamental interesse na persistência do carisma primitivo; apesar de tudo, não perder de vista o exemplo dos pais fundadores.

De fato, o AP refere-se diversas vezes à inserção dos menores nas cidades e vilas. Percorriam suas praças e ruas, hospedavam-se com seus habitantes e ali passaram a residir. Trouxeram para dentro das cidades a experiência de vida religiosa penitente, antes assumida em outros contextos, como, por exemplo, os monges e eremitas residentes em lugares afastados considerando como vã dissipação às agitações dos aglomerados humanos. Se por um lado os menores foram às cidades e estas os acolheram, por outro suas opções evangélicas radicais sofreram resistências porque, mais do que nos campos, a cidade é o ambiente da desigualdade e nesse momento, particularmente em Assis, faz-se sentir o poder imperioso do dinheiro. Os nobres e os burgueses embora separados na condição social, nesse período não o estavam na condição econômica: o dinheiro fazia a ventura e a desventura de muitos (FLOOD, 1986, p.25).

O AP repete com insistência a mais completa aversão dos primeiros franciscanos pelo dinheiro: sua pobreza consistia na total renúncia aos bens materiais (propriedades), ao dinheiro de qualquer espécie e na mendicância de porta em porta. A pobreza dos menores, diferente dos monges, não está expressa na regra de São Bento ou na de Santo Agostinho: os frades não tinham um ambiente claustral próprio separado do *saeculum*. Sua mendicância difere

das doações recebidas pelos monges ao longo dos séculos cuja distribuição para os necessitados lhes competia (MOLLAT, 1989, p.47). Já não mais a caridade monástica que dá de sua abundância; surge aqui uma outra dimensão caritativa, que dá a si mesmo ou de si mesmo. Por outro lado a pobreza dos menores não os iguala aos burgueses, aos cidadãos, pois desprezavam o dinheiro. A encarnizada luta entre nobres e burgueses na cidade de Assis fez com que Francisco, em sua juventude, tomasse as armas para a guerra; talvez sua aversão ao dinheiro e às suas conseqüências tenha aqui sua origem. Os franciscanos, neste sentido, escolheram as cidades como local de apostolado, mas não aceitaram seu novo ídolo.

Diferentemente de outros grupos de pobreza radical e de pregação itinerante comuns nos séc. XII e XIII, os minoritas "*venerava(m) os prelados e sacerdotes da S. Igreja. Reverenciava(m) os velhos, honrava(m) os nobres e os ricos*" (cap. 8, 37). Não havia agitação social; sua opção por um estatuto definido não excluiu o respeito pelas outras condições de vida, sem procurar fazer uma efetiva inversão no cenário social. O respeito, todavia, excluía parcerias ideológicas, como diz o texto sobre de Francisco: "*mas no seu íntimo amava mais os pobres e participava do sofrimento deles*" (cap. 8, 37). O texto latino diz: "*compatiebatur eis,*" isto é, sofria com eles, no limite, os franciscanos estavam inseridos em sua mesma condição sofrida ao comerem do mesmo pão.

Igualando-se aos pobres no nome e na vida, desprezando o dinheiro e toda ganância dele decorrente, criando uma *religio* sem impostação hierárquica, sem cisão entre clérigo e leigo, inserindo-se nas cidades e levando para dentro delas esse espírito, o movimento franciscano renovava ou criava uma nova forma de encarnar o evangelho, nascido entre as primitivas comunidades cristãs e posteriormente tomado apanágio de uma elite espiritual de contornos excludentes. A espiritualidade franciscana rompia os limites monástico-clerical de características nobiliárquicas e expandia-se como força de renovação: o "*sair do século*" (*exire de saeculo*) perdera a conotação físico-espacial e tornou-se uma condição interior, uma "atitude existencial": não se compartilhava a "ideologia" mundano-citadina, mas resgatavam-se as pessoas a ela submetidas.

Conclusão

Por tudo o que foi visto é fácil concluir por que o AP é importante para o estudo do franciscanismo primitivo. Contudo convém recordar os passos essenciais: ele não é uma hagiografia em sentido estrito; seu autor principal não é São Francisco, mas os primeiros frades: protagonismo coletivo; ele nos fornece os elementos fundamentais da opção franciscana de vida e o como uma pequena inspiração foi capaz de expandir-se por toda a Europa em poucos anos.

Apresenta-nos a conciliação pacífica entre institucionalização sem ruptura com o carisma e que, independente das dimensões adquiridas pelo movimento (no caso franciscano foram imensas) não se pode perder de vista o ardor inicial (DALARUN, 1996, p.130), isto porque, na altura em que escrevia, havia facções divergentes sobre os efeitos da institucionalização da ordem: uns a consideravam benéfica, outros extremamente prejudiciais. O autor prefere voltar-se para a experiência feita pelos primeiros minoritas sem mitigar sua radicalidade, na esperança de que a memória aguçasse o ânimo a pôr em prática aquele exemplo que não poderia ser esquecido sem risco de completa desvirtuação do carisma. Como escreve Dalarun (1996, p.130) dizendo sobre as conclusões do AP: "a passagem da religião à ordem não foi uma traição, mas o único modo para defender realmente o ideal originário na duração e na aceitação dos frades que se multiplicaram."

- **ABSTRACT:** This article tries to explore Anonimus Perusino importance to study the Franciscan Order and identify into the work the essentials points of charism and the action of minors monks in the society of XIII century beginnings.
- **KEY WORDS:** Franciscanism; Middle Ages; society; internal criticism.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- DALARUN, J. *La malavventura di Francesco d'Assisi*. Milano: Ed. Biblioteca Franciscana, 1986.
- DESBONNETS, Th. *Da intuição à instituição*. Petrópolis: CEFEPAL, 1987.
- DI FONZO, L. Testo critico dell'Anonimus Perusinus. *Miscellanea Franciscana* 72 (1972) 434-465.
- ESSER, K. *Origens e espírito primitivo da ordem franciscana*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FLOOD, D. *Frei Francisco e o movimento franciscano*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUREVICHT, A. *As categorias da Cultura Medieval*. Lisboa: Ed. Caminho, 1990.
- São Francisco de Assis: escritos e biografias*. Petrópolis: Vozes/ FFB, 2000.
- URIBE, F. *Introducción a las hagiografias de San Francisco y Santa Clara de Asís (siglos XIII y XIV)*. Murcia: Ed. Espigas, 1999.

O RATIO STUDIORUM E A MISSÃO NO BRASIL

Karen Fernanda da Silva BORTOLOTTI

- **RESUMO:** O método de ensino intitulado *Ratio Studiorum*, elaborado pelos jesuítas no final do século XVI, expandiu-se rapidamente por toda a Europa e regiões do Novo Mundo em fase de ocupação. Tendo como principal objetivo levar a fé católica aos povos que habitavam estes territórios, os jesuítas utilizaram-se deste método para catequizar, servindo duplamente aos interesses do colonizador e da Igreja contra-reformista. O Brasil enquadrava-se neste contexto, sendo terreno fértil para a implantação deste "projeto". Coube-nos analisar a proposta pedagógica dos jesuítas e de que maneira a "experiência brasileira" contribuiu para a elaboração definitiva do *Ratio Studiorum*.
- **UNITERMOS:** *Ratio Studiorum*; Brasil; jesuítas.

Currículo Humanista: base comum

O *Ratio Studiorum* fora pensado para ordenar as instituições de ensino de uma única maneira, com vistas a permitir uma formação uniforme a todos que freqüentassem os colégios da Ordem em qualquer lugar do mundo. Exceções foram necessárias para que as diversidades mais berrantes de algumas localidades fossem minimamente respeitadas.

Assim, a base comum seria o suporte do trabalho dos jesuítas. Em todos os lugares essas normas deveriam ser seguidas da maneira como estavam prescritas no documento, com o único objetivo de beneficiar a Igreja Católica.

A elaboração de regras pelos colégios das diferentes localidades, que trabalhavam com realidades distintas, serviu para que os pontos positivos de

* Graduada em História pela Unesp campus de Franca. Sob orientação da Profa. Dra. Vânia de Fátima Martino. Bolsista: FAPESP.

cada uma delas fosse aproveitado para a elaboração final do documento. Até a redação definitiva, muitas correspondências foram trocadas e muitas críticas, experimentações e correções foram feitas.

O documento final publicado em 1599, intitulado *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Iesu*, compõe-se de trinta conjuntos de regras que foram analisadas em nossa pesquisa. Trata-se de um detalhado manual com a indicação da responsabilidade, do desempenho, da subordinação e do relacionamento dos membros da hierarquia, dos professores e dos alunos. Além de ser também um manual de organização e administração escolar. A metodologia é bastante pormenorizada, com a sugestão de processos didáticos para a aquisição de conhecimento e incentivo pedagógico para assegurar e consolidar a formação do aluno.

A rápida expansão dos colégios fez surgir questões que precisavam ser solucionadas da melhor maneira possível.

Em geral, o plano de estudos, elaborado em Messina e desenvolvido no Colégio romano, constituía a primeira norma orientadora das novas funções. A diversidade dos costumes regionais e a variedade dos homens não tardaram a introduzir-lhes alterações mais ou menos profundas. Para estabilizar o governo dos colégios adotou-se, durante algum tempo, o alvitre das visitas de Comissários Gerais, diríamos hoje de inspetores de ensino, incumbidos de manter, quando possível, a uniformidade de estrutura e desenvolver a eficiência da obra educativa da ordem. Durante quinze anos desincumbiu-se desta tarefa o infatigável P. Nadal (FRANCA, 1952, p. 15).

Tais visitas também ocorreram no Brasil, porém aqui o caráter delas eram, a nosso ver, um pouco mais rígido e voltado para a catequização.

Alguns caracteres das casas e colégios precisavam assumir as mesmas formas, tais como a administração e a metodologia, que a nosso ver foram as duas que se mantiveram mais inflexíveis durante todo o desenvolvimento dos trabalhos da Companhia. Porém, podemos destacar que desde os primeiros momentos em que a Ordem enveredou-se pelo caminho educacional, as casas e colégios apresentaram certos traços comuns, o que não poderia ser diferente, uma vez que os jesuítas deveriam trabalhar sempre de maneira uniforme com vistas à universalização de seus resultados.

Retornando ao currículo comum, é necessária uma breve caracterização dos pontos que não dizem respeito diretamente ao currículo, mas que não deixaram de ser comuns e sofreram poucas, ou nenhuma, modificação nos diferentes locais. O plano de estudos dos jesuítas em suas regras gerais ditava qual o comportamento mais aconselhável ao Provincial, ao Reitor, ao Prefeito de

estudos, aos Professores e até aos funcionários menos graduados para o bom funcionamento do estabelecimento e resultados positivos da educação (MADUREIRA, 1929, p.395).

Além de ditar o comportamento dos membros da hierarquia educacional jesuítica, esse documento apontava o que os mestres deveriam ensinar e o modo como os assuntos predeterminados deveriam ser abordados. Portanto, o *Ratio* não era apenas um programa, mas um rigoroso método de ensino.

Administrativamente a Companhia dividia-se em Províncias que englobavam várias casas e colégios e poderia ocupar território de uma nação ou apenas parte dele. O provincial era o principal chefe dessas unidades, porém era o Reitor a figura central dos colégios. A principal função do provincial era zelar pelo bom andamento do trabalho dos missionários, cuidando o Reitor mais diretamente das atividades relacionadas à educação e à catequese. Este era auxiliado pelo Prefeito de Estudos, seu braço direito, que acompanhava de perto toda a vida escolar. Assim, fica demonstrado, minimamente, a hierarquia administrativa das instituições de ensino da Ordem.

A Companhia dedica-se à obra dos colégios e universidade, afim de que nestes estabelecimentos melhor se formem os nossos estudantes no saber e em tudo quanto pode contribuir para o auxilio das almas e por sua vez comuniquem ao próximo o que aprenderem. Abaixo, portanto, do zelo pela formação das sólidas virtudes religiosas, que é o principal, procure o Reitor, como ponto de máxima importância, que, com a graça de Deus, se alcance o fim que teve em mira a Companhia ao aceitar colégios (FRANCA, 1952, p. 133).

De modo geral, o programa educacional lançado pela Companhia de Jesus dividia-se em três períodos ou cursos: curso de Letras ou Humanidades, curso de Filosofia e Ciências, também denominado curso de Artes e o curso de Teologia ou Ciências Sagradas. Essa divisão básica deveria ser rigorosamente seguida por todos os colégios (MADUREIRA, 1929, p.397).

De acordo com a leitura que fizemos do plano de estudo, o curso de Letras ou Humanidades dividia-se em gramática, humanidades e retórica, tendo duração média de sete anos. A "Arte da gramática" do P. Manoel Álvares, dividido em três partes era o livro-base do curso e correspondia às divisões do estudo da gramática em inferior, média e superior.

Como a formação da eloquência era muito importante para os jesuítas, o curso de gramática tinha o intuito de fazer o aluno saber expressar-se de forma clara e correta. Em três ou quatro anos de estudo, os alunos já estavam preparados para o curso de humanidades.

O alvo desse segundo momento do curso, apoiado no currículo elaborado pelos jesuítas era formar o estilo na escrita, aperfeiçoando os estudos gramaticais e preparando a base da eloquência e da poesia.

A classe de retórica ou eloquência para utilizar um termo mais adequado ao que era ensinado nesta, pretendia formar o perfeito orador, com uma expressão enérgica e convincente. Nas aulas de retórica, como complemento, estudavam-se também história, geografia e cronologia. De modo geral, a classe de retórica abrangia, segundo as regras apresentadas pelo *Ratio*, três pontos principais: regras de oratória, estilo e erudição (FRANCA, 1952, p.192).

Para reger o estudo nesse curso, bem como para nos demais, o método jesuítico partia do princípio da educação através do estudo das línguas clássicas e de acordo com a oratória de Quintiliano (MADUREIRA, 1929, p.401). No estudo das línguas clássicas, viam esses educadores uma cultura que deveria ser conservada, como revela o próprio Renascimento. No secundário, predominava o modo artístico de ensinar, já no universitário, o modo científico.

O curso de Filosofia, também denominado na época curso de Artes, tinha como ideal proporcionar a seus alunos uma formação científica da inteligência, o que podemos notar ao analisar atentamente as regras apresentadas no *Ratio* no tocante a este curso, que deveria durar três anos. Entretanto, era estritamente proibida a leitura ou mera citação de autores "infechos ao cristianismo", o que nos faz crer que os professores tinham suas atividades dirigidas pelo plano de estudos, restando-lhes pouca ou nenhuma autonomia. As matérias que julgavam menos necessárias para a educação e desenvolvimento científico e moral eram totalmente excluídas. Aristóteles e São Tomás eram as leituras-base deste curso.

A Teologia, como não poderia deixar de ser, era a matéria que mais servia aos interesses da Ordem. Todas as outras disciplinas, a nosso ver, eram ensinadas para conduzir ao estudo da Teologia. Para os jesuítas, o ensino jamais seria seguro e eficaz sem esta. O curso de Teologia dividia-se em Teologia Escolástica e Teologia Moral (casos de consciência), esta última destinada à formação de párocos ou administradores de sacramentos, durante todo o curso quatro anos.

Todas as regras que ordenavam o andamento desses cursos buscavam, antes de tudo, a formação plena do homem, daí esse conjunto de regras ter sido muitas vezes classificado como humanista, a nosso ver, denominação plausível.

Como o objetivo inicial ao estabelecimento das instituições de ensino dos inicianos era a formação de seus membros, questão essa que ocupou posição relevante no corpo do plano de estudos.

Em cada uma das partes de sua formação, o futuro jesuíta entregava-se ao estudo e à oração, sendo seu horário preenchido por ocupações religiosas e

intelectuais. Para tornar-se o que eles denominavam "mestre-escola", o interessado deveria entregar-se a uma rígida formação intelectual e moral, para as quais havia a orientação nas letras clássicas e na Filosofia. Principiava o magistério pelos níveis inferiores e evoluía de acordo com sua experiência e constante estudo.

Assim, podemos observar que o *Ratio* apresentava uma preocupação geral com a formação de todo o quadro que comporia as instituições a ele subordinadas. Reitera essa preocupação ao apontar que era de suma importância a existência de Academias ou Seminários pedagógicos destinados à formação de bons professores. Nessas academias, os futuros professores deveriam aprimorar seus conhecimentos, mantendo o mínimo contato com os alunos externos que não seguiriam a carreira.

No tocante à disciplina, o *Ratio* prescrevia que esta deveria estender-se a todos que faziam parte do corpo do colégio desde o Geral da Companhia até o alunado mais jovem. Os padrões disciplinares nesses colégios chegaram a ter, como era de se esperar, características militares. Para manter a ordem, tão respeitada por esses religiosos, os alunos poderiam ser advertidos verbalmente e até fisicamente, em casos de extrema necessidade, pois este era o último recurso a ser utilizado, e com ressalvas. O mestre jamais agredia seu aluno, sendo reservada esta função ao corretor, que não poderia dar mais que seis golpes de palmatória.

Não seja precipitado no castigar, nem demasiado no inquirir; dissimule de preferência quando puder sem prejuízo de ninguém, não só não inflija nenhum castigo físico (este é o ofício do corretor) mas abstenha-se de qualquer injúria, por palavras ou atos. Não chame ninguém senão pelo nome ou cognome; por vezes é útil em lugar de castigo acrescentar algum trabalho literário além do exercício de cada dia (FRANCA, 1952, p.190).

A aula, de acordo com análise que fizemos do *Ratio*, poderia ter seus alunos divididos em dois campos, romanos e cartagineses, por exemplo, e em cada lado dispunham-se os alunos, de acordo com o merecimento, conforme a hierarquia militar. Dessa forma, dava-se o desafio que, conforme as regras do plano de estudo, deveria manter o aluno sempre atento para não ser rebaixado na hierarquia presente durante os desafios.

As competições faziam florescer um outro braço de apoio ao desenvolvimento intelectual dos alunos: as Academias. Estas, como bem frisa o *Ratio* nas Regras da Academia, eram "uma união de estudantes (distintos pelo talento e pela piedade), escolhidos entre todos os alunos, que, sob a presidência de um membro da Companhia, se congregavam para entregar-se a certos exercícios relacionados com os assuntos." (FRANCA, 1952, p.222).

Um fator que estimulava a disciplina dentro dos colégios era a preleção, uma espécie de lição prévia, que deveria estar presente em todas as classes prescritas pelo documento. Como era a apresentação do que seria estudado, esta servia principalmente para estimular a imaginação e não a memória, como nas outras etapas do aprendizado jesuítico. Prendia a atenção e mantinha a disciplina, cremos que porque despertavam a curiosidade do estudante e o faziam inquietar-se intelectualmente.

As competições, mais uma das marcas dos jesuítas, poderiam ser públicas ou apenas na presença de membros ilustres da ordem, semanais ou mensais, e tinham o intuito de estimular, através de um verdadeiro duelo intelectual, o aprendizado.

Considere o tempo, o modo e o lugar em que deverão reunir as aulas para os desafios entre si; não só prescreva com antecedência o método da discussão, mas ainda, durante o debate, procure com a sua segurança que tudo proceda com fruto, modéstia e serenidade. Do mesmo modo esteja presente as declamações ou preleções que os retóricos e humanistas costumam realizar no ginásio. (FRANCA, 1952, p.173)

Segundo recomendações do *Ratio*, a avaliação deveria ser feita diariamente pelo mestre, onde este deveria observar o interesse, o engajamento e o desenvolvimento do aluno durante o andamento da aula. Os exames, de maneira geral, eram escritos podendo ser dois ou mais, de acordo com a necessidade de cada curso. A prescrição de como deveria ser feita a correção dos exames também aparece no plano.

O bedel ou ajudante auxiliava o mestre nas avaliações, pois falava sobre a aplicação e o desenvolvimento dos alunos, principalmente externos (FRANCA, 1952, p.220). Ele tinha como função avisar o Superior se algum estudante não comparecesse às lições, repetições, disputas ou deixasse de cumprir algum dos deveres relativos ao estudo ou à disciplina (FRANCA, 1952, p.219). O estudante deveria ser aprovado em uma dada etapa para poder prosseguir seus estudos. Dentre as regras que compunham o documento, havia as destinadas exclusivamente aos alunos externos. Essas prescreviam que mesmo esses alunos deveriam freqüentar as aulas de doutrina cristã, confessar e assistir à missa, além de proibir completamente a leitura de "livros perniciosos e inúteis" e a presença em espetáculos públicos (FRANCA, 1952, p.221). Portanto, fica claro que mesmo não pretendendo tornar-se membro da Ordem o aluno deveria seguir uma vida cristã, correta e totalmente dedicada aos estudos.

Diante disso, podemos concluir que todas as movimentações dos colégios eram rigorosamente coordenadas pelo *Ratio Studiorum*, devendo ser

seguido por todas as unidades da Companhia, para garantir a universalidade do trabalho dos mestres espalhados por todo o mundo.

O currículo adaptado à realidade brasileira nos séculos XVI e XVII

O Brasil se apresentava como uma realidade muito distante das que até então tinham sido campo dos jesuítas dedicados ao trabalho educacional. Aqui catequese, fim último da Ordem, e educação deveriam andar atreladas, uma vez que instruir os indígenas de acordo com os preceitos divinos significava também dar-lhes um aparato educacional. Sem a educação não seria possível o desenvolvimento da colônia, pois as crianças aqui nascidas, independente de serem fruto da miscigenação, precisavam ser educadas moral e intelectualmente.

Acreditamos que desde os primeiros momentos os membros da Companhia de Jesus perceberam que o trabalho no território brasileiro deveria se dar de outra maneira. Aqui as peculiaridades eram tantas, que simples adequações não seriam suficientes, era preciso inovar, porém sem perder de vista o fim último da vinda dos jesuítas, ou seja, a conversão dos pagãos à fé católica.

No Brasil, mestres como Manuel da Nóbrega, José de Anchieta e Antônio Vieira foram obrigados pelas circunstâncias a fazer concessões e a ceder em vários momentos de suas obras, além de defenderem perante seus superiores as vantagens que tais concessões poderiam trazer. Sabiam que deveriam ceder diante da ortodoxia.

O que primeiro pode ser caracterizado como uma concessão, e até mesmo como uma adequação à cultura nativa, é o esforço empreendido no sentido de aprender a língua, mesmo que esse tenha se dado de forma generalizada, como já falamos. Aprender a língua e traduzir orações e músicas católicas para esta "língua geral" tomou-se traço significativo do trabalho dos missionários. A elaboração de gramáticas fez com que os jesuítas incorporassem o aprendizado da língua às instituições educacionais da Ordem.

Os jesuítas buscaram aproximar as histórias narradas pelos índios das histórias da cristandade européia. Como aqui o aparato religioso era mínimo em relação ao encontrado em outros lugares, essa tentativa de aproximação das duas culturas apareceu como uma forte aliada da catequese. Identificaram alguns mitos nativos com essas histórias, aproximando as duas culturas.

As semelhanças encontradas e apropriadas foram a crença na imortalidade da alma, a oposição entre o bem e o mal e o medo que tinham de certas entidades tidas demoníacas, a veneração de Zomé, que os religiosos acreditavam ser São Tomé santidade que teria deixado marcas de sua

passagem pela Bahia e histórias que falam de um dilúvio que foi associado ao dilúvio de Noé (NÓBREGA, 1955, p.49).

O padre Antônio Vieira também fala da noção que os nativos tinham e os jesuítas tentavam identificar com as histórias bíblicas que traziam em sua bagagem cultural.

Finalmente, Alapide acrescenta ao que os outros dizem que, segundo o testemunho de Trigáucio entre os chineses e o de Manuel da Nóbrega entre os índios, subsistem vestígios inequívocos da pregação apostólica feita por S. Tomé. Eu próprio sou testemunha ocular de que ainda subsistem, perto das praias da Baía pegadas, impressas num rochedo muito duro, dos dois pés de um homem, que uma tradição indígena constante diz serem do mesmo apóstolo, o qual percorrendo todo o oceano, se deslocou, sobre as águas, daquela costa para a Índia Oriental (VIEIRA, 2000, p.177-179).

Essa busca de um passado cristão pode ser compreendida a partir do momento que reconhecemos que esta "pudesse amparar o esforço de conversão do gentio à religião cristã" (HOLANDA, 2000, p.139).

Porém, todos os esforços não surtiam os efeitos desejados, mesmo quando pareciam aceitar a fé católica. Os indígenas seguiam praticando seus antigos costumes, julgados altamente pecaminosos pelos jesuítas.

A alternativa encontrada foi ceder mais ainda, adaptando alguns ritos sacramentais da Igreja, tais como o batismo, a missa e o casamento, tolerar alguns costumes indígenas menos prejudiciais ao trabalho missional, além de curar certas doenças desconhecidas pelos pajés, passando por cima da autoridade deste e conquistando a confiança e a obediência de grupos inteiros.

Pregações na denominada "língua geral", conhecimento da cultura nativa e busca de aproximação entre esta e a cultura européia, cura dos índios adoentados, tolerância e adaptação de ritos sacramentais, foram essas as principais inovações buscadas pelos jesuítas para auxiliarem na conversão dos indígenas. "Nóbrega e os missionários utilizavam-se, na verdade, além da língua, de ritos, nomes, referências e mitos próprios dos indígenas para alcançar seus objetivos" (PUNTONI, 2002, p.64).

A educação aqui também teve que sofrer modificações, a educação escolar, aquela ministrada nos colégios e que foi retirada dos indígenas quando esses foram obrigados a viver nos aldeamentos, também não era totalmente idêntica à ministrada nos mais bem conceituados colégios da Europa.

A ocupação de um território que não apresentava nenhum apoio infra estrutural já fazia com que a educação no Brasil tomasse rumos distintos. Aqui os primeiros jesuítas tiveram que colocar sua força de trabalho a serviço do

ideal. Os padres precisavam empregar suas habilidades manuais na construção de suas casas e colégios, caso contrário não conseguiriam trabalhar nesse ambiente que logo se mostrou hostil aos desejos desses homens.

Para se livrarem do desgaste que seria causado pela dedicação que deveria ser dispensada para a construção e manutenção das unidades da Ordem, os jesuítas criaram um aparato financeiro, contrariando as normas gerais da Companhia que permitiam apenas a posse de terras para a construção de casas e colégios. Para prosseguirem seus trabalhos, os padres e irmãos tinham que fazer multiplicar as doações, nem sempre constantes da coroa lusitana.

Devido à escassez de recursos, os jesuítas da missão brasileira conseguiram junto ao Padre Geral e ao rei de Portugal exceção para adquirirem o pretendido, isto é, começaram a possuir fazendas com escravos negros, destinadas a sustentar os colégios, as casas e os aldeamentos indígenas. Os padres desejavam a autonomia financeira em relação ao monarca português (LEITE, 1949, t.1, p.107-109).

Porém, devemos deixar claro que apesar de terem sido repreendidos por seus superiores, a economia jesuítica revertia-se unicamente para a catequese e os trabalhos educacionais, como sempre fizeram questão de deixar explícito em suas cartas. O jesuíta, religioso que era, não dispunha sozinho de nenhum bem. No Brasil, os bens pertenciam aos colégios, que possuíam coletivamente para o sustento dos alunos, padres e irmãos. As terras que eram doadas em regime de sesmaria, os jesuítas cultivavam ou então as arrendavam a particulares para utilizarem o dinheiro na construção das casas e colégios, para comprar os materiais necessários a estes estabelecimentos, para comprar escravos e para os gastos em geral.

Portanto, podemos verificar que os jesuítas foram obrigados a enquadrarem-se no sistema comercial vigente na colônia, principalmente porque nem sempre a fazenda régia repassava o que cabia à Ordem ou fazia o pagamento em espécie, que os padres eram obrigados a vender para conseguirem o suficiente à manutenção dos trabalhos. Muitas vezes o dinheiro mandado pela coroa ou a redízima, implantada a partir de 1564, não chegavam até à Ordem porque muitos funcionários públicos não concordavam com esse repasse e até cobravam impostos dos padres dos quais estes eram legalmente isentos.

O caráter inovador está presente nessa tentativa empreendedora dos jesuítas. No século XVI os inicianos realizavam suas missões e o ensino de acordo com a sua vida financeira, no entanto aqui no Brasil as dificuldades financeiras não deram uma marca comedida aos trabalhos da Companhia (LEITE, 1949, t.1, p.124-127). As observações das cartas jesuíticas nos levaram a crer que as dificuldades financeiras muitas vezes atrasaram alguns passos do

trabalho dos missionários, mas não os impediram. A dinâmica e a vontade que tinham sempre os fizeram caminhar sem perder o rumo que conduziria à realização dos objetivos estabelecidos.

Devemos também voltar nossa atenção a um outro nível de instrução que estava presente no trabalho dos padres e irmãos, mesmo que não declarado abertamente. As condições infra-estruturais do Brasil exigiam que houvesse uma formação mais técnica, voltada à construção e manutenção, daí a necessidade de formar vários profissionais. Para os jesuítas, instituir um modo de vida e de lidar com a natureza também deveria fazer parte do projeto civilizador que tinham para o Brasil. Acreditavam que impor subsídios materiais era fundamental para afastar os nativos de seus antigos hábitos. Perceberam que civilizar requeria algo mais que formação espiritual.

Os padres que missionavam no Brasil encontraram nas brechas oferecidas pelo *Ratio Studiorum* a oportunidade de trabalhar seguindo as evidentes necessidades locais. Os jesuítas introduziram o ensino profissional, pois para a construção das casas, igrejas, fazendas, colégios, aldeias e vilas era necessária mão-de-obra formada nos mais variados ofícios, visto que a sociedade colonial pedia profissionais. Os padres procuravam suprir o mercado, pedindo que viesse oficiais especializados do reino e paralelamente aprendiam eles próprios os diversos ofícios para ensinar aos colonos e índios. O aprendizado de cada ofício, pelo que podemos verificar, dava-se de modo informal e prático, durante a execução de uma obra ou no exercício do ofício. Os jesuítas aprendiam para ensinar e também para executar, colaborando com o progresso da colônia.

Em esta tierra, por falta que ay de oficiales, la necesidad nos haze aprender todos los officios, porque yo os digo que, por los officios que en esta tierra tengo aprendido podria yo bivar, Chisto Nuestro Señor nos haga bien aprender y obrar el officio de la perfectión, para que nuestros trabajos y servicios le sean aceptos. Y para esto, hermanos míos en Chisto, nunca os olvideis de tener continia memoria de nós en nuestros sacrificios e oraciones (LEITE, 1954, v.1, p..264).

Os padres passaram a orientar os índios na construção de suas casas e das igrejas, visto que suas edificações eram tidas como muito frágeis e primitivas. "Esta casa construíram-na os próprios índios para nosso uso, mas agora preparamo-nos para fazer outra um pouco maior" (LEITE, 1954, v.2, p.101).

Além dos ofícios voltados para a construção e manutenção da colônia, muitas padres que vieram ao Brasil também exerciam funções médicas,

principalmente quando queriam confrontar a autoridade dos pajés. É Anchieta quem fala sobre isso: "Juntamente servia de deitar emplasto, alevantar espinhelas e outros." (LEITE, 1954, v.2, p.156).

Serafim Leite em sua obra "Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil colonial (1549-1760)", catalogou os padres da Companhia que conheciam ofícios diversos, oferecendo uma lista detalhada com nomes, datas de nascimento e morte e a origem. Cada ofício catalogado conta em média com dez ou mais oficiais.

Assim, podemos notar que os jesuítas se adequaram mais uma vez às necessidades primordiais da colônia, aprendendo e ensinando práticas profissionais que atendiam ao que o momento propunha, pois os membros da Companhia não se dedicavam aos trabalhos manuais. Nesse aspecto, a missão brasileira foi realmente inovadora, obrigou-os a seguir um ramo bem distinto do tradicional para conseguir o que desejavam. Nóbrega exemplifica a preocupação que os jesuítas tinham em ensinar os ofícios.

Mando enseñar algunos moços de la tierra para el sertón a ferreiros e a tecelões, y de allá deviam de mandar dos niños huerfanoas enseñados a officiaes para acá, porque esto hallamos ser en esta tierra una gran parte para la conversión de los infieles (LEITE, 1954 v.1, p.503).

Retornando à educação oficial, ocorrida dentro das instituições dirigidas pelos jesuítas apoiados no *Ratio Studiorum*, temos a afirmar que também nesta encontramos peculiaridades e brechas, até mesmo após a promulgação definitiva do plano de estudos no final do século XVI, ou seja, passado meio século do trabalho dos jesuítas na colônia portuguesa.

Encontramos, nas cartas dos primeiros missionários, evidências que nos levaram a crer que eles sempre souberam que as diferenças do público exigiriam um desdobramento diferente dos trabalhos.

As duas primeiras adaptações educacionais, como já apontamos, foram a implantação do ensino elementar com classes de ler, escrever e contar e o ensino, aprendizado e execução de certos ofícios necessários ao momento histórico.

Porém, apesar dessas adaptações, outras duas merecem destaque, uma porque ocorreu primeiramente no Brasil e serviu de exemplo aos jesuítas que foram missionar em outras regiões, em especial na área do atual Paraguai, e a outra porque sofreu transformações necessárias, influenciando o desenvolvimento intelectual da colônia. Estamos falando dos aldeamentos e dos níveis educacionais que foram implantados nas casas e colégios dirigidos pelos inicianos no Brasil.

A política dos aldeamentos foi uma solução apresentada por volta de 1556 pelo chefe da missão brasileira, Manuel da Nóbrega, com o intuito de solucionar o problema da cristianização, que até então não tinha encontrado o êxito desejado. A nosso ver, antes mesmo dessa data o padre já pensava na união dos nativos em um espaço comum, como revela esta passagem de 1549 em carta ao padre Simão Rodrigues: "Alguns destes escravos me parece que seria bom juntal-os e tornal-os à sua terra e ficar lá um dos nossos para os ensinar porque por aqui se ordenaria grande entrada com todo este Gentio" (NÓBREGA, 1955, p.32). A segregação do gentio também atendia às diretrizes contidas no Regimento de Tomé de Sousa. Este documento deixa claro que os nativos não deveriam conviver no mesmo espaço que os demais colonos, deveriam ser isolados para garantir o total domínio da metrópole. O tipo de aldeia apresentado pelo regimento pode não ser o mesmo que depois se implantou, no entanto, em ambos se encontra como base a necessidade de sujeição do índio.

E assim ordenarei que nas ditas vilas e povoações se faça em um dia de cada semana, ou mais se vos parecerem necessário, feira a que os gentios possam vir vender o que tiverem e quiserem e comprar o que houverem mister, e assim ordenareis que os cristãos não vão as aldeias dos gentios a tratar com eles... (Regimento de Tomé de Sousa, 1997, p. 482).

A reforma das missões foi basicamente apoiada em um projeto que Nóbrega e Anchieta implementaram em São Vicente durante o ano de 1553 e posteriormente em Piratininga. Os jesuítas não viajariam mais às tribos para trabalhar com os indígenas, como faziam até o momento, estes é que se deslocariam para um lugar escolhido pelos padres, onde os missionários emprenderiam seus esforços catequizadores. Foi a alternativa educacional encontrada para enfrentar a mobilidade de muitas tribos, os padres não queriam mais correr o risco de não encontrar algumas tribos, anteriormente visitadas e catequizadas. A partir de então, os indígenas seriam "convidados" a se mudarem para os novos povoados e o intuito do trabalho continuaria o mesmo, porém de forma mais ostensiva. "O missionário 'saiu' de sua sede anterior mas não saiu de sua cultura, apenas criou um espaço novo para ela, fazendo com que os demais espaços se remanejassem" (NEVES, 1978, p.44).

Para assegurar que os índios realmente seguiriam os jesuítas, estes eram acompanhados por soldados do governo colonial e os que resistissem estavam sujeitos às conseqüências da "guerra justa", já prevista no regimento de Tomé de Sousa.

Diante dessa ameaça iminente, os nativos passaram a aceitar a mudança, a imposição cultural e a submissão aos padres pelo medo, medo de serem mortos e escravizados em conseqüência dos ataques da "guerra justa". Os índios aceitaram a catequese não porque acreditavam, mas porque eram ameaçados. Nóbrega seguia S. Tomás que afirmava que Deus é a causa de todo o medo (EISEMBERG, 2000, p.107). No "Diálogo sobre a conversão do gentio", Nóbrega tenta mostrar que era preciso uma reforma do projeto missional que haviam empreendido até então. É uma tentativa clara de argumentar em prol da continuidade das missões religiosas no Novo Mundo. Apresenta a possibilidade de sucesso das missões a partir do esforço evangelizador dos padres que se deslocaram para esses novos locais de trabalho, rigorosamente escolhidos.

Parece-me por mais faceis, que fôssem a se converterem não se converteriam de maneira, que lhe dizeis, nem lh'o dizem os padres, e por isso estae-me attento, sabereis como o officio de converter almas é o maior de quantos há na terra, e por isso requer mais alto estado de perfeição que nenhum outro (NÓBREGA, 1988, p.242).

A partir do momento que os indígenas aceitassem viver nas aldeias organizadas pelos jesuítas, passariam a ter uma vida sedentária, longe da nudez, além de estarem sujeitos as mesmas leis que os demais colonos. Além de se submeterem a uma disciplina militar conviviam índios das mais diferentes raças, até mesmo inimigos dividiam o mesmo espaço. Os aldeamentos podem ser vistos como mais uma das estratégias de homogeneização. Nóbrega e seus seguidores acreditavam que essa nova tentativa civilizadora iria trazer todos os envolvidos na aventura colonial sob a mesma bandeira (EISEMBERG, 2000, p.115).

Após a implantação dos aldeamentos, os membros da Companhia se envolveram intensamente na administração desses novos espaços de catequese, acreditando ser a melhor solução para os indígenas, os colonos e os clérigos. Nessas localidades, os jesuítas poderiam catequizar os nativos mais rapidamente, isolando-os dos maus exemplos e exploração dos colonos, além de limitar o espaço físico que ocupariam, liberando áreas para a agricultura e a expansão das vilas e cidades, adequando-os às formas "civilizadas" de economia e convívio social. A disciplina também estava muito presente nos aldeamentos, não apenas para manter a ordem, como para ajudar na destruição dos antigos hábitos dos nativos, através da obediência sendo obrigados a seguir a rigidez imposta pelos padres (PAIVA, 1982, p. 93).

O padre Antônio Vieira nos fornece um importante documento elaborado quando fora visitador nas missões do Maranhão. Nesse documento o jesuíta aborda uma série de informações sobre como deveria ser o funcionamento dos

aldeamentos, desde como deveria ser a vida religiosa até a administração temporal dos índios.

Apesar do documento composto por Vieira datar do século XVII, ele nos apresenta como eram organizadas as aldeias, idealizadas a partir de 1553 que permaneceram no caminho pedagógico até a expulsão dos membros da Companhia de Jesus, já no século XVIII.

Dentro dos aldeamentos muitos foram os meios utilizados para a adequação dos índios aos padrões cristãos. Podemos afirmar que esses meios tinham conotação pedagógica, pois não deixavam de trabalhar para um fim educacional, a conversão do gentio e de sua adequação ao modo de vida tido como correto pelos jesuítas.

Segundo nossa análise, o primeiro artefato utilizado para auxiliar o trabalho nos aldeamentos foi a música. Nóbrega conhecia o efeito que esta tinha sobre o espírito e a atração que exercia sobre os índios (LEITE, 1949, t.2, p.29). Essa afirmação fica clara a partir da chegada dos órfãos vindos de Lisboa, da qual já tratamos em outro momento. Através da música conseguiram despertar a atenção e a simpatia dos nativos.

En esta Aldea uvo muchas fiestas donde los niños cantaron y holgaron mucho y de noche se levantaron al modo de ellos y cantarón [...] Parézeme, según ellos son amigos de cosas músicas, que nosotros tanendo y cantando entre ellos los ganariamos (LEITE, 1954, v.1, p. 383).

Podemos notar nesta passagem dos meninos que chegaram de Lisboa em 1550, que os índios sentiam-se muito atraídos pela música, fato logo notado pelos membros da Companhia de Jesus. O ensino da música também passou a fazer parte dos colégios. Foi através dos meninos órfãos que os jesuítas introduziram a educação musical no Brasil.

Os jesuítas elaboraram um repertório de composições em estilo indígena, utilizando até mesmo os instrumentos dos nativos, cujas letras falavam do Deus cristão. Apesar das restrições impostas pelo Bispo D. Pedro Fernandes, os membros da Ordem fizeram bom uso da música como material de aculturação, principalmente dentro dos aldeamentos.

Além da música, os padres e irmãos buscaram um outro apoio para a conversão do gentio, encontrando no teatro um forte aliado para a conversão e moralização. Segundo Serafim Leite, o teatro foi introduzido primeiro pelos colonos, mas tinha uma conotação religiosa (LEITE, 1949, t.2, p.599). Os jesuítas deram continuidade ao trabalho dos colonos, levando os autos não apenas para as igrejas, mas também para os colégios e aldeamentos. Observamos que o

teatro jesuítico dos séculos XVI e XVII não possuía apenas aspecto religioso, mas também objetivava uma formação moral e educacional.

Da mesma forma que a música, o teatro cumpriu, no Brasil colonial, um triplo papel: o de promover a educação e a evangelização, o de auxiliar a integração social entre o clero, colonos e indígenas, além de cumprir os seus próprios objetivos como arte e entretenimento.

O *Ratio* já previa a presença do teatro dentro dos colégios, porém de maneira comedida como podemos notar na passagem das Regras do Reitor.

Tragédias e Comédias-O assunto das tragédias e comédias que convem sejam raras e só em lingua latina, deve ser sagrado e piedoso, nada deve haver nos entreatos que não seja em latim e conveniente; personagens e hábitos femininos são proibidos (FRANCA, 1952, p.135).

No Brasil, a função primordial do teatro foi, sem dúvida, pedagógica. Anchieta foi o principal criador dos autos, tendo como principal objetivo expandir a fé católica e moralizar os colonos e os indígenas, dessa forma, era composto tanto em tupi como em português.

Fazendo uma breve comparação entre o que acontecia no Brasil e o que era prescrito pelo *Ratio* com relação ao teatro, podemos identificar uma diferença significativa. Nas aldeias as peças não poderiam ser encenadas em latim, mas em tupi ou português, línguas acessíveis aos nativos e à população em geral. Anchieta e os demais padres tiveram, assim, que burlar a recomendação do plano de estudos para tornar possível as encenações e atingir seu objetivo de implantação da moral e da fé cristã e não de formação erudita, como prescreviam as regras do referido plano de estudos. Os jesuítas souberam lidar muito bem com as críticas feitas a estas adaptações, vindas principalmente do clero secular. Em suma, "cantos, música e danças foram nas Aldeias muito empregadas, sendo julgadas meio mais eficazes para prender a atenção da 'indiada'" (NEVES, 1978, p.14).

Após essa análise de como a aculturação ou "cura das almas", como diria Vieira, era realizada dentro dos aldeamentos e quais os recursos pedagógicos empregados para atingir esse fim, acreditamos que podemos tratar da educação institucionalizada, aquela que foi implantada nos colégios e tentava seguir as normatizações propostas pelo *Ratio Studiorum*.

Devemos fazer previamente uma distinção significativa, o subsídio dado pelo monarca aos colégios ultramarinos era a título de missão e não de ensino como ocorria no colégio de Coimbra, que era o padrão a ser seguido pelos colégios brasileiros. "No Brasil, o colégio não levava o ônus jurídico de ensino de

todos indiscriminadamente, senão apenas o de formar sacerdotes para a catequese da nova terra" (LEITE, 1949, t.7, p.141).

No Brasil, os padres não puderam abrir de imediato todas as classes dos cursos previstos pelo *Ratio*, primeiro porque era necessária a instrução elementar dos alunos e esta estava sendo implantada. Segundo porque o número de alunos era reduzido. Assim, as classes conheceram no Brasil uma evolução desde a escola de ler e escrever até os mais altos níveis ministrados pela Companhia em suas unidades de ensino.

Por ser a sede da administração colonial, a Bahia teve o primeiro colégio jesuítico inaugurado em 1550. Este colégio já estava nos planos dos padres e irmãos que chegaram em 1549, visto que sem colégio o trabalho educacional institucionalizado não poderia se concretizar.

Acreditamos que a fundação efetiva desse colégio se deu apenas no ano seguinte à chegada dos jesuítas em virtude da vinda dos meninos órfãos de Lisboa. Estes aumentaram ainda mais a responsabilidade educacional e catequizadora, além de atraírem os pequenos nativos de uma forma extraordinária. A partir da chegada dessas crianças, além do colégio, Nóbrega criou uma confraria com o objetivo de conseguir esmolas para a manutenção dos mesmos, pois, como já observamos, as doações reais nem sempre eram constantes. Esse primeiro colégio, bem como os que foram fundados posteriormente, deveria seguir o modelo do colégio de Coimbra e ser guiado pelos princípios do *Ratio*, aceitando alunos internos e externos nas suas classes. Administrativamente as instituições de ensino se organizaram após a elevação do Brasil à província e a nomeação de Nóbrega como provincial. Assim, os colégios foram divididos em setores geográficos, passando o Rio de Janeiro a ser responsável pelas casas e colégios localizados na região Sul, a Bahia deveria coordenar as unidades localizadas na parte central da colônia e Pernambuco as das regiões Norte e Nordeste. Até mesmo os aldeamentos criados posteriormente deveriam seguir essa divisão, obedecendo às ordens de sua respectiva região.

Logo após a fundação dos colégios nas regiões mais povoadas da colônia e a introdução do ensino elementar, foi implantado o ensino de Humanidades caracterizado pelo *Ratio* como elemento do ensino secundário. O curso era estruturado da mesma maneira que nas demais localidades. As leituras básicas constituíam-se de autores antigos cujas obras eram enviadas de Portugal, conforme as normas do plano de estudos.

O curso de Gramática conheceu as mesmas divisões e também teve a obra de Manuel Álvares "A Arte da Gramática", como livro-base dos cursos ministrados nos colégios brasileiros.

Um mudança significativa do que era prescrito pelo *Ratio Studiorum* se deu no curso de Letras, principalmente no período inicial de sua implantação, pois o estudo do Tupi substituiu o do Grego. Essa substituição deve ser vista como mais uma das adaptações feitas pelos padres, visto que precisavam estudar a língua dos nativos para viabilizar a catequese. Mais uma vez as circunstâncias peculiares da terra fizeram os jesuítas modificarem as regras gerais para atingir seus objetivos.

No tocante ao estudo das "ciências sacras", ou simplesmente Teologia, mais alto curso da Ordem, essa dividia-se em Teologia Escolástica e Teologia Moral. A Teologia Moral deveria ser estudada pelos que pretendiam lecionar, ou seja, tornar-se mestre da Ordem. Dentre os alunos que se tornariam mestres uns se dedicariam ao ensino dentro dos colégios e outro trabalhariam na catequese, sendo para este último fundamental o conhecimento da "língua geral".

Os jesuítas brasileiros, pelo que notamos, desejavam formar mestres nascidos na colônia, ampliando os quadros da Companhia com os homens que dispunham no próprio território. Assim provariam a eficiência de seu trabalho e não dependeriam dos mestres vindos da metrópole, pois faltavam portugueses que aceitassem tal encargo. Muitos jovens eram mandados para as universidades européias para depois lecionarem nos colégios brasileiros.

Na colônia ocorriam, mesmo diante de todas as peculiaridades, as disputas particulares e públicas, visto que estas eram traço marcante da Companhia. As competições aconteciam, como estava prescrito pelo *Ratio*, dentro das salas de aula e também fora delas em acontecimentos festivos que contavam com a presença de figuras ilustres da Ordem. Os alunos tinham que se prestar a disputas entre si nos dias de sábado, as chamadas "sabatinas", também estas indicadas pelo plano de estudos. Durante essas disputas os alunos eram avaliados, pois a extensão das aulas não concedia tempo para a realização da avaliação do desempenho escolar durante a semana. Muitas vezes os alunos nem percebiam que estavam sendo avaliados (LEITE, 1949, t.1, p.71-75).

Para o ultramar também foi transferida toda a hierarquia administrativa e docente dos colégios que era prescrita pelo *Ratio Studiorum*. Essa hierarquia era supervisionada pelos padres visitantes enviados da Europa pelo padre Geral da Companhia. Segundo Serafim Leite, algumas soluções foram apresentadas pelos padres visitantes, de acordo com a necessidade e limitações da colônia e, até possibilitaram, alterações significativas no quadro escolar brasileiro, como a diminuição do número necessário de alunos para o funcionamento dos cursos, isso fez com que houvesse uma continuidade dos alunos nos estudos, pois as classes não foram mais interrompidas devido ao reduzido número de alunos (LEITE, 1949, t.1, p.76).

Apesar das modificações que foram necessárias, o ensino, tanto o ministrado nas casas e colégios, quanto o ministrado nas aldeias e de maneira informal nas diversas áreas nas quais os jesuitas marcaram presença, conheceu no Brasil campo bastante frutífero, principalmente em virtude da necessidade iminente da catequização dos indígenas.

Outros cursos foram implantados com grande sucesso no Brasil. O que conheceu maior prosperidade foi o curso de Artes ou Filosofia do colégio da Bahia. O referido colégio funcionava como uma verdadeira universidade, com os cursos de Teologia, Matemática, além do curso de Filosofia. Dado ao sucesso e bons resultados conquistados nessa unidade, os membros da Câmara de Salvador tentaram, na segunda metade do século XVII, legitimar os cursos e elevar o colégio à categoria de Universidade.

Os brasileiros tentavam com essa iniciativa provar que a educação ministrada na colônia já possuía autonomia e qualidade suficientes para garantir a formação completa de seus alunos e futuros mestres. Acreditamos que os membros da congregação da Universidade de Coimbra se recusaram a aceitar o pedido dos brasileiros devido ao número reduzido de alunos em toda a colônia, se compararmos com as demais unidades de ensino da Ordem.

Portanto, podemos concluir que o modelo educacional que os jesuitas trouxeram para a colônia evoluiu da catequese e atingiu os níveis mais altos previstos no rigoroso plano de estudo. Exceções foram toleradas pois todas as adaptações e inovações adotadas pelos padres e irmãos tinham o objetivo de catequizar os nativos e adequá-los à sociedade européia.

Apesar do fracasso de algumas iniciativas dos jesuitas, principalmente na catequese, as modificações e inovações e aqui permitidas revelam que o *Ratio Studiorum* era maleável, desde que as alterações não prejudicassem o andamento da obra dos missionários jesuitas.

Considerações Finais

A Companhia de Jesus surgiu para atender às necessidades da Igreja Católica no momento em que esta precisava reagir contra as forças do movimento protestante. A Idade Moderna exigia uma transformação espiritual e a Igreja Católica não podia perder sua hegemonia.

No contexto histórico em que nasceu, a Companhia não auxiliou a Igreja Católica apenas nos limites do território europeu. O Novo Mundo necessitava conhecer o evangelho e ser campo de batalha contra o protestantismo. Dessa forma, a Ordem foi escolhida para atuar na transformação dos bárbaros

habitantes destas novas localidades e preservar o catolicismo. Fora eleita para adequar o Novo Mundo à "civilização européia".

Apesar dos impactos iniciais, os jesuitas encarregados da missão brasileira logo iniciaram, cheios de otimismo, o trabalho com os nativos e também com os colonos, que não viviam em harmonia com a moral pregada pelos padres e irmãos.

As primeiras tentativas de conversão deram-se a partir da pregação e do batismo em massa, porém, estas fracassaram em virtude da efemeridade da crença dos nativos, que logo retornavam aos seus antigos costumes. Entretanto, os jesuitas, confiantes que eram, não tardaram em buscar soluções mais eficazes para a concretização de seus ideais. Tais soluções foram a educação e a catequese mais direta dos meninos índios e, a mais drástica e destrutiva delas, a criação dos aldeamentos, dentro dos quais os indígenas viveriam sob uma nova organização, dirigidos pelos padres e educados para se adequarem às "regras" da colônia.

Dentro desse espaço arquitetado pelos padres e irmãos, meios pedagógicos, como a música e o teatro, foram buscados para atingir os objetivos da Igreja e do Estado português.

Concluímos que a experiência brasileira, mesmo que não esteja explícita nas correspondências, contribuiu para a redação final do *Ratio Studiorum*. As observações contidas nas cartas despertaram a atenção dos membros da comissão encarregada de elaborar as regras que deveriam reorientar parte do trabalho pedagógico dos jesuitas.

Assim, as modificações e as inovações pensadas foram concretizadas no intuito de formar o cristão tendo em vista as necessidades dos novos tempos. Pensar a sociedade colonial sem uma compreensão do trabalho dos missionários da Companhia de Jesus e conseqüentemente sua atuação pedagógica é ver apenas parte de um complexo universo da História do Brasil.

- *ABSTRACT: The teaching method called Ratio Studiorum, developed by jesuits in the end of XVI century, had a quick expansion all over Europe and places of New World in occupation. The jesuits had, as main goal, to take catholic faith to the people who lived in these territories and they used that to catechize them, serving the interests from colonizer countries and from Roman Catholic Reformed Church. Brazil were inside this context and were used as fertile place to implement this "project". It's up to us analyze pedagogical purpose of jesuits and which way "Brazilian experience" could contribute for definitive Ratio Studiorum working out.*
- *KEY WORD: Ratio Studiorum; Brazil; Jesuit.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANCHIETA, J. de. *Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e sermões*. São Paulo: Edusp, 1988.
- EISEMBERG, J. *As Missões Jesuíticas e o Pensamento político Moderno: encontros Culturais, aventuras teóricas*. Belo Horizonte: UFMG, 2000
- FRANCA, L. *O Método Pedagógico Jesuítico*. O "Ratio Studiorum": Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Agir, 1952.
- HOLANDA, S.B.de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1938-1949, 10.v.
- _____. (org). *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. São Paulo: Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, 1954, 3.v.
- _____. *Novas cartas jesuíticas (de Nóbrega a Vieira)* [s.l.]: Companhia Editora Nacional, 1940.
- MADUREIRA, J. M. *A liberdade dos índios*. A Companhia de Jesus, sua pedagogia e seus resultados. São Paulo: [s.n.], 1929.
- NEVES, L.F.B. *O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios*. Colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1978.
- _____. *Vieira e a imaginação social jesuítica*. Maranhão e Grão - Pará no século XVII. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- NÓBREGA, M.da. *Cartas do Brasil e mais escritos*. Coimbra: [s.n.], 1955.
- _____. *Cartas do Brasil e Mais Escritos: 1549-1560*. São Paulo: Edusp, 1988.
- PAIVA, J. M.de. *Colonização e Catequese*. São Paulo: Cortez, 1982.
- PUNTONI, P. *A guerra do bárbaros*. Povos indígenas e colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Edusp, 2002.
- VIEIRA, A. *Claves Prophetarum*. Chave dos profetas. Livro III. Edição crítica de Arnaldo do Espírito Santo. Lisboa: Biblioteca nacional, 2000.

A SODOMIA FEMININA NA PRIMEIRA VISITAÇÃO DO SANTO OFÍCIO AO BRASIL

Minisa Nogueira NAPOLITANO*

- RESUMO: Este trabalho trata das relações sexuais entre mulheres perseguidas pela Inquisição nos séculos XVI e XVII. Analisei as Ordenações Filipinas e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que eram o conjunto de leis que vigoravam naquela época, e percebi que não explicam de que forma poderia se dar à sodomia, praticada entre homens ou entre mulheres e até mesmo entre um homem e uma mulher. Este assunto permite uma melhor compreensão de como a sociedade colonial se defrontava com as relações sexuais quando se tratava de pessoas do mesmo sexo e, principalmente, quando essas relações se restringiam apenas ao gênero feminino. O maior questionamento era se a mulher poderia ou não praticar o pecado da sodomia com outra mulher. As punições, relativas à sodomia feminina, revelaram-se bem menos rigorosas em relação à praticada por homens entre si. Durante o tempo em que a sodomia feminina pertenceu à alçada inquisitorial, o que se nota é um grande descaso e uma falta de conhecimento por parte de inquisidores e teólogos sobre as relações afetivo-sexuais entre mulheres.
- UNITERMOS: Sodomia, Mulheres, Inquisição, Historiografia séc. XVI e XVII, Brasil Colonial.

A Primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, em 1591, comandada pelo inquisidor Heitor Furtado de Mendonça, se concentrou no Nordeste brasileiro devido a uma forte presença de cristãos-novos e uma grande concentração

* Graduada em História pela Unesp campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França

populacional e de riquezas. Na tentativa de conter os supostos comportamentos heréticos, os inquisidores moveram uma fortíssima campanha moralizante que controlava as condutas individuais. Delitos sexuais como a sodomia¹, bestialismo² e outros contatos sexuais assimilados a heresias, julgados até então pela justiça secular, foram relegados ao foro inquisitorial a partir de 1553 (VAINFAS, 1997, p.11).

As confissões inquisitoriais eram distintas das que se faziam em confessionários. Estas eram um sacramento no qual o fiel narrava seus pecados e recebia absolvição em troca de penitências espirituais. Nas outras se tratava de confessar os erros de fé, que eram crimes passíveis de pena secular, até a morte na fogueira. Enquanto a confissão sacramental tratava de pecados, a confissão inquisitorial tratava de heresias. De acordo com o Edital da Fé, os fiéis eram convocados a confessarem e delatarem as culpas pertinentes ao Santo Ofício no prazo máximo de trinta dias, sob pena de excomunhão maior. Muitas vezes relatavam pecados que passavam longe de serem considerados como heresia. Faziam isso por medo, para colaborar, para ocultar as verdadeiras culpas e às vezes por ingenuidade ou pânico. Durante as confissões, o confitente acusava outros indivíduos de culpa semelhante ou de cumplicidade, outras vezes transferiam a responsabilidade pelas suas falhas a outras pessoas. Mesmo depois de ter confessado, muitos acabavam presos, por contarem menos do que sabiam e foram denunciados ou porque mentiram ou perjuraram (VAINFAS, 1997, p. 20-27).

Baseando-se nas Ordenações Filipinas, século XVI, e nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, 1707, escrita pelo 5º arcebispo da Bahia D. Sebastião Monteiro da Vide, que foram um conjunto de leis regentes na época do Brasil colonial, os inquisidores convocavam para confessar ou mandavam prender suspeitos na fé.

As punições previstas em tais leis tinham, sobretudo, a finalidade de suscitar o medo, explicitar a norma e dar o exemplo a todos aqueles que assistissem as sentenças e as penas sofridas pelos culpados, fossem humilhações perante todo o público, fosse a flagelação do seu corpo ou até mesmo a morte na fogueira, chamada de pena capital. Estas punições possuíam menos o intuito de punir os culpados do que espalhar o terror, a coerção, o receio. Elas espalhavam um verdadeiro temor, fazendo com que as pessoas que

¹ Pecado nefando, sensual, tem esse nome da palavra Sodoma, cidade antiga da Palestina cujos habitantes o praticavam (ALMEIDA, 1870, p.1162). A mais influente definição de sodomia, foi a de Santo Tomás de Aquino, construída pela escolástica, "a união sexual de homem com homem e de mulher com mulher, sendo que o coito anal entre machos seria a sodomia perfeita".

² Ato sexual com animais irracionais.

presenciassem esses espetáculos punitivos examinassem suas consciências, refletissem acerca de seus delitos. O ritual punitivo era uma cerimônia política de reativação do poder e da lei do monarca (LARA, 1999, p.21).

A sodomia propriamente dita, segundo o livro Quinto das Ordenações Filipinas, se equiparava ao crime de lesa-majestade e se estendia tanto aos homens quanto às mulheres que cometessem o pecado contra a natureza⁶. Todos os culpados seriam queimados e feitos pelo fogo em pó,⁷ teriam seus bens confiscados pela coroa e seus filhos e netos seriam tidos como infames e inábeis. Os menores não estavam compreendidos no crime de sodomia e ficavam ao arbítrio do juiz. Os que tivessem ajuntamento com *animália*⁸ seriam queimados e feitos pelo fogo em pó, e também o animal com o qual tivesse sido cometido o crime.

Comparando-se os pecados de sodomia, bestialidade e molície, em ordem crescente de gravidade, sem dúvida a sodomia é o mais grave de todos eles, pois sua punição se estendia até aos descendentes do criminoso. Já a punição da bestialidade, mesmo não difamando as gerações do culpado neste crime, assim como na pena do pecado de sodomia, previa que os culpados, juntamente com o animal com o qual cometeram esse delito, fossem mortos e queimados vivos. No pecado da molície, nota-se algo muito interessante porque as ordenações se referem somente às pessoas do mesmo sexo que o cometerem umas com as outras, dando-nos a entender que se um homem o cometer juntamente com uma mulher não seja pecado. Diante disso, podemos dizer que as pessoas culpadas desse delito são somente aquelas que mantêm relações sexuais com pessoas do mesmo sexo.

Aqui, por molície, se deve entender somente a masturbação entre pessoas do mesmo sexo. As práticas sexuais, com exceção do coito, com pessoas do sexo oposto, ou seja, entre um homem e uma mulher, não encontram nenhuma designação, já que a fornicção⁹ alude ao coito propriamente dito.

⁶ Natureza são as partes da geração (ALMEIDA, 1870, p.1161)

⁷ O culpado era queimado vivo e não previamente estrangulado como no caso de heresia (ALMEIDA, 1870, p.1162).

⁸ *Animalia*, nome genérico que convém a toda espécie de animal irracional. (ALMEIDA, 1870, p.1162).

⁹ *Fornicari* (latim) ou *pornoi* (grego) eram termos que, inicialmente, designavam os pecadores carnis em geral. Por muito tempo, a palavra conservou esse significado genérico, próximo ao da luxúria. Às vezes, porém, era usada como sinônimo de adultério, no sentido de quebra eventual da fidelidade. Com o passar do tempo, a fornicção adquiriu um sentido mais preciso, alusivo à cópula genital ilícita, isto é, efetuada fora do casamento, entre pessoas solteiras (fornicação simples), ou

Nota-se quanto ao pecado de sodomia, que apesar das Ordenações Filipinas estenderem essa penalidade também às mulheres, na prática as punições não foram iguais para ambos os sexos. Houve uma grande tendência em se punir os homens com muito mais rigor em relação às mulheres.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia foram feitas durante um governo absolutista em Portugal e num contexto em que as formas de governo, as leis, os diversos códigos adotados por uma nação católica tinham colocado a Igreja numa situação em que se necessitava mudar e rever suas antigas disciplinas. O poder de impor multas, de enviar ao aljube os sacerdotes e mesmo os fiéis seculares, de degradar ou desterrar a qualquer um para a África ou para fora do país, estava ao arbítrio do Ordinário Eclesiástico e do Tribunal da Inquisição (FERREIRA, 1853, p.v).

Essas Constituições mencionavam o crime de sodomia em seu livro V, título XVI. Para este delito ser melhor castigado, ele deveria ser relaxado aos Inquisidores Apostólicos do Tribunal do Santo Ofício, por breve do papa Gregório XIII. Considerava-se tão horrendo o crime da sodomia que não se ousava pronunciar seu nome e Deus havia destruído cinco cidades, duas delas somente por serem vizinhas de onde se tinha cometido o crime da sodomia, tamanha sua ira com quem o cometesse. Era tão horrendo que parecia feio até mesmo ao Demônio e quem o cometesse, estava carecido de razão, infeliz e esquecido de sua própria salvação (VIDE, 1853, p.331-332).

Fazia-se a distinção entre dois tipos de sodomia: a sodomia própria, praticada homem com homem ou homem com mulher e a sodomia imprópria, praticada entre duas mulheres. Se fosse provada a culpa do denunciado, prendia-se somente os que houvessem cometido a sodomia própria (VIDE, 1853, p.332).

Apesar da gravidade do crime de sodomia, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia não o relaxava ao braço secular para se executar a pena capital, já que a Santa Igreja não poderia manchar seu nome com sangue. Apenas a sodomia própria era castigada com a prisão e sobre a sodomia imprópria, não foi escrita uma só linha que mencionasse algum tipo de pena a ela, dando-se a entender que tanto o Santo Ofício, como os teólogos, padres e o próprio autor dessa obra, que baseou esse título nas Constituições do Santo Pio V, ignoraram e fizeram vista grossa a sodomia cometida entre mulheres. Diferentemente do que ocorre nas Ordenações Filipinas, nas quais a punição para o crime de sodomia se estendia tanto aos homens quanto às mulheres que o cometessem entre si, mesmo sendo prevista na teoria, na prática isso não

envolvendo situações pecaminosas como o incesto, o adultério, a violação, o rapto e o sacrilégio (fornicação qualificada) (VAINFAS, 1986, p.88).

ocorria. Também nas Ordenações se previa a morte dos culpados, fato este que não ocorria nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, em que apenas o culpado de sodomia própria era preso.

Para o crime de bestialidade, Deus mandava no Levítico (capítulo 18, vs 20) que não morresse somente o homem que o cometesse, mas também o animal com que fosse cometido, para que não ficasse memória de tão detestável pecado, semelhante ao da sodomia, mesmo este não levando à morte. O clérigo que o cometesse, seria degradado das ordens e entregue a justiça secular sem sofrer a pena de sangue. O leigo, além de também ser entregue à justiça secular sofreria pena de sangue e sendo provada a sua culpa, o denunciante poderia levar de seus bens o que quisesse para se sentir satisfeito e premiado (VIDE, 1853, p.333).

Em uma comparação entre as Ordenações Filipinas e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, nota-se que a primeira punia com muito mais rigor o mesmo crime, a bestialidade, em relação à segunda, já que as Ordenações Filipinas estendiam a mesma pena para leigos e clérigos. Mas por outro lado, nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, o crime de bestialidade parece ser mais grave se comparado ao de sodomia, prevendo a morte somente para aquele.

O pecado da molície, não era considerado tão grave como o da sodomia e da bestialidade e não previa a pena de morte para os culpados. As mulheres que o cometessem umas com as outras seriam degradadas por três anos para fora do arcebispado e as penas deveriam moderar conforme a qualidade da prova e as circunstâncias em que fora cometido. Os homens que o cometessem entre si, seriam castigados com penas de degredos, galés, prisões e pecuniária. Os clérigos, além de sofrerem a mesma pena que os homens, seriam depostos de seus ofícios e privados de seus benefícios (VIDE, 1853, p.333-334). Assim como nas Ordenações Filipinas, aqui também a molície parece se referir a práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Mais uma vez, as penas relativas às mulheres são bem mais amenas em relação às penas reservadas aos homens que cometessem o mesmo pecado. Nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, as relações sexuais entre mulheres ficaram relegadas apenas ao crime de molície, já que somente neste delito era reservado algum tipo de castigo a elas. No 13º parágrafo do Regimento de 1640, a sodomia entre mulheres foi tida como matéria duvidosa. Chegou-se a conclusão de que a Inquisição não deveria tomar conhecimento de tal crime até nova ordem, e esse parágrafo foi repetido até o último Regimento, de 1774, ordenado pelo inquisidor geral Cardeal da Cunha durante o reinado de D. José.

Tanto nas Ordenações Filipinas como nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, não há nenhuma explicação que indique de que maneira poderia se dar a sodomia, seja entre homens, seja entre mulheres ou até mesmo entre um homem e uma mulher. Outro fato bastante notório é que já naquela época (séculos XVI, XVII e XVIII), existia uma grande preocupação em condenar as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Exemplo disso, são as previsões que as Ordenações Filipinas e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia fazem ao pecado da molície, caracterizando-o como masturbação entre homens ou entre mulheres. E se existia tamanha preocupação é porque com certeza havia também uma enorme incidência desses casos.

A sodomia feminina sempre foi tratada como um tema ambíguo e os inquisidores nunca conseguiram chegar a um consenso sobre como ela poderia ser praticada entre mulheres. Por isso, em 1640, as relações sexuais entre mulheres passaram a não mais pertencer à alçada inquisitorial.

Em *A Coisa Obscura: Mulher, Sodomia e Inquisição no Brasil Colonial*, Lígia Bellini analisa registros das confissões e denúncias que tratam de relações afetivas e sexuais entre mulheres do nordeste brasileiro no século XVI. A autora analisa várias opiniões, estudos e pontos de vista de como era tratada a sodomia feminina, como ela poderia ser caracterizada e se realmente seria considerada como prática sexual entre duas mulheres. Fez também um estudo sobre o tratado *De Sodomia* de Luigi-Maria Sinistrari, que foi escrito um século depois, aproximadamente, da primeira visitação do Santo Ofício português ao Brasil:

[...] No corpo feminino se encontra uma parte que os anatomistas chamam "clitório". Esta parte é composta dos mesmo elementos que o pênis do homem, isto é, de raízes, artérias, carne, etc. Ela teria também a forma do pênis quando inchada; o clitório é inflado pelo movimento dos sopros seminais. Ele seria provido, como o pênis, de uma glândula; em cima da glândula há um orifício que, entretanto, não se percebe senão na metade do corpo do clitório e pelo qual não se vê sair nem urina, nem esperma, nem qualquer humor ("*humeur*"). O clitório se localiza dentro do "*pudendum*" da mulher, acima do canal urinário; ele é coberto pelas "*nymphes*", dois corpúsculos contíguos ao dito canal... Entre a mulheres, o clitório é o órgão de deleitação venérea [...] Se encontra em todas as mulheres, mas nem todas o possuem descobertos ou o fazem para sair para fora do vaso do pudor: se percebe somente uma pequena protuberância nesse lugar do corpo da mulher onde se esconde o clitório; e esta proeminência pode sair mais para fora das partes vizinhas se, por efeito de excitação venérea, o membro em questão estiver inchado interiormente [...] (SINISTRARI apud BELLINI, 1987, p.43).

Na Etiópia ou no Egito, conforme Bartholin, todas as mulheres têm o clitório saliente, ele pende como um pênis e é costume, quando nascem meninas, de lhes queimar o clitório com um ferro em brasa para impedir seu crescimento exagerado e para que ele não impeça a aproximação do homem (BARTHOLIN, 1987, p.42).

[...] Na Europa, ao contrário, não é desenvolvido a não ser em certas mulheres; entre aquelas que, por abundância de calor e de sêmen, possuem sopros seminais vigorosos que inflam o clitório e o fazem sair para fora, e também entre aquelas que, na infância se tocam as partes genitais sob o estímulo de precoces desejos. Entre algumas mulheres o clitório é do tamanho do dedo médio da mão, entre outras é maior [...] (SINISTRARI apud BELLINI, 1987, p.43).

Com isso, somente se uma mulher possuísse um clitório nessas condições, ela poderia deflorar outra e chegar até a cometer a sodomia. Então, mesmo não sendo em vaso impróprio, a sodomia poderia se dar entre duas mulheres se ela utilizasse o clitório, possuindo um membro de acordo com as condições descritas anteriormente, para penetrar a outra, já que este tipo de coito não seguia geração. Segundo esses critérios, a mulher poderia cometer a sodomia com um outro sexo, no vaso anterior ou posterior de uma mulher e também no vaso posterior de um homem. As mulheres com o clitório mais desenvolvido estavam mais aptas às tentações carnis e aquele passava a ser a prova do crime (BELLINI, 1987, p.45).

Para outros autores, a utilização de instrumentos no ato sexual entre mulheres constituía um agravante na pena. Caracterizavam como atos sodomíticos e previam a pena de morte. A sodomia era considerada crime dos mais atrozes porque o esperma era derramado em vão, já que o sêmen era lançado em lugar estéril. Para Sinistrari, era um crime que não prescrevia jamais, não importando para a acusação o tempo que havia passado desde que houvesse sido cometido. A acusada deveria ser examinada por parteiras ou senhoras de crédito a fim de verificar se possuía um clitório "avantajado", ou então poderia se utilizar da tortura para fazer revelar-se a verdade do fato (BELLINI, 1987, p.45-46, 47).

O corpo da mulher e seu funcionamento eram concebidos com estranheza e imprecisão. Havia a noção de que o corpo feminino seria inferior ao do homem e mais imperfeito. De acordo com o Tratado Hipocrático, o médico tinha pouco acesso ao corpo feminino; ele era conhecido por meio de confissões de parteiras ou das próprias mulheres. A prática da dissecação que trouxe melhores esclarecimentos sobre a anatomia e fisiologia feminina só foi autorizada no século XV e praticada no século XVI (BELLINI, 1987, p.55- 58).

Diante disso, os atos torpes praticados entre mulheres, caso não cumprissem os requisitos para serem qualificados como sodomia, eram tidos por molície, que era caracterizada por tocamientos, abraços e beijos entre pessoas do mesmo sexo, masturbação, felação e outros que não tinham a gravidade da sodomia (BELLINI, 1987, p.68).

Esse quadro indefinido sobre a sodomia feminina, se deve ao fato de teólogos, juristas e inquisidores se basearem no conhecimento do corpo masculino e nas suas possibilidades de transgressão. Era mais fácil supor um corpo feminino monstruoso do que questionar e rever critérios desenvolvidos com base na anatomia do corpo masculino, como fez Sinistrari. Portanto, as mulheres não eram julgadas em sua especificidade anatômica. As relações lascivas entre elas, eram vistas como se pelo menos uma delas tivesse um falo. Comportando-se como homem, a mulher no papel de ativa – termo este que vem desde a antiguidade – desrespeitava o princípio da divisão entre gêneros e como sugeriu Montaigne, era chamado de contra a natureza pois ocorria contra o costume (BELLINI, 1987, p.69-70).

Num estudo de Ronaldo Vainfas sobre a sodomia feminina, há considerações a alguns motivos pelos quais os inquisidores ignoravam esse pecado: as mulheres seriam bem mais discretas em suas relações sexuais se comparadas aos homens. Pelo fato das mulheres chamarem bem menos a atenção do povo, dar menos à vista, serem menos motivos de comentários em relação aos homens, talvez os inquisidores se ativessem mais na busca de desvios sexuais masculinos, porque uma das grandes preocupações era não deixar que esses casos de sodomia viessem a se tornar públicos (VAINFAS, 1989, p.157).

Um outro motivo apontado seria o fato de muitos dos casos de relações sexuais entre mulheres não passarem de brincadeiras entre adolescentes, e também pelo fato de que muitas, na tentativa de satisfazerem o desejo de seus hormônios, relacionavam-se com outras para não perderem a sua virgindade (VAINFAS, 1989, p.176-177).

As *nefandices* confessadas por mulheres casadas pareciam ser, antes de tudo, jogos pueris, toques e experimentos sexuais de crianças, ou então, no caso das moças donzelas, forma de libertar o desejo sem comprometer a honra da virgindade, pois como diria um moralista do século XVIII, para as mulheres “a melhor fama era não ter fama”. No caso de mulheres brancas ou de famílias importantes, a virgindade era atributo essencial para se levar a bom termo o casamento das filhas. Este foi o tom predominante da sodomia feminina: meninas se iniciando sexualmente umas com as outras e jovens casadoiras se enamorando, sem pejo, ou perseguindo meninas em qualquer ocasião. Depois

de casadas, deixavam de pecar, ao menos no *nefando*, é o que a maioria delas assegurava ao visitador (VAINFAS, 1987, p.242) Em grande parte das vezes, o relacionamento entre mulheres não passava de cartas amorosas, bilhetinhos, olhares e trocas de carícias, não chegando muitas vezes a atos camais (VAINFAS, 1989, p.180).

Contudo, o que mais confundia a cabeça dos inquisidores, era a impossibilidade das mulheres praticarem cópula anal com outra, salvo se usassem algum instrumento, já que não possuíam pênis. Segundo os teólogos, as mulheres eram incapazes de cometer o coito anal e se agissem como homens eram tratadas como macho pelo povo. A maioria dos inquisidores consultados alegaram que somente se uma mulher introduzisse o sêmen no vaso posterior de outra por meio de um instrumento é que ficaria caracterizada a perfeita sodomia, ficando relegado os demais atos a pecadinhos, afetos aos confessores sacramentais ou aos juizes eclesiásticos (VAINFAS, 1989, p.139-150).

Algumas mulheres casadas preferiam o amor de outras mulheres como o chamego com escravas. Algumas, talvez, em busca de prazer que seus maridos não ofereciam e outras até por opção homoerótica (VAINFAS, 1989, p.150).

Mesmo com evidências que comprovassem a existência de relações sexuais entre mulheres, como nos revela São Paulo na Bíblia: “*Deus entregou-os a paixões vis: pois até mesmo suas mulheres transformaram as relações naturais em relações antinaturais*” (ROMANOS, 1: 26); Santo Ambrósio no século IV, interpretando esta passagem ao declarar: “*Ele testifica que, estando Deus zangado com a raça humana por causa de sua idolatria, acontecia de uma mulher desejar outra mulher pelo hábito de vergonhosa luxúria*”, e Pedro Abelardo interpretando-a assim: “*Antinatural, isto é, contra a ordem da natureza, que criou os órgãos genitais das mulheres para o uso dos homens e reciprocamente, e não para que as mulheres pudessem viver com mulheres*”; durante muito tempo os europeus achavam difícil que as mulheres realmente pudessem se sentir atraídas por outras mulheres. Sua visão da sexualidade humana era falocêntrica – as mulheres tinham de ser atraídas pelos homens e vice-versa e não haveria nada em uma mulher que pudesse despertar o desejo sexual de outra mulher. Tanto no direito, como na medicina e na mentalidade popular, as relações sexuais entre mulheres eram ignoradas (BROWN, 1986, p.15)

Talvez essa descrença em relação à sexualidade feminina se devia ao fato de que as relações sexuais entre homens são bem mais mencionadas do que as relações entre mulheres, especialmente depois do século XIII, no Direito Canônico e Civil, nos manuais de penitência e confissão, em sermões populares e na literatura (BROWN, 1986, p.18).

Esse tipo de relação era tão inconcebível que o escritor italiano Agnolo Firenzuola, em sua obra *Regionamenti Amorososi* do século XVI, chega à conclusão de que esse tipo de amor não seria melhor, mesmo que evitando os riscos à castidade, porque a beleza do homem, por uma vontade superior da natureza, inspira mais desejo na mulher do que a beleza de outra mulher. Brântome, um comentador do final do século XVI das excentricidades sexuais dos cortesãos franceses, dizia que algumas mulheres preferiam umas às outras para não engravidar e não perder a honra ou a virgindade. Outras eram mulheres que se utilizavam deste método para não perder a arte de fazer amor com homens, porque esse exercício não passava de uma aprendizagem para alcançar o amor maior deles. E o que elas conseguiam de outras mulheres eram apenas estímulos para irem se satisfazer com eles. Diante disso, as relações sexuais entre mulheres poderiam ter apenas um objetivo, que era aprimorar e glorificar o sexo de verdade, isto é, o sexo com um homem. Esta é uma das razões pelas quais alguns homens daquela época podiam ignorar os atos sexuais entre mulheres sem correrem riscos. Para muitos daquele tempo, a atração entre mulheres não deveria ser levada a sério (BROWN, 1986, p.19-20, 21).

Outra razão para se ignorar tais atos, era a crença de que as mulheres, que eram tidas como naturalmente inferiores aos homens, estavam apenas tentando desafiá-los. "É melhor que uma mulher se entregue ao desejo libidinoso de agir como um homem do que um homem se tornar efeminado, isso o torna menos corajoso e nobre. A mulher, portanto, que imita um homem, pode ter uma reputação de mais valente e corajosa do que outra". Tal raciocínio não condenava o sexo entre mulheres; como todas as outras criaturas, elas tentavam ascender a um estado mais perfeito da natureza (BROWN, 1986, p.21).

E ainda, as descobertas de médicos e anatomistas em relação aos órgãos reprodutores femininos influenciaram muito as visões sobre a sexualidade lésbica. Apesar de ser comum a crença de que as mulheres tinham testículos – o que mais tarde vieram a ser chamar ovários – que produziam sêmen, pensava-se que fosse mais frio, menos ativo e menos importante na reprodução humana do que o do homem. A idéia de que elas podiam contaminar-se umas com as outras como os homens pelo derramamento de sêmen no recipiente errado, era geralmente descartada. Portanto, a perda de sêmen masculino era considerada uma ofensa pior às leis de Deus e da natureza do que o desperdício do sêmen ou dos órgãos reprodutivos das mulheres (BROWN, 1986, p.22).

Por tudo isso, as penalidades para atos sexuais entre mulheres tendiam a ser mais brandas em relação às penalidades para atos sexuais entre homens. As discussões sobre esse tema, seja na literatura médica, legal ou de outros tipos,

segundo Judith Brown, traem uma ignorância básica sobre o que as mulheres fazem umas com as outras e como isso se encaixa nas categorias sexuais estabelecidas e nos crimes sexuais. Tanto é que as dificuldades conceituais que os homens da época enfrentavam em relação à sexualidade lésbica se refletem na falta de uma terminologia adequada. A sexualidade lésbica não existia, nem mesmo lésbicas. Esta palavra não foi usada habitualmente até o século XIX e era mais aplicada a uma série de atos do que a uma categoria de pessoas. Essas mulheres eram chamadas *fricatrices* ou *tribades* (BROWN, 1986, p.22-28).

O fato é que esse tipo de relação não era interessante para a sociedade, portanto, não se tornou um problema relevante. Isso também explica porque inquisidores, teólogos e estudiosos da época faziam uma certa vista grossa em relação aos atos sexuais praticados entre mulheres, e nunca o porquê de terem chegado a um consenso sobre a prática da sodomia feminina. Tais atos passavam um tanto quanto despercebidos pela sociedade da época e daí a dificuldade em encontrar obras e fontes que tratem a respeito do assunto.

- **ABSTRACT:** *This work treats about the sexual relations between women persecuted for the Inquisition in the XVI and XVII centuries. I analysed the Filipins Ordenations and the First Constitutions of Bahia's Archdiocese; that were the whole of laws in vigour in that period, and I perceived that they do not explain the form that could occur the sodomy, practiced between men or between women and until between a man and a woman. This subject permits a better comprehension about how the colonial society reacted at the sexual relations between people of the same sex and mainly, when these relations were restricted only at the female gender. The principal question was if the woman could or not practice the sodomy's sin with another woman. The punishments to the masculine sodomy revealed to be more rigorous than female sodomy. While female sodomy belonged at the inquisitional business, what we see is a big negligence and ignorance of the inquisitors and theologians about the affective-sexual relations between women.*

- **KEYWORDS:** *Sodomy – Women – Inquisition – Historiography XVI-XVII Centuries – Colonial Brazil*

FONTES

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia*. Typografia 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes, São Paulo 1853.

LARA, Silvia Hunold. *Ordenações Filipinas – Livro V*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. *Confissões da Bahia: Santo Ofício da Inquisição de Lisboa*. 1.ed. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cândido Mendes. *Código Filipino*. 14.ed., Rio de Janeiro: Typografia do Instituto Philomantico, v.1, 1870.

BELLINI, Lígia. *A coisa obscura: mulher, sodomia e inquisição no Brasil colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BROWN, Judith C. *Atos impuros: a vida de uma freira lésbica na Itália da renascença*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial no Brasil colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. Inquisição e arte: relações entre o real e o imaginário. In. *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. São Paulo: EDUSP, 1992.

LEWKOWICZ, Ida. Confisco do Santo Ofício e formas de riqueza nas Minas Gerais do século XVIII. In. *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. São Paulo: EDUSP, 1992.

MOTT, Luiz. Justiça et Misericórdia: A Inquisição portuguesa e a repressão ao nefando pecado da sodomia. In. *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. São Paulo: EDUSP, 1992.

_____. Relações raciais entre homossexuais no Brasil colônia. *Revista Brasileira de História*. Rio de Janeiro: ANPUH/ Ed. Marco Zero, v.05, n.10, 10/08/1995, p.99-122.

_____. A inquisição no Maranhão. *Revista de História*. São Paulo: ANPUH/ Ed. Marco Zero, v. 14, n. 28, 10/12/1994, p.45-72.

_____. *O lesbianismo no Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *O sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da inquisição*. Campinas: Papyrus, 1988.

_____. *Escravidão, homossexualidade e demonologia*. São Paulo: Icone, 1988.

_____. A inquisição no Maranhão. *Revista Brasileira de História*. v.14, n.28. p.45-72.

NAZÁRIO, Luiz. O julgamento das chamas: autos-de-fé como espetáculos de massa. In. *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. São Paulo: EDUSP, 1992.

NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. Padre Antônio Vieira, a inquisição e os judeus. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo: Ed. CEBRAP, n.29, 10/03/1991, p.172-181.

_____. A inquisição na Bahia: um relatório de 1632. *Revista de História*. São Paulo: FFCL/USP, n.74, 10/06/1968, p.417-423.

_____, Ilana W. Heresia, mulher e sexualidade (Algumas notas sobre o Nordeste Brasileiro nos séculos XVI e XVII) In. *Vivência* (história, sexualidade e imagens femininas). São Paulo: Brasiliense, 1980. p.227-256.

PICCINI, Amina Maggi. Visão Psicanalítica do Imaginário dos inquisidores e das Bruxas. In: *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. São Paulo: EDUSP, 1992.

PIRES, Maria do Carmo. Calundu e práticas mágicas: feiticeiros nas Minas Gerais no século XVIII. *Estudos de História*, v.3, n.2, p.95-105.

_____. *Juízes Infratores: o tribunal Eclesiástico do bispado de Mariana (1748-1800)*. Dissertação (Mestrado em História), FHDSS–UNESP, Franca, 1997.

SIQUEIRA, Sônia A. O momento da inquisição. *Revista de História*. São Paulo: FFCL/USP, v.42, n.85, 10/03/1971, p.49-73. (cont. em: v.43, n.87, p.43-85, 1971).

_____. *A inquisição portuguesa e a sociedade colonial*. 1.ed. São Paulo: Ática, 1978.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. Sodomia, mulheres e inquisição: notas sobre sexualidade e Homossexualismo feminino no Brasil colonial. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: SPMP/USP, v.35, 10/12/1987, p.233-254.

_____. *A heresia dos Índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. 1.ed. Rio de Janeiro: Cia da Letras, 1995.

_____. Reflexões sobre o sistema punitivo da inquisição portuguesa. In: *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura. São Paulo: EDUSP, 1992.

_____. *Casamento e amor no ocidente cristão*. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Sodomia, mulheres e inquisição: notas sobre sexualidade, homossexualismo feminino no Brasil colonial. Originalmente apresentado no I Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição. São Paulo, Maio/1987.

_____. História das mentalidades e História cultural. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo. *Dominios da História*. Rio de Janeiro: Campus, p.127-162.

O DESTINO DOS EXPOSTOS: TRAJETÓRIA SOCIAL DE CRIANÇAS ABANDONADAS EM MARIANA, 1800-1839

Cíntia Ferreira ARAÚJO*

- RESUMO: O presente artigo analisa o destino de crianças abandonadas em Mariana (MG) entre 1800-1839, principalmente após completarem sete anos de idade. Indicando se voltavam para o circuito do abandono ou se passavam a pertencer à família criadeira na condição de agregado. O estudo nos permite investigar as formas do trabalho infantil durante o período estudado.
- UNITERMOS: história da família; história da criança; abandono infantil.

O estudo das representações da infância é considerado tão importante que a historiografia conta com uma ampla gama de informações sobre a criança e seu passado.

O pioneiro desses estudos é o do francês Phillipe Ariès, que, ainda em 1948, lançou seu primeiro trabalho a respeito do tema. Segundo esse autor, o alvorecer da Época Moderna estabeleceu a supervalorização da criança. As Reformas protestante e católica fizeram da *educação infantil* um instrumento de enquadramento das populações cristãs nos preceitos da fé. Essa transformação representou uma ruptura em relação à Idade Média e deu origem à noção que atualmente se tem sobre a infância.

No entanto, ao se pensar em história das crianças, não há como desassociá-la da história do abandono, já que essa prática, no Ocidente, foi

* Graduada em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Sob orientação do Prf. Dr. Renato Pinto Venâncio. Bolsista: PIBIC/CNPq.

sumamente difundida e legalizada. Tal constatação contrapõe-se, dessa forma, com a cronologia estabelecida por Ariès (1981), pois é exatamente no momento de "supervalorização da criança" que ocorre a institucionalização do abandono. Vários autores tentaram explicar esse paradoxo, alegando que o ato de abandonar crianças substituiu o infanticídio, motivado pelo nascimento de um filho ilegítimo ou de uma criança com defeitos físicos, que, no meio camponês, representava um "peso" e não uma mão-de-obra em potencial, demonstrando assim que houve um aumento de respeito pela vida da criança.

Outros trabalhos sobre o abandono foram publicados nos anos setenta. Na década seguinte, esse assunto torna-se praticamente obrigatório nos estudos históricos de demografia urbana e também nos estudos sobre sistemas urbanos de assistência.

Ao longo desses anos, estudiosos tentaram buscar a causa da prática do abandono. De maneira geral, estabeleceu-se o seguinte conjunto de causas:

- a) Aqueles que viam o abandono como uma alternativa ao infanticídio.
- b) Alguns explicam tal ato como uma forma de contracepção, ou seja, uma forma de planejamento familiar praticado em sociedades cujos métodos contraceptivos eram insignificativos.
- c) Outros relacionam o abandono a fatores conjunturais. Seria praticado por pessoas que estariam passando por dificuldades financeiras e viam no abandono o único modo de se beneficiar dos fundos públicos. O abandono, então, seria temporário e se trataria de filhos legítimos que acabavam desviando as instituições de assistência de seu objetivo inicial que era socorrer crianças indesejadas.
- d) Aqueles que viam no ato de abandonar uma conseqüência direta da "defesa" da honra feminina, em razão do nascimento de um filho ilegítimo.
- e) Já na visão de um outro grupo de estudiosos, o abandono seria uma das formas de redistribuir a crianças entre os domicílios escassos e os com excesso, havendo uma circulação de crianças.

Seria equivocado instituir uma causa única para o abandono. Qualquer que tenha sido o motivo, o fato é que, no século XIV, começa-se a encontrar indícios de expostos e de medidas assistenciais em prol desses pequeninos. Mas, é sobretudo a partir do século XVIII que Iluministas e Absolutistas vão sugerir projetos, numa tentativa de aproveitar esse excedente populacional em favor do poder monárquico. Tais iniciativas visavam a utilizar os expostos, entre outros fins, no exército, na marinha e no povoamento forçado de áreas coloniais.

Em Portugal, a palavra "enjeitado" – como sinônimo de criança abandonada – aparece pela primeira vez no início quinhentista, através das

Ordenações Manuelinas, que encarregava os conselhos de financiarem a criação das crianças na ausência da família. No início do século XVII, uma importante alteração é registrada: as Ordenações Filipinas acrescentam a permissão da cobrança de "fintas dos enjeitados" à legislação anterior. Essa situação permaneceu sem alterações até o século XIX (embora tenha existido conselhos que firmaram contratos com as Misericórdias ou receberam ajuda financeira do rei). Outra forma de assistência surge através de instituições independentes, chamadas "Ordens Terceiras", que foram fundadas entre os séculos XVII e XVIII.

Com a expansão ultramarina, os europeus exportaram o modelo de assistência às crianças desamparadas para as novas áreas conquistadas. No Brasil Colonial, seguindo o modelo português, estabeleceram-se contratos entre as Câmaras Municipais e as Misericórdias. No entanto, essas últimas somaram um total de apenas 16 em todo o território, sendo que em 13 delas existiram as rodas: três foram criadas no período colonial (Salvador 1726, Rio de Janeiro 1738 e Recife 1789), uma no início do Império (São Paulo 1825) e todas as demais em decorrência da *Lei dos Municípios em 1828*, que isentava a Câmara do encargo com os expostos, desde que houvesse uma Santa Casa de Misericórdia que se responsabilizasse por essas crianças (MARCILIO, 2001). Nos locais onde não existiram as Santas Casas, a assistência recaiu sobre a responsabilidade dos Conselhos, mas nem mesmo essa alternativa foi uma realidade para todo o território colonial; na maioria dos locais, o amparo aos enjeitados foi tomado por terceiros, pois as intervenções públicas estiveram presentes somente nos principais centros urbanos.

A institucionalização do abandono foi uma realidade no Ocidente da Época Moderna. No século XIX, porém, sua eficácia começou a ser questionada – principalmente devido às altas taxas de mortalidade infantil registradas – e essa forma de assistência acabou entrando em declínio. No Brasil, mesmo com a Independência, conserva-se a precariedade colonial da assistência. É somente com a crise da escravidão que essas tradicionais instituições beneficentes entram em declínio. Com o progresso das organizações de assistência, a *Roda* torna-se obsoleta, embora tenha persistido – em alguns centros urbanos – até a primeira metade do século XX, quando data a desativação da última roda dos expostos brasileira.

O abandono de crianças

Segundo Phillippe Ariès, a noção de infância surgiu tardiamente nas sociedades ocidentais, e, com ela, surgem as instituições destinadas a auxiliar as crianças desamparadas. No século XVIII, com as idéias populacionistas do Absolutismo e do Iluminismo, onde a noção de riqueza de um Estado é medida

pelo número de pessoas que o compunha, inicia-se uma maior preocupação com essas crianças abandonadas; justificando os investimentos com expostos, e como uma tentativa de aproveitar esse excedente populacional em favor da "glória do reino".

No Brasil Colonial, com inspiração em instituições européias, surge, em fins do século XVII, uma forma de assistência às crianças enjeitadas, que, a princípio, consistia no pagamento de um pecúlio pelas Câmaras Municipais as *criadeiras* (mulheres que recebiam para criar expostos). Esse pecúlio era fornecido trimestralmente ou de uma só vez, quando a criança completasse sete anos de vida. No século XVIII as Santas Casas de Misericórdias, entre outros propósitos, passam a atuar no acolhimento dos pequeninos colocados na roda (cilindro de madeira fixado na parte lateral das Santas Casas, que funcionavam como receptáculo de expostos).

Mas a institucionalização do abandono não ocorreu majoritariamente em todo Brasil, pelo contrário, as instituições especializadas só existiram em alguns poucos centros urbanos importantes. O que ocorria na maioria das vilas ou cidades era o abandono domiciliar, ou seja, a criança era deixada em portas alheias ou lugares onde poderia ser encontrada. Pois o abandono, na maior parte das vezes, tinha como objetivo salvar vidas, mesmo que esse objetivo não fosse alcançado devido à alta taxa de mortalidade entre essas crianças.

A legislação determinava que o enjeitado deveria ser assistido até os sete anos. Atingindo a idade da razão (quando o indivíduo passa a ser considerado adulto), passaria para a responsabilidade do Juiz de Órfãos, caso não tivesse criado vínculos com a criadeira ou ama. O juiz, então, deveria inseri-lo no mercado de trabalho e sua responsabilidade com o exposto cessaria quando esse completasse 20 anos, quando se emanciparia (os livres se emancipavam aos 25 anos).

O Abandono em Mariana

Como sabemos, as Misericórdias tardaram a chegar em Minas Gerais e pouquíssimos eram os lugares nos quais existia a institucionalização do abandono.

No caso de Mariana, centro de referência para a época, à criação dessas crianças recaía sobre a responsabilidade da Câmara Municipal. A pessoa que encontrasse enjeitados deveria levá-los à Câmara para matricular no auxílio ao exposto, tendo que declarar, sob juramento, não conhecer os pais do enjeitado e, no caso de tomar conhecimento deles durante a criação, teria que declarar à Câmara.

Muitas vezes, essas pessoas não só os conheciam como eram os próprios pais, expondo seus filhos, numa tentativa de se beneficiarem dos fundos públicos, ajudados pelos párocos que concediam atestados exigidos pela Câmara, declarando o bem estar do exposto. Se a fraude viesse ao conhecimento, o matriculante teria que restituir as despesas gastas com a criança, mas a pessoa poderia se livrar da pena sob a alegação de pobreza.

Outra forma de assistência era a familiar. Existiam famílias que criavam expostos sem nunca tê-los matriculado no auxílio, ou seja, não recebiam pecúlio para criá-los, seja por caridade (lembrando que a noção da caridade é diferente da que temos hoje, a preocupação era que a criança não morresse pagã), seja como forma de pagar promessas seja pelas compensações que a legislação oferecia por se criar enjeitados como isenção de impostos, dispensa militar para o marido e filhos da criadeira.

Com o avançar do século XVIII, os gastos com expostos foram aumentando, fazendo com que a Câmara tomasse medidas para se precaver desse "prejuízo". Chegou-se mesmo a aprovar uma lei que nomeava o alcaide local para notificar toda mulher que estivesse grávida e não fosse casada perante a Igreja, o chamado "Alcaide das Mulheres Grávidas" (VENÂNCIO, 1998); remontando, essa lei, à outra de Portugal, do Regimento dos Quadrilheiros, que tinha a mesma função, e, no Código Filipino, constava pena de degredo ao crime de se ocultar o parto.

Houve, por parte da Câmara de Mariana, também, uma certa resistência à criação de crianças mulatas ou negras, como mostra Laura de Mello e Souza (1999). Atitude essa que contrariava a legislação que proibia a discriminação racial no exercício da caridade camarária e das Misericórdias. Demonstrando a distância entre a lei e a prática e confirmando, aqui, o que se passava, não só em Mariana, como em toda a Colônia, de um modo geral, perante o horror à mestiçagem.

Perfil da exposição

Para entendermos o perfil da exposição em Mariana no período abordado, foram pesquisadas as "Matrículas de Expostos" (controle camarário às crianças que deram entrada no auxílio) documentação existente no AHCM (Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana).

Ao observarmos os registros de batismos da época, veremos que das 331 crianças batizadas como expostas (148 meninas e 183 meninos), 283 (172 meninas e 111 meninos) deram entrada no pecúlio. As 48 restantes estariam incluídas naqueles batismos *in articulo mortis*, devido à morte precoce ou pelo

fato de famílias se disporem a criá-los sem ajuda financeira, nunca chegando, por isso mesmo, a serem matriculados no auxílio camarário.

Uma interpretação possível do abandono é a de que tal gesto:

(...) não era o resultado da variabilidade das condições econômicas, mas dizia respeito a uma dada proporção de nascimentos (...) poderia demonstrar que as crianças não eram abandonadas devido ao sexo ou a maus anos econômicos, mas apenas porque uma parte das crianças nascidas não podia ser criada pelas famílias respectivas, por razões econômicas e sociais de natureza estrutural e não conjuntural (SÁ, 1995, p.161).

Nossos dados, contudo, invalidam essas afirmações, pois as razões de gênero, tanto no registro paroquial, quanto na documentação camarária, são bastante distantes dos índices "naturais" de 106 meninos para cada grupo de 100 meninas.

Quanto às pessoas que matriculavam essas crianças, diferentemente do período analisado por Laura de Mello e Souza, era considerável o número de mulheres. Isso talvez possa ser explicado pela evasão masculina para outras áreas devido aos tempos difíceis por que passava Mariana, devido à crise aurífera.

A maior parte dos que recebiam enjeitados eram pessoas humildes e alguns matriculantes, deram entrada a mais de uma criança, coexistindo, dessa forma, vários expostos em um mesmo domicílio. É interessante observar que um número considerável desses indivíduos receptores de mais de uma criança se tratavam de pessoas com uma certa posição social como, por exemplo, Sargento Mor, Procurador da Câmara e várias mulheres com designação de "Donas" (lembrando que diferente de hoje, DONA significa uma posição social – feminino de DOM). Talvez a forma de explicar esse fato seja que pessoas de cabedal recebiam expostos tendo como objetivo provável o aumento da mão-de-obra em seu domicílio, aumentando o número de agregados.

A atuação da câmara

Teoricamente, a Câmara Municipal seria responsável por todos os bebês enjeitados. Mas nem sempre a legislação foi respeitada, como evidenciam as documentações em que a Câmara deixa clara a sua intenção de não criar mestiços.

Aqueles pequeninos que chegaram a ser matriculados no auxílio contariam com um pecúlio pago a criadeira até completarem sete anos, ou até o seu falecimento, fato que, aliás, era o destino mais comum entre essas crianças abandonadas. Essa ajuda poderia ser fornecida trimestralmente ou de uma só vez no final da criação, quando a quantia somada, em certas épocas, dava para comprar um escravo adulto, o que tornava a criação bastante atraente.

Como sabemos, no decorrer do século XVIII, houve um aumento nos gastos com expostos, o que fez com que a Câmara tomasse medidas na tentativa de se precaver do "prejuízo". Para verificarmos a ocorrência desse fato também no período estudado, pesquisamos os livros de "Receita e Despesa" (AHCMM), na tentativa de levantarmos os gastos que a Câmara teve com crianças enjeitadas no total de suas despesas.

Através dessa documentação constatamos que no início do período abordado a despesa com expostos chega a um terço das despesas da Câmara, ou seja, um valor muito significativo. No entanto, com o passar dos anos, esse número vai diminuindo, ao contrário do ocorrido na segunda metade do século XVIII.

A morte precoce

As elevadas taxas de mortalidade eram comuns nas sociedades do Antigo Regime, principalmente entre as crianças expostas. Tal situação era aceita naturalmente pela família que acreditava que esses "anjinhos", quando batizados, tinham seu lugar assegurado no céu. No caso dos expostos, além de estarem sujeitos às mesmas dificuldades das outras crianças, tinham outros agravantes que fizeram com que convivessem com taxas de mortalidade infantis superiores aos filhos das escravas (VENÂNCIO, 1999).

Entre as causas para a morte precoce, havia a amamentação por amas e criadeiras "sem leite", que usavam como artifício a amamentação artificial, resultando em conseqüências nefastas para o enjeitado. Situação que começa a mudar somente com a reforma sanitária e após a difusão das técnicas de pasteurização e fervura do leite.

Tendo em vista a alta taxa de mortalidade entre as crianças enjeitadas, partimos da hipótese de ser o abandono, também em Mariana, uma forma de ruptura familiar, sendo a morte o destino mais freqüente das crianças enjeitadas. Para verificarmos esta hipótese, foram pesquisados os "Registros de Batismo" e "Registros de Óbito", pertencente à *Paróquia da Sé de Mariana*; documentação que se encontra no AEAM (*Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*).

Nos registros de batismos, foram levantados 331 batismos de expostos, 148 meninas e 183 meninos, distribuídos cronologicamente da seguinte forma:

TABELA 1 – Expostos nascidos entre 1807 a 1839 na Paróquia da Sé de Mariana

Ano	Nº de nascimento
1807-1809	34
1810-1819	130
1820-1829	108
1830-1839	59
TOTAL	331

Fonte: AEAM, livros de "Registro de Batismos" do ano de 1807-1839.

TABELA 2 – Razão dos óbitos de expostos em relação ao total de inocentes livres – Paróquia da Sé de Mariana, 1800-1839

Ano	% de morte de expostos
1800-1809	35,64
1810-1819	22,81
1820-1829	28,05
1830-1839	17,02

Fonte: AEAM, Registros de Óbitos de 1800-1839.

Nos registros de óbitos, levantamos um total de 244 referentes a enjeitados, sendo desses 11 casos de expostos adultos. Em todos os casos dos maiores de sete anos, se tratavam de mulheres solteiras, em outra documentação (Listas Nominativas) quando aparecia exposto adulto também se tratava de um indivíduo solteiro. Então partimos da hipótese de que o exposto carregaria essa denominação consigo até um futuro casamento quando, então, formaria uma nova família e perderia esse estigma.

Tendo os dados dos óbitos dos expostos e dos inocentes¹ livres (que somaram 945 registros) procuramos a porcentagem das mortes de enjeitados em relação àquelas crianças, agrupadas em blocos de 10 anos como mostra a Tabela 2.

¹ Inocente era o termo utilizado para designar indivíduos que tinha de zero a sete anos.

A causa da morte

Infelizmente, dos 244 óbitos, apenas 70 registram as causas das mortes. Ainda assim, tratam-se de informações subjetivas, pois os sintomas são confundidos com doenças, impossibilitando o conhecimento específico das causas que estavam por trás daquelas designações.

As principais causas das mortes que aparecem nos documentos são *fluxo/deluxo; inflamação interna, febre e ataque interno*, na verdade sintomas de doenças, cujas causas os registros paroquiais não revelam. E não aparece, nesses registros, a morte causada pelo mal-de-sete-dias (tétano), o que pode evidenciar que se tratava de bebês maiorzinhos, que já haviam sobrevivido à infecção pós-parto.

Ao fazermos uma relação entre as documentações de batismos, matrículas de expostos e óbitos, teremos o seguinte quadro: das 331 crianças expostas batizadas, 283 deram entrada no auxílio pago pela Câmara Municipal, destas, 233 (não levamos em consideração os 11 registros de expostos adultos) não sobreviveram aos sete anos de vida (índice de Mortalidade de 823 por mil). Por um lado, esses dados sugerem um sub-registro de mortes de enjeitados na documentação paroquial; por outro confirmam os estudos a respeito do tema, que mostram ser a morte o destino da esmagadora maioria das crianças enjeitadas.

Após os sete anos

Qual seria o destino daqueles expostos que resistiram à alta taxa de mortalidade e sobreviveram aos sete anos de vida? Para tentarmos responder essa pergunta, que é dificultada com o término do pecúlio, quando, então, perde-se o percurso da vida do enjeitado que deixa de ser responsabilidade camarária, procuramos fazer uma análise dos fogos que receberam aquelas crianças.

Então, consultamos no AHCMM as "Listas Nominativas" (levantamento ou censo da população) correspondente ao início do século XIX, referentes aos anos de 1819, 1822 e 1835 (mas só encontramos menção aos expostos para o ano de 1819).

Essa documentação registra 58% do sexo masculino e 42% do feminino, em que 49% das crianças eram tidas como brancas, 40% pardas, 7% crioulas e 4% cabras (filhos de mulatos e negros). Quanto aos domicílios receptores, havia um maior número chefiado por mulheres e conseqüentemente um maior número de mulheres responsáveis por aquelas crianças; confirmando a diferença em relação à segunda metade do século XVIII.

Nos fogos que receberam enjeitados, constatamos o mesmo que Bacellar (2001) evidencia para Sorocaba: na maior parte das vezes se tratava de domicílios humildes. Ao enjeitar uma criança, a pessoa que a abandonava procurava um lugar que pudesse criar seu filho. Mas, muitas vezes essas casas receptoras não eram muito díspares das de origem do bebezinho o que reduzia, da mesma forma, as oportunidades de sobrevivência da criança.

No quadro de apresentação da idade, notamos que havia criadeiras cuja idade avançada as impossibilitava ser a mãe-de-leite da criança; o que sugere a utilização de amamentação artificial, contribuindo ainda mais com o alargamento das taxas de óbitos entre esses pequeninos.

O destino dos expostos.

Quanto àqueles maiores de sete anos, que é o nosso objeto de estudo, questionamos a respeito de seu destino. Provavelmente, a resposta a esta questão não é apenas uma, mas várias. Podemos, por exemplo, sugerir as três seguintes probabilidades: a primeira seria aquela em que os pais fariam o reconhecimento tardio da filiação. No entanto, esse fato era raro, pois nos 40 anos estudados pouquíssimos foram os casos de reconhecimento tardio, indicando que, quando um bebê era exposto, na maioria das vezes, ocorria mesmo uma ruptura familiar, ou seja, indica que o abandono era definitivo.

A segunda possibilidade seria a incorporação desses enjeitados às famílias criadeiras, como mostram recenseamentos de finais do século XVIII e início do século XIX, em que essas crianças são listadas junto aos filhos legítimos, o que poderia sugerir a incorporação daquelas como filhos.² Em Mariana, no ano de 1819, apenas duas expostas aparecem recenseadas junto à lista dos filhos legítimos, mostrando que essa prática não era corriqueira.

A terceira hipótese seria fazer do enjeitado um trabalhador ou criado doméstico alargando o número de agregados, para contribuir com a mão-de-obra, e com a sobrevivência do "dia-a-dia" dos domicílios. Dos 144 expostos registrados nas *Listas Nominativas* em Mariana, no ano de 1819, 94 eram maiores de sete anos e não dispunham mais do auxílio camarário, mas continuavam no domicílio daqueles que provavelmente os tinham criado, atingindo assim o objetivo da Câmara, que era a criação de vínculos entre expostos e criadores. Desses 94 indivíduos, 49 eram homens e 45 mulheres, e, desses, o percentual de brancos correspondiam a 51%, os pardos somariam

² Lembrando que a adoção legal, como a entendemos hoje, era inexistente. O exposto, na verdade, era ajudado a "tomar estado" sem direito de herdar bens da família, só herdariam na eventualidade de não existirem herdeiros.

42%, 4% foram considerados "crioulos" e 3% "cabras". Esses dados demonstram que os de pele clara tinham maiores probabilidade de permanecer em um domicílio após completarem o sétimo aniversário, o que talvez fosse resquícios do tempo em que a Câmara se recusava a pagar pela criação de crianças que não possuíam os atestados de brancura reconhecidos.

Quanto à inserção desses enjeitados no domicílio, a documentação nos mostra que duas enjeitadas foram aparentemente incorporadas à família criadeira como filhas, por estarem recenseadas junto às listas dos filhos legítimos dos *cabeças dos fogos*. Outros dois expostos, provavelmente, acabaram sendo escravizados, pois se encontravam junto ao rol de escravos. Isso poderia insinuar que tal fato ocorreu porque eram filhos de escravas que haviam expostos seus bebês na tentativa de torná-los forros, mas foram reconhecidos e reescravizados pelos seus senhores, ou mesmo que se tratavam de crianças livres que foram expostas e acabaram sendo incorporadas pelo criador aos escravos do domicílio.

Desses 94 expostos maiores de sete anos, 12 tinham uma ocupação e 2 possuíam escravos, o que revela que teriam alguma forma de ganho, embora não registrado na documentação, para poder comprar um cativo; e os 78 restantes acabaram se tornando mão-de-obra suplementar, incorporada ao domicílio na forma de "agregado".

Gutiérrez e Lewkowiz (1999), numa análise referente ao trabalho infantil na primeira metade do século XIX, para Mariana, mostram, através das Listas Nominativas de 1831 e 1840, que as crianças eram utilizadas em diversas funções, destacando-se a confecção de tecidos e na agricultura. No caso dos expostos, em nossos estudos, infelizmente a documentação nos revela a ocupação de apenas alguns deles, ocultando a ocupação específica da maioria que são listados apenas com a denominação de "agregados".

Enfim, discutindo as hipóteses possíveis de destino para os expostos, acabamos por verificar que o abandono era uma forma de ruptura familiar, sendo que a morte era o destino mais freqüente da esmagadora maioria das crianças enjeitadas. Por outro lado, o grupo das crianças que conseguiam sobreviver à alta taxa de mortalidade e resistir aos sete anos de vida acabava se integrando à família criadeira, ou a outras famílias, na condição de agregados, funcionando como mão-de-obra barata, constituindo, assim, parte importante da força de trabalho dos domicílios.

TABELA 3 – Condição dos expostos maiores de 7 anos em Mariana, 1819

Situação	Nº de casos
Adotados	2
Estudantes	1
Anda com tropa	1
moço do coro	1
Pedreiro	1
Escrivão	1
tem negócio	2
soldado do terço da cidade	1
tem escravo	2
foi escravizado	1
Fiandeira	2
Agregados	78
TOTAL	94

Fonte: AHCMM, Listas Nominativas do ano de 1819.

Não há em nossos dias, como não houve no passado, uma política voltada às famílias carentes, procurando dar-lhes condições de criar seus filhos, sem ter que recorrer a algum tipo de instituição:

Durante o século XX, foi mantida a perversa tradição de estigmatizar os pobres e de excluir qualquer possibilidade de implantação de uma política assistencial voltada à família (...). Da mesma forma que no período colonial, as famílias pobres dos nossos dias só encontram uma saída para socorrer os filhos carentes: entrega-los a uma instituição mantida pelo Estado ou pela filantropia privada, abandonando-os assim à própria sorte (VENÂNCIO, 1999, p.170).

Atualmente, em algumas localidades, existe a presença das chamadas "mães sociais", mulheres que recebem da prefeitura para cuidar de uma criança tida como abandonada ou desamparada. Tragicamente, repete-se o molde de uma forma de assistência antiga - a da "criadeiras de expostos" -, cuja existência se mostrou corrompida e ineficiente. Por outro lado, infelizmente milhões são gastos em programas como FEBEM, FUNABEM, instituições comprovadamente ineficazes, que funcionam como uma espécie de "escola para marginais".

Em vez de se caminhar em busca de soluções para o problema da infância desvalida, os esforços empregados são apenas tentativas de sanar os sintomas das causas reais, e, pior, retrocedendo a práticas que o tempo se encarregou de demonstrar sua ineficácia. Embora tenha se passado mais de um

século e meio, presenciamos, em pleno século XXI, mecanismos sociais que levam à utilização da mão-de-obra infantil, sem que nada, ou quase nada, seja feito em prol de nossos meninos e meninas carentes.

- **ABSTRACT:** *The present article analyses the destiny of abandoned children in Mariana (MG) between 1800 -1839, mainly after they completed 7 (seven) years old. Trying to indicate if they returned to the circuit of the abandonment or if they passed to belong to the creator family in the form of aggregated. Allowing us to investigate the forms of childsh labour in Brazil during the period studied.*
- **KEY WORDS:** *family history; child history; infant abandonment.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Ph. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- BACELLAR, C. de A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.
- GUTIERREZ, H. & LEWKOWICZ, I.. Trabalho infantil em minas Gerais na primeira metade do século XIX. *Revista de História Lócus*, n.9, 1999.
- MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil 1726-1950". In: FREITAS, M. C. de (org). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SÁ, I dos G.. *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- SOUZA, I. de M. A infância abandonada. In: _____. *Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- VENÂNCIO R. P. Os expostos e o alcaide das mulheres grávidas. In: *Termo de Mariana: História e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p.166 a 169.
- _____. *Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – século XVIII e XIX*. Campinas: Papyrus, 1999.

PIONEIRISMO E CONFLITOS

*Anderson Luis VENÂNCIO**
*Marina Buffa CÉSAR***

- RESUMO Nosso objetivo nesse artigo é descrever a trajetória de Mariano Procópio Ferreira Lage, bem como a construção da Rodovia União e Indústria. Destacando os benefícios econômicos e políticos oriundos da construção da Rodovia, e ainda o papel de Mariano Procópio, representante de uma elite que muito além de ter seu prestígio fundamentado na força econômica, tem como grande marca a proximidade com o Monarca e o acesso aos cargos e honrarias públicos.
- UNITERMOS: União Indústria, Mariano Procópio, Juiz de Fora, Elite.

Introdução

Juiz de Fora na segunda metade do século XIX adquiriu grande importância na Província de Minas Gerais, principalmente em função do dinamismo de sua cafeicultura. Assim sendo, a cidade começou a buscar uma equivalência política de sua importância econômica. Dentro da cidade instalou-se uma disputa entre a elite local e Mariano Procópio Ferreira Lage. Estudar essa importante figura da história local serve como ponto de partida para se

* Graduado em História pela Unesp campus de Franca

** Graduanda do curso de História da Unesp campus de Franca. Sob orientação da Profa. Dra. Marisa Saenz Leme.

entenderem as relações de poder intra-elites, bem como as relações entre Corte e Província.

Este trabalho situa-se *a priori* no Campo da História Política. A partir dessa abordagem, concentraremos nossa atenção preferencialmente nas elites locais. Aqui tomamos o termo elite no seu sentido Gramsciano na tentativa de estabelecer os elos que nos conduzam às conclusões necessárias.

Em seu trabalho a Nova "Velha História", o retorno da História Política, Marieta de Moraes (1922), afirma "A proposta do autor é fazer uma narrativa densa o bastante para lidar não apenas com a seqüência dos acontecimentos e das intenções conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas-instituições e os modos de pensar."

Dessa maneira, não nos limitaremos a fazer uma exposição cronológica dos fatos, mas procuraremos sondar as reais motivações dos atores envolvidos de forma a conseguir traçar um quadro mais nítido do período. Ricardo Maia (1991), em sua dissertação de Mestrado, afirmou que em Minas Gerais as relações políticas se assemelhavam a Jogo de Compadres. Todavia, ele optou por considerar pertencentes à elite política só aqueles que tivessem sido eleitos para cargos públicos por um determinado número de vezes, não considerando as outras formas simbólicas de manifestação de poder que envolviam a política imperial nesse período. Assim sendo, tentaremos identificar algumas estruturas às quais essas relações estavam submetidas. E ainda, de que maneira essas relações de poder existentes puderam ser legitimadas por meio de um arcabouço jurídico e político imposto pela sociedade imperial, que se manifestava no cotidiano do Império por determinação dos símbolos e das honrarias, bem como ainda através do acesso a cargos públicos. Tais relações de poder "são mais determinantes do que os acidentes de conjuntura" (FERREIRA, 1992).

1 – Desenvolvimento de um Sonho

Mariano Procópio Ferreira Lage nasceu em Barbacena em 23 de junho de 1821. Era filho do Capitão Mariano José Ferreira e de Dona Maria José Santana. Tendo recebido as primeiras letras em sua própria casa, ministradas por sua mãe, aos quinze anos matriculou-se no Colégio de Congonhas do Campo. Terminado o curso, foi dedicar-se ao comércio no Rio de Janeiro. Após essa curta experiência fez uma viagem de estudos à Europa.

Da Europa seguiu para os Estados Unidos onde se entusiasmou com as novas tecnologias por lá desenvolvidas, sobretudo as que diziam respeito ao projeto já sonhado por seu pai que era a construção de uma estrada de rodagem. Assim sendo, procurou o governo Imperial e lhe apresentou um

relatório completo onde explicitava todas as suas pretensões. É importante dizer que, para a região da Zona da Mata, um projeto dessa envergadura seria de vital importância, sobretudo se levamos em consideração a precariedade dos transportes nesse período no Brasil. Na colônia, a construção de estradas não era feita de maneira técnica e racional, pelo contrário, a escolha do traçado obedecia à lei do menor esforço. Conforme afirma Quiossa, (1995) "As estradas das colônias não ofereciam nenhuma infra-estrutura que pudessem ampliar o sistema de comunicação" não só pela precariedade, mas também pelos altos custos, já que as tarefas do tropeiro muitas vezes eram terceirizadas, o que implicava num custo de produção adicional.

Sendo ainda que este mesmo tropeiro acabava por ter o controle da negociação de venda do café, fato esse que deixava o cafeicultor numa condição péssima. Somando a isso, a precariedade das estradas, os altos custos de transporte e os constantes acidentes que sacrificavam o produto, exerciam uma enorme pressão por parte dos fazendeiros para a melhoria das estradas.

Mariano, ao tomar conhecimento da tecnologia empregada por Mac Adam, resolve retornar ao Brasil e dar início ao seu projeto de construção de uma rodovia. Com o decreto n.1.031, de 7/08/1853, Mariano consegue a autorização Imperial para a construção da estrada, bem como os direitos de exploração da mesma (diretos estes que vigorariam por cinquenta anos). Quanto à extensão da estrada, o decreto dizia "começando nos pontos mais apropriados à margem do rio Paraíba, desde a Vila deste nome até o Porto Novo do Cunha, se dirijam uma até a barra do rio das Velhas, passando por Barbacena, e com ramal desta cidade para a de São João Del-Rei e outra pelo município de Mar de Espanha, com direção à cidade de Ouro Preto" (QUIOSSA, 1995). Dessa maneira, Minas Gerais, sobretudo a Zona da Mata Mineira, ganharia uma importante via de escoamento de sua produção cafeeira para o Rio de Janeiro.

A construção da rodovia serviu para chamar a atenção do Império para a importância da região, bem como contribuiu significativamente para uma melhoria na lucratividade dos negócios cafeeiros na Zona da Mata Mineira. A alta taxa de nobiliarquia na região (sobretudo em Juiz de Fora) serve para comprovar o fato de que a região tornou-se preciosa aos olhos do Império.

Mariano Procópio tentou eleger-se vereador pela cidade do Paraybuna, mas não conseguiu (em 1861, recebendo 201 votos) (GENOVES, 1996). No entanto, elegeu-se Deputado Geral pelo Partido Conservador. Também disputou uma cadeira no Senado, mas não logrou êxito. Todavia, apesar do seu aparente fracasso na política local, Mariano Procópio desfrutava de um invejável prestígio, que decorria principalmente do fato do Comendador poder contar com a amizade pessoal do Imperador. Tal amizade se devia em grande parte aos

vínculos de interesse estreito que eles tinham em comum, tais como o interesse por novas tecnologias e ciências em geral, além da fotografia. Fato é que seu prestígio junto ao Imperador lhe rendeu um título de barão, sendo por ele recusado e, como ato contínuo, pediu para que o mesmo título fosse ofertado à sua mãe pelo Imperador. Mariano também foi condecorado com a Ordem da Rosa, a Comenda de Cristo e pelo governo Francês com o Oficialato da Legião de Honra.

1.2 – A força da União e Indústria

A rodovia União Indústria despertou elogios dos mais diversos pontos do Império, bem como de viajantes estrangeiros tal como Agassis, sendo que deste ouviu-se o seguinte comentário “célebre tanto pela sua beleza como pela sua execução”. (GENOVES, 1995, p.24). Além de nela terem sido empregadas as melhores técnicas da época, a Rodovia simbolizava o aspecto mais moderno do Império Sul-Americano. Conforme Mattos afirmou, as elites brasileiras gostavam de afirmar que “estávamos a cinquenta dias de viagem até as nações civilizadas” fato esse que parecia encher de alto-estima nossas elites. Podendo contar com uma estrada tão moderna, o Império Brasileiro reafirmava seu compromisso com a modernidade e a civilidade (MATTOS, 1990).

Além de servir para reafirmar a modernidade da nação, a União e Indústria também atendia aos interesses de uma importante província do Império: Minas Gerais. A Zona da Mata Mineira chegou a deter 99% da produção de café da província em meados do século XIX. Juiz de Fora nesse contexto vai se afirmando como principal centro produtor da Zona da Mata, sem que no último quartel do século XIX a cidade já era um das mais prósperas da Província. Assim sendo, a União e Indústria veio consolidar a força produtiva da região, contribuindo para a expansão econômica da Província. Minas já então se tornava muito dependente do café, conforme demonstra a Tabela 1.

Além de ser uma grande fomentadora do crescimento da região, a União e Indústria se destaca também pelo fato de ligar uma importante região da Província com o coração do Império que era o Rio de Janeiro.

A respeito do significado político disso trataremos mais tarde, por hora é necessário entendermos que com a Rodovia o tempo de viagem diminuiu muito, ampliando a acessibilidade e afluxo de pessoas para que a região aumentasse. Novamente Quiossa (1995, p.46) nos auxilia quando afirma:

A Rodovia União e Indústria revolucionou o sistema de transporte em Minas Gerais e abriu horizontes promissores à produção, ao comércio, à indústria e ao desenvolvimento da cidade de Juiz de Fora. Eram 144 Km de estrada

macadamizada que permitia o tráfego de carruagens. O tempo de viagem, agora, entre as Províncias de Minas Gerais e Rio diminuiu consideravelmente, proporcionando maior rapidez no escoamento do café.

TABELA 1 – Percentuais das médias Quinquenais do Valor da Produção de Café e das Exportações Minas Gerais 1850-1879.

Quinquênio	Valor total exportação (contos)	Valor café (contos)	% do café sobre total exportação
1850/54	4.976,5	2.456,9	49,30
1855/59	5.994,8	3.688,5	61,50
1860/64	9.541,9	4.487,9	47,03
1865/69	14.941,3	9.078,3	60,70
1870/74	18.821,3	11.448,4	60,82
1875/79	20.980,8	13.247,2	63,13

Fonte: QUIOSSA, Paulo Sérgio. Economia Cafeeira e Efeitos Encadeadores: A expansão da Malha Viária na Zona da Mata (1856-1875). Monografia de Bacharelado, UFJF. Juiz de Fora, 1995. pág. 29.

A inauguração da estrada servia claramente para afirmar perante toda a elite nacional a importância da mesma. A família imperial chegou à cidade no dia 23 de junho de 1861. Na comitiva vieram a Imperatriz, as Princesas, o Conselheiro e ministro da Justiça Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato, o tenente-general Francisco Xavier Calmom da Silva Cabral (gentil homem da semana), o Barão de Tamandaré, além de todo um séquito de dignitários vindos da Corte para acompanhar Suas Majestades Imperiais nessa viagem que parecia ser muito importante para o Imperador.

2 – O Sonho se depara com a realidade

Quando pensou em construir a União e Indústria, Mariano Procópio também visava ao lucro que a rodovia poderia auferir não só a ele, mas também aos acionistas que participariam desse empreendimento. Não se tratava simplesmente de abrir uma nova estrada, mas de também construir uma rede de serviços ao longo da Rodovia que pudesse trazer ganhos. Tais serviços seriam principalmente a cobrança de pedágios e o serviço de transporte (BASTOS, 1961).

Em 1853 a previsão de custos do empreendimento era de 240:000\$000 (duzentos e quarenta contos de réis). Todavia, Mariano não previu a inflação que

ocorreria na região por conta do investimento. Assim o salário que na época do orçamento era de \$640 (seiscentos e quarenta réis) diários pulou para 2\$500 (dois mil e quinhentos réis) diários. Dessa forma, o orçamento previsto se mostrou uma peça de ficção, ficando o custo final da obra muito além do previsto, deixando a situação da companhia complicada. Essa complicação se devia em grande parte aos empréstimos contraídos para terminar a rodovia. A esperança de faturamento sobre os serviços prestados se mostrou falha.

Apesar da sua glória, a União e Indústria sucumbiu ante a Estrada de Ferro Dom Pedro II que foi inaugurada pouco depois da Rodovia União e Indústria. À medida que a rodovia avançava pelo Vale do Paraíba, ela se deparava mais e mais com a concorrência da Estrada de Ferro D. Pedro II. Em 1863, a situação da Companhia União e Indústria já era deficitária, a Companhia devia cerca de três mil contos de réis a banqueiros e capitalistas, sendo necessário recorrer ao auxílio do Império para que a companhia não falisse. Dessa forma, já em 13 de Maio de 1863, Mariano Procópio envia um ofício ao Imperador Dom Pedro II pedindo auxílio²:

(...) Nestas circunstâncias, e antes de ver realizado ignominioso futuro a Directoria da Companhia União e Industria procura o *Throno Imperial* (sic), ante Elle deposita sua supplica e pede instancia a V.M. Imperial se digne acolhei-a benignamente, mandando que se defira a representação que foi Dirigida ao Governo Imperial, pois de novo diremos, Senhor, só V. M. Imperial pode obstar a perda da Companhia União e Industria (...) (Grifo nosso).

No entanto, a força da Estrada de Ferro mostrou-se um desafio maior do que a companhia podia suportar. De 1866 em diante, a situação da Companhia foi se deteriorando. Assim, mais tarde, a União e Indústria foi incorporada pelo Governo imperial. Um observador menos atento poderia supor que esse ocorrido resultou num decréscimo do prestígio do Comendador, porém o que se observa é um movimento contrário, sendo o Comendador convidado a assumir a Diretoria da Estrada de Ferro Dom Pedro II em 13 de Janeiro de 1869. Na Diretoria da Estrada de Ferro Mariano Procópio conseguiu ampliar os trilhos até Minas Gerais. Seus conflitos com as elites de Juiz de Fora foram finalmente resolvidos com sua morte em 1872 no Rio de Janeiro.

3 – O significado político da União e Indústria

² O ofício original encontra-se no Arquivo Nacional. Para essa citação utilizamos a cópia extraída de BASTOS, Wilson de Lima, op cit, p. 113-114.

Fazer uma análise meramente factual ou econômica da Construção da União e Indústria é subestimar um dos maiores legados do século XIX: o poder dos símbolos. Mas, em que medida a rodovia pode ser entendida no campo do simbólico? Para fazermos essa análise é mister termos em vista a dinâmica da política do segundo Império.

O projeto que se impôs às elites nacionais após o fracasso da Revolução Liberal de 1842 foi um projeto levado a cabo pelos conservadores que visavam sobretudo à centralização política. Esse projeto, conforme afirma Richard Graham (2001) foi elaborado por uma classe senhorial. Segundo o autor:

Essa classe senhorial abraçou uma ideologia da ordem desenvolvida e defendida por advogados, juizes, jornalistas, professores, médicos, empresários, políticos e burocratas, (...). Através do próprio processo de formação de uma classe poderosa que dominava todo o Brasil, emergiu um forte estado centralizado.

Dessa forma, percebemos um claro movimento do poder central para limitar os poderes regionais. Nesse sentido, a estratégia utilizada muitas vezes foi a da cooptação. De maneira que a concessão de títulos e honrarias obedecia a uma estratégia de cooptação que visava interligar os poderes regionais à pessoa do Imperador. Tomando o cuidado de escolher aqueles que já eram poderosos em suas regiões, a distribuição de cargos obedecia aos critérios de sobrevivência. Conforme Graham (2001) afirma "(...) pois os gabinetes do Império dependiam tanto quanto ou até mais dos chefes locais do que eles do Gabinete (...)". As posições conquistadas asseguravam ao detentor uma autoridade legítima de forma que se fechavam as oportunidades de contestação local a essa autoridade.

A força da Monarquia repousava sobretudo na sua capacidade de gerar símbolos e de penetrar no imaginário popular de forma a dar ao Monarca quase que uma sacralidade. À medida que o Monarca concedia títulos e cargos, ele levava a força da hierarquia imperial para dentro das províncias, reforçando a presença do Império em regiões afastadas da Corte ou onde a influência do projeto Conservador era mais ameaçada.

Nesse sentido devemos entender que o fato de Mariano Procópio não ter ganhado a eleição para vereador na cidade do Paraybuna não revela fraqueza política da parte dele, pelo contrário, essa derrota na cidade do Paraybuna só deixa em evidência as diferenças existentes entre o Comendador e as elites locais. Mas se a força e o prestígio do Comendador não podiam ser medidos pelos seus cargos políticos, essa força poderia ser mensurada pela proximidade com o Monarca. Essa proximidade ficou evidenciada principalmente na segunda

viagem do Imperador à cidade. Essa viagem se deu por ocasião da inauguração da Escola Agrícola União e Indústria, em 1869. Compareceram as Majestades Imperiais e o Duque de Saxe. Nesta, o Imperador ignorou totalmente a Câmara Municipal ficando hospedado no Castelo³ de Mariano Procópio. Nessa viagem, que durou quatro dias, o Imperador não visitou a Câmara da Cidade do Paraybuna.

Ficou claro para todos (se ainda havia alguma dúvida) que Mariano Procópio desfrutava da proteção do Imperador. Assim, em todas as suas disputas com a Câmara da cidade do Paraybuna, ele saiu vitorioso. Como exemplo, podemos citar a disputa em torno da Construção da Estação Ferroviária. Nessa disputa, apesar dos veementes apelos da Câmara, a Estação foi construída em frente ao Castelo do Comendador.

3.1 – Reforçando os laços

Como mencionamos anteriormente, a Região da Zona da Mata mineira era uma região muito importante dentro da Província, sobretudo no aspecto econômico. Sendo assim, o Estado Imperial precisava reafirmar sua autoridade sob essa parte da Província. Minas Gerais era uma Província que requeria especial atenção justamente por ter sido ela uma participante muito ativa na Revolução Liberal de 1842. Era necessário assim cooptá-la a qualquer preço, pois assim se garantiria a unidade e estabilidade do Império.

A União e Indústria veio justamente estabelecer um elo entre Minas e Rio de Janeiro, ou entre a outrora Província Rebelde e a sede do poder Imperial. Concordamos aqui com os autores (MAIA, 1991) que vêem em Minas e em Juiz de Fora uma Maioria Conservadora. E nos perguntamos se poderia ser diferente se, como já dissemos, a Revolução Liberal em Minas foi esmagada e, assim sendo o Partido Liberal foi obrigado a capitular diante dos Ssquaremas, havendo uma clara intenção por parte do poder central de aglutinar o máximo possível de pessoas em torno do projeto Conservador que se impunha. Podemos (e no momento apenas isso) especular que o alto índice de nobiliarquia na Província tenha sido em consequência dessa atração que o centro exercia sob as demais regiões. Todavia, essa tese carece de pesquisas empíricas para se comprovar.

De qualquer maneira, é muito simbólica a visita que o Imperador fez à Câmara da cidade de Paraybuna por ocasião da Inauguração da Rodovia União e Indústria. Nesta visita o Imperador observa os mapas da cidade bem como

³ Várias discussões têm sido feitas no sentido de se definir um nome para essa construção. Aqui ao invés de usar o termos Chácara, optamos usar o termo Castelo. Sobre o tema ver: GENOVÉS, Patrícia Falco. op. cit. p.31.

toda a burocracia da Câmara Municipal, questionando sobre as ações levadas a cabo pelos vereadores. Assim, o recado estava dado: nada passaria despercebido aos olhos do Monarca, a região fazia parte do Império e não seria admitida nenhuma contestação (GENOVÉS, 1996).

Dessa maneira, a Região da Zona da Mata se submetia ao Trono Imperial e é fato que os comandantes da Guarda Nacional vieram recepcionar Dom Pedro II na viagem de 1861. Ou seja, os poderes militares e legislativos da região foram incorporados em definitivo à política Imperial. No meio disso estava Mariano Procópio que simbolizava um tipo de elite muito especial e própria do século XIX, mas que já havia sido gestada desde os tempos da colônia. Uma elite que, muitas vezes, não tinha seu prestígio baseado em cargos políticos, mas sim em proximidade com o Monarca ou Rei.

Conclusão

A Rodovia União e Indústria representou para a região uma enorme possibilidade de crescimento econômico, à medida que proporcionava a possibilidade de escoamento mais rápido e barato do café da região para os portos no Rio de Janeiro. Seu construtor, Mariano Procópio, foi um personagem de extrema importância, cujo poder aumentava à medida que se aproximava do Imperador, de maneira que o fato de não ter sido eleito vereador pela cidade do Paraybuna não implicava em perda de prestígio, mas apenas refletia as lutas internas próprias da formação política da região.

A rodovia também representou a possibilidade de proximidade entre o Império e a Província, além da reafirmação da autoridade Imperial, pois ligava duas importantes regiões do Império, e possibilitava o rápido acesso da corte ao interior.

O fracasso da União e Indústria se deveu em grande parte à concorrência com a Estrada de Ferro Dom Pedro II.

O Monarca, enquanto Mariano era vivo, não se furtou em ajudar a Companhia e a possibilitar a sobrevivência da mesma por meio de subsídio governamental. Mas o fracasso da rodovia também não implicou numa redução da economia na região, tendo em vista o crescimento contínuo da cafeicultura e a possibilidade de se usar a estrada de Ferro para fazer o transporte do café.

- *ABSTRACT: Our purpose in this article is to describe the trajectory of Mariano Procópio Ferreira Lage, and also the construction of highway União Indústria. We want to point out the economic and politics profits got from the highway construction, and also to point out the function of Mariano Procópio, whom is to be*

seen here as a type of elite that was linked to the Ancien Regime portuguese, it means, a elite that as well as have their prestige based on economic power, have as the greatest characteristic the proximity with the King and access to the post and public profits.

- KEY WORDS: União Industria; Mariano Procópio; Juiz de Fora; elite.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Wilson Lima. *Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, sua descendência*. Juiz de Fora: Caminho Novo, 1961.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova "Velha História" o retorno da história política. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.7, n.10, 1992.

GENOVES, Patricia Falco. *As malhas do poder: uma análise da elite juizforana na segunda metade do século XIX*. Niterói, 1996. Dissertação de mestrado, UFF.

MAIA, Ricardo Arreguy. *Jogo de compadres: a política partidária de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 1991. Dissertação de Mestrado, UFMG.

MATTOS, Ilmar Rolhoff. *Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

QUIOSSA, Paulo Sergio. *Economia cafeeira e efeitos encadeadores: a expansão da malha viária na Zona da Mata (1856-1875)*. Juiz de Fora, 1995. Monografia de Bacharelado, UFJF.

GRAHAM, Richard. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. *Diálogos*, Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. v.5, n.1.2001.

MORAL E SEXUALIDADE: OS POPULARES E O COTIDIANO DO AMOR EM FRANCA (1890-1940)

Paulo Henrique Luiz GOMES*

- RESUMO: Na presente pesquisa analisamos as representações discursivas contidas nos processos criminais, buscando descobrir e entender os caminhos e as mudanças de rumo trilhadas pela jurisprudência e pelas principais discussões jurídicas – discursos e resoluções de advogados, promotores, juizes e tribunais dos júris – acerca da honra feminina e da produção de padrões sociais de comportamento e de honestidade, que eram definidos e difundidos no processo de formação de culpa e inocência.
- UNITERMOS: crimes sexuais; história Brasil; mulher; defloramento; Franca-SP.

Entender as relações jurídicas que ultrapassam o âmbito dos tribunais é uma questão que se tem colocado para os historiadores como uma das formas de compreender uma dada realidade. Nesse sentido, o uso de processos criminais tem se mostrado fonte riquíssima para a reconstituição da vida de homens e de mulheres de condição não privilegiada, assim como, das elites. Elegemos como objeto de estudo desta pesquisa os processos-crime de defloramento (art. 267), estupro (art. 268.) do primeiro Código Penal da República (1890-1940), na cidade de Franca.

As normas exigidas pelo Código Penal e as imagens da moralidade sexual, aprofundadas e interpretadas nos estudos jurídicos, dependiam, no final das contas, do desenrolar dos acontecimentos nas delegacias, pretorias e tribunais. Nesses locais, com os escrivães, delegados, promotores, advogados, juizes, testemunhas, acusados e ofendidas, formavam-se as diversas versões sobre a moralidade da vítima e do acusado de crime sexual. Aí cruzam valores e discursos diferentes, representando vivências diversas, que, ao serem relatados, esmiuçados e julgados, nos palcos da Justiça, iam especificando e divulgando

* Graduado em História pela UNESP campus de Franca sob orientação da Prof.ª Dr.ª Ida Lewkowicz.

os padrões de honestidade e os comportamentos que mereciam ser punidos ou incentivados. Como destaca Correa (1983),

[...] no momento em que os atos se transformam em autos, os fatos em versões, o concreto perde toda sua importância e o debate se dá entre os atores jurídicos, cada um deles usando a parte do real que melhor reforce o seu ponto de vista. Neste sentido, é o real que é processado, moído, até que se possa extrair dele um esquema elementar sobre o qual se constituirá um modelo de culpa e um modelo de inocência.

As versões e os pontos de vista defendidos por nossos delegados, advogados, juizes e promotores, face às histórias de amor de homens e "mulheres" comuns aparecem de forma bem clara nos processos-crime. Nos processos criminais analisados, os discursos dos advogados em relação à criação de normas e patologias morais assumem grande importância. A grande questão dos advogados era, então, demonstrar que as ofendidas não possuíam os valores merecedores do apoio e proteção da Justiça. Em qualquer crime, eram elas apontadas como desonestas e imorais. É o que podemos verificar com clareza num processo-crime de 1938 movido contra Augustinho Lepiani, comerciante e residente no distrito da Estação desta cidade, denunciado pelo crime de defloramento. Consta no processo que a ofendida Hercília Neves dos Santos, menor de 15 anos de idade, doméstica, foi contratada pelo réu como criada e que essa aceitando o convite trabalhou apenas meio dia, pois teria sido advertido por uma pessoa que não ficava bem uma moça trabalhar em casa de homem só. Diante disso retirou-se para sua casa, vindo dias depois a ser convidada por seu ex-patrão a entrar na casa, no que concordou, pois se achava acompanhada de uma amiga. Nessa ocasião se deu o defloramento. Vejamos como o advogado de Augustinho Lepiani discursou na defesa de seu cliente acerca da honestidade da ofendida:

As declarações de fls.43, prestadas pela vítima perante V. Excia., constituem uma demonstração tão eloqüente quanto lamentável do triste estado de depravação moral em que se achava essa menina, quando pela primeira vez se aproximou do denunciado. É ella própria quem declara:

que a declarante um dia entrou na casa comercial do denunciado, sosinha, afim de pedir um copo de água; que o denunciado depois de muito pelear conseguiu fazer com ela a declarante entrasse para a sala da casa, e ahi, escorando a porta com uma vassoura, suspendeu as vestes da declarante e sem tirar-lhe as calças colocou o membro viril entre as coxas da declarante; que a declarante consentiu na pratica desse ato. ¹

¹ AHMF, caixa 247, código 4425.

E continua mais adiante:

Não demonstra, por certo, recato, castidade, inocência, o procedimento dessa moça, que, ante uma simples e ainda assim problemática insistência, não teve dúvida em entrar para o interior da casa de um homem, com estes entregando-se à pratica de atos de pura libidinagem. Mas teria sido acaso outro o procedimento da vítima após essa lamentável ocorrência? Porventura denunciou ela tal facto á sua progenitora? Acaso deu a devida queixa á autoridade policial? Siquér comentou o facto com terceiros, demonstrando magua e vergonha com o ocorrido? Não, M. Juiz, muito diverso foi o seu modo de proceder; di-lo ella própria: Que no dia seguinte, por motivo que não se recorda, a declarante tornou a entrar na venda do denunciado...

E no dia seguinte e nos outros, lá foi ella, ella, a fêmea, a procurar o macho, sempre se submetendo, sem resistência, mas com larga participação, ás praticas imorales de que ora acusa o denunciado. ²

Ao ser julgado um crime de defloramento, estupro ou atentado ao pudor, resultante da quebra de uma norma jurídica sexual, emergiam os valores sociais mais amplos da sociedade, pois era também na quebra de outras normas sociais que se determinava a absolvição ou condenação do réu. Ou seja, a conduta total do individuo é que iria, ou não, redimi-lo de um crime; não estava em pauta apenas o que havia sido feito, mas aquilo que o acusado e a ofendida eram, poderiam ser ou seriam. ³

Vale ressaltar que, nos crimes de amor, as ofendidas se tornavam, mais que os acusados, o centro de análise dos julgamentos. Os juristas avaliavam se mereciam, ou não, sofrer o crime; se os comportamentos e os atos facilitavam e justificavam a ocorrência de uma agressão. A mulher como principal alvo da política sexual: sua conduta tornou-se objeto de conhecimento científico – médico e jurídico – e constituíram-se verdades universais em relação a ela.

Ouvidas as testemunhas, os advogados e promotores passavam a formar primeiro um quadro com as informações recolhidas sobre o comportamento da suposta vítima. Dando ênfase ao quadro geral de sua vida (lazer, namoro, moradia, trabalho, estrutura familiar, amizades etc), refletiam em seus discursos os papéis sociais ideais em uma sociedade disciplinada, na qual a mulher era o centro difusor da moralização dos costumes. Por meio dos comportamentos e declarações dessas ofendidas, mulheres simples na totalidade, os juristas, no processo de acusação, defesa ou julgamento,

² *Idem.*

³ Sobre os mecanismos de produção do inocente e do culpado cf. CORREA, Mariza, *op. cit.*; FRAGOSO, H.C., Lições de Direito Penal, parte especial, v. II. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

cumpriam o papel pedagógico da justiça: protegiam ou condenavam os comportamentos populares.

Ouvir as testemunhas tinha uma importância grande dentro desse papel pedagógico da Justiça. Elas não eram apenas requisitadas a falar sobre o que sabiam do crime, mas também eram interrogadas, por delegados, promotores e juizes, sobre determinados comportamentos das ofendidas. Não eram perguntas que deixassem dúvidas sobre como as ofendidas deveriam ter agido para serem consideradas honestas, nem tampouco deixavam lacunas de como as próprias testemunhas deveriam conduzir-se no futuro. Poderia citar várias perguntas, porém, a mais expressiva e direta, já formando em si mesma um conceito, era: "Ela saía só à rua?" Na própria pergunta já estava clara a resposta de como se deveria ir à rua, pois estar fora de casa era estar exposto ao perigo.

Nos processos de defloramento e estupro, poucos eram os acusados que apresentavam testemunhas para sua defesa. Isso mostra claramente que, só pelas testemunhas, ou até mesmo pelo depoimento da ofendida, era possível aos juizes, e até aos advogados, emitir seus veredictos, pareceres e discursos. Podemos observar claramente o advogado de Augustinho Lepiani usando o próprio depoimento da ofendida Hercília para acusá-la de imoral e desonesta:

[...] como procedia a vítima, que ora pretende se inculcar casta e pura, nessas ocasiões? Demos-lhe mais uma vez a palavra; ouçamos dos seus próprios lábios (referindo-se ao depoimento da ofendida) a descrição do seu estado de completa depravação moral:

"que o denunciado tirava a calça da declarante quando estavam a sós no quarto, mas não punha dentro..."!!!

"Que quando ia à casa do denunciado com Anita, esta esperava na sala, enquanto a declarante e o denunciado estavam no quarto; que depois que saía, Anita entrava para o quarto, onde era vítima do mesmo acto"!!!

"Que a declarante recebia do denunciado dez mil reis cada vez que ia em sua casa e ganhava pequenos presentes como vassoura e caneca"!!!

"Que ia à casa do denunciado porque este prometera que não faria mal à declarante e se não o tivesse feito, como fez, a declarante continuaria a ir à sua casa"!!!

"Que quem deu parte à policia destes factos foi a mãe de Anita, que descobriu o que se passava."⁴

Por algumas perguntas chaves, logo apareciam as contradições, ou não, entre comportamentos populares e padrões sexuais e morais da Justiça. Essas contradições abrem perspectivas para se analisar o universo dos comportamentos e valores populares, apesar dos esforços das testemunhas,

⁴ AHMF, caixa 247, códice 4425.

nos depoimentos, em se parecerem com pessoas bem comportadas. A boa conduta das testemunhas, na vida diária, poderia ser de grande valia para reforçar o depoimento da ofendida. Caso contrário, os advogados aproveitavam para justificar que a ofendida não era honesta, pois convivia com pessoas vagabundas. Ou então, testemunhas com vidas suspeitas serviam também para colocar em dúvida as declarações da ofendida. Vejamos como o advogado de Augustinho Lepiani fez uso de recurso:

A segunda testemunha do sumario, Josefa Cândida, é uma meretriz; no entanto, depôs ter sido amiga e companheira inseparável da vítima. Não fôra sem motivo que Celestino Jacobini afirmára, a fls. 13v., haver visto a vítima sempre em companhia de meretrizes. É interessante o poemenór a que faz referencia essa testemunha, quando depõe que de vez em quando perguntava à vítima se ela era "moça", isto é, virgem, ao que a vítima respondia afirmativamente. Que juízo fazer-se de duas meninas, cuja idade deveria ser, no seu próprio dizer, de 14 e 15 anos, a conversa sobre assunto tão escabroso. Na peiór das hipóteses, tal conversa demonstra bem que a vítima não era nenhuma ingênua quando se aproximou do denunciado.⁵

Em resumo, as aulas de conduta, proferida pelos discursos dos doutores na escola das pretorias, frutificavam em cadeia: vários processos, várias testemunhas, vários vizinhos, vários bairros. Uns falavam e julgavam os comportamentos dos outros. Os outros deveriam saber passar uma boa imagem para a defesa. Os valores morais e sexuais da justiça, baseados no saber jurídico e médico e aprofundados nos processos de punição, esboçavam um controle social.

Algumas condutas e padrões de honestidade eram defendidos pelos juristas, defensores de verdades universais, por meio dos processos criminais de defloramento e estupro.

Uma questão observada pelos juristas referente à conduta e padrões de honestidade era o fato da mulher andar só pelas ruas. O horário, em companhia de quem e o destino eram as grandes referências de honestidade que recaíam sobre a mulher, tanto no trato cotidiano como, nos discursos dos severos advogados. E estes não tinham qualquer dúvida em aplicar essas referências, notadamente porque se constituíam em caminho seguro para um ganho de causa confortável que não contrariavam os padrões de conduta estabelecidos.

Qualquer depoimento que mencionasse saídas à rua, involuntariamente ou sob a pressão do interrogatório realizado, era aproveitado pelos advogados para provar de maneira inocente a desonestidade da ofendida. Essas saídas

⁵ *Idem*.

funcionavam como uma espécie de anzol que uma vez lançado pelo advogado do réu, constituíam um passo decisivo no sentido de condenar uma mulher antes mesmo do início do julgamento, ainda que o julgado fosse outro que não ela própria.

Analisando ainda o discurso do advogado de defesa de Augustinho, nas dez páginas em que se dedicou a provar que a vítima não era mulher honesta, evidencia-se o uso desse recurso nos trechos selecionados do depoimento de algumas testemunhas e muito bem utilizados pelo advogado do réu. *Celestino Jacobini assim se referiu, no inquérito, sobre a vítima: "Que o depoente somente conhece Hercília de vista, e por isso pôde afirmar que a mesma tem uma vida irregular, estando sempre perambulando pelas ruas e altas horas da noite."* fls. 13.

André Bartoci, que é suplente do subdelegado do distrito da Estação, depõe, no inquérito, fls. 13v.:

Que o depoente não crê que o dito comerciante tenha praticado esse crime que lhe esta sendo imputado, visto a dita ser desde há muito tempo depravada, estando sempre em más companhias, como sejam meretrizes.

Marcario Viera de Mello, que há pouco tempo ainda era inspetor de quarteirão do bairro da Boa Vista, declarou o seguinte, ainda no inquérito, a fls. 13v. "Que o depoente já ouviu dizer que Hercília está deflorada há mais de um ano e meio, estando já na bagunça."⁶

As mulheres que, pelas mais diferentes razões, principalmente por necessidade de sobrevivência, precisavam trabalhar estavam sujeitas, no momento de um julgamento, aos referenciais distorcidos e disciplinadores. Mesmo nas saídas a serviços ordenadas pelos patrões, ou no trajeto de ida e volta para casa, havia o risco de serem levantadas suspeitas quanto à conduta moral das mulheres. A única solução seria a vigilância permanente da mulher.

Contudo, flagrantemente, esquecia-se de que se incluía dentre as condições de sobrevivência da mulher pobre o fato incontestável de a rua ser também seu local de trabalho. É o caso das criadas, por ocasião das compras para a casa; das lavadeiras, quando fazia entregas a domicílio; das operárias da indústria, nas horas em que se locomovia para o local de trabalho ou para casa após uma exaustiva jornada diária de trabalho.

Os discursos jurídicos apresentavam uma função pedagógica: réus, mulheres pretensamente ofendidas, testemunhas arroladas e, quando era o caso, o próprio público atingido pela publicidade dada ao fato, todos esses, de uma forma ou de outra, acabavam vivenciando determinadas noções de

⁶ /dem.

honestidade, relacionadas com as proibições da rua e do exterior. A rua, no simbólico dos discursos dos juristas, estava cheia de tentações e de desvios. As mães pobres precisavam aprender a vigiar suas filhas. O fato essencial a se extrair disso tudo, é que valores positivos e negativos sobre o comportamento das mulheres estavam sendo difundidos. Frequentar locais suspeitos em companhia de desconhecidos, sair só, ir a bailes, frequentar hospedarias, eram comportamentos típicos de prostitutas.

O "ser prostituta" envolvia então não só ter muitas relações sexuais, mas ter determinado comportamentos (sair só à noite, frequentar bailes, e lugares suspeitos como hospedarias e outros).

Responsabilidade e passividade

De uma maneira geral os médicos do século XIX promoveram a sexualidade feminina, ensinando às mulheres que poderiam ter prazer sexual. Objetiva-se conter a prostituição, diminuir a incidência da sífilis e garantir a saúde física e moral das famílias. Mas não poderiam deixá-la sem limites, que eram diretamente proporcionais à estabilidade no casamento e à proteção aos filhos. As mulheres deveriam ter relações sexuais, nem de mais, nem, de menos. Os dois extremos trariam desequilíbrios às famílias. Os excessos prejudicariam a gravidez a amamentação (COSTA, 1989, p.226-239).

Relações sexuais, sim, mas com uma condição: dentro do casamento, lugar privilegiado para o amor. O ato sexual sem essa condição era considerado leviano e doentio. Os indivíduos e principalmente as mulheres deveriam assumir suas responsabilidades nas relações sexuais e na escolha dos parceiros. Dessa forma, iriam adquirir uma prole saudável e garantir sua honra e futuro, já que opções indevidas afetariam profundamente a sociedade.

Sugerir responsabilidades sexuais à mulher tomava-se fundamental para que ela cumprisse convenientemente seu papel social e sexual. Assim, nos tribunais, se as ofendidas nos crimes de defloramento ou estupro não articulassem um discurso de responsabilidades teriam mais um obstáculo para provar sua honestidade, segundo os padrões jurídicos.

O advogado de Antonio Rodrigues, acusado de deflorar a menor Deolinda Leme, tentou negar que houvesse crime de defloramento, associando sexo ao casamento, na sua argumentação:

Dr. Viveiro de Castro, nos 'Delictos contra a honra da mulher' diz que são elementos do crime: 1º.) a copula com mulher virgem; 2º.) que esta virgem seja de menor idade; 3º.) que o seu consentimento FOSSE OBTIDO POR MEIO DE SEDUÇÃO FRAUDE OU ENGANO.

Pela prova testemunhal, e mesmo pela denuncia esta clarissimo que o denunciado não empregou para a consumação do crime, o terceiro elemento

exigido pela lei e muito bem explícito no citado art...Essa promessa, nos restritos termos do cit. Art. Deveria ter sido feita antes da consumação do crime, e isso mesmo muito bem provado por todas as provas do processo, mas ao contrário, nenhuma notícia a respeito nos dão as testemunhas e nem dos autos consta; o que aliás esta bem claro pelos depoimentos das testemunhas sumariadas é que a vítima PERSEGUIA o denunciado; ora, si ella perseguia ao denunciado, si ella própria quem se oferecia a elle, não necessitava a sedução...para a consumação do crime, isto no entanto, no caso de que se ficasse provado ser o denunciado o autor desse defloramento, consumado há mais de nove meses.⁷

Ao negar a existência de defloramento, o advogado levantava suspeitas de que Deolinda não possuía a responsabilidade exigida a uma mulher higienizada na relação sexual e na escolha do marido, pois se deixou levar pelo instinto e não pensou muito ao aceitar o convite, pois não possuía como meta o casamento, uma vez que, sabia que o réu era casado. Deixando implícito nas palavras do advogado que a associação perfeita seria sexo, amor e casamento. Deolinda estaria correta ou perdoada se apenas tivesse adiantado ao futuro marido o direito de posse. Segundo os juristas da época, o espírito da mulher transformava-se com a promessa de casamento, e se não houvesse esse gancho nenhum crime de defloramento seria punido. É no casamento que os desejos da mulher se realizam; ela poderia vive-los antes, se realmente tivesse o casamento como garantia futura.

Em 1938, a miserável Elza Pereira da Silva, procurou o delegado da Comarca de Franca para fazer uma denúncia contra Angelino Furtado. Relatou que havia dois anos que travara conhecimento com o acusado, que trabalhava com caminhão e estava transportando queijos de uma fábrica de Patrocínio de Sapucaí para São Paulo. Começou a namorá-lo não sabendo que ele era casado. Há quatro meses havia se mudado com sua família de Sapucaí para Franca, tendo ido trabalhar na casa de Igino Taveira e continuando a namorar Angelino, até que no dia vinte e sete de janeiro por volta das nove horas da noite, ele a levou em seu caminhão para o bairro dos Coqueiros onde tiveram relações carnavais sendo que foi deflorada no mato. Declarou ao delegado que Angelino lhe assegurou que não era casado, prometendo-lhe montar uma casa e olhar por ela a vida toda. Porém, não cumpriu com sua palavra, vindo há 15 dias após lhe dizer que não havia mais nada entre eles.

Na defesa o advogado de Angelino, acusou Elza mostrando a necessidade de uma mulher honesta refletir em seus atos. Ela não podia agir segundo seus instintos:

⁷ AHMF, caixa 175, códice 3213.

[...] mister se faz lembrarmos de como Elza (segundo suas próprias declarações) se entregou sexualmente ao réu. Fé-lo sob promessa de dinheiro, casa, jóias, conforto e vestidos. Essas mulheres, abundam por ai, nesta face industrializada por que passa a moral dos nossos dias. A prostituição é cada vez mais acentuado capítulo doloroso da patologia social. As mulheres infelizes que nela ingressam, na maioria das vezes são levadas pelo luxo, pelo fausto, pela moda, cobiçando as peles riquíssimas do Canadá, as pedras preciosas das Índias, os vestidos moderníssimos de Paris, os perfumes do Oriente [...]

De fraca constituição, enganadas pelos caprichos da vaidade, essa poderosa Deusa que traz o mundo feminino acorrentado aos seus meneios, a mulher traída também pelos impulsos soberanos da carne impetuosa e excitada, é muitas vezes a culpada e somente a culpada nos crimes de ordem sexual. Provocadoras insistentes, bonitas, possuidoras de dotes físicos são na maioria dos casos as verdadeiras sedutoras e não seduzida.⁸

E continua mais adiante:

Elza, a vítima, era de uma honestidade indigna de proteção jurídica. De há muito procurava a prostituição, tanto que hoje se encontra, como quer, muito bem trajada, bonita, adornada, faceira, vendendo sua beleza a peso de dinheiro numa pensão de meretrizes desta cidade...Isso seria mercantilizar o corpo, amodar a alma, e não a constatação do pudor, que é a mais fina cristalização sinérgica do conjunto de sentimento da mulhe.⁹

Segundo o advogado, Elza Pereira da Silva não apresentava os comportamentos imprescindíveis para se tornar ofendida nesse tipo de crime. O Caso de Elza representou também um dos vários exemplos nos quais os advogados apresentavam desconfianças frente à promessa de casamento pelo fato de ela ter servido apenas como pretexto para desculpar a falta cometida;

Dentro do argumento de que através dos processos de defloramento (mesmo nos de estupro, caso a ofendida fosse menor de 16 anos) a justiça viabilizava um projeto controlador da moral popular, as mulheres ofendidas precisavam provar terem sido seduzidas e não sedutoras. Para isso muitas se colocavam na posição de passivas frente à ação dos homens sedutores, declarando que foram conduzidas para o quarto, forçadas a deitar na cama, obrigadas a levantar as vestes e, sem sua vontade, o membro foi introduzido. Não poderiam explicar o prazer enquanto motivo para a relação sexual, sem correrem o risco de serem consideradas mundanas, mulheres de vida fáceis. Os

⁸ AHMF, caixa 248, códice 4407.

⁹ *Idem*.

advogados, então tentavam encontrar a mulher mundana e sedutora nas ofendidas, eram elas quem tentava os homens.

Em 1914, Maria Aparecida, 15 anos, criada, contou que Idelfonso Teixeira, empregado do circo de cavalinhos e seu namorado, passava constantemente pela casa de sua mãe na rua Moreira César. Ela o namorava com a intenção de casar-se, pois Idelfonso lhe fizera promessas. Um dia, por volta das oito horas da noite Idelfonso chegando a esquina da rua onde estava situada a casa de sua mãe, chamou-a, e esta atendendo seu chamado foi ter com seu namorado que a desonrou. A ofendida narrou o fato da seguinte forma:

[...] que Idelfonso, violentamente puchando-a pelos braços levou-a para um terreno em aberto, num largo e proximidades do cemitério municipal, onde não tem iluminação pública e pouco trânsito, e ali sendo, com promessas de casamento, teve relações sexuais com ella ofendida, deshonrando-a, que Idelfonso segurou a ella ofendida, derrubando-a ao chão, e assim, violentamente a deflorou, que ella ofendida pediu a Idelfonso que não a deshonrasse, porque a única riqueza que ella ofendida possuía era sua virgindade, não tendo Idelfonso se apiedado della ofendida, que depois de deshonral-a, vendo-a chorando, propoz a ella ofendida fugir da casa de sua mãe.¹⁰

Podemos notar com clareza na declaração de Maria Aparecida o aspecto de passividade, em sua narrativa para descrever o crime, colocando-se como sujeito passivo no ato sexual se eximindo de qualquer culpa, ou sentimento de algum prazer no ato sexual.

Maria José de Andrade, 15 anos, em 1937, acusou João Pintor Garcia, pelo crime de defloração. Consta nos autos do processo, que Maria José residia na Fazenda Cachoeira de propriedade de seu pai, no distrito de Franca, onde foi deflorada por seu namorado João Pintor. Maria José, contou em sua declaração ao juiz que: "[...] João a levara para um quarto de dormir e aí a deitara em uma cama e a deflorou em seguida, não tendo a declarante podido se defender por ter sido surpreendida por seu namorado [...]".¹¹ Assim como Maria Aparecida, Maria José, e tantas outras quantas desejassem ter proteção da justiça, tinham que atribuir toda a ação ao homem.

As mulheres que desejavam serem protegidas pela justiça, além de atribuírem em seus relatos toda a ação ao homem, deviam dar muita ênfase à dor e ao sangue. Eram os sintomas da perda de virgindade. Em muitos processos, esse tipo de relato só apareceria nos depoimentos da pretoria, pois

¹⁰ AMHF, caixa 150, código 2813.

¹¹ AMHF, caixa 245, código 4375.

provavelmente ali elas eram instruídas. Tinham que sentir muita dor e sangue na primeira relação sexual. Algumas ofendidas até chegavam a exagerar na quantidade de sangue ao declararem que manchou a roupa e lençóis. O próprio Viveiro de Castro recomendava a seus leitores reparar nesse fato, pois seria uma prova significativa, mesmo que não determinante, e valorizada por várias sociedades.

Para analisar os elementos sangue e dor, vejamos um trecho das declarações de Maria Aparecida: "[...] que tanto a primeira cópula como a segunda causaram grande dor a ella ofendida, e ambas as vezes houve hemorragia, que afirma e jura que não teve relações sexuais com outra pessoa, a não ser com Idelfonso Teixeira [...]"¹²

Maria José, também não se esquece de mencionar os elementos sangue e dor em suas declarações, referindo-se ou defloração diz: "que nessa ocasião a declarante sentiu fortes dores em seus órgãos sexuais e teve perda de sangue, compreendendo então que estava deflorada, tendo então chorado noite inteira e dia seguinte [...]"

As imagens das sensações femininas de dor e sangue eram então manipuladas pelos advogados e até mesmo pelos parceiros. Nenhum jurista especialista da primeira década do século XX questionou a existência da flacidez, das dores, do sangue e da dilatação da vagina. Esses elementos só foram revistos na década de 20 e 30 por meio das conclusões das pesquisas médico-legais de Afrânio Peixoto: ele demonstrou como era relativa a quantidade de sangue e dor, desprezando a referencial flacidez para determinar a prática intensiva, ou não, de atos sexuais. Apenas deixou em aberto as questões sobre a dilatação da vagina.(PEIXOTO, 1934).

A imagem do sofrimento na relação sexual não se limitava ao ato, estendia-se pelo dia seguinte. As pobres moças das camadas populares, costumavam relatar que, no outro dia, não tinham condições de se recuperar das dores, para acentuar o drama dos defloramentos. Depois de tantas dores e sangue, seria de se supor que as ofendidas jamais esquecessem tão bárbaro dia. Com a intenção de mostrar que algumas delas não davam importância à sua virgindade, ou pelo menos encaravam a relação sexual com uma naturalidade indevida, os advogados aproveitavam alguma confusão ou imprecisão de datas nos depoimentos das ofendidas. Depois de manipularem os conceitos de flacidez e honestidade, não admitiam que uma mulher se esquecesse da data do ato mais sério de sua vida. Encaravam como leviandade de caráter o fato de uma pseudo-ofendida ter esquecido a data do atentado.

¹² AMHF, caixa 150, código 2813.

Não acreditavam que uma moça recatada fosse tão indiferente a um grande dano a sua honra a ponto de esquecer o dia em que se consumara.

E com certeza nenhum advogado de defesa da época deixaria passar em branco, como não o deixou, o advogado de Antonio Rodrigues quando analisava o auto de declaração prestado pela menor Deolinda:

[...] Antônio Rodrigues [...] dono da casa onde dorme a declarante com meios violentos deflorou-a em uma noite em que a mulher do acusado fora passear no alto da Estação; isso mais ou menos em véspera do carnaval cujo dia a declarante não se recorda [...].¹³

A importância que os advogados atribuíam à lembrança da sinistra data expressa o desejo de que as moças percebessem a necessidade de serem responsáveis pelo ato tão comprometedor de seu futuro.

Seria um marco inesquecível para uma moça virgem que passara todo o período anterior preparando-se para o dia de seu casamento, ou para o dia de tantas dores e prazeres. Como menosprezar e ser indiferente a esse dia tão sério?

Enfim, moças que haviam perdido o perfume da flor de laranjeira, que tivessem tido as flores de sua grinalda de virgem esmagada, moças que saíssem sós (mesmo que fossem para o trabalho) para lugares suspeitos em horários avançados, moças que não escolhiam seus maridos de forma responsável e que se iludiam facilmente com promessas de casamento, moças que cediam as fraquezas sem maior reflexão, moças que não conduziam o prazer sexual ao casamento, moças que eram ativas e sedutoras e que não escondiam na retórica do discurso da passividade, moças que não haviam sentido dores e jorrado sangue, ou mesmo, que possuíssem hímene complacente, moças que tinham as partes sexuais do seu corpo flácidas e esqueciam a data da primeira noite, todas eram discriminadas e marginalizadas pelos nossos ilustres juristas.

Mesmo que os juristas fizessem uso de todos esses argumentos para ferir a imagem das ofendidas, elas não ficavam necessariamente desprotegidas pela justiça, pois a condenação do réu não dependia apenas deles, também contavam os aspectos da idade, miserabilidade, exame de corpo de delito, etc. Mas sem dúvida, suas chances diminuía. Como todas as moças que procuravam a polícia e, indiretamente, a Justiça eram oriundas das camadas populares, a associação entre essas camadas e comportamentos tidos como desordeiros era direta e clara.

¹³ AHMF, caixa 175, código 3213.

Se moças jovens tinham esses comportamentos e valores, o meio em que viviam estava viciada, sua família não estavam formando cidadãos. Da discriminação dos comportamentos das jovens, os juristas partiam para censurar os seus responsáveis e o meio que as cercava. As moças de família, vivendo no recato do lar doméstico, sob vigilância materna, saberiam conservar a virgindade do corpo e a dignidade dos sentimentos. Inspirados em Viveiros de Castro, os advogados dos réus em crime sexuais freqüentemente citavam pais ou mães de ofendidas como responsáveis pela conduta de suas filhas. Pode-se verificar claramente num processo de 1937, no qual a menor de 11 anos de idade Margarida Alves, acusa João de Andrade Sobrinho, professor público, de lhe ter seduzido e deflorado. Consta na declaração da menor que o réu a convidou certa tarde para ir até a rua da Estação afim de ali lhe comprar um vestido e que aceitando o convite o rapaz lhe propôs que tivessem relações sexuais, e que em troca lhe daria um "pau gelado" e diante da oferta a menor aceitou, mas veio a se arrepender e voltou atrás ao combinado, sendo então agarrada pelo rapaz e derrubada ao chão sendo ali deflorada, que apesar dos gritos nada mais pode evitar.

O advogado de João de Andrade Sobrinho deixa claro logo no começo de seu discurso, a importância do atributo de se ter uma família bem estruturada:

um educador de nome acatado no seio da sociedade Francana, filho de família modesta porém honradíssima, responde no presente caso pelo infame e brutal crime de estupro. No processo crime há sempre vítima e autor. A maior vítima do caso em apreço é o próprio denunciado. Vítima de calúnia nefanda, trabalhada pelo cérebro de infeliz creaturinha, de todo desprotegida, orfã cujos os pais vivem na expressão comovedora de Jules Simon. Sim culto magistrado: estamos em face de um quadro tristíssimo, vivido por uma pequena desamparada dos pais e até há pouco dos poderes públicos, atirada ao léu das ruas, sem lar, sem pouso, sem conselhos, no caminho do vício e da perdição [...].¹⁴

E completa mais adiante,

"Quem é Margarida Alves, a infeliz vítima destes autos?"

Menor criada desde tenra idade na escola livre e amoral das ruas. Filha de casal varias vezes criminoso [...].

¹⁴ AHMF, caixa 242, código 4329.

Segundo o advogado de João de Andrade Sobrinho, a menor Margarida vivia em completo abandono de sua família e vagava pelas ruas como uma órfã. O argumento central do advogado era culpabilizar o pai e a mãe da ofendida, pois não sabendo cumprir os deveres que estavam investidos, abandonaram sua filha ao léu das ruas. O argumento de que muitos pais abandonavam suas filhas foi explicitamente usado algumas vezes pelos advogados. Entre os casos examinados constatou-se que mais de 50% das crianças vítimas não possuíam uma estrutura familiar completa (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Situação familiar das vítimas (1890–1940)

Situação familiar	Número de casos	%
Presença dos pais	33	42
Ausência dos pais*	20	27
Ausência do pai**	17	22
Ausência da mãe**	07	9
Total	77	100

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca (1890 – 1940)

*morte, abandono, distância geográfica.

**morte, abandono.

Mas, o meio viciado, como responsável pela criação de mulheres não recatadas e não passivas, era, sem dúvida, reforçado para facilitar a defesa do réu e, certamente, para aumentar as suspeitas de que a ofendida era sedutora. Para provar a existência de um meio viciado era comum os advogados lançarem suspeitas sobre o local de residência das moças ou das testemunhas que as defendiam. Explicitamente, o advogado de Joaquim Gomes Correa associou casas de cômodos a meios viciados quando defendia a honra de seu cliente, acusado de ter estuprado a menor Geny Soares, preta, de 9 anos de idade.

Se foi encontrado numa casa suspeita, onde havia um baile do baixo meretrício, na 'afamada' habitação coletiva 'Chicolim' ai foi ter quando já embriagado e não mais senhor de seus passos. Afirmar que ele procurava prostitutas é também divorciar-se dos autos...¹⁵

Consta na declaração da ofendida que na madrugada do crime sua mãe se encontrava no salão de baile do Chincholim, tendo deixado-a no quarto onde ambas moravam, nos fundos da referida estalagem, e que foi despertada por um

¹⁵ AHMF, caixa 247, código 4423.

homem que não pode reconhecer por estar escuro, que o referido homem lhe fez mal, sofreu grandes dores e foi impedida de gritar.

Pelo próprio processo foi possível descobrir que a "afamada" habitação coletiva, (baixo meretrício), referida pelo advogado, era uma casa de cômodos, tipo de habitação onde reside grande parte da população carente. A associação entre a "afamada" habitação coletiva (bordel) e casas de cômodos delimitava muito bem a localização do espaço da moral e dos bons costumes no discurso jurídico. O mundo da "lepra" não poderia ser protegido.

Num certo sentido, os preconceitos morais, como morar em casas de cômodo, viver sempre na rua, sair só, etc. estão associados diretamente. Todos se situam no espaço real e simbólico da pobreza. No pensamento jurídico, as razões do diferente, ou melhor, das "forças do mal" explicavam-se por elas mesmas: Geny era "desonesta" porque vivia em casas de cômodos; ali vivia porque a mãe não tinha princípios higiênicos e era irresponsável, ignorando-se o fato da mãe ser uma pobre mulher que vivia do salário que ganhava como empregada doméstica.

Outra forma de comprovar o meio viciado era suspeitar das companhias da ofendida. Estas eram de fácil localização, pois, geralmente eram trazidas para testemunhar a seu favor.

Porém, os discursos jurídicos dos processos davam mais atenção às questões da vigilância familiar. As mães – e pais também, contudo eram mais raros – não podiam abandonar suas filhas, nem lhes propiciar um meio viciado. Acima de tudo, deveriam vigiá-las. Eram responsáveis pelo comportamento das filhas e pelo meio que freqüentavam. Caso contrário, os advogados dos réus encontravam aí mais uma fórmula para desabonar a honestidade das ofendidas. A favor ou contra, os juízes, delegados e promotores emitiam pareceres sobre as famílias e sobre o meio das ofendidas. São constantes as afirmações focalizando as mães e as famílias.

Nos crimes de defloramento (art. 267) e estupro (arts. 268 e 269) descritos pelo Código Penal de 1890, a figura masculina não foi citada. Seu comportamento honesto (ou desonesto) não entrava em consideração e, assim, a mulher era ao mesmo tempo vítima e suspeita de ser responsável pelo crime que inversamente cometeu. Nem nos comentários de Soares (1910) sobre esses crimes nem nos estudos de Viveiros de Castro era mencionado o comportamento do homem como agravante ou atenuante para o crime. Este último apenas recomendava que os juízes ponderassem sobre a fortuna do réu ou sobre a sua situação social, pois "é principalmente contra as pessoas ricas e importantes que se armam os laços de especulação e da chantagem, com o fim

de provocar o escândalo para extorquir-lhes dinheiro, para negociar a desistência da queixa" (CASTRO, 1948, p.91).

Não era apenas Viveiros que via nos crimes de defloramento e estupro uma ameaça para aos ricos. Os advogados dos processos pesquisados reforçavam o preconceito de que as mulheres pobres só procuravam a delegacia para conseguir alguma vantagem financeira. Mais uma vez, as posições dos juristas vinham repletas de preconceitos e contradições em relação às mulheres pobres: por serem pobres já estavam pervertidas, tendo apenas interesse em explorar um homem mais rico.

Os defensores da lei eram míopes da realidade, ou apenas enxergavam o que fosse conveniente para a vitória nos tribunais. Já que em, 77 processos, 71 são contra homens pobres. Os outros seis processos, cinco referem-se a comerciantes e um fazendeiro (ver Tabela 2).

Ainda, no que se diz respeito à condição social, o grupo dos acusados se destaca pela pobreza e a falta de instrução (ver Tabela 3).

Os juristas, com suas suspeitas acesas, descartavam a possibilidade de mulheres pobres lutarem por sua virgindade ou mesmo por uma grande paixão perdida. Em compensação, os homens que fossem ricos jamais eram suspeitos de comportamento imoral, eram simplesmente ricos, incapazes de cometer um crime de defloramento contra uma criada, por exemplo. A doença estava nos pobres, os ricos já conheciam a higiene, pelo menos sabiam recitá-la. Patrão, ou um homem rico, e pervertido sexualmente era uma associação negada nas imagens dos juristas, apesar de os processos mostrarem muitos casos desse tipo (um grande número nem deve ter sido levado às delegacias).

As contradições vão aparecendo aos poucos. O trabalhador para se tornar eficiente e ascender socialmente, segundo médicos e juristas, deveria formar uma família sã e moralizada. Mas o inverso não era admitido pelos advogados dos patrões ou pelos juristas de uma maneira geral. Os filhos homens da elite, tão bem educados por mães e pais responsáveis, não perverteriam empregadas domésticas, elas é que eram as sedutoras e pervertidas.

Os advogados, em desacordo com as expectativas, lidavam com homens pobres e, cumpriam os objetivos da justiça ao difundirem os ideais do comportamento sexual masculino, apesar da tradição de complacência com eles, como lembra Fausto (1984). Talvez a única coerência do discurso jurídico fosse mesmo a de transmitir papéis sociais, sem deixar de cair em contradição no momento de confrontá-los com a realidade dos inúmeros casos de amor.

Tabela 2 – Profissão das vítimas e indiciados

Indiciados	Número de casos	Vítimas	Número de casos
Rural	04	Domésticas	45
Lavrador	11	Lavoura	01
Pedreiro	02	Escolar	03
Soldado	02	Meretriz	01
Sapateiro	03	Guia de cego	01
Jornaleiro	07	Não consta	10
Trabalhador de roça	05	Prejudicado pela idade	16
Chauffeur	03		
Comerciante	06		
Colono	03		
Motorista	04		
Outros	27		
Total	77		77

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca (1890 – 1940)

Em apenas um processo o acusado era patrão, é interessante que neste caso o advogado deu maior ênfase ao fato do acusado ser sério, honrado e respeitador. Desprezando a hipótese de que também poderia ser, ou havia sido, um bom trabalhador. Aprofundando as qualidades morais, certamente melhorariam a imagem dos ofensores, o lado positivo do trabalho estava implícito pelo fato de serem ricos ou patrões; o acusado já possuía os atributos necessários para uma brilhante defesa.

Tabela 3 – Grau de instrução dos indiciados

Instrução do indiciado	Número
Analfabeto	20
Sabe ler e escrever	42
Sabe assinar o nome	06
Curso secundário	01
Não consta	08
Total	77

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Franca (1890 – 1940)

Nos processos que envolveram trabalhadores, maior ênfase foi dada às suas qualidades laboriosas. Numa sociedade burguesa que se formava, esse atributo tinha que ser reconhecido prioritariamente no caso de o acusado ser pobre.

Joaquim Gomes Correa, homem pobre, conseguiu receber de seu advogado todos os elogios de um homem trabalhador, sério e honesto.

Todas as testemunhas, são unânimes em afirmar que Joaquim Gomes Correia sempre foi um cidadão de bem, bom chefe de família, honesto e trabalhador,

durante os vinte anos vividos nesta cidade. O seu apelido é expressivo: Joaquim Carapina. "o que quer dizer Joaquim das ferramentas, do labor, da mão calosa."¹⁶

Esse discurso foi usado pelo advogado de Joaquim para pedir a atenuante do crime, ao qual o juiz respondeu da seguinte forma:

O réo procurou demonstrar, por testemunhas e documentos, ter exemplar comportamento anterior. As testemunhas referem mesmo que o réo é um homem bom e trabalhador. Mas, o próprio réo confessou que embora casado, tivera relações sexuais com a mãe da vítima: por outro lado, a sua presença na casa em que se deu o crime, sendo casado, desabona-lhe a conduta. Mas a mim me parece que essas faltas não podem e não devem influir em um longo passado de trabalho e honestidade para o efeito de se recusar ao réo a atenuante que pleiteia.¹⁷

Na formação da inocência de um homem e culpa de uma mulher, eles eram julgados prioritariamente pelo seu trabalho e elas, pela conduta moral. As mulheres deveriam controlar seu sexo e os homens suas disposições para o trabalho. Os homens nem necessitavam de muitas qualificações, simplesmente era citado o fato de serem trabalhadores. Era o bastante.

A mulher trabalhadora ameaçava, simbolicamente, a família, porque se tornaria liberada do marido e inviabilizaria a sua posse pelo homem. Assim a mulher pobre que precisava trabalhar trazia em si mesma uma doença, por não se reduzir ao papel de mãe, fator fundamental, junto com o machismo, para a estabilidade conjugal.

No caso dos acusados como estupradores ou defloradores, mesmo pobres, os advogados direcionavam os discursos no sentido de provar que eram seguidores das exigências médicas. Ainda contavam, é claro, com as benesses do machismo, presentes de alguma forma em todos os participantes de um processo-crime.

Nos processos em que os advogados aprofundavam o comportamento dos acusados, os atributos de trabalhador sempre se associavam com os de honestidade, seriedade, respeitabilidade, honra, ideal de família, ou seja, atributos morais.

Concluindo, salientamos que, através dos depoimentos das testemunhas, defloradores e ofendidas buscamos demonstrar que os populares ao se confrontarem com as autoridades judiciais nas delegacias de polícia e nos tribunais demonstravam não possuir o mesmo estreito significado para os

¹⁶ AHMF, Caixa 247, código 4423.

¹⁷ *Idem*.

conceitos de honra e honestidade que o daquelas autoridades. As normas, os valores, e os comportamentos, que emergem dos depoimentos, revelam as possíveis opções, derivadas não apenas das difíceis condições de vida, mas também de práticas tradicionais presentes no universo cultural dos populares de Franca. A persistência deste universo cultural no período que analisamos demonstra os limites da ação do judiciário em moralizar ou educar uma população que, justamente por seus valores e comportamento, era considerada distante da civilização.

• **ABSTRACT** : *In the present research we analyse the discursive representations contained in criminal process, trying to discover and to understand the ways and the course exchanges thrashed by the jurisprudence and by the main juridical discussions – discourses and resolutions of lawyers, prosecutors, judges and tribunals of jury – about the feminine honor and the production of social standards of behavior and of honesty, that were defined and diffused in the formation process of guilt and innocence.*

• **KEY WORDS**: *sexual crimes; history; woman; deflowerment; Franca-SP.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Francisco José Viveiros de. *Ensaio Jurídico*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1892.

_____. *Atentado ao Pudor*. 3.ed. Rio de Janeiro: Freitas e Bastos, 1934.

_____. *Os Delictos Contra a Honra da Mulher*. 4.ed. São Paulo: Freitas Bastos, 1948;

CORREA, Mariza. *Morte em Família*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PEIXOTO, Afrânio. *Sexologia Forense*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1934.

SOARES, Oscar de Macedo. *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil*, comentado. 5.ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1910.

O MUNDO DISNEY NO TERCEIRO MUNDO: ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE A AMÉRICA DO SUL RETRATADA NO FILME *ALÔ AMIGOS*.

Fausto YAMASHIRO*

- RESUMO: Este artigo pretende fazer algumas observações sobre a imagem da América do Sul veiculada pelo filme *Alô Amigos*, produzido por Walt Disney após a sua visita, realizada em 1941, a alguns países dessa região.
- UNITERMOS: panamericanismo; "política de boa vizinhança"; Walt Disney; América do Sul, *Alô Amigos*.

A visita de Walt Disney à América do Sul ocorreu em 1941, e fazia parte da "política de boa vizinha" do governo de Franklin D. Roosevelt, colocada em prática sobretudo no período da Segunda Guerra Mundial, visando manter a América Latina na aliança contra os países do Eixo. Com esta política, as relações dos Estados Unidos com a América Latina deixariam de ser pautadas no intervencionismo armado, passando a fundamentar-se nas negociações diplomáticas. Mas não podemos isolar essa política de um contexto maior: o das Conferências Inter-Americanas, que já vinham ocorrendo desde o final do século XIX, e que tinham como pretensão discutir a possibilidade de uma cooperação mútua entre todos os países da América, o chamado "Panamericanismo". Aparentemente, a "política de boa vizinhança" seria respaldada nos ideais do "panamericanismo", isto é, no interesse coletivo, e não unilateral.

*Graduando do curso de História da Unesp campus de Franca. Sob orientação da Profª Dra. Maria Aparecida de Souza Lopes

Além das negociações de caráter político e econômico (empréstimos financeiros, acordos comerciais, treinamento militar para soldados latinos), "a política de boa vizinhança" também se baseou em relações culturais, idealizadas por Nelson Rockefeller. Este criou um Birô criado pelo governo Roosevelt em 1940, chamado *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*, tendo seu nome alterado em 1941 para *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*. Este Birô era responsável pelas relações econômicas e culturais dos Estados Unidos com a América Latina.

O Birô atuou fortemente na área da informação, sobretudo na imprensa e no cinema. No caso da primeira, eram concedidos subsídios aos jornais e revistas dos países da América Latina e facilitava-se a exportação de papel dos Estados Unidos aos jornais que apoiavam a causa norte-americana na guerra (MOURA, 1986, p.35). Além disso, também promovia um intercâmbio entre jornalistas norte-americanos e latinos para que conhecessem os respectivos países e suas técnicas de imprensa.

No cinema, o Birô acompanhou de perto as produções dos estúdios de Hollywood, censurando os filmes norte-americanos que "pussem em ridículo ou questionassem qualquer instituição norte-americana (por exemplo, filmes sobre relações raciais) ou ferissem suscetibilidades dos latino-americanos" (MOURA, 1986, p.36). Assim, suprimiram-se os bandidos mexicanos dos filmes de faroeste e outros elementos que ofendiam os vizinhos do sul. Também nessa época, artistas latinos, como Carmen Miranda, marcaram presença nas produções "Hollywoodianas" e artistas norte-americanos visitaram os países do sul, a fim de, segundo Gerson Moura, aumentar a popularidade norte-americana e os rendimentos dos filmes, que eram marcados para estrear na mesma época da visita de seus principais astros (MOURA, 1986, p.38). O Birô também indicava determinados temas de filmes que Hollywood deveria produzir para o público latino-americano. Foram também produzidos documentários com o intuito de fazer um intercâmbio cultural. Assim, para o público latino, foram apresentados aspectos da sociedade, do meio natural e da tecnologia norte-americana; e para o público dos Estados Unidos, aspectos sobre a "realidade" latino-americana. Esta, foi apresentada de acordo com a ótica norte-americana, visando sobretudo o público escolar, para demonstrar que também havia um povo "civilizado" nos países ao sul (PRADO, 1995, p.60).

Nesse contexto, o próprio presidente Roosevelt sugeriu a Rockefeller a visita de Walt Disney à América Latina, o qual teria as despesas da viagem cobertas pelo governo, além de uma verba para a produção de dois filmes com personagens baseadas nos elementos locais que simbolizassem a amizade entre os países (LEITE, 2002). Assim, foram produzidos os desenhos *Alô Amigos*

e *Você já foi à Bahia?* (a tradução original deste filme seria "Os Três Cavalheiros"), ambos apresentados sob forma de documentário.

O filme *Alô Amigos* retrata a visita feita à América do Sul, mais especificamente aos países: Peru, Bolívia, Chile, Argentina e Brasil. Estes três últimos, representados pela cultura dos habitantes próximos ao lago Titicaca, pelo Correio Aéreo chileno, na figura do Aviãozinho Pedro e dos perigos do "monstrificado" Aconcágua; pela figura "romântica" do gaúcho argentino; e pelo malandro da sociedade carioca. Portanto, estes países são simbolizados por "tipos nacionais", isto é, elementos característicos de uma determinada sociedade, utilizados para representá-la como um todo. Conforme é dito no início do filme, a pretensão da equipe não era apresentar as grandes cidades, mas sim, o mundo "romântico" e exótico dos elementos geográficos e folclóricos desses países. É muito importante destacarmos isso, pois se tratava de uma prática comum na produção dos documentários que tinham por objetivo promover um intercâmbio cultural entre os Estados Unidos e a América Latina. Esta última, era representada nesses documentários por seus aspectos geográficos, históricos e folclóricos. No filme *Alô Amigos*, insiste-se no "romantismo", no "exotismo", e nas "maravilhas" dos países visitados, apresentados como locais rústicos. Já os Estados Unidos, eram representados por sua indústria bélica, pelo seu avanço na área científico-tecnológica e cinematográfica, além de aspectos de seu quadro natural, social e cultural. Procurava-se com isso, promover uma propaganda da supremacia norte-americana na América, e também em relação aos países do Eixo.

O filme *Você já foi à Bahia?* enfatiza a amizade entre os Estados Unidos, o México e o Brasil, simbolizada pelos três amigos de "penas e bicos": Donald, Panchito e Zé Carioca. Da mesma forma que no primeiro filme, também são retratados elementos do quadro natural e cultural, com a apresentação de danças típicas do México e da Bahia. Nesta, Donald assiste uma apresentação musical ao som de *O que é que a baiana tem?*, com direito a uma "baiana" e alguns "malandros", espetáculo já conhecido pelo povo norte-americano por meio da "Pequena Notável" Carmen Miranda. Donald se encanta pelos "Quindins de lá lá", trazidos pela baiana que, como observa Moura (1986, p. 40), é branca, já que, para não desagradar as elites brasileiras – que queriam passar uma imagem do Brasil "branco", pois os argentinos chamavam os brasileiros de "macaquitos" – e nem a platéia norte-americana, os baianos foram representados por pessoas brancas, não aparecendo nem mulatos e nem negros no filme.

Os países para os quais o governo dos Estados Unidos mais realizou concessões econômicas foram México e Brasil. Neste último caso, data daí, por

exemplo, o empréstimo fornecido à construção da Companhia Siderúrgica Nacional e o financiamento para a equipagem das Forças Armadas (PRADO, 1995, p.56). Já o governo da Argentina, segundo Maria Ligia Prado, manteve uma posição isolacionista em relação à Segunda Guerra Mundial, declarando guerra contra o Eixo apenas em 1944 e de maneira "simbólica", ficando isento das "vantagens" econômicas concedidas aos outros dois países (1995, p.57). Além disso, segundo Sidney Ferreira Leite, o governo argentino recusou-se em fechar os acordos fixados em 1945, que garantiam a hegemonia norte-americana, como fizeram o México e o Brasil. Assim, os argentinos não eram mais "bons vizinhos" e foram excluídos no segundo filme (LEITE, 2002).

Mas não é nosso objetivo analisar o que realmente estava por trás da "política de boa vizinhança" e nem as suas conseqüências. Muitos autores já se dedicaram ao estudo do caráter unilateral que ela acabou assumindo na prática. Segundo Maria Ligia Prado, a "política de boa vizinhança", longe de ter como principal objetivo a solidariedade para com os demais países americanos, foi um mecanismo utilizado para construir as bases que assegurariam a hegemonia que os Estados Unidos vieram a desempenhar na América Latina após a Segunda Guerra Mundial (PRADO, 1995). Gerson Moura (1986) destaca que o intercâmbio cultural proposto pela "política da boa vizinhança" acabou assumindo um caráter unilateral, com a difusão do *american way of life* nas sociedades dos países da América Latina. Segundo Moura, a influência cultural norte-americana que difundiu o *american way of life* nas vestimentas (*T-shirts, blue-jeans*), na alimentação (*chips, chiclets*), na música (*jazz, boogie-woogie*); fazia parte de um "planejamento cuidadoso de penetração ideológica e conquista de mercado" (1986, p.11, o grifo é do autor), para garantir a hegemonia dos Estados Unidos na América Latina.

Este artigo pretende apenas fazer algumas observações sobre a imagem da América do Sul que foi veiculada pelo filme *Alô Amigos*. Excluindo o desenho sobre o Correio Aéreo do Chile, nosso trabalho centra-se nos três outros: o Pato Donald no Lago Titicaca, o Pateta nos Pampas da Argentina, e o Donald no Rio de Janeiro, por terem sido mais marcados por visões "estereotipadas".

A proposta de "boa vizinhança" já pode ser observada nos primeiros segundos do filme, quando o narrador diz que a pretensão da visita da equipe de Disney à América do Sul era buscar inspiração para a criação de novos personagens que iriam fazer companhia para o camundongo Mickey e para o Pato Donald. Além disso, o filme inicia com uma canção de exaltação da América do Sul:

Saudamos a todos da América do Sul, a terra onde o céu sempre é bem azul.
Saudamos a todos, amigos de coração, que lá deixamos, de quem lembramos ao cantar esta canção.

No Lago Titicaca, os nossos visitantes já definem o que vieram observar:

Evitamos de propósito as cidades modernas, preferindo antes, as pitorescas aldeias dos índios [descendentes dos antigos Incas]. O Lago Titicaca, a maior e mais elevada massa de água no mundo inteiro, está ligado desde muitas gerações ao folclore e à história da região dos incas. A esta altura não há árvores e assim, os pescadores fazem os seus barcos com os juncos das margens do lago. Admiramos o mercado dos índios pela sua vida animada, por seu aspecto pitoresco e o colorido de seu ambiente. As mulheres do lugar, gostam de cores vivas e de chapéus esquisitos, havendo também inventado um carrinho de criança todo especial. São detalhes como esse que sempre interessa ao artista.

O narrador prossegue, dizendo que a "beleza das terras dos Incas" será vista "pelos olhos de um célebre turista norte-americano", nada mais nada menos que o Pato Donald.

Mas parece que os olhos deste "célebre turista" não viram tanta beleza assim nos habitantes do lugar. Talvez com a única exceção sendo uma criança que contracena brevemente com Donald, os habitantes, que foram representados por personagens humanas e não por animais (com "alma humana") típicos do local, são desenhados com traços exagerados, geralmente característicos de personagens tidas como "feias" fisicamente. No filme *A Nova Onda do Imperador*, uma produção mais recente dos estúdios de Walt Disney que se passa na época do Império Inca, as personagens são caracterizadas com feições mais realistas, em contraste com o filme trabalhado neste ensaio.

Parece também estar presente nesse desenho de *Alô Amigos* o "selvagem bonzinho", marcado por sua ingenuidade, observado por Ariel Dorfman e Armand Mattelart nos quadrinhos dos personagens de Patópolis (DORFMAN, MATTELART, 1978, p.41-72). Encantado com uma flauta com que um menino do local domava uma lhama, Donald fez um gesto para pedi-la emprestada. Um gesto bastante óbvio como apontar para o instrumento e depois para si mesmo, e fazer a mímica de quem toca um flauta "invisível". O fato de o garoto entender a linguagem destes sinais parece ter causado espanto e admiração em nossos turistas, quando ouvimos o narrador dizer:

Até a linguagem internacional de qualquer turista, é facilmente compreendida por estes inteligentes montanheses.

Se a intenção era fazer um elogio, parece que este não foi muito bem expresso. O fato de o garoto ter sido "capaz" de entender "até" esses gestos tão óbvios – pois fazem parte da "linguagem internacional de *qualquer* turista" –, deu a ele alguma condição de inteligência.

Na Argentina, a equipe de Disney visitou o gaúcho dos Pampas, observando danças, músicas típicas e experimentando o bom churrasco argentino. Segundo Maria Ligia Prado, os documentários sobre os países latino-americanos visavam demonstrar que havia certas semelhanças entre esses povos e os norte-americanos (PRADO, 1995, p.60), e os nossos visitantes verificaram certas semelhanças nas danças e canções típicas dos gaúchos com as do *cowboy* do Velho Oeste dos Estados Unidos:

Festa sem música e dança não é festa. Os bailarinos não quiseram dançar para nós o tango moderno como fazem na capital. Dançaram os bailes típicos e tradicionais ao som de velhas melodias. Reparámos certa semelhança entre essas danças com as danças típicas do *Far West*. Colher material e inspiração foi para nós um verdadeiro prazer. A canção do gaúcho argentino tem o mesmo sabor melancólico das baladas do vaqueiro norte-americano. Era natural, portanto, que comparássemos o gaúcho com o nosso *cowboy* do velho oeste. Ambos têm muita coisa em comum e foi isso que nos deu uma idéia e assim, fomos buscar o nosso herói lá no coração do Texas.

Portanto, na Argentina, não foi criado um personagem exclusivo para representar o povo deste país. Para demonstrar as semelhanças apontadas entre o *cowboy* norte-americano e o gaúcho argentino, Disney utilizou um ato simbólico. Caracterizou de *cowboy* uma famosa personagem de seus estúdios e, aproveitando-se da "magia do cinema", como é dito no filme, transportou-a do Texas aos Pampas da Argentina, onde as suas roupas foram retiradas e substituídas pela vestimenta gaúcha. Bastou trocar as calças, as botas, colocar o "sombbrero" e o "poncho" para que a personagem se transformasse de norte-americana em argentina. Detalhe: essa personagem utilizada foi o Pateta. Mas se o gaúcho argentino é semelhante ao *cowboy*, então ele não é "civilizado", como fica evidente quando o narrador caracteriza o *Far West*:

Das planícies do Estado de Montana, às margens do Rio Grande, no Texas; por uma região de montanhas e planaltos ainda não tocada ou explorada pela mão mercenária da civilização, encontramos um tipo de homem: é o vaqueiro norte-americano, queimado de sol e batido pelo vento...

Observa-se que se as montanhas e os planaltos não foram tocados pelas "mãos da civilização", significa que o ambiente ainda não foi suplantado por

indústrias e arranha-céus, e a forma do *cowboy* explorar essa região é tida como "não civilizada". Para os nossos visitantes, não ser "civilizado" é tratado em um sentido positivo, melhor que ser corrompido pelas mãos "mercenárias" da "civilização".

O desenho sobre o Brasil se inicia ao som de "Aquarela do Brasil", de Ary Barroso, enquanto um pincel vai traçando aspectos da fauna e da flora do país. Rios correndo, flamingos dançando, tucanos surgindo ao acréscimo de uma tinta preta lançada sobre um cacho de bananas, coqueiros, palmeiras, são "pintados" sobre uma tela branca compondo essa "aquarela do Brasil". Mas o nosso visitante, o Pato Donald, morador de Hollywood como indica o seu "cartão de apresentação", assim como outras "celebridades do cinema norte-americano", não foi conhecer a Amazônia ou o Pantanal, mas sim, o Rio de Janeiro. As impressões que a equipe de Walt Disney teve sobre o carnaval da capital brasileira foram registradas da seguinte forma:

Durante quatro noites e três dias a cidade inteira dança e canta com alegria, e como eles dizem, "todo mundo se desmilingua". Dezenas de sambas são escritos especialmente para o carnaval, e o sonho de cada compositor é que seu samba seja aclamado pelo povo. Durante a nossa visita ao Rio, ouvimos uma composição que nos maravilhou, e foi ela que inspirou o nosso primeiro desenho sobre o Brasil. Ary Barroso com a sua "Aquarela do Brasil" descreve bem essa terra tão linda, tão romântica e tão maravilhosa.

No Rio de Janeiro, o Pato Donald conhece o Zé Carioca. Depois de uma pequena dificuldade de comunicação no início, Donald entrega para o papagaio o seu "cartão". Ao perceber que o pato que está à sua frente é ninguém menos que Donald Duck, Zé Carioca passa a reverenciá-lo e até a imitar o seu jeito "briguento" para demonstrar que se tratava de um grande fã e admirador seu:

Donald Duck!?! O Pato Donald!?! O Pato Donald!?! Quack, quack, quack [imitando o jeito que Donald fica quando está nervoso]. Ah! Ah! Ah! Ora, venha me dar um abraço, o mesmo daqueles, um quebra-costelas, um bem carioca, bem amigo, seja bem-vindo meu caro. O Pato Donald! Veja você! Vamos sair por aí. Vai conhecer o Rio. Vamos a todos os lugares: vamos à Tijuca, Copacabana, Furnas, Urca, Salgueiro, Laranjeiras, Botafogo, Andaraí, Méier, Jardim Botânico, Quinta, Campo de Santana, Cinelândia, Praça Onze, São Cristóvão, Niterói, Paquetá, Avenida Atlântica, Leni, Leblon, Gávia, Pão de Açúcar, e ao Corcovado.

É claro que Donald não consegue entender nada. Mas a dificuldade de comunicação ocorre apenas no início, pois esta visita se dá no começo dos anos 1940, e há pelo menos uma década, as produções cinematográficas de

Hollywood viviam sua época de hegemonia no cenário mundial. Isto ocorreu devido à crise da indústria cinematográfica europeia causada pela Primeira Grande Guerra, que fez também com que os países da América Latina não mais pudessem comprar equipamentos europeus baratos para as suas próprias produções (SEVCENKO, 2001, p.598). Os astros e estrelas de Hollywood ditavam modas, comportamentos e também, como medidas da chamada "política de boa vizinhança", ocorria a influência dos Estados Unidos em outros meios de comunicação como o rádio e os jornais (PRADO, 1995, p.59). O Pato Donald chegou em um Rio de Janeiro no qual a maior parte dos meios de comunicação difundia o *american way of life*, e foi conhecer o samba, característico do Brasil, onde as próprias escolas de samba receberam certa influência dos musicais produzidos em Hollywood (SEVCENKO, 2001, p.613). Ao contrário da região do Lago Titicaca, onde Donald teve que se comunicar por mímica, no Rio de Janeiro não encontrou maiores problemas, pois Zé Carioca sabia falar inglês, e foi assim que ele convidou o amigo norte-americano para conhecer a cidade:

Zé Carioca: Or, as you american say: let's go see the town.

Donald: Ok! So, well were go!

Zé Carioca: Donald, I will show you the land of the samba!

Inicialmente, Donald não conseguia entrar no espírito do samba. Mas a solução veio quando eles pararam em um bar para que o pato conhecesse outra especialidade brasileira, a cachaça:

Donald: Ah! ... soda pop!

Zé Carioca: Não. Cachaça!

Após tomar um copo da bebida, Donald fica embriagado. Os seus soluços, ao mesmo tempo em que indicam que ele estava bêbado, também lembram o som de uma cuíca, que Zé Carioca complementa com um pequeno batuque:

Donald, now you have the state of the samba!

Com certeza o "estado" do samba consiste em estar alcoolizado, pois após Zé Carioca dizer a fala acima, um grande pincel surge, mergulha na garrafa de cachaça e, utilizando a bebida como tinta, começa a pintar pandeiros, cuícas e reco-recos, e subitamente podemos ver a silhueta do pato sambando perfeitamente ao lado da sombra de uma mulher. Bastou se embriagar com cachaça para que Donald aprendesse a sambar.

O filme *Alô Amigos* foi produzido a partir da visita de Walt Disney à América do Sul, realizada em 1941, como parte da "política de boa vizinhança", posta em prática pelo governo de Franklin D. Roosevelt. A intenção do governo norte-americano com esta política era manter como aliados os países da América Latina contra o Eixo, na Segunda Guerra Mundial, por meio de cooperação econômica e militar. Para criar nas sociedades desses países o sentimento cooperativo, foi utilizado um importante meio de comunicação da época: o cinema, com a exibição de filmes que simbolizavam a amizade entre os países da América.

A produção do filme analisado neste ensaio, está inserida nessa intenção de propaganda descrita acima, tendo como uma característica muito importante o fato de ser um desenho e, ainda mais, de ser dos estúdios de Walt Disney, com a presença de dois de seus personagens consagrados, o que atraía tanto o público infantil quanto o adulto. Em *Alô Amigos*, os países da América do Sul foram representados por "tipos nacionais", e os nossos visitantes – Donald e Pateta – se comportaram como turistas, sobretudo no que diz respeito à taxação de "esquisitismos" nos costumes diferentes dos seus e na visão estereotipada das sociedades visitadas.

A intenção deste artigo foi apenas apontar alguns estereótipos da América do Sul que foram registrados pelas lentes dos estúdios Walt Disney no filme *Alô Amigos*. Mas não é de nosso interesse condenar a equipe por causa disso. Mesmo porque, é intrínseco ao homem tomar um exemplo estereotipado para caracterizar os povos que ele desconhece. Afinal, nós mesmos, no Brasil, pelo menos em alguma fase de nossa vida, não consideramos que na África só existem elefantes e girafas andando por entre as cabanas de construção rústica? Não costumamos associar todos os chineses com as vestimentas e o chapéu do antigo camponês daquele país? E também, não costumamos condenar todos os norte-americanos como racistas? Mas mesmo assim, após assistir a esse filme, uma dúvida fica no ar. Todos sabemos que o camundongo Mickey é o principal personagem do universo Disney. Ele representa o que todo americano gostaria de ser. É esperto, astuto e inteligente, ao contrário de seu melhor amigo Pateta. Parece ter tudo sob controle e age sempre de forma racional, diferente do "esquentado" e azarado Pato Donald. Sempre que toda a turma se junta, é ele quem lidera o grupo. Então, porque será que ele não visitou a América Latina? Ou porque será que não emprestou a sua imagem para poder representar algum de seus vizinhos do sul?

- **ABSTRACT:** This article intends to make some observations about South America's image through the film *Alô Amigos*, produced by Walt Disney after his visit, realized in 1941, in some countries of this region.
- **KEY WORDS:** panamericanism; "policy of good neighbourhood"; Walt Disney; South America; *Alô Amigos*.

FONTE

ALÔ AMIGOS (SALUDOS AMIGOS). Direção de Jack Kinney e Bill Roberts. Produção de Walt Disney. Walt Disney Pictures, 1943, 1 fita de vídeo (43 min), VHS, son., color.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DORFMAN, Ariel e MATTELART, Armand. *Para ler o Pato Donald*. Comunicação de massa e colonialismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LEITE, Sidney Ferreira. *Walt Disney, o embaixador da boa vizinhança*. São Paulo. Disponível em: <<<http://www.jt.estadão.com.br/suplementos/saba/2.001/12/01/saba009.htm>>> Acesso em 18 nov. 2002.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986 (Coleção Tudo é História).

PRADO, Maria Ligia C. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a Guerra. *Revista USP*. Dossiê 50 anos de final de Segunda Guerra. São Paulo, n. 26, junho/julho/agosto 1995, pp. 52-61.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio". In: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, v.3, p.513-619.

TORRES, Jose Maria Cordero. *Textos basicos de America*. Madrid: Instituto de Estudios Politicos, 1955.

RECONSTRUÇÃO E CONVENCIMENTO: A PROPAGANDA E A MOBILIZAÇÃO SOCIAL NOS EUA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Vanessa Cristina FRANCIOSI*

- **RESUMO:** Depois de um grande desenvolvimento no Séc. XIX, os EUA passaram por uma grande crise econômica nos anos 30. O governo de Roosevelt teve grande importância na solução da crise. Todo um esquema propagandístico foi montado em seu governo para que as pessoas restabelessem a confiança no país e para que contribuíssem na mobilização e participação na Segunda Guerra Mundial, fator o qual ajudou na reestruturação econômica e imperialista do país.
- **UNITERMOS:** EUA; Segunda Guerra Mundial; propaganda; mobilização social.

INTRODUÇÃO

Nos fins do século XIX e começo do XX, os EUA assistiram a um surpreendente desenvolvimento tecnológico e econômico. O país, que era antes uma das colônias do Império Britânico, passava agora a ter preponderância sobre os demais países no cenário internacional, inclusive sobre sua antiga metrópole.

Para essa ascensão, a primeira guerra mundial teve um papel muito importante, porque o país prosperou sua indústria, principalmente a bélica, e se tornou um dos principais credores mundiais no financiamento da reconstrução. Porém, logo veio a crise econômica de 1929, que pareceu que iria colocar fim a

* Graduanda do Curso de História na Unesp campus de Franca – e-mail: asteria_kala@hotmail.com – , sob orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida Souza Lopes.

essa estrutura desenvolvimentista. O país, abalado pela crise, que se prolongou no começo dos anos 30, começou a solucioná-la com o isolamento das questões e conflitos que já vinham ocorrendo na Europa e Ásia e conseguiu amenizá-la durante o governo de Franklin D. Roosevelt, eleito em 1932, com o plano de recuperação econômica *New Deal*. A recuperação da depressão econômica teve êxito na Segunda Guerra Mundial. Houve todo um trabalho de restauração da confiança das pessoas no país, com a ajuda dos meios de comunicação de massa e convocação das mesmas para ajudarem o país no conflito.

No século XIX, a política econômica estadunidense se voltava para o âmbito externo. América Central e Pacífico tornaram-se sedes de investimentos. Havia um grande interesse na aquisição de matérias primas para a indústria e busca de novos mercados consumidores. O período ainda foi marcado por anexações de territórios: Louisiana, México, Alasca, Havai, entre outros. Além de interesses em matérias-primas, havia a necessidade da busca de novos mercados consumidores para o desenvolvimento da indústria que estava em acelerado crescimento. Parecia que as Doutrinas do Destino Manifesto e a Monroe¹ estavam novamente sendo revividas, e elas eram usadas para dar um embasamento moral diante da população, justificando a política imperialista que estava em prática e que carregava o emblema de difusão do "progresso" e da "democracia" entre os outros povos.

No começo do século XX iniciou-se um período de ajustamento dessa política imperialista e de um "boom" tecnológico. Os investimentos tornaram-se crescentes e o advento da 1ª Guerra, que entre outros motivos tinha causas de disputas entre países imperialistas por mercados e territórios, colocaram os EUA praticamente como centro econômico e político mundial. As exportações de armas para os Aliados, produção agrícola e outros produtos industrializados aumentaram de US\$ 825 milhões para mais de 3 bilhões de 1914 a 1916 (TEIXEIRA, 1999, p.172-173). Esse aquecimento na economia promoveu um grande desenvolvimento na agricultura e principalmente na indústria estadunidense. Depois da guerra ainda vieram as dívidas que os países europeus, destruídos pelos conflitos, vieram a adquirir com os EUA, que se tornou o principal credor dos mesmos. Todo esse crescimento na economia se traduziu em mais

¹ A Doutrina do Destino Manifesto foi criada no governo do presidente James Polk em 1845 pelo jornalista John O'Sullivan e serviu para dar um embasamento moral às conquistas de territórios a Oeste e ao Sul do país, elegendo o povo norte americano como sendo predestinado pela Providência divina à expansão territorial. Já a Doutrina Monroe, criada pelo presidente James Monroe em 1823, continha duas idéias principais: a não colonização de nenhum território na América e a não intervenção nos assuntos das nações Americanas.

investimentos nas indústrias, que no pós-guerra estavam em franca ascendência.

Toda essa convulsão produtiva foi bem propagandeada ao longo de todo o país. Uma sociedade consumista foi alicerçada em bases não tão sólidas e, nos anos que antecederam a Segunda Grande Guerra, essa estrutura do consumo começou a ruir e gerou uma grande depressão econômica.

Nos anos que antecederam a crise de 29 começou a se notar uma superprodução na agricultura, o que levou os preços ao declínio constante. Não obstante, os fazendeiros começaram a contrair dívidas e o setor industrial passou a não demonstrar mais expansão. Estoques de mercadorias se formaram e ficou visível que o acesso ao consumismo que era propagandeado não abrangia a maioria da população. A renda acumulada nos anos de euforia estava nas mãos de pouco mais de 1% de cidadãos e servia para o consumo de artigos de luxo e investimento na bolsa de valores. A maioria das corporações industriais investiam constantemente na bolsa e o colapso causado pela superprodução e falta de um consumo à altura fez ruir toda a estrutura. O mercado europeu sofreu também um desgaste, principalmente pelo protecionismo norte americano que se tornou mais rígido para tentar salvar a produção agrícola local (PAMPLONA, 1995, p.49-50).

A crise estava feita e provocando uma extrapolação no número de desempregados, falências nas indústrias, crises nos bancos, estoques de produção, tanto industriais quanto agrícolas perdidas, sem falar na expansão da crise para fora do âmbito interno. No começo do século XX, gerou-se uma teia comercial entre os países europeus, americanos e parte dos asiáticos. Muitos países que tinham suas economias voltadas para a exportação de produtos primários para os EUA tiveram suas economias afetadas, como é o caso do Brasil, que exportava grande quantidade de café para o norte e, com a crise, passou a também acumular estoques do produto e a perder importantes negócios.

Foi no mandato do presidente Herbert Hoover, que assumiu em 1929, que a crise começou. Somente no fim de seu governo é que ele resolveu implementar a intervenção do governo para reerguer a economia com liberação de dinheiro para auxílio na criação de empregos e reerguimento de empresas. Todavia, todas essas políticas falharam, e foi preciso esperar as eleições de 1932 para que o problema começasse a ser resolvido.

Ao assumir a presidência em 1933, Franklin D. Roosevelt implementa um plano de recuperação econômica chamado *New Deal*. Em um país regido pela economia liberal, o plano, paradoxalmente, destacava a intervenção direta do Estado na economia com a criação de auxílios desemprego, tarifas mais baixas,

ajuda à agricultura, planos de redução de gastos, propagandas de incentivo a atribuição de nova confiança aos bancos, criação de empregos. A propaganda de Roosevelt era que o governo ajudaria a colocar fim na depressão e restauraria a confiança no sistema (MORISON *et alli*, 1967, p.141-142). Com o aparente sucesso que o plano mostrava, a popularidade de Roosevelt crescia no país se opondo às críticas que ele recebia dos que temiam um grande déficit financeiro como consequência do plano.

É nesse período de resolução de problemas internos que na Europa começam a despontar conflitos que já antecipavam uma eminente guerra de grandes proporções. Alemanha, Itália e Japão estavam em processos de reerguimento e auto-afirmação no pós-guerra. Devastados pela primeira guerra, com imensas dívidas a serem pagas aos países vencedores do conflito e ainda dívidas para com os EUA, do qual os países conseguiram empréstimos para pagarem dívidas de guerra, esses governos fizeram ressurgir o militarismo, que viera acompanhado de regimes totalitários, que se propunham à difusão do nacionalismo e expansionismo; fatores que, aliados a outros, vieram desembocar na Segunda Grande Guerra (DIVINE, 1992, p.592).

Os EUA se declararam isolados dos conflitos que viriam a acontecer. Esse isolamento esteve presente também na constituição. Em 1935, uma comissão chefiada pelo senador Gerald Nye, da Dakota do Norte, apresentou uma lei de neutralidade para o congresso, na qual constava a proibição de venda de armas para as nações beligerantes, além do alerta aos cidadãos de não viajarem em navios das mesmas. Depois dessa seguiram-se mais duas leis, uma em 1936, que acrescentou a proibição de empréstimos e outra em 1937, que exigia que todo tipo de comércio poderia ser feito somente mediante pagamento em dinheiro, à vista, e transporte somente em navios das nações em conflito (DIVINE, 1992, p.593).

A GUERRA

Em 1939 tem início a Segunda Guerra Mundial com o avanço dos alemães pela Polônia e do Japão pela Ásia. Franklin D. Roosevelt começou a sentir os interesses dos EUA ameaçados conforme os alemães avançavam pela Europa, porém, a entrada na guerra seria dificultada pelo não apoio da população, ainda temerosa, e por toda a legislação de neutralidade, que dificultava uma ajuda maior aos Aliados no conflito. Em 1940, o presidente conseguiu promover uma abertura maior nas negociações com os Aliados. O princípio do *lend-lease* autorizava o governo não só à venda, mas também ao empréstimo e ao aluguel de armamentos às nações que fossem consideradas vitais para a defesa dos EUA. A Inglaterra foi uma das mais contempladas nesse

acordo, que mais tarde contemplou também a URSS e permitiu um novo reaquecimento na indústria bélica estadunidense (PAMPLONA, 1995, p.62-63).

Ainda em 1939, Roosevelt teria convocado o Congresso para pedir uma revisão das leis de neutralidade mostrando o perigo eminente do totalitarismo, principalmente de Adolf Hitler, que implantou o totalitarismo na Alemanha em 1934. Um grande debate se instaurava: apoiando Roosevelt estavam o Comitê para defender a América ajudando os Aliados, que organizava comissões para esclarecer o público, enviavam cartas, faziam panfletos, tudo isso apoiados ainda por importantes jornais como o *Herald Tribune* e o *New York Times*. Na defesa do isolacionismo estavam o Comitê América Primeiro, criado em 1940, que se tornou o mais poderoso grupo de isolacionistas dos EUA. Com um discurso carregado de anti-semitismo e apoiado em outros pelo senador Gerald Nye, o Comitê América Primeiro difundia a pergunta: o que os EUA ganharão com o envolvimento no conflito? Esse Comitê pregava suas idéias através de publicações e discursos chegando a reunir 800.000 adeptos. No entanto, a força da popularidade de Roosevelt e suas idéias seriam melhor sucedidas e o Comitê América Primeiro se dissolveria pouco antes da entrada dos EUA na guerra.²

Em 1941, o congresso revogou a lei de neutralidade e apoio financeiro, bélico e outros produtos foram permitidos às nações beligerantes. Foi permitido ainda que navios dos EUA transportassem os materiais para a Europa. O governo praticamente assumiu sua posição pró-guerra, mas ainda não intervinha diretamente no conflito, o que mudaria com o ataque japonês a *Pearl Harbor* (DIVINE, 1992, p.597).

Em 7 de Dezembro de 1941, os japoneses atacaram a base naval estadunidense e a partir dessa data os EUA estavam oficialmente engajados na guerra. A entrada na guerra, porém, não afastou o medo e o receio da população da participação em um novo conflito mundial. O medo de voltar a uma depressão econômica, ou mesmo da morte de seus cidadãos fizeram ainda com que a população colocasse barreiras nos planos do governo. Diante desse quadro, toda uma gama de esforços por parte do governo foi colocada em prática na tentativa de alertar os cidadãos para o perigo maior que se aproximava conforme o avanço das tropas de Hitler. O presidente Roosevelt teve atuação importante nesses esforços, e através de discursos inflamados pela defesa da democracia, panfletos, apoio de comitês e principalmente através da propaganda de guerra ele conseguiu criar a crença sobre o perigo do totalitarismo, estimular a produção, apoiar os Aliados e incentivar o nacionalismo. Na verdade, queria mostrar para a população que a guerra era inevitável, pois ameaçava a segurança e os interesses dos EUA.

² www.spartacus.schoolnet.co.uk

Todo um esquema de apoio à convocação da população para a guerra foi montado no país. O próprio comitê para defender a América ajudando os Aliados teve papel importante e, além disso, foram criados o departamento de informações de guerra, que servia de apoio ao Tesouro nacional, às forças armadas e a outros setores, departamentos de recrutamentos de soldados e pessoas de apoio durante a guerra, isso sem falar nas comissões que ficaram responsáveis por educar a população para economizar alimentos, combustíveis e outros materiais que pudessem sofrer racionamentos. Depois de criados, todos esses departamentos ficaram responsáveis por dar continuidade aos trabalhos até que fossem obtidos os resultados favoráveis. A maioria deles fez um intenso uso da propaganda para a regularidade dos esforços. Os anúncios eram principalmente de apelo emocional; traziam cores fortes simbolizando ambientes de destruição, tons nacionalistas, símbolos e frases de efeito que motivavam as pessoas; e falavam principalmente de ideais de liberdade. Para abranger todos os setores da população, cada propaganda, ou mesmo discurso do governo, eram formulados de maneiras específicas para incentivar atitudes dos mais diferentes grupos. Havia propagandas de cunho religioso alertando para a perturbação da paz que o inimigo causava, outras de tons de incentivo à indústria motivavam os empresários; para as famílias dos recrutados, as mensagens eram de conforto e mostravam que todos os esforços eram para um bem maior. Os tons nacionalistas acabavam permeando a maioria das propagandas e discursos; tentavam mostrar que a união de todos pelo ideal dos EUA, que segundo Roosevelt era a luta pela democracia e pela liberdade dos povos, iria vencer o mau que dominava quase toda a Europa, o qual era personificado nos símbolos e pessoas alemãs, italianas e japonesas. O resultado disso tudo foi uma intensa mobilização e mudança de atitudes em toda a sociedade estadunidense.



Uma vez na guerra, o governo dos EUA começou a exibir propagandas lembrando as pessoas do ataque a *Pearl Harbor*.

A intenção era mostrar como o inimigo feriu e desmoralizou a honra do país, que ele era capaz de provocar destruição e deveria ser combatido, pois as mortes dos cidadãos não deveriam ser em vão. Nessas imagens são mostradas bandeiras a meio pau simbolizando luto, cenas de destruição, frases de efeito e o maior símbolo de um Estado, que é sua bandeira, praticamente destruído.

Parecia que o resultado estava começando a ser alcançado. A população começou a se mobilizar e com isso, outros tipos de imagens foram sendo divulgadas em jornais, revistas³ ou mesmo pelo rádio. A partir dessas propagandas foi realizada uma intensa campanha para mobilizar a população e manter sempre alta a moral do país. Depois das campanhas iniciais começaram os esforços de preparação para a guerra. Nas imagens havia a presença de alertas para situações de emergências. Pessoas eram convocadas a participar intensamente nas indústrias, principalmente bélicas, navais e aéreas. A produção industrial teve um aceleramento muito grande para atender à demanda dos Aliados e agora, para a do próprio EUA.



A indústria de guerra teve papel importante tanto na sociedade quanto na economia do país. Pode-se dizer que a guerra teve grande influência na superação do quadro de recessão que o país vinha sofrendo desde a crise de 29. As exportações teriam se elevado de 3,1 bilhões de dólares em 1939, para 5,2 bilhões em 1941; houve conseqüentemente um aumento no Produto Nacional Bruto e foram mantidos os crescimentos econômicos nos anos seguintes.⁴ Para manter essas indústrias funcionando a todo vapor, as pessoas eram constantemente lembradas que deveriam economizar materiais como borracha, combustíveis e que deveriam se colocar à disposição para todo tipo de trabalho.

³ www.propagandacritic.com/articles/ww1.demons.html

⁴ TEIXEIRA, Aloisio. Estados Unidos: a "curta marcha" para a hegemonia. In: FIORI, J. L. (org) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 178.

O problema do desemprego que vigorou durante a depressão parecia ter sido solucionado, pois mais de 6 milhões de pessoas estavam atuando nas indústrias. Além disso, houve um grande desenvolvimento das atividades industriais no período. Fábricas se transformaram para atender a grande demanda de materiais bélicos exigidos na guerra. Nessas circunstâncias, os mais contemplados com a guerra foram setores industriais de grande porte; as pequenas fábricas acabaram trabalhando em prol das grandes indústrias.

Além de racionamentos de materiais e combustíveis, as pessoas eram alertadas para racionarem alimentos, pois uma grande demanda de produtos agrícolas deveria ser enviada para suprir as necessidades dos Aliados, que a essa altura tinham seus campos completamente destruídos, e mesmo para alimentar os soldados estadunidenses. Essa demanda também proporcionou uma aceleração na agricultura. Muitas pessoas eram incentivadas a produzirem alimentos mesmo nos quintais de suas casas.



YOU CAN USE
the land you have
to grow the foods you need

em sua maioria, eram de forte apelo emocional. Em geral traziam imagens de crianças indefesas sob a sombra do inimigo ou mesmo mulheres e crianças que fizeram esforços de ficarem sem os homens da casa, chamados a combater na Europa ou Ásia. As imagens traziam consigo frases que se dirigiam aos cidadãos comovendo-os e certamente as finalidades propostas foram alcançadas, pois um grande fundo financeiro de guerra foi proporcionado. Muito contribuiu para isso o também aumento de impostos que foram apresentados à população, os preços dos

Para manter uma produção acelerada era preciso ter um bom suporte financeiro circundando toda essa movimentação. A venda de implementos de guerra para os Aliados ajudou a proporcionar uma reserva, porém não era tão suficiente; com isso o Tesouro nacional começou um conjunto de esforços para que a população economizasse dinheiro para comprar bônus de guerra ou reservar 10% do salário para os fundos de guerra (MORISON, S. & COMMAGER, 1967, p. 245). As propagandas feitas pelo Tesouro,



alimentos e outros materiais sofreram grandes aumentos (MORISON, S. & COMMAGER, 1967, p.245).

Começados os preparativos, simultaneamente intensificaram-se os recrutamentos. Antes da guerra eles já estavam sendo feitos para uma eventual emergência; agora era para valer. Homens de 18 a 45 anos eram considerados aptos para o combate, e inúmeros postos de alistamentos foram espalhados pelo país (COMMAGER, H. & NEVINS, 1967, p.405). Para um grupo que tentava inserção na sociedade, os negros também foram convocados, quebrando certas barreiras de preconceito, porém a marginalização ainda existiu, mesmo nos frentes de batalha, porque a eles eram destinadas as tarefas e cargos inferiores aos dos brancos (DIVINE et al, 1992).



Os postos de alistamento e por todo o país convocavam as pessoas exaltando qualidades físicas e apelando para a vaidade masculina ao considerá-los mais fortes que o inimigo, isso sem falar nas cenas de conquistas das forças armadas, tons nacionalistas e dando a eles a tarefa de salvar os interesses de muitas pessoas do mundo. Cartazes desses tipos eram feitos pela marinha, exército e aeronáutica. Esse apelo de "salvadores da humanidade" também era trabalhado com as famílias, que temiam ver seus filhos irem para a guerra com poucas esperanças de voltarem com vida.

O conforto aos familiares era de que eles se tornariam heróis, vivos ou mortos. Enquanto o país já estava atuando nos campos de batalha e conseguindo importantes vitórias na Europa e Ásia, internamente começaram a ocorrer certas dificuldades, principalmente na produção. Com o crescente número de pessoas sendo convocadas para o alistamento militar começou a se constatar diminuição da mão-de-obra masculina atuante.



Man the GUNS
Join the NAVY

A notícia da morte de muitos soldados chegava ao país como uma bomba para muitas famílias que dependiam da renda gerada pelos chefes da casa. E para manter a regularidade da produção, e mesmo para manter as vitórias que estavam sendo conquistadas foi preciso elaborar novas estratégias. Foi nesse momento que os setores periféricos dos EUA tiveram um impulso no mercado. Mulheres, negros, mexicanos e outros estrangeiros, velhos e mesmo pessoas sem qualificação para trabalhar nas indústrias passaram a ser convocados para atuarem nas fábricas, bem como na produção agrícola, pois a população do campo caíra com as oportunidades da indústria.



O ritmo de trabalho já não era o normal; trabalhava-se bem mais intensamente e, os salários tiveram um aumento de 15% para tentar ajustar os trabalhadores ao nível de vida, que cresceu muito com os racionamentos (MORISON, S. & COMMAGER, 1967, p.242).

Todas essas mudanças que aconteceram dentro da sociedade norte-americana provocaram muitas transformações sociais. Como foi dito, grupos marginalizados tiveram certa inserção social, porém isso causou outros problemas.

As famílias estadunidenses foram desestruturadas; muitos chefes de família morreram na guerra, muitos dos que voltaram não conseguiam empregos e traziam consigo inúmeros problemas psicológicos, as mulheres que começaram a trabalhar de uma hora para outra já não participavam tão efetivamente da educação dos filhos, pois passavam boa parte do tempo nas fábricas, isso quando não levavam os filhos para trabalharem junto na produção (MORISON, S. & COMMAGER, 1967, p. 242) Boa parte dessa desestruturação que ocorreu era transmitida nos próprios meios de propaganda, com imagens de pessoas desamparadas e temerosas. O perigo dos alemães, japoneses e italianos acabava capitalizando um medo que a sociedade tinha de ver suas famílias e a própria estrutura social entrando em crise.

A guerra e o apoio das propagandas conseguiu gerar um caráter preconceituoso, não só para a população dos EUA, pois os mesmos tipos de anúncios foram feitos também pelos países do Eixo e Aliados. Inúmeras propagandas de desumanização do inimigo foram feitas nos EUA; nelas, japoneses e alemães, na maioria, eram mostrados



como figuras distorcidas, sombras, imagens feitas para gerar um terror em meio à população e incentivá-los a terem forças para lutar contra o "mau".



Além de lutar contra, pôsteres de cautela e incentivo para continuar a batalha eram constantemente utilizados demonstrando que as pessoas deveriam ter cuidado ao falar de planos norte americanos para a fabricação de novas armas, datas de envio, locais de pesquisa ou de atuação das frentes de batalha. Os incentivos vinham mostrando que havia gente lutando contra o inimigo e que as pessoas estavam morrendo para ajudar; todos deveriam se espelhar e fazer o mesmo. A população identificava o que ameaçava os interesses do

país pelo modo com o qual essa ameaça era mostrado a eles; e naquele momento o inimigo era tudo que lembrava Hitler, Mussolini, totalitarismo, japoneses, nações militaristas entre outros: portanto era preciso erradicar o "mau" e isso foi atendido pela maioria das pessoas, que mesmo desestruturando suas próprias vidas trabalharam e ajudaram a causa do país.⁵

As propagandas de desumanização do inimigo tinham tamanho caráter preconceituoso que estimularam o ódio ao Eixo e muitos dos cartazes e mesmo vídeos desse tom eram usados em treinamentos dos combatentes para estimulá-los mais ainda a cometer atrocidades. Essas atrocidades não se restringiram aos campos de batalha, muitas delas foram praticadas dentro dos EUA. Famílias de japoneses, alemães e italianos sofreram graves preconceitos dentro do país, mesmo os naturalizados estadunidenses. Os que viviam no país perderam negócios, propriedades e muitos japoneses ficaram confinados em centros semelhantes aos campos de concentração alemães, nos quais ficavam em barracas de papelão, campos cercados de arame farpado e guardado por tropas armadas (DIVINE, R. et al, 1992, p.605).

Em 1945 parecia que todos os esforços haviam sido alcançados; a guerra terminou na Europa com a vitória dos Aliados e os EUA triunfaram com seu poder bélico devastando as cidades de Hiroshima e Nagasaki com a utilização da bomba atômica. Parecia que finalmente o ataque a *Pearl Harbor* havia sido vingado. Essa vitória trouxe muita euforia aos cidadãos estadunidenses, principalmente porque seus esforços obtiveram um resultado ímpar e o inimigo parecia ter sido vencido. Os EUA saíram de uma crise financeira muito grande

⁵ www.propagandacritic.com/articles/ww1.demons.html

pois com o advento da guerra foi possível restabelecer-se economicamente. No âmbito mundial, o país finalmente tomou-se hegemonia mundial, com supremacia econômica, comercial e industrial. Roosevelt demonstrou ao mundo que soube solucionar a crise e criar meios para a superação de quaisquer dificuldades que enfrentassem, o que possibilitou um fato inédito de ser reeleito 3 vezes para o mandato da presidência da república. Muito da sua manutenção no poder se deu pela criação de um aparato burocrático e propagandístico, no qual se exaltava o nacionalismo, a paz, a união das pessoas, a crença em dias melhores e outros temas que atuavam diretamente no imaginário das pessoas, o que o possibilitou lidar com diferentes setores da população e fazê-los atenderem a seu apelo de luta pela liberdade e democracia.



CONCLUSÃO

Essa atuação da população ajudou, e muito, o país a atingir a supremacia que conseguiu no pós-guerra, mesmo que muito dessa ajuda foi conseguida com apelos emocionais da comunicação de massa, fator esse que também proporcionou um grande desenvolvimento desse meio. Antes da guerra, durante e depois dela, os EUA mostravam à sua população e ao mundo que eles estavam se desenvolvendo e que iriam seguir a diante nas suas conquistas. A imagem de prosperidade e o *American Way of life*, mesmo que tenham levado o

país a uma depressão econômica eram e continuam até hoje sendo difundido pelo mundo. O que do lado dos estadunidense chega a provocar um certo orgulho a uma boa parte da população, porém em âmbito mundial provoca pesadas critica dos outros países que tiveram suas sociedades penetradas por produtos, marcas e concepções dessa sociedade de consumo.

Os EUA já passaram por crises econômicas, superaram-nas e hoje são uma hegemonia mundial. Muito dessa superação foi por meio dos esforços de uma população que era a que mais sofria as conseqüências dos objetivos

hegemônicos do país. A imagem de salvador da democracia e da paz, o "América para os Americanos", o povo destemido, tudo isso foi usado e ainda é até hoje para justificar ações consideradas imperialistas, e durante a guerra, essa ideologia deu embasamento para justificar as ações do país. A propaganda foi intensamente utilizada para chamar a população para combater o perigo que ameaçava o mundo. A maioria respondeu ao chamado de Roosevelt e os EUA tiveram êxito nas suas manobras da Segunda Guerra. A partir de 1945 os inimigos seriam outros: a URSS e o Comunismo, sobre os quais, novamente os Estados Unidos implicariam novo combate e a propaganda contra o "novo mau" atuaria ativamente por toda a área de influência dos estadunidenses, ou seja, todo o Ocidente.

Agradecimentos: Lucas Miranda, Jonis Freire, Lyvia Aparecida Santos Silvestre, Alexandre Budaibes, Maria Aparecida Souza Lopes, Mayra dos Santos, Almir José de Castro.

- *ABSTRACT:* After the great development of XIX century, the USA got in a economic depression in the 30 the Franklin D. Roosevelt government had great importance on crisis resolution. An advertising strategy was made in his term to reestablish people trust in the country and even contribute to North American adhesion and support to Second World War, what helped on the imperialist and economic reconstruction.
- *KEY WORDS:* USA; Second World War; advertising; social support.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COMMAGER, H. & NEVINS. *História dos EUA*. (trad.) Henrique Corrêa de Sá. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1967.
- DIVINE, Robert et al. *América passado e presente*. Rio de Janeiro: Editora Nórdica, 1992.
- FIORI, J. L. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- JULIEN, Claude. *O Império Americano*. (trad.) Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1970.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. (trad.) Ivone Castilho Benedetti. Bauru: Edusc, 2001.

MORISON, S. & COMMAGER, H. *História dos EUA*. (trad.) Constantino Paleólogo. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

PAMPLONA, Marco A. *Reverendo o sonho americano: 1890-1972*. São Paulo: Editora Atual, 1995.

SCHMITT, Jean Claude. *El historiador y las imagines*. *Relaciones 77*, invierno 1999, vol XX, Escuela de los altos estudios en ciencias sociales, Paris, pp. 15-47.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. (trad.) Grupo de estudos sobre ideologia, comunicação e representações sociais da pós graduação do instituto de psicologia da PUCRS. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

Sites da internet – Fontes Iconográficas

- www.oldeagle.nu/post/, 10/03/2003
- <http://content.lib.washington.edu/warposters/index.html>, 10/03/2003
- www.propagandacritic.com/articles/ww1.demons.html, 10/03/2003
- www.archives.gov/exhibit_hall/powers_of_persuasion/, 10/03/2003
- www.library.northwestern.edu/octgi/digilib/llsegi60.exe, 10/03/2003
- www.archives.gov/research_room/research_topics/world_war_2_photos/world_war_2_photos, 10/03/2003
- www.grandesguerras.com.br, 10/03/2003

A POESIA DE PABLO NERUDA COMO “ARMA” POLÍTICA NA REVOLUÇÃO CHILENA

Lyvia Ap. Santos SILVESTRE*

- RESUMO: Este artigo visa a uma análise de como a voz poética de Pablo Neruda contribuiu para a ascensão de Salvador Allende, candidato à presidência pela Unidade Popular, ao poder nas eleições de 1970, e como o poeta censura o financiamento internacional, que tinha como objetivo a instabilidade da economia e política chilenas, de 1964 a 1973.
- UNITERMOS: Revolução Chilena, Pablo Neruda, Salvador Allende.

O presente artigo é uma análise da voz poética de Pablo Neruda, que tornou-se uma grande força representativa da oposição chilena desde o governo Democrata-Cristão de Eduardo Frei, que se iniciou em 1964, até o Golpe de Estado, coordenado pelo general Augusto Pinochet, em 1973. Destacaremos as críticas do poeta ao financiamento internacional, sobretudo ao norte-americano, que é visto por alguns estudiosos† do período como “imperialismo” dos Estados Unidos sobre o Chile, e à política de controle da economia chilena.

Pablo Neruda, pseudônimo de Neftalí Ricardo Reyes Basoalto, foi um grande poeta chileno que, por meio de sua militância política e suas poesias tornou-se uma personalidade muito importante no Chile em um momento singular de sua história. Nasceu em 04 de julho em Parral – Chile – e faleceu em 23 de setembro de 1973. Tornou-se professor de francês em Santiago, filiou-se

* Graduada do curso de História da Unesp campus de Franca. Sob orientação da Profª Dra. Maria Aparecida de Souza Lopes

† Cf. SERGUEIÉV, BITAR, entre outros.

ao Partido Comunista em 1945, ganhou vários prêmios literários, inclusive o Prêmio Nobel em 1971 e destacou-se como cônsul do Chile no Oriente.

Neruda foi indicado a concorrer nas eleições de 1970 à presidência da República pela Unidade Popular, uma coalizão de esquerda que tinha como eixo os Partidos Comunista e Socialista entre outros, porém renunciou em favor de Salvador Allende, fato que trabalharemos mais adiante neste artigo.

Iniciaremos, então, com o governo de Eduardo Frei, que foi caracterizado por uma política voltada para reformas e desenvolvimento, orientada para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento industrial aliado ao investimento do capital estrangeiro. Eduardo Frei promoveu acordos com as multinacionais norte-americanas Anaconda e Kennecott para a exploração do cobre chileno, produto de maior exportação do país, chegando a 70% do total dos artigos exportados. Com a produtividade agrícola mais baixa que o crescimento populacional aliada aos grandes lucros que os EUA tiveram com a exploração do cobre chileno, que levou a uma crise econômica no país, o Chile tornou-se ainda mais dependente do capital externo, principalmente o norte-americano.

Pablo Neruda censura o governo de Eduardo Frei e esse financiamento externo por parte dos EUA, no Chile, em uma de suas grandes obras de cunho político-poético chamada "Incitação ao Nixonicídio e Louvor da Revolução Chilena" que constitui o nosso corpus documental. Censura também a administração Nixon que coordenou o plano de desestabilização da economia e política chilenas durante o governo de Salvador Allende, da Unidade Popular. Neruda se considerava um adversário do "terrorismo" e mostrou-se indignado com a "justiça injusta" do seu país, fazendo uma canção ofensiva e dura contra os inimigos de seu povo.

Na segunda poesia de tal obra, *Despeço-me de Outros Temas*, Neruda afirma ser sua poesia uma "arma" capaz de "ferir" o governo e a situação em que se encontrava seu país nas mãos de Frei.

(...)

*Trata-se aqui de ser ou não ser
Se deixarmos viver o delinqüente
Os povos continuarão a padecer*

*e o crime continuará de Presidente
roubando ao Chile o cobre nas aduanas
estripando o Vietnã e os inocentes.*

Não se pode esperar uma semana

*Nem sequer um dia, porra, porque
É por atrocidades desumanas
que agarremos este inseto imundo
e é um orgulho para o homem inteiro
que suportou o punhal da notícia,*

como instrumento duro e duradouro (...) (NERUDA, 1980, p.6)

Neruda critica o acordo de Eduardo Frei com as multinacionais cupríferas norte-americanas que, segundo Gabriel Valdés Subercaseaux, ministro dos negócios estrangeiros do governo de Frei, a cada dólar investido no Chile contabilizava cinco dólares de lucro para tais empresas. O "imperialismo" dos EUA assegurava suas posições no Chile com muito fervor, pois tal potência sentia ameaçada com a vitória da revolução cubana seguida do crescimento da luta nacional libertadora no continente. Os investimentos diretos das corporações dos EUA na economia chilena atingiram, em 1970, 1,1 bilhão de dólares, sendo 1,672 bilhão a soma total de todos os investimentos estrangeiros, e mais de 50% de tais investimentos correspondiam às indústrias mineradoras e metalúrgicas. (SERGUEIÉV, 1973).

No poema *O Cobre*, Neruda trata dos acordos feitos entre Eduardo Frei e as poderosas empresas cupríferas norte-americanas considerando o presidente uma "múmia-cristã" por entregar 51% das ações das minas de cobre aos EUA:

*Ao cobre que chamávamos de chileno
Porque nascia de chilenas mãos
e nosso território estava pleno*

*do subterrâneo sol cordilheirano,
do cobre que não estava destinado
aos piratas norte-americanos.*

*Até que ianquizado até o umbigo
o presidente Frei, múmia-cristã,
presenteou nosso cobre ao inimigo (...)* (NERUDA, 1980, p.18).

Os investimentos norte-americanos no Chile não visavam apenas às vantagens econômicas, mas sobretudo às políticas, que em vários momentos prevaleceram sobre as questões de fundo econômico. Uma evidência de tal fato é o financiamento da campanha de Frei, nas eleições de 1964, para evitar a vitória de Salvador Allende, e também o financiamento durante o governo democrata-cristão para lutar contra a esquerda no país. As atividades dos

serviços secretos, orientados pela CIA, ascendiam cada vez mais com o intuito de barrar o crescimento do movimento antiimperialista no Chile.

Em *Revivem os Vermes*, Pablo Neruda censura esse medo norte-americano em relação à ameaça comunista e o relacionamento da Democracia-Cristã com a administração Nixon, que fica claro nos versos 9 e 10 do poema:

*Logo chegou a dura condição
e os vermes em sua rebelião
no esterco da oposição
cercaram seus turvos candidatos
de mentirosos e mentecaptos
de maldizentes e assassinos,*

*descobrimo uma tática "imprevista":
"No Chile há um perigo comunista!"*

*E trocando carícias espantosas
múmias cristãs e múmias furiosas,*

*com a publicidade e a pistola
contra Allende e o povo congregado,*

*levam a sedição onda por onda
múmias túbias e múmias congeladas.* (NERUDA, 1980, p.104).

Salvador Allende era realmente o principal e único adversário nas eleições de 1964. Além do financiamento à campanha de Eduardo Frei, os EUA, com suas atividades secretas, intervinham no cenário político por meio de propagandas. De 1953 a 1970 a *Central Intelligence Agency* (CIA) subsidiou empresas telefônicas, funcionários de edições de periódicos voltados para a intelectualidade e um jornal semanal de direita.

Mesmo após a vitória de Frei, a CIA continuou com suas atividades subversivas para garantir as posições do então presidente, até as eleições de 1970, com o objetivo de obstaculizar a crescente influência e popularidade das forças de esquerda. No fim do seu governo, Frei já não gozava da popularidade que o levou ao poder presidencial. A crise que seu governo deixava ao Chile era, inegavelmente, reconhecida por todos, sobretudo pelos operários, estes que sofreram as conseqüências diretas da "chilenização do cobre" promovida pelo presidente em acordo com as multinacionais Anaconda e Kennecott.

Nessas condições, as eleições de 1970 constituíram uma verdadeira ameaça ao chamado "imperialismo", pois a insatisfação popular com a crise, a

perda da popularidade do Partido Democrata-Cristão e o crescente apoio ao poder popular prometiam, se não uma mudança estrutural da política chilena, ao menos uma grande mudança social, que estaria nas mãos do representante da Unidade Popular, Salvador Allende.

É durante a campanha da Unidade Popular que Neruda, por meio de seus discursos e poesias, leva ao povo chileno a notícia da iminência de um governo popular. Discursava em praças públicas, escolas, teatros, fábricas, minas, onde também com suas poesias, levava as idéias do Partido às massas operárias.

Com suas metáforas e poesias, Neruda conquistou o apoio do povo para a campanha de Allende, metáforas estas que por muitos anos já tinham se consolidado em importância para os chilenos em geral. É nítido também que sua filiação ao Partido Comunista, em 1945, facilitou a ingerência das idéias comunistas e, particularmente da Unidade Popular, por entre os operários. (NERUDA, 2002).

Neruda "carregou" multidões de pessoas aos comícios de Salvador Allende, sua popularidade era a responsável por tal fato. Via na poesia um ato de paz e de luta, e a inserção da realidade, contemporânea ao autor, e das condições de luta do povo, em suas poesias, se faziam necessárias a seu ver. Acreditou veementemente que sua poesia abriu caminhos de comunicações que lhe deram liberdade entre seus compatriotas operários. (NERUDA, 1980, p.94).

Na campanha da Unidade Popular, Neruda trabalhou incessantemente em apoio ao partido. Através de suas poesias publicadas e recitadas colaborou para o aumento da popularidade de Allende que já havia concorrido à presidência três vezes: em 1952, representando a Frente do Povo, obtendo 50 mil votos, 1958, pela Frente de Ação Popular (FRAP) conseguindo 28% dos votos, perdendo para Jorge Alessandri, e 1964, novamente pela FRAP, onde conseguiu 39% dos votos contra 56% do democrata-cristão Eduardo Frei. (AGGIO, 1993, p.15). Nas eleições de 1970, a luta se desenvolveu principalmente entre três candidatos: Jorge Alessandri, do Partido Nacional, Radomiro Tomic, da Democracia-Cristã e Salvador Allende, pela Unidade Popular, cuja plataforma política incluía a nacionalização das minas de cobre, a reforma agrária, o aumento do salário dos trabalhadores e a ampliação das relações com os países socialistas.

No entanto, os serviços secretos norte-americanos desejavam frear e eliminar qualquer possibilidade de triunfo de Salvador Allende. Para isso entregaram 350 mil dólares ao Partido Nacional com o intuito de desenvolver uma enorme campanha propagandística anticomunista com a utilização de todos os meios de comunicação pública, onde tentavam convencer os pequenos

burgueses de que a vitória da Unidade Popular poria fim às tradições religiosas e familiares no Chile. Porém, tais campanhas subversivas não tiveram êxito, pois nas eleições de 1970, Allende triunfou. Pablo Neruda manifesta sua alegria e sua esperança no novo presidente ao povo chileno através de uma poesia chamada *04 de Setembro de 1970*:

*Que se recorde: por fim há unidade
Viva o Chile, Aleluia e Alegria.
Viva o cobre e o vinho e o nitrato.*

*Que vivam a unidade e a porfia!
Sim, senhor. O Chile tem candidato.
Muito custou, era uma fantasia,*

até que hoje a luta se compreende.

Marchar, marchar como a luz do dia.

O presidente é Salvador Allende.

*Toda a vitória causa calafrio
porque se ganha o povo há uma lasca
que entra no focinho do invejoso.*

*(Um sobe e o outro para seu buraco
desce fugindo do tempo e da História).*

*Enquanto Allende chega à vitória
vão-se os Baltras como sujas baratas. (NERUDA, 1980, p.96)*

Nessa poesia, além de comemorar a vitória de Allende, Neruda exalta o programa, da Unidade Popular, de nacionalização das minas de cobre, ressalta a angústia que um governo popular provocaria na direita chilena e, principalmente a administração Nixon.

Após a vitória eleitoral de Allende, a direita, junto com os grupos financiadores norte-americanos, colocam em prática uma tentativa de desestabilizar a política chilena, que teve preeminência com o assassinato de René Schneider, general comandante chefe do Exército. Sobre esse acontecimento que abalou a sociedade chilena, Neruda responde com sua voz poética emocionada, contudo não menos crítica, à postura da extrema direita, em seu poema *O Grande Silêncio*, onde novamente é citado o serviço de espionagem norte-americano.

*É tarde já. Foram-se os malvados.
Schneider, dessangrado e malferido,
está morto, o crime foi consumado.*

*Um grande silêncio cobre nossas vidas:
o estupor de um povo desonrado
é o clamor da Pátria estremeçada.*

*Cem homens contra um só soldado:
Foram cem os covardes foragidos
contra meu general assassinado.*

*A espionagem norte-americana
designou um renegado e seus capangas.
E mais uma vez Caim matou o irmão.*

*Sangue, luto, coroas e crepes!
Dentro da alma do Chile sepultado,
Conduzido por nossos corações,
ficou meu general assassinado. (NERUDA, 1980, p.82).*

No entanto, a vitória de Allende com 36,3% dos votos não garantiu a maioria absoluta, mas somente a maioria relativa e, por isso, de acordo com a Constituição Chilena, o Congresso em sessão conjunta com as câmaras deveria eleger o Presidente entre os dois candidatos mais votados, no dia 24 de setembro de 1970.

A real possibilidade de um representante de esquerda subir ao poder chileno e implantar no poder uma junta, sobressaltou os monopólios norte-americanos, a oligarquia intimamente ligada a eles e a aristocracia latifundiária, que se sentia ameaçada com a proposta de reforma agrária da Unidade Popular. A reação interna e externa se uniram para barrar a vitória das forças de esquerda, o que levaria à repetição no Chile do que, segundo a imprensa norte-americana, foi a "mais cruel e eficaz das experiências" (SERGUEIÉV, 1979, p.66) até hoje realizadas pelo "imperialismo" dos Estados Unidos na América Latina: a "experiência brasileira".

O Brasil na década de 1960 vivia uma situação semelhante à chilena. O governo de João Goulart começou a desenvolver uma ofensiva contra o capital estrangeiro e monopólios norte-americanos, fatos que levaram os Estados Unidos e sua administração a tratarem adversamente o governo. Com isso, se arquitetava o plano de derrubar o governo constitucional brasileiro. Para a

administração norte-americana, a destituição do presidente era fator de extrema importância para agir na luta contra o comunismo na América Latina.

Ao planejar semelhante experiência no Chile, os Estados Unidos compreenderam que era preciso conhecer o estado de ânimo da oficialidade e de todo o Exército para encontrar seguras formas de colocá-lo sob a sua influência. O temor do Exército era que com a chegada das forças comunistas, a sua eliminação e substituição por uma milícia seria caso certo. O Pentágono e a CIA, no entanto, ambicionavam transformar as Forças Armadas chilenas numa máquina policial capaz de impedir os movimentos de reação, intervindo na direção do país. Para isso, o governo de Nixon desenvolveu esforços para ampliar as relações com o Exército chileno.

Diante de tal situação, Pablo Neruda não cessa críticas à administração norte-americana. Destacamos aqui dois poemas onde suas posições, com relação ao "imperialismo" dos Estados Unidos, estão bastante evidenciadas. Nos versos 3, 4 e 5, do poema *Com Verso Limpo*, Neruda se proclama em luta política a favor da Unidade Popular:

*Transpassemos Nixon, o furioso,
Com verso limpo e coração certo.*

*Assim, pois decidi que falecera
Nixon com um disparo justiceiro:
pus tercetos em minha cartucheira.*

*E através dos tribunais futuros,
Abrindo portas, cruzando fronteiras,
recrutei homens quietos e seguros,*

caídos em sangrentas primavera (NERUDA, 1980, p.52).

Nos versos de *Retrato o Homem*, Neruda submete novamente Nixon às suas censuras, utilizando exemplos onde o imperialismo norte-americano tentou também submeter a esquerda às suas vontades. Nos versos 12, 13 e 14 mostra suas esperanças no povo chileno:

*É preciso julgar as mãos manchadas
por mortos que matou com seu terror*

*e que jazem nas terras desoladas
surgindo como sementes da dor.*

Estamos numa era não sonhada

*E Nixon, como um rato encurralado,
com os olhos esgazeados de temor*

vê renascer bandeiras fuziladas.

*Foi no Vietnã sempre derrotado.
Em Cuba é derrotado seu furor
e agora no Crepúsculo aterrado,*

*no Chile quer roer o roedor,
sem saber que minúsculos chilenos
hão de lhe dar uma lição de honor.* (NERUDA, 1980, p.54).

A vitória de Allende foi reconhecida pelo Congresso. Dada a certificação da exigência chilena à implementação de "transformações estruturais", o grande desafio consistia na institucionalização da "via pacífica para o socialismo" (AGGIO, 1993, p.20). Ao colocar em prática seu governo, a Unidade Popular passou a enfrentar vários tipos de reações. Efetuando as grandes transformações propostas em sua plataforma eleitoral, obteve em 1971-1972 grandes êxitos econômicos, reduziu o surto inflacionário e aumentou significativamente a renda nacional. Nacionalizou o cobre, aumentou o papel dirigente da classe operária, criou novos órgãos de gestão nas empresas que passaram pelo processo de nacionalização, garantindo assim um espaço maior para a democracia (SERGUEIÉV, 1979).

Com a tomada de medidas radicais, o governo de Allende sofreu violenta ação internacional, principalmente norte-americana, que bloqueou todas as suas medidas econômicas, baixando o preço do cobre, exigindo o pagamento das dívidas, sabotando as transações comerciais, ou seja, sufocando o novo regime "pela fome e pelo bloqueio" (SERGUEIÉV, 1979, p.27). A intenção da oposição era impedir e derrotar o governo chileno de Allende e suas propostas revolucionárias, destruindo a experiência de desenvolvimento da Unidade Popular, bem vista aos olhos das massas populares chilenas, que tomaram possíveis e reais grandes transformações democráticas na sociedade.

Pablo Neruda, com a ascensão de Allende ao poder, foi nomeado embaixador de seu país na França. Embora estando longe do Chile, acompanhou de perto a situação de seu país, chamando seus compatriotas a lutar contra os inimigos. Em várias poesias Neruda convoca seu povo à luta em favor de si mesmos:

Vem Comigo

*Por isto estou aqui em tua companhia
pelo Chile, sua azul soberania,*

e pelo oceano dos pescadores,

*pelo pão dos meninos cantadores,
pelo cobre e pela luta na oficina,*

*pela agricultura e pela farinha,
pelo bom companheiro e pela amiga,*

*pelo mar, pela rosa e pela espiga,
por nossos compatriotas olvidados,*

*estudantes, marinheiros, soldados,
pelos povos de todos os países,*

pelos sinos e pelas raízes,

*pelos caminhos e pelas veredas
que levam a luz ao mundo inteiro*

*e pela vontade libertadora
das bandeiras vermelhas na aurora.*

Com esta união estão minhas alegrias

*Luta comigo e eu te entregarei
todas as armas de minha poesia (NERUDA, 1980, p.40).*

O Julgamento

*Convocada por mim a terra inteira
que cabe, há de ver, em meu soneto,*

dará o ditame da primavera,

*frente a frente, olhando te esqueleto,
para que nunca, jamais, mãe nenhuma*

*se esvaia em sangue em terras arrasadas
carregando ao sol, sob a triste lua,*

uma criança que ergo como espada

ante as fuças de Nixon camarada (NERUDA, 1980, p.16).

Em *O Julgamento* Neruda utiliza sua poesia para conseguir aliados não somente em seu próprio país, pois o primeiro verso demonstra que o autor tinha consciência do alcance internacional de suas palavras, visto que, por todos os países em que estivera foi reconhecido pelo sucesso de seus versos (NERUDA, 2002). A crescente adesão da classe operária na luta em favor da Unidade Popular não se deu apenas pela plataforma do partido, que a mantinha informada da situação do país por meio de panfletos e revistas do Partido Comunista, onde tais poemas, muitas vezes, foram publicados.

Contudo, a oposição interna e externa ao governo de Allende agiu, sem pausas, de 04 de setembro de 1970, data da instauração do Governo Popular, a 11 de setembro de 1973, quando se dá o golpe militar. A crise de outubro de 1972 representou "a ofensiva mais direta da oposição" desde o início do governo da Unidade Popular (AGGIO, 1993, p.137). O país viveu uma paralisação geral com um alto grau de organização e capacidade inovadora e mobilizadora da oposição direitista.

O descontentamento no bojo do governo de Allende, da crise de outubro ao golpe em 1973, tornou-se insustentável, o que dificultava a manutenção da unidade da coalizão no poder governante, diante de tal crise os partidos da Unidade Popular acabavam tomando posições divergentes umas às outras.

Para a esquerda, a crise de outubro havia dado origem a novas formas de organização popular. Em decorrência disso, a situação avançava para a deterioração da legitimidade do governo. Entre 04 de março de 1973, data das eleições gerais parlamentares, e 11 de setembro do mesmo ano, há uma tentativa de golpe militar, em 29 de junho, conhecida como Tancazo (AGGIO, 1993, p.148), que acabou revelando a fragilização do governo.

Completo-se, com isso, a situação de deslegitimação que o governo vivia atingindo as bases da sua institucionalidade. Em 22 de agosto, o Parlamento declarou a ilegalidade do governo e em 11 de setembro Allende foi destituído do poder e assassinado por meio do violento golpe militar, coordenado pelo general Pinochet com a ajuda clara do financiamento norte-americano.

Em 1972, muito doente, Neruda retorna da França ao seu país. Em 1973 renuncia seu cargo de embaixador e, mesmo debilitado, continua escrevendo seus poemas. Quando descobre que Allende estava morto em decorrência do golpe, Neruda é atingido por uma profunda depressão que o leva à morte, em 23 de setembro de 1973, exatamente doze dias após o golpe. Narrativas populares culpam os militares por negligência ao retardarem o envio de uma ambulância à

residência do poeta, deixando-o morrer sem assistência. Tal fato vem confirmar que Pablo Neruda foi mesmo um inimigo forte.

Fica claro que a voz de Neruda, com suas palavras e metáforas de ação e convocação do povo chileno, foi uma excelente "arma" de apoio ao governo da Unidade Popular (SCARMETA, 1999). No entanto, o poeta não admitiu em sua obra, que a articulação política da direita chilena se encontrava em extrema polarização, e que isso poderia ter derrubado o governo da Unidade Popular mesmo sem o financiamento externo, pois, o chamado "imperialismo" contribuiu muito para a realização do Golpe Militar, contudo não foi decisivo (AGGIO, 1993).

A sua concreta participação na política chilena talvez tenha lhe dado a capacidade de antecipar o futuro de seu país em sua poesia. Exemplo disso é o trecho de *Geografia Infructuosa*, de 1972, onde Neruda fala de sua própria doença, que pode servir de reflexão também para o golpe que arrasou com o desejo de um governo de propostas revolucionárias, democrático e popular no Chile.

Sonata com Dores
Cada vez ressurto
entrando em agonia e alegria,
morrendo de uma vez
e não morrendo,
assim é, é assim e é outra vez assim.

O golpe que te deram
o repartiste ao redor de tua alma,
o deixaste cair de roupa em roupa
manchando os vestuários
com marcas digitais
das dores que te destinaram
e que a ti somente te pertenciam.

Ai, enquanto tu caías
Na greta terrível,
a boca que buscavas
para viver e compartilhar teus beijos
ali caiu contigo, com tua sombra
na abertura destinada a ti.

Porque, por quê, por quê te destinaste
coroa e companhia no suplício,
por quê se atribuiu a flor azul,

a participação de teu quebranto?

E um dia de dores como espadas
se repartiu desde tua própria ferida?

Sim, sobrevives. Sim sobrevivemos
no inapagável, fazendo
de muitas vidas uma cicatriz,
de tanta fogueira uma cinza amarga,
e de tantos sinos
um latido, um ruído sobre o mar. (...)
(<http://www-personal.umich.edu/~agreene/Neruda.html>), 10/02/2003).

Agradecimentos: Jonis Freire, pelo incentivo, e Profa. Dra. Maria Aparecida de S. Lopes, pela orientação e confiança em meu trabalho.

- **ABSTRACT:** *This article intends to analyse how the poetic voice of Pablo Neruda contributed to Salvador Allende accession, candidate to be presidente for the Popular Unit, to the power in 1970, and how the poet censures the international financing, whose objective was an economic and political Chilean instability, from 1964 to 1973.*
- **KEYWORDS:** *Chilean Revolution, Pablo Neruda, Salvador Allende.*

FONTE

NERUDA, Pablo. *Incitação ao Nixonicídio e Louvor da Revolução Chilena*. Olga Sawary (trad). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980, Coleção Latino América.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo*. A experiência chilena. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

BITAR, Sérgio. *Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende*. Rita Braga (trad). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GALDANES, Osvaldo Silva. *Breve História contemporânea de Chile*. México: Fondo de Cultura Económica, 1995, Colección Popular.

NERUDA, Pablo. *Confesso que vivi: memórias*. Olga Sawary (trad). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PAIVA, Maurício. *Transição ao socialismo: As lições do Chile*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984, Coleção Atualidade.

SCARMETA, A. *O carteiro e o poeta*. Beatriz Sidou (trad.). Rio de Janeiro: Record, 1999.

SERGUEIÉV, F. *O Chile, a CIA e o grande mundo dos negócios*. Écio Simonati (trad). Moscovo: Edições Progresso, 1979.

SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JUVENTUDE E FÉ: A JUC E UM IDEAL HISTÓRICO PARA O BRASIL

Fábio Pires GAVIÃO*

- RESUMO: Este artigo trata de um momento importante da história da Juventude Universitária Católica (JUC). No período de 1958 a 1961, este movimento de apostolado laico no meio universitário, elaborou e refletiu sobre um ideal histórico para o Brasil, fundamentando o crescente envolvimento de seus militantes na política estudantil, em um momento de particular radicalização de sua prática política, frente ao crescente processo de efervescência social que precedeu o Golpe de 1964.
- UNITERMOS: Religião; movimento estudantil; ideologia; prática política; Golpe de 1964.

A JUC e suas origens

Trataremos de um momento importante da história recente do catolicismo brasileiro, mais precisamente sobre um momento crucial da história da JUC (Juventude Universitária Católica) do Brasil. Este movimento de apostolado laico, inserido no quadro da Ação Católica no Brasil, teve sua origem oficial em 1950, quando se tornou um movimento especializado de Ação Católica para o meio universitário. Suas origens remotas encontram-se no agrupamento de intelectuais católicos liderado por Jackson de Figueredo e Alceu Amoroso Lima, que recebeu o nome de Círculo Dom Vital, fundado em 1928. A JUC tinha como objetivo principal a "recristianização" do meio no qual atuava, portanto, um movimento de forte caráter religioso. Ao longo da década de 1950 se organizou e

* Graduando do Curso de História da Unesp campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel. Bolsista: FAPESP

se expandiu por várias faculdades em vários estados do Brasil, existiu até 1968, quando seu fim foi decretado pela hierarquia católica.

Há de se salientar que o Centro Dom Vital e a própria Ação Católica Brasileira são resultados do esforço de resposta da hierarquia católica, mas também dos intelectuais componentes do laicado católico, à marginalização ao qual foi posto o prestígio da Igreja e de sua voz na vida pública nacional desde o advento de nossa República e seu ideário positivista. Este "sentimento" de perda de espaços de influência, ou mais concretamente, esta perda efetiva de poder da Igreja Católica, é verificada de forma contundente em todo o ocidente desde o início da era moderna. No século XVIII e mais ainda no XIX a Igreja recebeu profundos ataques oriundos do racionalismo, do Iluminismo, do ideário liberal-burguês e mais ainda do materialismo ateu. Manoel sintetiza desta maneira:

Nesse longo período de mais de um século, as características fundamentais da reação anti-moderna católica permaneceram mais ou menos as mesmas. Na esfera intelectual, a rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna. Na política externa, a condenação à liberal-democracia burguesa e o concomitante reforço da idéia monárquica. Na política interna, o centralismo em Roma e na pessoa do Papa e o reforço do episcopado. Na esfera sócio-econômica, a condenação ao capitalismo e ao comunismo e um indisfarçável saudosismo da Idade Média, que se manifestará fortemente no Brasil na década de 1930 (MANOEL, 1998, p.8).

De fato há uma forte recusa da Igreja Católica ao mundo moderno, explicitada na postura política posta em prática durante a vigência do *catolicismo ultramontado* que durou do pontificado de Pio VII (1800-1823), quando se consolida uma doutrina conservadora, até o pontificado de João XXIII (1958-1963) quando se caminhava para a teologia da libertação, ou seja, para uma "opção pelos pobres" animada pelo Concílio Vaticano II.

Dada a importância do Ideal Histórico para a JUC, identificada pela bibliografia de que dispomos sobre o tema, como também de maneira mais ampla para a história da participação política dos católicos no movimento estudantil, marcando o início da ascensão dos estudantes católicos na liderança da UNE, e ainda por ser a reflexão em torno do Ideal Histórico o início de uma radicalização que extrapolou os limites da JUC acarretando o surgimento da AP (Ação Popular) em 1962, centramos nossa análise na idéia de Ideal Histórico e sua influência na JUC nos anos de 1959-1961.

O ideal histórico e a prática política

Este trabalho pretende estudar o Ideal Histórico elaborado por aqueles estudantes universitários católicos, com relação à prática política dos mesmos. O referencial teórico-metodológico de que nos servimos é a teoria sociológica da prática de Pierre Bourdieu, centrada nos conceitos de *campo*, *habitus*, *capital* e *poder simbólico*. Em nosso estudo o campo de prática política é o espaço interior da JUC e o meio universitário propriamente dito. Entendemos que o Ideal Histórico é a justificativa no plano ideológico da mudança no *habitus* de prática política da JUC no período recortado; entendemos ainda que o grupo de militantes jucistas de maior capital político buscavam conquistar o poder simbólico do campo onde se inseria a JUC.

Segundo Sérgio Micelli, o conceito de *habitus* de Bourdieu faz a mediação entre as estruturas constitutivas de um contexto singular e as práticas e representações realizadas pelos agentes em disputa no mesmo contexto (BOURDIEU, 1974), os *habitus* são:

[...] sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente reguladas e regulares, sem que por isso, sejam produto da obediência a regras objetivamente adaptadas a seu objetivo sem supor a visada consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-la (BOURDIEU, 1964, p.XL).

Para Bourdieu (1974, p.XL) "[...] as práticas resultam da relação dialética entre uma estrutura, por intermédio do *habitus* como *modus operandi*, e uma *conjuntura* entendida como as condições de atualização deste *habitus* [...]". O *habitus* pode ser entendido ainda como:

[...] sistema de disposições duráveis e transferíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas que permitem resolver os problemas da mesma forma graças às correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por estes agentes [...] O *habitus* completa o movimento de interiorização das estruturas exteriores, ao passo que as práticas dos agentes exteriorizam os sistemas de disposições incorporadas (BOURDIEU, 1974, p.XLI).

No ano de 1959, no IX Conselho Nacional realizado em Belo Horizonte, foi apresentado pelo assistente da JUC do Recife padre Almey Bezerra, um trabalho intitulado "Da necessidade de um ideal histórico", desencadeando uma série de estudos que seguiam suas propostas e inspiração religiosa. A reflexão acerca do Ideal Histórico marca uma nova etapa na vida da JUC, que passa a se voltar profundamente para a política estudantil.

O pensamento de Jacques Maritain está presente nos estudos da JUC desde o início da década de 1950, no período que estudamos o pensamento de Mounier com seu personalismo cristão, como também as idéias de Pe. Leuret e Chardin estavam na ordem do dia, muito embora podemos encontrar, no texto de Almey Bezerra, referências diretas à obra *Humanismo Integral* de Maritain, autor da expressão "ideal histórico". Uma das partes transcritas por Pe. Almey no texto é justamente a definição da noção de Ideal histórico de Maritain:

[...] o que chamamos ideal histórico concreto não é um ser de razão, porem uma essência ideal realizável (mais ou menos dificilmente, mais ou menos imperfeitamente, é outro caso, e não como obra feita, mas como obra que está se fazendo), uma essência capaz de existência e chamando a existência para um dado clima histórico, correspondendo por conseqüência a um máximo relativo (relativo a este clima histórico) de perfeição social e política, e apresentando somente, precisamente por que implica uma ordem efetiva à existência concreta, as linhas de força e os esboços ulteriormente determináveis de uma realidade futura. (MARITAIN, 1942, p.124)

De Pe. Almey Bezerra a bibliografia não nos informa muito, mas podemos compreender sua atuação referindo-se à posição que ocupava no movimento, era assistente da Equipe de Recife, cumpria o papel de mediação entre os leigos e o clero católico, fazia parte do setor eclesialístico de coordenação do movimento, que também contava com uma parte progressista.

Ideário Jucista

Nosso interesse em Jacques Maritain, como em Mounier e Leuret, nasce do intuito de apresentar o panorama ideológico que influenciou os militantes jucistas em toda a trajetória que os levou a acompanhar a radicalização do movimento estudantil e de amplos setores populares naquele contexto de inícios da década de 1960, período de particular efervescência e instabilidade político-institucional que precedeu o Golpe de 1964. O estudo do pensamento desses autores, entre outros, forneceu elementos para a realização de um esforço teórico empreendido por aqueles militantes da JUC que imergindo cada vez mais

nos problemas concretos do país e na política estudantil, buscavam fundamentar e justificar uma prática política de esquerda, ou no mínimo progressista.

Não se trata de empreender uma análise das particularidades atinentes a cada autor que se encontravam no rol de autores lidos pelos jucistas naquela época, muito menos de buscar determinar infrutiferamente tal ou qual influenciava mais ou menos e em que fase isto ocorria, pois, além de se tratar de um curto espaço de tempo para propor etapas estanques, parece ingênuo pensar ser possível comprovar que o ideário seguido pelos jucistas, que podemos denominar genericamente de humanismo cristão, explicaria o vertiginoso processo de engajamento político de militantes da JUC. Por nosso lado, não buscamos defender que o abandono das idéias de um autor e a adoção das de outro determinaram as mudanças de orientação da prática política concreta dos militantes, mesmo porque, os autores de que se tratam, são contemporâneos, fizeram parte do mesmo campo intelectual, autores geralmente franceses que debateram as mesmas questões, suas idéias são muitas vezes convergentes e complementares.

Contudo, estudar a influencia destes autores é relevante para analisar internamente alguns documentos importantes produzidos em relação às transformações que ocorriam concretamente. Em nossos resultados parciais, pois o trabalho encontra-se em andamento, pudemos constatar que Jacques Maritain e seu humanismo cristão tiveram muita influência no pensamento social católico desde a década de 1930, tendo inspirado muitos movimentos e partidos democratas cristãos por toda a América Latina (BUSETTO, 2002, p.28). No Brasil o principal divulgador das obras de Maritain foi Alceu Amoroso Lima ou Tristão de Atayde como ficou conhecido na Semana de Arte Moderna de 1922, militante católico de grande capital intelectual, foi ativo promotor do movimento de Ação Católica no Brasil, imprimiu sua marca e conseqüentemente a de Maritain no campo intelectual católico brasileiro.

Maritain, filósofo tomista, foi grande defensor da democracia, em sua obra *Humanismo Integral* (MARITAIN, 1942), propõe que a salvação do individuo deve se realizar de forma integral, e não apenas no plano espiritual, sendo assim os cristãos deveriam se empenhar também na luta contra a opressão socioeconômica. Inspirados em um humanismo heróico, os cristãos deveriam buscar a superação do capitalismo por uma nova ordem cristã, uma nova cristandade, que não se confunde com aquela da idade média, mas uma nova cristandade profana, ou seja, a política, a economia e a cultura seriam submetidas aos princípios cristãos, porém os Estados não estariam submetidos ao poder temporal da Igreja Universal, portanto este seria o grande Ideal Histórico ao qual os cristãos deveriam se engajar.

Os dez anos de JUC

Em 5 de julho de 1960, quando o movimento contava com a maior quantidade de militantes da sua história, aproximadamente cinco mil, realizou-se o Conselho Nacional do Rio de Janeiro, que ficou conhecido como o "Congresso dos 10 anos". Nessa ocasião, foi exposto pelo representante da Equipe Regional Centro-Oeste, Antônio Otávio Cintra, um texto preparado pela equipe de Belo Horizonte, que atuava na Faculdade de Ciências Econômicas de Minas Gerais, um núcleo forte da JUC do qual fazia parte também Herbert de Souza (Betinho), cujos militantes ocupavam cargos no movimento estudantil e disputavam a liderança deste com outros setores não religiosos. "Algumas diretrizes para um ideal histórico Cristão para o povo brasileiro" é o título do texto exposto, uma resposta às sugestões de Almerly Bezerra. Já pelo título podemos perceber um apelo religioso como também um apelo nacionalista.

Era uma das primeiras vezes que categorias de análise marxista são utilizadas em estudos da JUC, motivados pela concorrência com o grupo marxista da Faculdade, os militantes de Belo Horizonte andavam lendo Marx, preparam um texto que criticava incisivamente o capitalismo, como não era de costume em ambiente católico. Em seu corpo, o trabalho revela fortes propensões ao socialismo. Dentro da lógica de luta do campo político estudantil, esta posição mais à esquerda sinaliza uma política de aliança com a Juventude do PC do B e com outros grupos também de esquerda em campo. Obviamente esta atitude rendeu conflitos com a Hierarquia Católica, até mesmo com seu setor progressista que costumava apoiar as posições da JUC. Salienda Giovanni Semeraro:

Mas, ainda que o texto de A. Bezerra mantenha reflexo das posições de J. Maritain e chegue a falar na tarefa de edificação de um mundo novo e de uma nova cristandade, os elementos de ruptura em relação ao social-cristianismo estão evidentes (SEMERARO, 1994, p.127)

O texto da Regional Centro-Oeste acentua ainda mais essa ruptura da qual nos fala Semeraro. O que se pode observar não é uma adoção linear e direta com o ideário em vigência no campo intelectual católico da época, mas sim uma reapropriação, uma leitura que se conformava com interesses oriundos da prática política concreta no campo mais amplo da política universitária.

O texto de Almerly Bezerra propunha o estabelecimento de princípios médios, porque deveriam ser extraídos da doutrina social da Igreja e dos estudos realizados por cientistas sociais, somente a doutrina não bastaria, pois dela só se poderia extrair os primeiros princípios ainda muito universais, que dificilmente

dão pistas de como utilizá-los na ordem prática. Já os estudos dos cientistas sociais, muitas vezes recorrem a excessos que devem ser corrigidos. Os princípios médios seriam: "[...] Enquanto tais, marcados pela nota da universalidade. Todavia, enquanto médios, eles se põem na ordem do conhecimento prático. Os princípios médios são portanto, proximamente práticos" (BOLETIM NACIONAL DA JUC, n.2, 1959, p.39).

A intenção de Bezerra é justamente responder à falta de que se ressentia a JUC de um programa de ação para todo o movimento; o ideal histórico supera a dualidade que havia na linha de ação da JUC. A atuação na JUC era dividida em duas linhas: ação missionária (religiosa); ação sobre as estruturas (política). A ênfase dada a uma linha ou a outra, dependia da conjuntura e da região. Segundo a Equipe Nacional:

Ora, o Ideal Histórico veio como um desencadeamento de um anseio mais ou menos coletivo do que poderíamos chamar, vontade de descoberta de uma linha total de ação, a partir de uma síntese global Homem-Temporal-Espiritual (BOLETIM NACIONAL DA JUC, n.4, 1960, p.7).

Bezerra convidava os jucistas ao estudo e elaboração de princípios médios para um ideal histórico cristão. O texto da equipe Regional Centro – Oeste foi exatamente uma primeira tentativa de elaborar estes princípios médios, que deveriam ser aprimorados pelo estudo minucioso de suas implicações.

"Alguma Diretrizes de um Ideal Histórico Cristão para o Povo Brasileiro" (BOLETIM NACIONAL DA JUC, n.4, 1960, p.25), é documento mais utilizado pela bibliografia, pois revela de maneira clara as posturas ideológicas que causaram tanto espanto à Igreja e a setores conservadores da sociedade. Esse texto poder entendido como o esboço das posturas políticas que seriam defendidas pela AP dois anos depois. Ali se traçam diretrizes para um ideal histórico religioso, econômico e político. A maior fonte de polêmicas foram exatamente aquelas diretrizes para um ideal histórico econômico, que passamos a expor.

Em sua argumentação é flagrante o uso de categorias marxistas, e suas propostas, que muitas vezes extrapolam a universalidade de princípios médios, revelam uma grande proximidade com as idéias socialistas. Primeiramente há uma condenação incontestável ao capitalismo, identificado como causa maior do subdesenvolvimento brasileiro, e assim, superar o subdesenvolvimento é sinônimo de superar o capitalismo. Neste

sentido optam pelo desenvolvimento do país, buscando a constituição de uma economia harmônica e autônoma.

Argumentam ser de grande importância o desenvolvimento de um sistema de transportes eficiente, como também a reforma agrária, que seria feita tanto pela modernização da agricultura, como pela socialização da propriedade rural, operando a instituição de propriedades de tipo societário nos moldes propostos por Maritain em *Humanismo Integral*. Também sugerem a criação de um mercado interno harmônico que orquestrasse as especificidades regionais. Propõem a substituição da propriedade privada transformando-a em um instrumento efetivo de personalização (ênfase nas prioridades das pessoas humanas) para todos os brasileiros, a propriedade privada deveria se submeter aos interesses do bem-comum, instaurando-se a primazia do trabalho sobre o capital.

Ademais, defendiam a nacionalização ou estatização dos setores básicos de produção, esses deveriam passar ao controle do Estado e depois transferidos para administração de associações ou cooperativas que representassem as diversas comunidades distintas da política. Também se defende a expropriação de grandes fortunas, feitas sem indenizações. Defendem a socialização da propriedade fundiária em locais onde fosse preciso, e salientam, ainda, a instituição da cogestão operária nas indústrias, nos moldes mais uma vez de Maritain.

Seguindo o personalismo cristão, falam de substituição da economia anárquica fundada no lucro, por uma economia que se pautasse dentro das perspectivas totais da pessoa, o que exigiria a planificação da economia nacional. Essa planificação seria feita, inicialmente, pelo Estado, até que se criasse uma organização econômica nacional independente dele, administrada por um agrupamento de associações e cooperativas em que estariam representados todos os ramos da economia. Por último defendem o fim do anonimato da propriedade capitalista, evitando o assédio das "S.As".

Como se pode observar no que foi sumariamente exposto, são propostas de profundas reformas na ordem estrutural da economia e da sociedade brasileiras, muitas se fazem prementes ainda hoje, como por exemplo, a reforma agrária. Contudo, todas as posições tomadas são alicerçadas pela doutrina social da Igreja, tomando referências de encíclicas papais, de obras de autores católicos e até do Evangelho,

demonstrando que era possível sustentar transformações radicais no Brasil, e fazê-los como cristão. Esta experiência ocorrida na JUC do Brasil demonstra claramente que não há paradoxo na expressão "cristão de esquerda", e que para defender uma espécie de justiça social, não é preciso ser ateu. A Religião pode ser algo diferente do que tem sido.

Quando o texto de que tratamos foi exposto no "Congresso dos Dez Anos", foi em uma versão mimeografada, que possivelmente foi alterada para sua publicação no boletim, visto que na ocasião já tinha sido motivo de grande polêmica. É ainda necessário saber que queriam que essas reformas defendidas pela Equipe Regional fossem postas por uma via democrática, uma opção revolucionária só seria assumida mais adiante pelos militantes da AP.

No mesmo ano de 1960, houve o apoio aberto dos jucistas à candidatura de esquerda de Oliveira Guanais para a presidência da UNE (União Nacional dos Estudantes), e no ano seguinte Aldo Arantes, militante jucista, é eleito para o mesmo cargo, inaugurando o período de hegemonia dos estudantes católicos no movimento estudantil (POERNER, 1995, p.175). Mais tarde tornou-se flagrante a participação de jucistas em movimentos sociais que a Igreja julgava ideologicamente duvidosos, a exemplo as Ligas Camponesas, o MCP, o CPC da UNE e os programas de alfabetização Paulo Freire, todos redutos da militância de esquerda, movimentos que catalisavam o processo de efervescência popular daqueles anos anteriores ao Golpe de 1964.

Também altamente provocadora foi a postura dos jucistas no 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária promovido pela UNE, nesta ocasião a JUC apóia o "Manifesto" contra o projeto de "Diretrizes de Bases da Educação Nacional", que gozava da aprovação de setores da Igreja Católica. Pe. Oscar Beozzo comenta:

Eram, enfim, tantas fontes de atrito as tomadas de posição sobre assuntos como: o projeto de "Diretrizes e bases da Educação Nacional", durante o Seminário da UNE em Salvador, sobre a Reforma Universitária, em maio de 1961, ou a aliança com grupos de esquerda, nas eleições de Aldo Arantes, militante jucista, para a presidência da UNE, aumenta os atritos e acaba por levar o Cardeal do Rio a expulsá-lo do Movimento (BEOZZO, 1978, p.97).

Sob a perspectiva de Bourdieu, toda a produção teórica, ou seja, a ideologia produzida pelos militantes que lideravam o movimento, foi empreendida em relação à prática política dos mesmos. A ideologia se submete, assim, à lógica de luta interna no campo da política estudantil, o que explica a radicalização da JUC não é a influência dos autores que eram lidos na época, tais idéias foram reapropriadas para justificar uma prática motivada pela transformação do *habitus* jucista no campo estudantil, em processo de radicalização. Para Bourdieu a produção das idéias acerca do mundo social ou ideologias são sempre subordinadas à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número (BOURDIEU, 1989, p.175).

A prática política dos jucistas se desenrolava no período de finais do governo Juscelino Kubitschek, quando agonizava o pacto populista, tempo da eleição de Jânio Quadros e sua renúncia após oito meses. A conturbada posse em 1961 de seu vice, João Goulard, que teve que se submeter à limitação de seus poderes constitucionais pela adoção do parlamentarismo que vigeu até 1963, o movimento estudantil se envolve amplamente neste processo. As posições da JUC, na frente do movimento estudantil, representando a ponta do setor radicalizado da classe-média, se enquadravam nos debates suscitados pelas Reformas de Base, uniam forças com os setores da esquerda brasileira, que viam no governo Goulard a oportunidade para mudanças estruturais no país.

O ideal histórico e os limites da JUC

Não tardaria para que os militantes jucistas percebessem que a JUC, por ser um movimento apostólico que atuava sob o mandato da Igreja, não era um instrumento ideal para uma prática política concreta, que visasse a transformações radicais na injusta estrutura social brasileira. Assim, vivenciando cada vez mais o campo estudantil e assumindo postos de liderança na UNE, vão atuando e configurando outro *habitus* de prática política, processo suscitado por uma conjuntura de radicalização, que agora não mais tinha preocupações apostólicas de recristianização da universidade e da sociedade. Não deixaram de ser católicos, a distinção de que gozavam como cristãos servia ainda para manter o apoio da JUC para as eleições e propostas realizadas na UNE, e mais tarde para angariar apoio para os programas da AP.

O envolvimento e a radicalização política foi vertiginoso, em 1962, os setores mais politizados da JUC, encabeçados pela liderança de militantes, principalmente da Regional Centro-Oeste, que lideravam também a UNE, criaram a AP (Ação Popular), extrapolando os limites de um movimento de apostolado, como também os limites do movimento estudantil, era um partido político que buscava ampliar suas bases no campesinato e no operariado

urbano. Daí por diante ocorreu um paulatino deslocamento de militantes da JUC para a AP, principalmente de seus quadros dirigentes. A AP já nasce com uma coordenação de dimensão nacional, pois se vale das estruturas organizativas da JUC e da UNE. Nele se reuniram militantes de vários setores da Ação Católica, tanto leigos quanto membros do clero, estudantes não católicos, intelectuais e operários. A AP, juntamente com a POLOP e o PC do B teve grande atuação junto à militância de esquerda no contexto pré-golpe, mas não se trata mais da história da JUC.

A influência do Ideal histórico na JUC ocorre em um momento de rápido crescimento e transformação do movimento, seus militantes dirigentes avançam mais do que poderiam dentro dela, não tardam a reconhecê-lo e deslocaram-se para outro projeto além da política estudantil, arrastando com ele o setor mais progressista da militância católica. Encontramos ressonância do pensamento de Maritain nos estudos da JUC desde o início da década de 1950, fase em que a JUC está mais empenhada com a evangelização do meio, e mais homogênea com os outros setores de Ação Católica. Contudo, ao longo da década de 50, já havia um maior envolvimento de jucistas com a política estudantil, e o setor mais politizado estava ganhando a frente do movimento.

No período que estudamos, além da influência do pensamento de Maritain, o personalismo cristão de Mounier era a principal arma ideológica contra o individualismo liberal-burguês e contra o coletivismo comunista, assim como as idéias de Pe. Le Bret contidas no projeto Economia e Humanismo fundado na França, visava a que a economia se submetesse não aos interesses do lucro, e sim às necessidades humanas. Estas idéias reforçavam a necessidade do engajamento dos cristãos na aberrante realidade latino-americana, propunham métodos de ação e parâmetros teóricos dentro de uma perspectiva respaldada no evangelho e na doutrina social da Igreja Católica. Muito deste ideário sobreviveu ainda entre os militantes da AP, antes deste partido se declarar marxista-leninista.

Muitos trabalhos anteriormente realizados tomam este grupo de militantes mais avançados da JUC como "o catolicismo", assim fala-se de esquadização do catolicismo brasileiro, por vezes tomam-no como toda a JUC, como se essa fosse homogênea e poupada de disputas internas, por outras não diferenciam a atuação do setor progressista do clero, da atuação do setor progressista dos leigos. Tudo isso provoca confusões analíticas e conclusões apressadas do ponto de vista político. Trata a AP como uma extensão da JUC, quando o correto seria uma superação. O momento que estudamos é justamente o período que a AP está se configurando no seio da JUC e do movimento estudantil. Já em 1961 há uma pré-fundação desta organização em uma reunião em Belo

Horizonte, a fundação oficial veio um ano depois, daí por diante há um paulatino deslocamento de militantes da JUC, principalmente no quadro de liderança, para a AP, no mínimo houve uma dupla militância do setor mais politizado nas duas organizações.

A forte repressão advinda dos golpistas desarticulava tanto o que sobrou da JUC, como a AP, essa tentaria ainda um sobrefôlego sem muito sucesso, seus militantes acabam por se unir ao PC do B e chegam até à defesa da luta armada dentro dos quadros do maoísmo. A JUC sobrevive inexpressiva até 1968, quando a hierarquia católica, frente à nova onda de manifestações estudantis contra o regime militar, decide fecha-la definitivamente.

De lá para cá, muito do que aqueles estudantes identificavam como "excludente realidade social brasileira" permaneceu, contudo, experiências como a vivida pelos jucistas parecem ter morrido ao longo de tantos anos de repressão. Mesmo após a reabertura, o movimento estudantil ou a juventude como um todo não demonstrou maturidade política e até mesmo teórica alcançada nos inícios da década de sessenta, cujo ápice se deu no levante estudantil de 1968. Não falamos de "geração cara-pintada", um fenômeno midiático, falamos de engajamento consciente, não importa se juvenil, febril ou transviado, a juventude parece ter perdido a capacidade de se indignar, de se radicalizar, seja por fé, seja por um ideal histórico qualquer, parece ter se perdido no caminho entre teoria e prática, embebida num hedonismo consumista. Possivelmente ainda haja focos de resistência, uma manifestação aqui e acolá, gotas no mar da mercantilização da Educação.

Agradecimentos: serão sempre insuficientes os agradecimentos que devo aos meus pais e avós, muito grato me sinto pela paciência dos professores, funcionários e amigos que me acompanham e me apóiam nesta trajetória de descoberta da História, exemplifico nas pessoas de meu orientador Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel, Prof. Dr. Dulce, César Fernando, Sandro, Marcos, Leandro, Lourdes, Mariangela e tantos outros. Grato também à Fapesp pelo incentivo e alívio financeiro.

- **ABSTRACT:** *This article is about an important moment of Catholic University Student Youth's history (Juventude Universitária Católica - JUC). Between 1958 to 1961, this group of laic apostleship into universities elaborated and had thought about an historical ideal for Brazil. So, they could base on their increasing envelopment in students politics, in a period that their political actions became radical in face of a growing process of social bubbling that preceded 1964 Brazilian coup of state.*

- **KEY WORDS:** *Religion; student politics; ideology; political habit; 1964 Brazilian Coup of State.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEOZZO, Pe. José Oscar. *Cristãos na universidade e na política*. Petrópolis: VOZES, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Sergio Miceli (Org.). São Paulo: Ed. PERSPECTIVA S. A., 1974.
- _____. *Coisas ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise M. Pegorim. São Paulo: Ed. BRASILIENSE, 1.ed., 1990.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: PAPIRUS, 1996.
- BUSETTO, A. *A democracia cristã no Brasil - princípios e práticas*. São Paulo: UNESP, 2002.
- CARNEIRO, Auder Pereira. *O Humanismo no planejamento para o desenvolvimento socioeconômico: a influência da obra de Lebreton no diagnóstico e no planejamento da intervenção estatal das atividades socioeconômicas do Paraná. Um estudo de caso.*(Tese de doutoramento) FFLCH - USP, 1994.
- GOMES de SOUZA, L. A. *A JUC - os estudantes católicos e a política*. Petrópolis: VOZES, 1984.
- _____. Teilhard, Mounier e Lebreton na caminhada latino-americana rumo à democracia e à libertação. *Revista Cultura Vozes*, ano 79, dez. 1985, n.10, p.782-784.
- LEBRET, L. J. *Princípios para ação*. Trad. Carlos Pinto Alves. São Paulo: Ed. Livraria Duas Cidades, 3.ed., 1958.
- LEPARGNEUR, Hubert. *Evocação de uma vida e obra: Jacques Maritain*. *Revista de História*, v.48, n.98, 1974, p.489-522.
- LIMA, Haroldo. *História da ação popular da JUC ao PC do B*. Haroldo Lima, Aldo Arantes. São Paulo: Alfa-Omega, 2.ed., 1984.

LORENZON, Alino. O personalismo a partir de Mounier. *Revista Cultura Vozes*, ano 80, março de 1986, n.2, p.150-152.

MANOEL, I. A.. *O pendulo da história: a filosofia do catolicismo conservador (1800-1960)*. Tese (livre docência em História). UNESP - FHDSS, 1998.

MARITAIN, Jacques. *Humanismo Integral – uma visão nova da ordem cristã*. Trad. Afrânio Coutinho. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 1942.

MOUNIER, Emmanuel. *O personalismo*. Trad. João Bernard da Costa. Lisboa-Portugal: Ed. Moraes Editores, 3.ed., 1973.

POERNER, A. J. *História da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: Ed. CMJ, 4.ed., 1995.

SAMFELICE, J. L. *Movimento Estudantil – a UNE na resistência ao golpe de 1964*. (Tese de doutoramento) PUC – São Paulo, 1985.

SEMERARO, Giovanni. *A primavera dos anos 60 – A geração de Betinho*. Rio de Janeiro: Ed. LOYOLA, 1994.

SIGRIST, J. L. *A JUC no Brasil – evolução e impasse de uma ideologia*. José Luis Sigrist. Piracicaba –SP: CORTEZ, Unimep, 1982.

SOUZA LIMA, L. G. de. *Evolução política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação*. Petrópolis: VOZES, 1979.

OS CRUZADOS DA NOVA REPÚBLICA

Gustavo BUENO*

- RESUMO: A proposta desse trabalho é estudar a década 80, as crises econômicas que a caracterizam e as respectivas tentativas de reformas. Observaremos que as idéias liberais que se tornaram hegemônicas nos anos 90, que já perambulavam pelo território nacional desde o início do primeiro governo da nova república, vão ganhando espaço e no final da década perdida, o clima estava absolutamente favorável ao início de reformas liberalizantes em nosso país.
- UNITERMOS: Crise dos anos 80; Brasil; Governo Sarney; Plano Cruzado; Neoliberalismo.

Os anos entre 1955 e 1973 significaram o auge e o esgotamento de um período de crescimento e transformação para os países desenvolvidos. Na América Latina o ideal desenvolvimentista estava em alta, foi um período de diversificação industrial e urbanização as custas de inflação, déficits estruturais e débito externo. Principalmente no início dos anos 70, os países latino-americanos usaram largamente a via do endividamento. No Brasil, o modelo de desenvolvimento aplicado pelos governos militares da época do "milagre" era dependente da poupança externa, já que a interna não era suficiente. Nesse momento, os capitais internacionais eram abundantes e os juros internacionais se encontravam em baixa.

Para os EUA, os anos entre 60 e 73 também foram marcados pelo crescimento, o que mais tarde se mostraria como anos de progresso capitalista que jogaram para frente uma crise econômica. Após a Segunda Guerra Mundial

* Graduado em História pela Unesp campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi. Bolsista: PET/SESu.

os norte-americanos se transformaram nos grandes indutores do crescimento mundial, absorvendo o excesso de oferta do resto do mundo, mas, para isso, tiveram que amargar a inversão de seu status de exportador líquido de capitais. Devido a seguidos déficits em conta corrente financiados por emissão de dívida, os Estados Unidos foram se transformando no principal devedor internacional, situação essa que se tornaria insustentável nos anos 80, como vemos adiante.

Entre 68 e 73 o Brasil, aproveitando o bom momento da economia internacional, era "um vagão firmemente engatado a um trem que corria a uma velocidade nunca vista" (BIER, 1987, p.71). A inflação estava abaixo de 20% e o crescimento do país superou as expectativas atingindo 11% ao ano. Em 1973 o quadro começaria a mudar, o preço do petróleo quadruplicaria, mas o maior golpe viria em 1979 quando uma nova alta no preço do petróleo vem acompanhada de alta nas taxas de juros externas. Assim, no final dos anos 70, quando ocorreu a disparada nos juros internacionais, o Brasil encontrava-se completamente vulnerável, pois grandes projetos que estavam em andamento não podiam parar; dessa forma, havia a necessidade de novos recursos apesar da adversidade externa. A solução encontrada combinava recessão, desemprego, inflação, dívida e déficit público. Essa situação calamitosa atingiu não só o Brasil como também a Polônia, o México e a Argentina.

Para melhor compreendermos este período podemos recorrer as palavras do professor Wilson Cano:

Enquanto nos anos 70 os imperialismos estavam ocupados com a inflação e suas crises, eles usaram parte do seu capital ocioso para nos financiar e endividar, nos anos 80, estavam seriamente ocupados em sua reestruturação, na salvaguarda dos sistemas financeiros internacional e, com relação a nós, preocupados pelo menos em receber parte dos juros do endividamento. Contudo, nossos países estavam duplamente estrangulados em divisas e em recursos fiscais (CANO, 1987, p.71).

A crise decorrente foi ainda ampliada em 1982, quando o governo passou a absorver o pagamento da dívida externa não honrada pelas estatais. O valor das obrigações externas brasileiras no mercado secundário estava em queda, com um deságio aproximado de 50%. Há uma queda nos investimentos externos, seguida de um aumento, incentivado por mudanças no imposto de renda norte-americano, nas remessas de lucros, dividendos e repatriações de capital. Era não só o Brasil, mas sim, os países do terceiro mundo, contribuindo para a restauração da saúde do sistema financeiro internacional e a superação dos limites do modelo de desenvolvimento norte-americano, arcando assim com o ônus da inflação e da recessão.

Desde então os demonstrativos de caixa do governo passaram a apresentar déficits crescentes. Para financiá-los o governo utilizou-se do próprio sistema financeiro nacional, da colocação de títulos públicos e emissão de moeda. Como consequência tivemos alta na inflação e nos juros internos. Na década de 80 teremos então "despesas governamentais superando sistematicamente as receitas, e a dívida pública aumentando em bola de neve"¹. A taxa média de crescimento do produto interno apresentaria uma redução de 6,6% em 1976-78 para 2,45% ao ano em 1979-84.

TABELA 1 – Variáveis macroeconômicas entre 1976 e 1984.

	Média						
	76-78	79	80	81	82	83	84
Inflação (IGP)	41,9	77,2	110,2	95,2	99,7	211,0	223,8
Cresc. Do PIB	6,6	6,7	7,9	-1,6	0,9	-3,2	4,5

Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.40, n.1, janeiro, 1986.

TABELA 2 – Contas externas do Brasil entre 1973 e 1984 (Média).

	73-78	79	80	81	82	83	84
Exportações*	9.621	15.244	20.132	23.680	20.132	21.900	27.005
Importações*	11.522	17.961	22.955	22.086	19.396	15.428	13.937
Pagamentos de Juros (líquido)*	1.976	5.347	7.457	10.305	12.550	10.263	10.076
Dívida externa líquida*	18.503	40.215	46.934	53.904	65.659	76.756	76.673
Taxa média de Juros**	15,2	16,9	18,5	21,9	23,3	15,6	13,1
Déficit em trans. Correntes*	5.276	10.741	12.287	11.717	16.310	6.837	165,6

*em milhões de dólares

**a taxa média de juros foi obtida dividindo-se o pagamento de juros (líquido) pela dívida externa líquida do período anterior.

Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.40, n.1, janeiro, 1986.

Os dados das tabelas 1 e 2 confirmam o que foi dito anteriormente e ainda nos mostram que em 1984 existiam alguns sinais de recuperação, principalmente nas contas externas com um superávit comercial pouco superior a 13 bilhões de dólares. Observamos também que o PIB, depois de três anos de estagnação e queda, volta a crescer, possibilitando reativação do emprego e crescimento dos salários. Existiam então brechas para crescer com o tranqüilo fechamento das contas externas e com o setor privado apresentando menor endividamento e maior produtividade. O maior problema apontado nesse ano é a

¹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.39, n.11, novembro, 1985.

inflação que atinge o pico de 223,8 % anual. Outros problemas seriam encontrados no endividamento das empresas estatais, no déficit público e nas carências sociais da população. O ano de 1985, que seria o marco da transição política, começava com grandes incertezas do ponto de vista econômico, mas, ao mesmo tempo, com fortes expectativas devido ao maior espaço de manobra possibilitado pelos resultados demonstrados.

Em 1981 observamos atentados e explosões, como o caso do Riocentro, que favoreceram o clima de tensão e, ao mesmo tempo, possibilitou o crescimento da oposição ao regime, em 1982 a oposição conseguiu 59% dos votos e o governo, como consequência, perdeu a maioria de dois terços no congresso não mais podendo emendar a constituição livremente. Um grande movimento foi montado em volta da campanha pelas Diretas Já, ou seja, eleições diretas para presidente da república, mas mesmo assim esse projeto foi derrotado e as eleições se realizariam novamente no Colégio Eleitoral. Formou-se então a Aliança Democrática PMDB/PFL, lançando os nomes de Tancredo Neves e José Sarney para presidente e vice respectivamente.

Depois da reforma partidária de 1980 surgiram cinco grandes partidos: PDS, PMDB, PDT, PTB, PT. O PDT representava uma espécie de "getulismo de esquerda" que tentou assumir na verdade a legenda PTB, mas não conseguiu. Esses dois partidos então surgiram com grande rivalidade, mas o novo PTB tinha práticas diferentes de seu antecessor dos anos 50, com ausência de um programa bem definido e constituindo-se na verdade em um refúgio de "políticos desgarrados". O PT formou-se basicamente a partir de bases extraparlamentares, líderes sindicais, intelectuais e pastorais católicas. Já o PMDB, foi o principal herdeiro do antigo partido de oposição aos militares, MDB, tendo como ideal se manter unido para não dividir as oposições. E por último o PDS era uma continuação da Arena, que dava apoio aos militares. O PFL surgiu posteriormente como uma dissidência do PDS, podemos dizer que o Partido Frente Liberal nasceu com vocação para o poder, pois muito de seus membros estão ligados ao poder desde 64 e nele permanecem mesmo com a democratização (MOTTA, 1999). A Aliança Democrática representava então uma espécie de conciliação conservadora, ou uma espécie de transição pactuada, mas de maneira nenhuma podemos considerar sua vitória uma ruptura completa com o período anterior.

Nesse contexto, foi eleito o primeiro presidente da república civil após o golpe de 1964. Tancredo Neves, que derrotou Paulo Maluf do PDS, foi encarado como salvador, com amplo apoio popular e da imprensa. Um fato até então desconhecido era a doença de Tancredo, que foi escondida até o último momento. Mas não houve como esperar até a posse, sendo o presidente eleito

internado e o vice, José Sarney, assumindo temporariamente o cargo. Sarney não dispunha das condições ideais para corresponder às expectativas populares e nem liderar a coalizão governista que já se encontrava instável.

O desafio de Sarney se inicia ao governar com um ministério que tinha sido escolhido por Tancredo e apresentava algumas contradições. O Ministro da Fazenda era Francisco N. Dornelles, representante da corrente ortodoxa; já o ministro do Planejamento, João Sayad, era keynesiano. Esses problemas somados a doença de Tancredo que não se resolvia paralisavam o governo. As primeiras medidas econômicas tomadas pelo governo visavam combater o déficit público e incluíam: corte de 10% nos gastos públicos, suspensão por dois meses dos empréstimos dos bancos governamentais e congelamento por um ano das contratações no setor público. Tais medidas, pelo seu caráter ortodoxo, vinham de Dornelles e contrariavam Sayad.

No dia 21 de abril de 1985 é anunciada a morte de Tancredo Neves. Em meio a grande comoção nacional, Sarney assume definitivamente o cargo com seguinte discurso:

Eu, sem o desejar, sem ter tempo para preparar-me, tornei-me o responsável pela maior dívida externa sobre a face da Terra, bem como, a maior dívida interna. Minha herança, a mais alta taxa de desemprego, um clima sem precedentes de violência, desintegração política potencial e a mais alta taxa de inflação da história do nosso país (SKIDMORE, 1988, p.501).

O governo, agora não mais de caráter provisório, lança o I PND-NR (Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República) com o objetivo de vencer a inflação as altas taxas de juros e o déficit orçamentário, sendo a contenção do déficit público a principal arma apresentada. Segundo o Ministro da Fazenda, isso se daria através de corte nos gastos públicos. Ainda segundo o ministro, seria dado ênfase no social, minimizando a ação do Estado, já que seria exatamente a intervenção excessiva desde e o endividamento das empresas estatais os grandes geradores de déficit.

Novas medidas do governo seriam lançadas entre julho e agosto, elas incluiriam corte nas despesas: nas empresas estatais, na administração direta, com redução de subsídios e dos empréstimos do Banco do Brasil; e elevação das receitas: antecipação e aumento de impostos, redução no prazo de recolhimento da previdência social.

As expectativas do FMI concentravam-se na capacidade dos países em desenvolvimento de pagar os serviços de suas dívidas e em um modesto crescimento econômico para os anos que se seguiriam. Os problemas apontados pelo fundo eram a inflação e o desemprego. Para concretizar essas

expectativas e enfrentar os problemas o FMI indicava medidas ortodoxas, entre elas diminuir as necessidades de empréstimos, reduzindo-se com isso uma das causas da pressão inflacionária, ou seja, a emissão de moeda pelo governo para cobrir seu déficit de caixa. O ministro Domelles concordava com tal diagnóstico e via os técnicos do órgão internacional como aliados. Porém, devido a já citada folga nas contas externas, não houve necessidade de acordo com o fundo, ficando ministro da fazenda isolado, fato que o levou a renunciar em agosto. O novo ministro, Dilson Funaro, era também keynesiano estando aliado a Sayad.

O orçamento para 1986 garantia ênfase no social, reconhecia a situação deficitária e fortalecia o legislativo, no tocante a política monetária e fiscal. A previsão era de um déficit de Cr\$ 211 trilhões. Para o ano que viria esperava-se crescimento no PIB acima de 5%, redução gradual das taxas de juros, manutenção da descompressão salarial, renegociação da dívida externa, fortalecimento do mercado de capitais e gastos na área social. Em 1985 observamos crescimento do PIB (7,4%) da produção e do emprego, inflação relativamente estável e superávit de US\$ 12 bilhões. Pode-se explicar esses bons resultados pela soma das reposições salariais, o aumento dos agregados monetários em aproximadamente 300% e o comportamento favorável dos preços das matérias primas. O problema que gerou a instabilidade da economia brasileira no início de 1986 pode ser notado quando olhamos mais de perto esses números. O bom desempenho comercial se devia à compressão das importações e não a expansão das exportações. A expansão do mercado interno, somada a redução dos mercados externos, gerava ameaça a estabilidade, pois não haveria crescimento permanente à custa de maiores taxas de inflação. Havia então demanda reprimida e suficiente capacidade industrial para atendê-la, só que esse processo tinha limite nos gargalos de produção. Dessa forma veremos uma alta nos preços, seguida de uma queda nos investimentos com a inflação; teremos ainda a estiagem no sul provocando um choque altista nos preços agrícolas. Apesar de o Brasil conseguir pagar os juros da dívida e viver um período de relativa prosperidade econômica, em meados de 1986 havia o risco da recessão e da hiperinflação.

A inflação de dezembro de 85 a fevereiro de 86 supera a casa dos 14%, com a projeção anual ultrapassando os 400%. Para enfrentar esse desafio, reduzir a inflação, existiam várias propostas, sinal do reconhecimento de outros caminhos que não os programas do FMI; citaremos inicialmente quatro delas. Francisco Lopes, através de um artigo publicado na revista Economia em Perspectiva de agosto de 1984, sugeria o choque heterodoxo composto por um congelamento simultâneo e instantâneo de preços e salários. Em um artigo da Gazeta Mercantil de setembro de 1984 André Lara Rezende propõe uma fórmula

semigradualista consistente em pagar as remunerações reais médias em moeda clausulada a ORTN. Uma obra publicada também em 1984 pela Forense Universitária e assinada por J. P. A. Magalhães nos traz uma fórmula gradualista que consistia em reajustar as remunerações na época normal, tomando-se, contudo, como base à remuneração real média anterior. Eduardo Modiano, que publicou suas idéias no jornal do Brasil em agosto de 1985, também segue o caminho gradualista ao propor que, decorridos três meses de uma correção semestral de salários, estes passem a ser reajustados mensalmente na proporção da inflação².

Daremos maior atenção à proposta de Lara Rezende, que quando somada as idéias de Pêrsio Arida, ficou conhecida como proposta "Larida". Embora essa não seja a proposta vencedora e colocada em prática no momento, nos será útil conhecê-la mais a fundo para discussões futuras. Segundo seus autores, existiam duas correntes de pensamento contra a inflação. A primeira, dos ortodoxos, sugeria corte nas despesas do setor público, já os segundo culpavam a indexação, logo a saída seria a desindexação da economia. O primeiro caminho teria efeitos colaterais recessivos insuportáveis, assim o fim da indexação seria o caminho para formas alternativas de vencer a inflação. A desindexação com congelamento estava descartada, pois assim se cristalizariam os preços relativos distorcidos pela asincronia dos reajustes provocando perdas insustentáveis. A proposta alternativa apresentada se baseia em duas premissas:

1. Déficit operacional do setor público controlado e
2. Inflação essencialmente inercial.

Posto isso, seriam colocados em prática nove pontos básicos:

1. Criação de uma nova moeda indexada (NC) com paridade fixa com a ORTN e taxa de conversão para cruzeiros fixada diariamente;
2. O cambio entre o NC e o dólar seria fixo;
3. Haveria a possibilidade de trocar cruzeiros para NC em qualquer agência bancária;
4. Todo depósito à vista seria contabilizado em NC;
5. Todo o sistema financeiro seria contabilizado em NC;
6. Contratos com base na ORTN poderiam ser convertidos em NC;
7. Preços controlados pelo governo fixados em NC;

² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.40, n.4, abril, 1986.

8. Preços em geral em cruzeiros e NC, sendo lentamente só em NC;
9. Salários gradativamente convertidos em NC.

"A introdução de uma moeda confiável foi elemento central na formulação dos programas que lograram por fim as hiperinflações européias no início da década de 20" (RESENDE, 1986, p. 155). No Brasil seria então necessário conter a inflação em curto prazo com uma nova moeda em que o público confie como reserva de valor e unidade de conta. Dessa forma não se reduz a liquidez na economia, a taxa de juros não é pressionada para o alto, nem se inviabiliza o investimento público.

Fica claro então o intenso debate político e econômico que se travava nos primeiros anos da Nova República. Esse debate envolvia correntes a direita e a esquerda, ortodoxos e heterodoxos, e ainda, as mais variadas combinações e gradações. Só que o momento exigia que medidas concretas fossem tomadas. Nasce então o Plano Cruzado, contando com a participação do Ministro Funaro de Francisco Lopes, Pêrsio Arida e Lara Resende; que apesar das diferentes opiniões acima apresentadas chegaram a um modelo de consenso, onde prevaleceram as idéias iniciais de Lopes.

O Decreto-lei 2.283/28.2.86 trazia a público o plano que mudaria os rumos da economia brasileira. As seguintes medidas foram tomadas: o cruzeiro seria substituído pela cruzado (na paridade 1000/1), abolição da indexação, congelamento de preços e ORTN, hipotecas e aluguéis congelados por um ano, proibição de contratos com cláusulas de indexação de prazo inferior a um ano (exceto poupança, Pis-Pasep e FGTS), salário mínimo reajustado pelo valor médio dos últimos seis meses mais 8%, gatilho salarial em 20% de inflação, sincronização dos ajustes salariais com correção média a partir dos últimos seis meses, livre negociação dos salários por ocasião do dissídio anual vedados aumentos a título de reposição, instituição do seguro-desemprego. Um dos principais objetivos do plano era o de devolver a moeda nacional o papel de reserva de valor.

O Presidente da República, José Sarney, em cadeia de rádio e TV no dia 28 de fevereiro anunciou o plano com o seguinte discurso:

Brasileiras e brasileiros, esta é uma convocação para que juntos, governo e povo, tomem uma decisão grave e difícil. Ela marcará a sorte de nossa sociedade nos próximos anos. Tenho meditado há tempos sobre sua oportunidade. Medimos conseqüências, avaliamos risco e pesamos resultados. Minha consciência e meu dever para com o País não me fizeram hesitar. A política tem um compromisso com a coragem, e os homens de Estado não podem fugir à

força do destino, na hora de definições maiores. Determinei mudanças fundamentais na economia. Chegamos a exaustão, nos tratamentos tópicos. E não foi para isso que os inexplicáveis caminhos do destino me fizeram presidente da república. Meu compromisso é com o Brasil, com a história, e assim eu devo agir. Este compromisso não colide com meus deveres éticos para com os partidos da Aliança Democrática, uma vez que nossos objetivos são comuns... As medidas não são cópia de nenhum programa instituído por qualquer outro país ... à menor distorção do sistema, o primeiro a ser defendido será o trabalhador brasileiro... A inflação tornou-se o inimigo número um do povo. Iniciamos hoje uma guerra de vida ou morte contra a inflação... mas este programa tem que ser um programa do povo brasileiro. Todos estaremos mobilizados nesta luta. Cada brasileira ou brasileiro será um fiscal de preços... Convoco o povo brasileiro para viver este grande momento.³

Nas próprias palavras do presidente e nas entrelinhas do discurso, e ainda analisando as medidas em si, podemos destacar vários pontos importantes: apelo para a participação popular buscando apoio para o plano, diagnóstico de exaustão das práticas gradualistas e necessidade de prática de choque, caráter heterodoxo do plano, não existência de cópia direta de modelos estrangeiros, mas a nítida inspiração em experiências anteriores de outros países.

O artigo 39 do decreto 2.283, dizia que "qualquer pessoa do povo poderá e todo servidor público deverá informar as autoridades competentes sobre infrações à norma de congelamento de preços e prática de sonegação de produtos, em qualquer parte do território nacional"⁴. O público respondeu ao chamado, o plano obteve apoio popular maciço. Os discursos do presidente, a propaganda oficial e a imprensa em geral favoreceram a mobilização dos "Fiscais do Sarney". Algumas cenas de pessoas comuns com seus *botons* "sou fiscal do Sarney" fechando supermercados e outros estabelecimentos comerciais foram repetidas dezenas de vezes em horário nobre de praticamente todas as emissoras de TV e estampadas em manchetes de jornais em todo o Brasil. A idéia da aliança governista era transformar esse apoio em votos nas eleições legislativas que se aproximavam, esse será um dos pontos fracos do plano, que ficará excessivamente preocupado com a repercussão eleitoral de seus resultados.

O diagnóstico de que a inflação era essencialmente inercial, ou seja, que a inflação passada gera a inflação futura, e a crença na proximidade de um

³ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.40, n.3, março, 1986.

⁴ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.40, n.3, março, 1986.

processo de hiperinflação levaram a escolha de um tratamento de choque, e não mais por um tratamento gradual. Já a opção por um modelo heterodoxo se configura na tentativa de evitar processos recessivos de reajuste, resultado da inspiração teórico-metodológica da equipe de governo e das preocupações eleitorais, ambas comentadas anteriormente.

Alguns países europeus, Alemanha, Hungria, Polônia, Rússia e Itália; conheceram processos hiperinflacionários na primeira metade do século XX, a saída encontrada em tal continente foi através da suspensão da emissão monetária, do congelamento cambial e da redução do déficit público, como resultado tivemos altas taxas de juros, processo recessivo transitório e a diminuição da inflação. No Brasil, para evitar o efeito colateral recessivo a idéia era administrar a emissão monetária e o déficit público de modo que a taxa de juros real sofra uma queda, não havendo então queda da demanda global. Esse era o maior caráter heterodoxo do plano, pois o congelamento de preços é uma ferramenta tipicamente heterodoxa, porém também foi utilizado em reformas em que coexistia com práticas ortodoxas, como no caso da Argentina e de Israel.

Como dito, a hipótese básica do plano cruzado era de que a inflação era inercial, existiam, no entanto, outras fontes de inflação, como os choques de oferta e o déficit público. O problema inflacionário vem com a necessidade de financiar o déficit, o que normalmente gera pressões inflacionárias. Tradicionalmente o déficit pode ser financiado de cinco formas, através de emissões de base monetária, de empréstimos no sistema financeiro, de colocação líquida de títulos da dívida pública, de maior arrecadação tributária ou de desmobilização de ativos. Mas com a criação da nova moeda surge demanda de cruzados, fato que permite emissão sem pressões inflacionárias. A dosagem de liquidez era o problema, e quando o estoque de moeda atingisse a demanda qualquer aumento geraria pressão inflacionária. Já as desmobilizações de ativos, só podem ser feitas uma vez, não sendo também remédio permanente. Logo a folgas do governo era apenas temporária⁵.

Os maiores desafios para o plano estariam no fim do congelamento e na retomada dos investimentos. Apesar das ressalvas feitas, pode-se concluir que inicialmente o plano teve sucesso, principalmente do ponto de vista político. As expectativas eram muito grandes, empresários e consumidores estavam satisfeitos, alguma insatisfação vinha dos banqueiros que perderam com o fim da especulação. Mas as mais otimistas avaliações eram feitas, como por exemplo a de José Serra, que em junho de 1986 comemorava a vitória do Plano Cruzado como uma vitória da democracia (SKIDMORE, 1988, p.504). Os resultados positivos

⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.40, n.3, março, 1986.

vindos do exterior, queda nos preços do petróleo, níveis mais baixos nos juros e crescimento das exportações de café; somavam-se ao clima de otimismo.

Três meses após o plano começam a surgir as primeiras dúvidas. A principal questão envolvia o congelamento de preços, pois realinhar os preços defasados sem interferir na meta de inflação zero era um grande desafio. Um problema acima do esperado foi a exacerbação do consumo. Podemos buscar a explicação para esse fenômeno em vários fatores, o primeiro deles seria a própria euforia com o plano que combinada com a tradição de antecipação de compras, graças à memória inflacionária, levou todo o público ao consumo; parte considerável dos agentes econômicos em questão não compreendia exatamente o plano e acreditava possuir um poder de compra maior do que o real; e, por último, a política monetária, fiscal e salarial seguia ritmo expansionista, colaborando dessa forma para acirrar o processo. A escassez de poupança, tanto interna como externa, dificultava o surgimento de novos investimentos, e a capacidade industrial ociosa já estava se esgotando. Outros problemas que também se faziam presentes eram como cobrir o déficit público e como financiar o desenvolvimento do país.

Já em junho, ainda de 1986, o otimismo começa a conviver com a dúvida. Nesse ambiente o governo lança o Plano de Metas, um novo pacote econômico composto por medidas corretivas ao Cruzado objetivando moderar o consumo e incentivar a poupança. Entre as medidas, adotadas pelo Conselho Monetário Nacional, estavam presentes a redução de 20% do crédito direto ao consumidor, flexibilização do sistema de saques e depósitos das cadernetas de poupança e a proibição do uso de cartão de crédito em postos de gasolina. A principal meta a ser atingida era uma taxa de crescimento econômico de 7% ao ano até 1989, através de vultuosos investimentos na área social e de infra-estrutura.

No mês seguinte foi criado ainda o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), destinado a gerir os recursos que financiariam o Plano de Metas; estabeleceram-se empréstimos compulsórios sobre as vendas de gasolina, álcool e automóveis, bem como sobre passagens aéreas internacionais e venda de moeda estrangeira aos viajantes, esperava-se com tal medida reduzir o consumo e amealhar recursos para constituição do FND; ficou estabelecido também o aumento da tributação sobre as operações com títulos de curto prazo (menos de 60 dias), exceto sobre as Letras do Banco Central⁶.

Percebe-se que a dosagem das medidas adotadas desde o lançamento do plano cruzado é medida por interesses eleitorais. A menos de três meses da eleição a confiança no governo, e em seus candidatos ao legislativo não podiam

⁶ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.40, n.8, agosto, 1986.

ser abaladas. Qualquer medida recessiva ou que abalasse o apoio popular deveria ser evitada até as eleições. A inflação reprimida, a cobrança de ágios e a escassez de produtos começam a ficar cada vez mais visíveis, e o governo continua corrigindo alguns pontos dentro dessa lógica política. Seguindo essa linha, o PMDB foi o grande vitorioso nas eleições de 15 de novembro de 1986, fazendo 22 dos 23 governadores, elegendo na Câmara 53,4% dos deputados e constituindo no Senado a maior bancada (MOTTA, 1999).

Após as eleições, os aspectos menos consistentes do Plano Cruzado já estavam claramente a vista. Era necessário desaquecer o mercado interno, equilibrar as contas externas e equilibrar as contas do setor público. A cobrança de ágio e até o desabastecimento eram generalizados, as pressões inflacionárias eram então muito fortes. A balança comercial, que desde 1984 vinha acumulando saldos mensais da ordem de US\$ 1 bilhão, apresentou em setembro um superávit de US\$ 840 milhões, caindo em outubro para US\$ 210 milhões, atingiu a marca de US\$ 131 milhões em novembro e obteve uma parca recuperação em dezembro fechando em US\$ 156 bilhões. Essa redução significava que o excesso de demanda existente no mercado interno, devido ao surto de consumo pós-cruzado, transbordou para o mercado externo. O fato de o Cruzado estar valorizado frente a outras moedas estrangeiras colaborou ainda para o crescimento das importações e a diminuição das exportações. O déficit público, como porcentagem do PIB, que havia atingido 1,6% em 1984 subiu para 3,2 em 1985 e atingiu a marca dos 4% em 1986⁷.

Para corrigir esses problemas é lançado em dezembro de 1986 o Plano Cruzado II somando uma série de medidas que seriam recebidas com impopularidade. Elas centravam força em ajustar a demanda agregada, dando preferência a uma mudança na taxa cambial real, no aumento de tarifas públicas e impostos, sendo escolhidos para isso os impostos indiretos em mercados específicos, notadamente nas bebidas alcoólicas, cigarros e automóveis.

Tensões inflacionárias, déficits externos e problemas no abastecimento; o ano de 1987 foi marcado por turbulências. O esgotamento das reservas cambiais, como resultado do prolongamento do congelamento com crescimento da demanda, dos salários e dos demais custos; o saldo comercial ainda com tendência a queda e a involução dos investimentos externos, alcançando um desinvestimento na casa dos US\$ 100 bilhões, geravam um clima de incerteza.

⁷ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.40, n.11, novembro, 1986; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, *Conjuntura Econômica*, v.40, n.12, dezembro, 1986; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, *Conjuntura Econômica* v.41, n.1, janeiro, 1987.

A novo plano econômico não alcançou o apoio da sua primeira versão, pelo contrário, as expectativas eram no mínimo cautelosas.

Em fevereiro de 1987 a impossibilidade de pagamento dos juros devido à absoluta escassez de divisas levou o governo a decretar moratória. Foi então suspenso o pagamento de juros dos empréstimos de médio e longo prazo contratados junto aos bancos comerciais estrangeiros. Para entendermos esse processo precisaremos recuar um pouco na história recente de nosso país e assim entender as raízes do problema. Entre 1968 e 1973, apesar do crescimento da dívida a solvência do país não estava ameaçada já que as razões dívida líquida/exportações e dívida líquida/PIB decresceram consideravelmente no período. Já no período 1973-78, como consequência do choque do petróleo, o endividamento externo bruto cresceu 246,1% e os indicadores de solvência pioraram. O próximo recorte temporal, 1979-82, é marcado pelo segundo choque do petróleo, recessão, protecionismo e uma alta sem precedentes na taxa de juros; como resultado temos uma taxa de crescimento médio de 12,7% ao ano do endividamento externo. "O endividamento bola de neve assustou os bancos estrangeiros e levou o país à liquidez externa em 1982. Após a crise cambial mexicana de fins daquele ano, chegou a vez do Brasil ver cessar o fluxo de voluntário de empréstimos bancários."⁸ O país teve então de negociar com bancos comerciais e instituições oficiais, fechando um acordo ajustamento com o FMI. Entramos então em um período de ajustamento que marcaria os anos entre 1983-85. Obtivemos nessa fase superávits na balança comercial e o retorno ao crescimento econômico. Por fim, chegamos aos anos de 1986-87, onde a moratória pode ser considerada como somatória de todo o processo e não apenas como o insucesso dos últimos planos.

Diante da perspectiva de descontrole da inflação e frente aos problemas enfrentados pelo país, uma nova equipe econômica, chefiada pelo novo ministro Luis Carlos Bresser Pereira, prepara um novo plano econômico. O Novo Cruzado foi levado a público em 12 de junho de 1987 através do decreto lei número 2.335, nele constavam as seguintes medidas:

- congelamento geral de todos os preços, inclusive salários e aluguéis, pelo prazo máximo de 90 dias, o gatilho salarial funcionaria em junho, os aumentos excedentes a 20% seriam pagos em seis parcelas mensais, os ministros da Justiça, da Fazenda e do Trabalho, exerceriam severa vigilância sobre os preços;

⁸ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.42, n.3, março, 1988.

- foi criada a Unidade de Referências de Preços (URP), para reajustes de todos os preços e salários; terminado o congelamento, iniciar-se-ia a fase de flexibilização dos preços, com reajustes de no máximo uma vez por mês, de acordo com a valorização da URP;
- a URP seria corrigida a zero hora do primeiro dia de cada mês, de acordo como o comportamento do Índice de Preços ao Consumidor;
- após o congelamento seriam admitidos reajustes diferentes da valorização da URP, desde que comprovados por alterações de custos e de produtividade;
- no período de flexibilização, os aluguéis seriam reajustados de acordo com a atual legislação;
- as negociações salariais seriam livres, não havendo limitações aos acordos coletivos; os salários terão reajustes mensais, também de acordo com a URP;
- foi criada tabela para deflação dos valores a serem pagos por conta de dívidas em cruzados fixos ou com correção monetária pré-fixada, decorrente de obrigação contratual;
- o ministro da fazenda poderia rever, total ou parcialmente, o congelamento de preços;
- o Conselho Monetário Nacional adaptaria as normas para os mercados financeiros e de capitais.

Percebemos que o Novo Cruzado possui maior componente ortodoxo do que seus predecessores, como por exemplo, a introdução ingredientes de correção do déficit público. Podemos citar ainda a política de preços e salários mais cautelosa, o reajustamento e da taxa de câmbio, bem como a supressão da escala móvel de salários e parte dos subsídios do trigo e ao crédito agrícola.

Bresser enfrentava um PMDB confuso. As várias correntes do partido não se entendiam, "alguns acusavam-no de querer levar o país deliberadamente à recessão e de promover o maior arrocho salarial da história recente. Outros se voltam contra os estímulos a exportação... Outros, ainda, demandam taxas de juros reduzidas"⁹. O fato era que o novo ministro enfrentava um ambiente crescentemente inflacionário, em junho foi atingido a taxa recorde de 26% ao mês; as reservas cambiais caíram para menos de US\$ 3 bilhões em março de 1987 e os salários vinham em um processo de franca deterioração.

⁹ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.41, n.7, julho, 1987.

TABELA 3 – Indicadores do endividamento externo e investimento com porcentagem do PIB (1965-1986).

Anos	Dívida externa bruta*	Dívida externa líquida* A	Dívida líquida Exportação (%)	Serviço da Dívida** Exportação (%)	Investimentos PIB
1965	3.644	3.161	198,1	28,8	-
1966	3.666	3.245	186,4	29,0	-
1967	3.281	3.083	186,4	38,0	-
1968	3.780	3.523	187,3	33,4	-
1969	4.403	3.747	162,1	19,2	-
1970	5.295	4.108	150,0	33,1	20,5
1971	6.622	4.899	168,7	39,7	21,1
1972	9.521	5.338	133,8	39,1	21,1
1973	12.572	6.156	99,3	35,3	23,2
1974	17.166	11.897	149,6	32,3	25,4
1975	21.171	17.130	197,6	42,3	26,8
1976	25.985	19.441	192,0	47,4	23,1
1977	32.037	24.781	204,8	50,9	22,0
1978	430511	31.616	249,8	63,4	22,6
1979	49.904	40.215	263,8	69,3	22,5
1980	53.848	47.995	233,1	56,2	22,4
1981	61.411	54.718	231,4	66,1	22,3
1982	69.654	65.720	328,1	90,7	20,2
1983	81.319	76.944	350,3	85,3	15,7
1984	91.091	79.533	294,5	67,6	16,5
1985	95.857	85.133	332,0	77,3	18,0
1986	101.759	95.852	428,0	99,4	-

* em bilhões de dólares

** Inclui juros e amortizações

A corresponde a dívida externa bruta descontadas as reservas internacionais

Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.42, n.3, março, 1988.

As medidas do governo não agradaram os mercado internacional, a continuidade da moratória era vista com desconfiança, podemos novamente recorrer ao professor Wilson Cano:

O programa retornou ainda ao FMI e, embora mantendo a moratória, propôs aos banqueiros internacionais renegociar a dívida externa, com reescalonamento de seus pagamentos e securitização de parte do débito, com desconto. A recusa da

proposta, entretanto, foi ostensiva, principalmente pelos EUA, que exigiam o fim da moratória (CANO, 2000, p. 217).

O plano conseguiu alguns resultados nos próximos três meses que se seguiram, porém, logo em seguida vemos a situação se complicar. Para melhor entendermos o desenrolar desse ano, vamos dividi-lo em três parte:

1. de janeiro a meados de julho: marco pela conturbação gerada pelo fim descontrolado do congelamento do Cruzado II;
2. da segunda metade de julho a setembro: retomada parcial do controle da economia com o Plano Bresser (Novo Cruzado);
3. de outubro a dezembro: retorno da inflação de dois dígitos.

No final do período, constatamos que o PIB cresceu aproximadamente 3,5% mesmo com a indústria praticamente estagnada já que a agropecuária apresentava crescimento e a inflação anual atingiu o preocupante valor de 415,8%.¹⁰

Também do terceiro ponto de nossa periodização do ano de 1987 teremos um novo choque externo, provocado por uma grande queda na bolsa de Nova Iorque, seguida pelas bolsas de Londres e Tóquio. No dia 19 de outubro índice *Down Jones* caiu 22,6%, a perda patrimonial foi de aproximadamente US\$ 1 trilhão. O aumento nas taxas de juros internacionais, a desvalorização do dólar nos mercados de câmbio e a perspectiva de recessão nos Estados Unidos, contribuíram para multiplicar efeitos economicamente perversos por toda parte.

Motivados pela inflação aparentemente indestrutível, pelos planos econômicos sucessivos de efeitos anestésicos passageiros e pelas crises internacionais, os diagnósticos e previsões para o Brasil começam a mudar. Muito do que viria a ser o pensamento dominante dos anos 90 começa a ser proposto. Idéias de cunho liberal, como privatizações e desregulamentações, ganham força; o Estado começa a ser apontado como o grande vilão de toda essa história, os rápidos avanços tecnológicos passam ser vistos como promotores de uma grande revolução da economia mundial, a qual não haveria escapatória.

Vamos acompanhar com mais calma o aparecimento dessas idéias analisando as *Cartas do IBRE*¹¹ publicadas mensalmente na revista *Conjuntura*

¹⁰ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.42, n.2, fevereiro, 1988.

¹¹ Instituto Brasileiro de Economia. Essa fonte foi escolhida exatamente por ter sido identificada como uma das manjedouras do pensamento neoliberal no Brasil.

Econômica. Em junho de 1987, encontramos pela primeira vez em um artigo dessa publicação o termo globalização, que é apresentado como uma palavra chave com que cientistas políticos e sociais sintetizam as diversas mudanças que estariam se passando no mundo, elas seriam: ascensão econômica dos países da chamada borda do Pacífico, a crescente internacionalização de capitais, a maior coordenação de políticas em nível mundial, a assimilação tecnológica por parte de países que antes viviam prisioneiros da barreira ideológica do bloco comunista e os movimentos migratórios entre fronteiras. Um certo caráter determinista nessa visão fica claro na seguinte passagem: "a relutância com que nos lançamos à reconquista dos mercados perdidos em 1986, bem como as tendências xenófabas evidenciadas nos primeiros debates da Assembléia Constituinte são sinais evidentes da perda de capacidade de certas elites de acompanhar o trem da História"¹². A saída para nossos problemas seria a "plena integração do Brasil na economia mundial"¹³.

Passemos agora para Carta de outubro de 1987, onde é constatada a ausência de rumos na política econômica oficial, e, para superar essa condição, seria urgente a construção de um projeto nacional de impacto que envolvesse reforma tributária, privatizações e participação nos lucros para os trabalhadores. Para os economistas do IBRE "a questão social só será equacionada com a sustentação do crescimento econômico, num regime de estabilidade de preços. Esse objetivo exige uma fórmula completamente nova, bem articulada e facilmente assimilável que, abandonando as promessas falaciosas de um melhor porvir, comece a operar uma verdadeira *revolução do presente*, ao romper com o padrão antigo de desenvolvimento instalado no país a partir da década de 30"¹⁴. No mês seguinte, a conclusão do artigo que analisa a crise nacional e internacional indica a direção que deveria seguir a economia brasileira, ela incluiria "privatização de empresas estatais, modernização do setor público, fim do desperdício, refletindo-se na redução do déficit governamental, bem com abertura ao comércio externo e expansão da iniciativa privada, ambos dependentes em grande parte do decréscimo da ingerência oficial... A idéia liberal continua, portanto, válida."¹⁵

¹² FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.41, n.6, junho, 1987. (grifos nossos)

¹³ Ibid.

¹⁴ Nota-se aqui grande semelhança com algumas palavras proferidas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre "revolução silenciosa" ou superação do modelo da década de 30. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.41, n.10, outubro, 1987. (grifos nossos)

¹⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, v.41, n.11, novembro, 1987.

Ainda seguindo essa linha, encontramos em dezembro de 1987 um Ensaio assinado por Marcos Cintra Cavalcante Albuquerque¹⁶ onde se discute o novo papel do Estado. Para esse autor a concepção de Estado no Brasil, como agente modernizador, era arcaica. Dentro de uma nova proposta o Estado deve atuar somente onde não possa ser substituído. Pois para controlar o déficit público precisamos de um Estado forte e atuante, porém restrito às áreas onde sua presença seja necessária, para isso devemos restringi-lo nas áreas produtivas, através de um amplo processo de privatização; e ampliar a sua atuação na área social. Seria necessário combater todos os privilégios comerciais, pois a ação estatal deveria ser um complemento à atuação privada. Precisariamos também vencer a noção falsa de perigo que o capital estrangeiro representaria, a economia nacional deveria efetuar maior integração à comunidade econômica internacional. Em síntese o Estado deveria: atuar onde o mercado falha, respeitar a liberdade e a individualidade; valorizar a iniciativa provada e a criatividade pessoal, buscar maior integração com as demais economias e, por último, ser um prestador de serviços públicos promovendo a justiça social. Dessa forma "não basta uma nova república busca-se uma *nova economia*, que poderia ser resumida no lema *privatização com redistribuição*"¹⁷.

Próximo à metade do ano de 1988 o governo lança três decretos lei, numerados como 2.433, 2434 e 2435, alterando a política industrial e dando início a práticas liberalizantes nesse setor. A *Carta do IBRE* de junho de 1988 analisa esses decretos e apóia o remédio liberal para a saída da crise, e até sugere dosagem maior e mais rápida para o país. Segundo os economistas do instituto era necessário combater o nacionalismo arcaico representado na Constituinte, que ainda estava disposto a conceder benefícios de reservas de mercado e continuar buscando o desenvolvimento voltado para o mercado interno. Contra isso, deveria ser colocado em prática um plano para, em cinco anos, buscar a desregulamentação e a abertura da economia nacional.

Dessa forma pudemos observar que a nova edição das velhas idéias liberais teve seu início, no Brasil, ainda na segunda metade dos anos 80. O que viria a constituir o pensamento único, e quase hegemônico, ainda não estava pronto, mais dava os seus primeiros passos, já abandonando o mundo das idéias a começando a se espalhar pela prática de algumas medidas. Observaremos no último ano de governo Sarney, e em seu último plano

¹⁶ Na época diretor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

¹⁷ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, v.41, n.12., dezembro, 1987. (grifos nossos)

econômico, sinais mais fortes da ortodoxia liberal, só que ainda mesclados às práticas heterodoxas.

O ano de 1988 foi marcado por alta inflação, superávit comercial de aproximadamente US\$ 19 bilhões, pagamentos de juros e amortizações da dívida na casa dos US\$ 14 bilhões, reservas cambiais praticamente estáveis e déficit público operacional de quase 5% do PIB. O orçamento para 1989 tinha como meta alcançar diminuir déficit para 2%, pelo menos esse foi o acordo feito com o FMI. Para isso seria necessário diminuir os gastos com pessoal e aumentar a receita líquida da união. No final de 1989 teríamos as primeiras eleições diretas para presidência da república após o golpe de 64, as alianças e articulações políticas estavam em andamento. Esse era o cenário econômico e político no lançamento do Plano Verão.

TABELA 4 – Inflação de 1988

Período	IGP*		IPC**	
	Média Mensal	Base Anual	Média Mensal	Base Anual
1º trimestre	18,3	651,3	16,8	544,6
2º trimestre	20,2	809,6	18,9	698,3
3º trimestre	23,4	1.246,8	22,9	1.187,5
4º trimestre	28,2	1.970,9	27,6	1863,0
dez. - dez.	22,5	1.037,6	21,6	933,6

* Índice Geral de Preços

** Índice de Preços ao Consumidor

Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v43, n2, fevereiro, 1989.

O coque de verão, lançado no início de 1989, além de ser um plano de intervenção econômica, também constituiu importante recurso político no sentido de preservar a imagem do governo. Ele foi constituído de ações heterodoxas, seguidas de intenções ortodoxas. O grande componente heterodoxo foi a congelamento de preços, já os componentes ortodoxos seria a imposição de uma apolítica monetária fervorosa nos primeiros dias de implantação do Plano. Havia também ingredientes fiscais, voltados para o corte das despesas, e um dispositivo de privatização das estatais. No primeiro impacto, podemos dizer que o Plano Verão obteve algum sucesso, diminuindo a velocidade da espiral inflacionária, que já ameaçava ultrapassar a marca dos 30%.

No desenrolar dos meses havia a previsão de cortes nas despesas do governo, fim da OTN (tentativa de desindexação), o congelamento seria o menor possível, demissões, privatizações, fechamento de ministérios, órgão e agências

públicas. Mas, devido ao claro desalinhamento entre executivo e legislativo, as últimas três ações foram barradas no congresso.

Aproximadamente três meses após o plano voltamos a observar alguma indexação na economia, o endividamento do governo não parava de crescer com a política de juros altos e a inflação volta para índices de dois dígitos. Mas os novos patamares inflacionários eram inferiores aos anteriores ao choque de verão.

Uma série de artigos publicados a partir de abril de 1989 em *Conjuntura Econômica* é exemplar para entendermos o pensamento econômico que dominaria os anos 90. Começamos nosso trilha por um ensaio do empresário e então presidente do Instituto Liberal Donald Stewart Júnior, publicado em abril. Nele o autor defende as idéias de Ludwig von Mises que, ao lado de Friedrich August von Hayek, seria um dos expoentes pensadores do neoliberalismo. Tais idéias aplicadas ao Brasil nos levariam então a conclusão de que o nosso erro estaria e deixar o Estado decidir a utilização dada aos recursos acumulados na economia. A Alternativa a isso seria deixar que tal alocação de recursos fosse feita pelo mercado. Segundo o autor: "é preciso que se compreenda que o aumento de riqueza, o progresso tecnológico, a melhoria do padrão de vida são efeitos, cujas causas são a liberdade de entrada no mercado, o respeito à propriedade privada, a competição empresarial"¹⁸.

Na *Carta do IBRE* de maio de 1989 encontramos uma análise dos planos argentinos e brasileiros. A conclusão é que em ambos os países foram tentados planos parecidos de caráter heterodoxo e, também em ambos, foram fracassados. Por isso, o único caminho para redimir nossas mazelas econômicas seria a liberdade nos mercados e o controle das emissões. Existiriam dois exemplos a serem seguidos um, vindo da Europa, seria a Inglaterra da dama de ferro Margaret Thatcher, o outro, mais próximo, seria o Chile com suas reformas liberais iniciadas pelo General Pinochet.

Nas cartas do instituto de junho e julho pode ser lido que o Estado liberal deveria emergir na "aurora da pós-modernidade". No Brasil a liberdade política não se converteu em igual liberdade econômica, dessa forma, na teríamos alcançado um "capitalismo democrático" que seria globalizado e "pós-moderno".

As preocupações dos membros do instituto brasileiro de economia se direcionam em novembro, ainda de 1989, para apontar o que o país não podia continuar a fazer: continuar a crescer endividando o setor público, isolado comercialmente, mantendo privilégios como subsídios e monopólios e ignorando

¹⁸ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, v.43, n.4, abril, 1989.

a saúde e a educação pública. A grande solução para esses problemas seria a ortodoxia liberal através das práticas de livre mercado.

Fechando o ano, em dezembro temos um retrospecto dos anos 80. Nesse artigo as noções liberais de economia são identificadas como o grande legado da década, as desregulamentações, privatizações, menor protecionismo, a atuação mínima do governo no tocante a economia e a livre negociação entre capital e trabalho constituiriam uma onda irresistível e, mesmo assim, que insistisse em ficar de fora estaria condenado a estagnação, como o Brasil. Os grandes exemplos a serem seguidos seriam os EUA de Reagan, a Inglaterra de Thatcher e a Espanha de Gonzáles. Esse novo contexto internacional, gerado pela nova ordem político-econômica, traria paz sem a hegemonia absoluta de nenhuma nação.

Como fica fácil de ser observar, no final dos anos 80 o clima já estava absolutamente favorável para o início de reformas liberais em nosso país. Importante ressaltarmos como o contexto internacional, crise do petróleo, alto dos juros internacionais e necessidade de remodelamento no modelo de acumulação norte-americano, crises do sistema financeiro em 1982 e 1987; vai sendo esquecido e, em seguida, o Estado passa a assumir sozinho, na opinião dos críticos liberais, a culpa pela crise vivida pelos países do terceiro mundo. A partir de 1987 temos como globalização, pós-modernidade, privatizações, livre mercado, entre outros, foram ficando cada vez mais constantes nos artigos analisados. A atuação do Instituto Liberal publicando livros base para o desenvolvimento das idéias neoliberais, e, pouco depois, de lideranças políticas alinhadas a tais ideais, foi gradativamente ganhando espaço no cenário nacional.

Tal contexto vai ser ampliado com as pressões externas para renegociação das dívidas externas dos países latino-americanos, pela realização de reuniões que ficaram conhecidas como Consenso de Washington e as reformas liberais que aconteceram em outros países da América Latina. O Brasil faria parte desse processo já com o Governo Collor, embora o claro alinhamento a nova onda liberal se daria com o Presidente Itamar e o Ministro Fernando Henrique Cardoso.

- *ABSTRACT: Work's purpose is analyze the 1980's, their economical crisis and the respective reforms tries. We'll watch that the liberal ideas that's became hegemonic in the 90's already wandered by the national territory since the beginning of new republic's first government, and these ideas were taking more place. Then, in the end of "lost decade", the atmosphere was absolutely favorable to begin liberal reforms in our country.*

A VOZ DOS EXCLUÍDOS: SOBRE O USO DA METODOLOGIA DA HISTÓRIA ORAL PELA PESQUISA JURÍDICA

*Hermes da FONSECA**

- RESUMO: A possibilidade de uma inter-relação entre direito e história oral com a adoção da metodologia desta pela pesquisa jurídica constitui o objetivo da discussão a ser feita neste artigo. Além do caráter interdisciplinar, a história oral possibilita à pesquisa jurídica além da análise de fontes orais, o estudo de sujeitos históricos marginalizados, excluídos dos direitos humanos elementares.
- UNITERMOS: história oral; direito; pesquisa jurídica; pluralismo jurídico; interdisciplinaridade.

Introdução

A preocupação com a produção de saberes interdisciplinares encontra-se inter-relacionada a uma autocrítica metodológica presente em diferentes setores do conhecimento. A crise dos métodos – que não é fato recente nem restrito a uma área específica – não deixa de ser também uma crise das teorias e dos objetos de estudo, na medida em que esses componentes constroem-se pela interação de seus conteúdos; o método

faz parte do trabalho de elaboração teórica, e só pode ser bem compreendido, ou postular qualquer validade, dentro do todo que ele integra, e jamais fora dele, visto que não há como considerar o método em si mesmo, como se constituísse

* Graduando do curso de Direito da Unesp campus de Franca. Bolsista PIBIC/CNPq.

uma realidade independente do corpo teórico que o produz e o contém. (MARQUES NETO, 1980, p.150).

Objetivamos expor a necessidade de estudos efetivamente interdisciplinares – ultrapassando as análises dogmáticas que não permitem a problematização de si próprias e de suas produções –, esta explanação parte da observação dos estudos realizados em direito para questionar as possibilidades de um inter-relacionamento da história oral com a pesquisa jurídica. Assim afirmando, parece não restar dúvidas sobre nossa opção metodológica; ao longo da nossa argumentação faremos ponderações mais aprofundadas a esse respeito, analisando as várias possibilidades de desdobramentos da questão. Hipoteticamente, podemos ponderar que uma leitura do fenômeno jurídico pela história oral alcançaria uma identidade privilegiada e, conseqüentemente, resultados mais aprofundados, em duas áreas específicas da pesquisa jurídica – História do Direito e Sociologia Jurídica. Contudo, a maior afinidade dessas duas áreas de estudo em direito com a história oral, não significa que esta não possa ser empregada em estudos de outros setores específicos, mais técnicos, do campo do direito.

As duas disciplinas apontadas como tendo uma maior identidade com a história oral são, ainda, alvo de um desprestígio na grade curricular do curso de direito. Os estudos de história do direito no Brasil, conforme pondera Antônio Carlos Wolkmer (1999, p.05), têm se limitado a esboços “descritivos e pouco sistemáticos, marcados por um enfoque tradicional e algumas vezes erudito, mas sem uma contextualização crítica maior”, em sua maioria abordando o período da Colônia e do Império. Ressalta o autor que essa abordagem historiográfica tradicional pode ser uma evidência de “a disciplina História do Direito nunca foi correta nem devidamente considerada, desde a criação dos primeiros cursos jurídicos em 1827.” Por outro lado, a Sociologia Jurídica, institucionalizada como disciplina universitária nas faculdades brasileiras a partir dos anos 60 (séc. XX), tem sido contraponto importante aos dogmatismos jusnaturalistas e positivistas (já incluídos o Positivismo jurídico lógico e o positivismo sociológico); entretanto, não são abundantes as pesquisas nessa área e, na maioria das vezes, os sujeitos da pesquisa são professores de direito, alunos, advogados, juizes, etc. além de serem usados questionários para a coleta de dados, fatores que restringem o alcance da observação.

Ao propormos a relação da história oral e os estudos jurídicos estamos afirmando não apenas a necessária inovação interdisciplinar, mas também um redirecionamento da pesquisa jurídica em que novos sujeitos sejam admitidos, novas fontes além das costumeiras fontes bibliográficas sejam usadas, novas vozes (“novas” apenas no sentido de serem recentes entre as vozes já

tradicionais) sejam ouvidas, não mais por intermédio de um questionário com alternativas preestabelecidas, como tem sido amplamente utilizado nas raras pesquisas empíricas. Importa, assim, admitir que o Estado não detém o monopólio do direito (SANTOS, 1988, p.99); ordens jurídicas não-oficiais, convivem em paralelo (ou em conflito) com o direito oficial, guardando com este relação de dependência e existindo em relação a este devido à não-garantia de direitos humanos elementares como a habitação, saúde, terra, etc. Como avolumam-se os defensores de um acesso efetivo das pessoas à Justiça, em nossa experiência democrática recente, os agrupamentos sociais mais desfavorecidos socioeconomicamente – a maioria da população – passam a ocupar um lugar central na pesquisa jurídica crítica. Tais sujeitos, quase sempre inconscientes de sua ação histórica, dispõem de fontes escritas esparsas, sendo a oralidade a fonte privilegiada para compreender suas práticas jurídicas, sociais, culturais, etc.

A história oral tem evidenciado estarem “a pesquisa empírica de campo e a reflexão teórico-metodológica [...] indissociavelmente interligadas, sempre resultado de uma elaboração : em resumo, que a história é sempre construção” (AMADO & FERREIRA, 1996, p.XI).

Portanto, a história oral, quando conjugada a um entendimento do fenômeno jurídico enquanto realidade complexa (componentes econômicos, políticos, culturais, normativos, sociais), contraditória, e plural, pode trazer novas alternativas de abordagem à historiografia e à sociologia jurídica. Como afirma Paul Thompson (1992, p.22), “a história oral não é necessariamente um instrumento de mudança”, isso dependerá de quem serão os sujeitos entrevistados e a respeito de que serão ouvidos. Há, contudo, sujeitos históricos marginalizados cujas vivências e práticas sociais somente podem ser compreendidas pelo testemunho oral.

História oral: alternativa às fontes oficiais

O mero uso da evidência oral como fonte auxiliar a outras fontes escritas não caracteriza a produção de um trabalho de história oral. É comum, não só entre os historiadores, mas também entre os sociólogos e antropólogos, o uso de fontes orais juntamente com outras fontes escritas (THOMPSON, 1992, p.104). Esse uso conjugado das fontes pode revelar não só uma certa desconfiança em relação ao testemunho oral, mas também uma preocupação em alcançar uma maior amplitude da análise, à medida que as fontes escritas podem fornecer versões oficiais que não seriam obtidas através das entrevistas. Porém, ao negarmos o uso da evidência oral como suficiente para caracterizar uma

produção de história oral, estamos enfatizando a simples constatação de que outras áreas de estudo, como a Sociologia e a Antropologia, também usam das fontes orais com objetivos diferentes. Enquanto os historiadores objetivam produzir documentos sobre a história do tempo presente que permitam evidenciar uma relação entre as representações dos sujeitos históricos e as determinações e recíprocas relações de dependência que os envolvem no agir social, os sociólogos, por exemplo, tomam o relato como um "testemunho", "a versão de um indivíduo integrante de uma coletividade", essencial para compreender as relações sociais em que está inserido o indivíduo (JANOTTI, 1996, p.57).

Vários historiadores apontam a ambigüidade de se usar o adjetivo "oral" para o termo "história" e não para as fontes – "estas sim orais". Janaina Amado e Marieta de Moraes Ferreira (1996, p.xii, nota 06) afirmam que

as incipientes pesquisas históricas com fontes orais eram alvo de críticas ácidas do mundo acadêmico, que se recusava a considerá-las objetos dignos de atenção e, principalmente, a conceder-lhes *status* institucional. No embate que se seguiu pela demarcação e aceitação do novo campo de estudos, o adjetivo 'oral', colocado ao substantivo 'história', foi sendo divulgado e reforçado pelos próprios praticantes da nova metodologia, desejosos de realçar-lhe a singularidade diferenciando-a das outras metodologias em uso, ao mesmo tempo em que lhe afirmavam o caráter histórico.

Depreende-se dessas considerações uma outra questão importante a ser observada entre os estudiosos da história oral; como resta claro, para as autoras referidas seria a história oral uma metodologia a ordenar e estabelecer os vários tipos de entrevistas a serem realizadas, as implicações de cada uma dessas modalidades, os procedimentos de transcrição dos depoimentos (promover ou não alterações, por exemplo, da sintaxe do entrevistado de modo a ajustá-la à norma gramatical padrão), as vantagens e desvantagens das fontes orais, a relação do historiador com seus entrevistados e a importância das variações dessa relação nos resultados a serem obtidos pela pesquisa, o possível uso de fontes escritas conjugado às fontes orais, a questão da veracidade da evidência oral (os "esquecimentos", as alienações e influências ideológicas, etc.). Enfim, todas essas seriam indagações pertinentes à metodologia denominada história oral, enquadrada no campo maior da história do tempo presente – não mais preocupada com a mera narrativa dos fatos e grandes personagens, afeta à história tradicional, mas questionadora das transformações sociais, econômicas, políticas, operadas nos mais distintos processos históricos, ensejando uma

produção historiográfica em que os sujeitos históricos marginalizados, as pessoas comuns, não passem despercebidos.

Entendida como uma metodologia, a história oral não tem a autonomia teórica de uma disciplina, tem o poder de

suscitar, jamais de solucionar questões [...] As soluções e explicações devem ser buscadas onde sempre estiveram: na boa e antiga teoria da história. [...] Apenas a teoria da história é capaz de fazê-lo [compreender os tipos de comportamento descritos], pois se dedica, entre outros assuntos, a pensar os *conceitos* de história e memória, assim como as complexas relações entre ambos (AMADO & FERREIRA, 1996, p. XII A XVI, *passim*).

A não-autonomia teórica da história oral e sua conseqüente compreensão enquanto metodologia não é isenta de questionamentos; o método não se faz apartado de uma ou várias teorias, não podendo ser compreendido senão em relação a estas. A história oral, se entendida enquanto metodologia, implica no reconhecimento de ter ela se norteado por uma construção teórica, sendo tanto o método quanto o referencial teórico retificáveis, parciais e provisórios. Daí ser uma postura metafísica (compreender desvinculadamente) afirmar que a história oral pode "apenas questionar", encontrando-se as respostas para tais questionamentos na teoria da história. Um entendimento dialético nos possibilitaria apreender que os questionamentos já contêm partes de suas respostas e estas só são construídas em relação àqueles, sendo empobrecedora uma concepção que estabelecesse – à moda da relação *enunciador-enunciário* – espaços estanques para questionamentos e respostas.

Outra corrente de estudiosos vê na história oral uma mera técnica de pesquisa, a aplicação de um procedimento para a obtenção de um resultado, não chegando sequer a constituir uma tecnologia – a teoria de uma técnica ou conjunto de técnicas –, nem uma metodologia. Essa postura pode ser bem sintetizada pelas afirmações de um de seus propaladores, William Roger¹, citado por Janaina Amado e Marieta Ferreira (1996, p.xii e xiii):

A chamada 'história oral' não passa de um conjunto de procedimentos técnicos para a utilização do gravador em pesquisa e para posterior conservação das fitas. Querer mais que isso é ingressar no terreno da mais pura fantasia. A história oral não possui os fundamentos filosóficos da teoria, nem os procedimentos que [...] possam ser qualificados como metodológicos. Ela é fruto do cruzamento da tecnologia do século XX com a eterna curiosidade do ser humano.

¹ Notes on oral history. *Internacional Journal of Oral History*, 7 (1): 23-8, feb. 1986.

Uma tal compreensão da história oral – atualmente bastante minoritária – não só nega sua autonomia teórica para ser uma disciplina, como nega seu potencial caráter metodológico. A técnica do gravador não sintetiza, de modo algum, a amplitude da história oral; nem mesmo a esta individualiza na medida em que outras várias áreas de estudo (Sociologia, Antropologia, Psicologia, etc.) usam de tal técnica, embora com procedimentos e objetivos distintos. Pode-se afirmar, no máximo, que o empreendimento da técnica do gravador seja um dos aspectos constituintes da história oral; um aspecto importante, certamente (pois é o meio de coleta das evidências orais), mas insuficiente para resumir todos os outros.

Há uma terceira plêiade de estudiosos que atribuem o *status* de uma teoria, uma disciplina autônoma, à história oral; asseveram tais autores ter esta inaugurado um conjunto de técnicas específicas de pesquisa, a elaboração de conceitos e métodos próprios. Entender a história oral desvinculada da teoria seria, para tais autores, o mesmo que conceber qualquer tipo de história como um conjunto de técnicas. A história oral contribui, então, para evitar a rígida separação entre sujeito e objeto, pela relação historiador/entrevistado; ao tomar o ponto de vista individual do entrevistado, atinge outros elementos e perspectivas – subjetividade, emoções, cotidiano – nem sempre atingidos por outras disciplinas históricas; possibilita novas formas de narrativa histórica; além de ser a abordagem privilegiada para

esclarecer trajetórias individuais, eventos ou processos que às vezes não têm como ser entendidos ou elucidados de outra forma: são depoimentos de analfabetos, rebeldes, mulheres, crianças, miseráveis, prisioneiros, loucos... São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas (AMADO & FERREIRA, p.XIV).

Embora tenha maiores adeptos, o grupo de estudiosos que postula ser a história oral uma metodologia, as outras posturas são importantes para que conheçamos as várias faces do fenômeno e possamos melhor defini-lo. Interessante observar, como o faz Maria de Lourdes Janotti (1996, p.60) que a história oral “rompe com os silêncios provenientes do cotidiano”, trazendo à tona os sujeitos e práticas que passam ao largo da história oficial; e, ao fazê-lo, contribui para uma melhor compreensão da narrativa dos personagens e acontecimentos oficiais, na medida em que evidencia uma pluralidade de vozes e as distorções de suas visões sociais de mundo. Além disso, a história oral escancara a interessante relação entre o presente e o passado pela presentificação do que é lembrado, bem como a possível consciência do

entrevistado de que seu relato é uma produção para a posteridade, ocasião em que se fala para um futuro incerto sobre um passado tomado presente. É nesse ponto das considerações que torna possível uma consideração de que também as fontes orais podem apresentar esquecimentos intencionais, ou seja, assim como os personagens da história oficial selecionam o conteúdo do documento escrito, também poderão fazê-lo os personagens da evidência oral. A construção da história oral não se deu, obviamente, sem contestações à história oficial, como pode ser visto no posicionamento de Paul Thompson, segundo quem a “evidência oral [...] contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também *mais verdadeira*” (THOMPSON, 1992, p.137). Argumentos como este, longe de evidenciarem a pluralidade ensejada pela história oral, acabam por não considerar que também na história oral há ideologias e, conseqüentemente, seleção do conteúdo das fontes.

Trabalhar com história oral não é apenas sobrepor depoimentos sem um questionamento do conteúdo destes através de uma comunicação com o referencial teórico adotado, mas inquirir sobre a produção de tais fontes e os vários problemas delas decorrentes (AMADO & FERREIRA, 1996, p.XI). A concepção da fase da coleta das evidências orais como uma atividade meramente mecânica (em que se usa a técnica do gravador), aparentemente desvinculada do processo de elaboração e redação, rompe com o caráter da pesquisa enquanto processo e converte a história oral uma mera técnica.

Mais que discutir se a história oral é uma técnica, método, ou teoria, interessa-nos afirmar a importância dos estudos dessa área em uma sociedade em que “a documentação escrita, ainda que por certo presente, é muito menos rica do que a de sociedades que se tomaram letradas mais cedo, enquanto o material de fontes orais é abundante” (THOMPSON, 1992, p.120). Uma reflexão crítica acerca da nossa formação social e histórica pode ser tecida a partir da história oral – visto que a escrita é ainda um privilégio dos estratos sociais favorecidos socioeconomicamente² –; a história dos grupos marginalizados somente seria conhecida, não fossem os estudos afetos à história oral, através da versão oficial, em suas raras referências a tais grupos. Contudo, não se pode omitir (não só nos trabalhos de história oral) a importante consideração do pesquisador/historiador enquanto agente, até porque a historicidade deste, suas ideologias e valores, estão presentes durante todo o processo de pesquisa e tornam-se especialmente evidentes quando da realização das entrevistas –

² Conforme o Censo 2000, 59,9% da população brasileira com mais de 10 anos de idade não concluiu o ensino fundamental; e, nessa mesma faixa etária, 31,4% das pessoas são analfabetas ou semi-analfabetas.

momento este em que fatores psicológicos, sociais e culturais podem influenciar decisivamente a produção da fonte oral.

Questão intrincada que se coloca é a de saber se o documento original é a fita gravada ou o transcrição (momento em que o texto falado converte-se em escrito). Obviamente, se considerarmos documento original a fita gravada, aumenta ainda mais a importância do pesquisador/agente na realização da entrevista, visto que a entonação, as pausas, o volume da voz, tudo isso será parte do documento. Porém, como afirma Alice Beatriz Lang (1996, p.35-6), a mera utilização de fontes orais coletadas por um pesquisador em uma entrevista, mesmo que realizada em função de um projeto de pesquisa e de um critério de escolha dos entrevistados, não é suficiente para configurar um trabalho de história oral. Para a autora, "o fator distintivo da pesquisa de história oral está justamente na preocupação com a reflexão que acompanha todo o processo, levando a contínuas modificações." Entretanto, os defensores da transcrição como documento original – mesmo que haja reprodução literal do conteúdo gravado na fita, sem correção de sintaxe, "muletas psicológicas", etc. – não podem negar a evidente limitação do conteúdo, já que não mais podem ser ouvidas as vozes, suas intensidades, entonações e potenciais titubeios.

Depreende-se dessas considerações que a fita gravada – além do dispêndio econômico exigido para sua obtenção em grandes quantidades – é de difícil consulta e o seu manuseio constante pode provocar a deterioração e até mesmo a perda do seu conteúdo; a transcrição é, então, importante para facilitar a consulta, mas implica na perda dos elementos que podem ser percebidos auditivamente, além do que o pesquisador ao analisar o conteúdo das entrevistas, assumirá, em sua escrita, uma "voz" (que não será a mesma usada na entrevista) condutora da narrativa que poderá sufocar as vozes dos entrevistados. Como se vê, há argumentos favoráveis a ambas as posições dos estudiosos; implica reconhecer uma interdependência – se o meio privilegiado para a conservação da entrevista e para a percepção de uma maior variedade de elementos é a fita gravada, a transcrição (apesar de só se tornar possível devido à existência da fita) possibilita a facilidade de consulta e dá azo à preservação da gravação, embora reduza a leitura da entrevista a um público letrado. Além disso, conforme pondera Paul Thompson (1992, p.25), as fontes não se resumem à oralidade ou à escrita, quando vai o historiador realizar as entrevistas, pode encontrar fontes de outra natureza, como as fotografias, que muito acrescentarão ao trabalho.

Pluralismo jurídico e história oral: uma proposta interdisciplinar

A proposta de um relação entre a história oral e o direito não é, para muitos estudiosos do fenômeno jurídico, algo factível. A pesquisa jurídica, de modo geral, em nosso país, privilegia os estudos bibliográficos, revelando uma exacerbada valorização da escrita. Exceto as raras exceções existentes, o máximo que se foge da utilização dos livros e códigos de leis como fontes é a pesquisa da jurisprudência (dos julgados dos tribunais) ou de autos processuais. Entre as exceções às quais nos referimos, encontra-se a pesquisa empírica em que a ampla maioria dos sujeitos pesquisados ou é formada por operadores do direito (advogados, promotores, delegados, juizes, serventuários, etc.), ou por professores das faculdades de direito, ou por alunos; as pessoas alheias ao "mundo jurídico" raramente são sujeitas de pesquisas jurídicas e, quando são, predomina a pesquisa através de questionários, com alternativas predeterminadas para que o sujeito pesquisado escolha uma alternativa. Como anteriormente ressaltamos, a pesquisa empírica, feita predominantemente sob a forma de questionários, é própria da Sociologia Jurídica, não sendo comum, embora possível e desejável, nas áreas técnicas específicas do estudo jurídico.

Porém, mesmo na pesquisa jurídica empírica, o apego às fontes escritas é bastante evidente, como pode ser confirmado da divisão que Renato Treves (1980, p.81) faz dos documentos que podem ser objeto de análise do sociólogo do direito – documentos jurídicos (leis, sentenças, laudos arbitrais, testamentos, contratos, relatórios da burocracia jurídica, jomais de ordens profissionais, etc.) e não-jurídicos (documentos literários, *históricos*, econômicos, etc., em cujo contexto seja possível encontrar uma mensagem jurídica). Essa divisão, além de questionável, revela o apego às fontes escritas, sendo incomum o uso de tão-somente evidências orais na pesquisa jurídica. No caso do uso de questionários, Treves traz à tona a questão da especialidade da linguagem jurídica, ressaltando que o pesquisador não pode dispor de uma "específica preparação jurídica", devendo "usar a linguagem dos juristas nos casos em que é necessário e deve saber traduzir a linguagem dos juristas na linguagem comum nos casos em que é, antes, necessário o oposto" (TREVES, 1980, p.87). Em uma tal perspectiva, conta-se com o "bom senso" do pesquisador quando é necessário optar por uma alternativa ou outra, não sendo raro que os sujeitos pesquisados acabem por responder a perguntas não entendidas; a

linguagem técnica jurídico-estatal é hoje uma linguagem ultra-especializada cujas relações com a linguagem comum são tensas e complexas [...] não está muito longe da aplicação da lógica matemática ao direito, a Jurimétrica; [...] uma linguagem estranha para exprimir um fenômeno social tão universal como é o direito (SANTOS, 1988, p.35-6).

À parte o importante problema da linguagem jurídica, pode ser observado das ponderações de Renato Treves que o predomínio das fontes escritas na pesquisa jurídica tem, antes de tudo, uma fundamentação ideológica – como o sistema jurídico brasileiro é um sistema de direito escrito, só será direito o direito oficial. Como se vê, a postura do autor ante a pesquisa jurídica revela sua concepção monista do fenômeno jurídico, entendendo o Estado como a única fonte de direito. Porém, as perspectivas críticas do direito reconhecem não ser o Estado a única fonte de direito – Boaventura de Sousa Santos (1980, p.109) defende a existência de um pluralismo jurídico, fenômeno observado “sempre que no mesmo espaço geofísico vigoram (oficialmente ou não) mais de uma ordem jurídica. Esta pluralidade normativa pode ter uma fundamentação econômica, rática, profissional ou outra; pode corresponder a uma espécie de ruptura social [...] ou ainda resultar [...] da conformação específica do conflito de classes numa área da reprodução social...”

Uma concepção pluralista diante do fenômeno jurídico implica em reconhecer que a omissão do Estado em garantir os direitos humanos fundamentais levou comunidades marginalizadas a criarem ordens jurídicas paralelas à ordem jurídica estatal – existindo em conflito com esta e desta sendo em alguns pontos dependente –, pautando-se tais ordens jurídicas não-oficiais pelo consenso e por um direcionamento ético mínimo para a vivência social (essas situações de pluralismo jurídico podem ser observadas em várias comunidades na luta pelo direito à habitação, à terra, etc.).

E quais as relações dessa concepção do pluralismo jurídico com o uso da história oral pela pesquisa jurídica? Obviamente, ao admitir o pluralismo jurídico e a conseqüente existência de ordens jurídicas (não escritas) à margem do direito oficial, admite-se um campo vasto de oralidade, passível de ser objeto da pesquisa jurídica. Note-se que há uma explícita identificação entre a preocupação do pluralismo jurídico (situação em que ordens jurídicas não oficiais nascem devido à inércia do Estado em efetivar os direitos legislados) e a história oral (que valorizando as fontes orais possibilita a construção de uma história das camadas marginalizadas; excluídas, dentre outros direitos, do direito à educação).

Como observa Boaventura de S. Santos (1988, p.108-109), o declínio da oralidade na área jurídica pode ser observado em uma época bastante precisa:

A degradação da oralidade jurídica só tem verdadeiramente lugar no séc. XIX e é só então que se impõe a lógica e a economia da escrita jurídica como factores estruturantes dominantes da prática e do discurso jurídicos. Os marcos mais significativos desse processo são os seguintes: o grande movimento da

codificação posterior à revolução francesa; a emergência de uma ciência jurídica capaz de proporcionar à prática jurídica uma consciência teórico-abstrata e um suporte técnico; a aplicação dos princípios e critérios da administração burocrática à administração da justiça; a tendência para a profissionalização plena da profissão jurídica decorrente da aceleração da divisão social e técnica do trabalho jurídico e, portanto, da expansão e diversificação interna das profissões jurídicas; a reforma do ensino jurídico [...] um ensino centrado na técnica jurídica e na aprendizagem do domínio técnico dos códigos com a negligência activa dos demais objectivos possíveis, quer dos objectivos mais amplos ligados à formação política, filosófica e social, quer dos objectivos mais empíricos e ‘comezinhos’ da preparação para a prática (em boa medida oral) dos tribunais.

A presença da oralidade na área jurídica diminuiu proporcionalmente ao crescimento da institucionalização do direito estatal. O aperfeiçoamento técnico fez-se no sentido de diminuir ao máximo as manifestações orais nos atos judiciais, sendo o processo penal a área jurídica em que se observa mais significativamente a oralidade. As manifestações orais, previstas no processo judicial, são todas parte de um discurso institucionalizado, com fórmulas preestabelecidas, previamente internalizadas pelos práticos do fórum. O ensino jurídico, como ressaltado por Santos, cuida de tornar o estudante de direito um “bom” reprodutor da técnica dos códigos, moldando um discurso de lugares comuns jurídicos para as eventuais manifestações orais nos atos processuais. Ante tudo isso, parece ilusório falar de um possível uso da metodologia da história oral pela pesquisa jurídica se a regra nos diz que os estudantes de direito, mesmo quando pesquisam, não saem da moldura do código, sendo a pesquisa, conseqüentemente, bibliográfica em sua maioria. Mas, como afirmamos, há posturas críticas em relação a esse “direito da reprodução”, dentre as quais mencionamos o pluralismo jurídico; tais concepções caracterizam-se por serem saberes interdisciplinares, diálogos com outras áreas não são apenas necessários, mas possibilitam um crescimento mútuo.

Ao contrário das pesquisas que têm sido feitas por intermédio de questionários, a metodologia da história oral possibilita ouvir as pessoas sem que se parta de perguntas e respostas previamente elaboradas. A entrevista pode ser realizada de forma não-estruturada, quando o pesquisador fica inteiramente livre para perguntar sobre o que quiser; de forma focada, quando também tem o pesquisador liberdade para questionar sobre qualquer ponto, ficando, no entanto, circunscrito a um tema ou hipóteses de trabalho previamente elaboradas; e de forma estruturada, ocasião em que todos os questionamentos são previamente estabelecidos. Cumpre ressaltar que este último caso pouco

diferencia da técnica dos questionários, há uma cerceamento dos pontos sobre os quais se deseja ouvir o sujeito pesquisado. A primeira forma de entrevista, a não-estruturada, tem o inconveniente da extensão da entrevista que se prolonga na medida da dispersão do entrevistado por pontos sobre os quais não intentava o pesquisador ouvi-lo, mas certamente poderá produzir grande quantidade de elementos não só relativos ao cotidiano do entrevistado, mas apontando para a dinâmica social em que se encontra inserido.

Na reflexão a ser tecida acerca das evidências orais coletadas nas entrevistas, a identidade entre a condição de sujeitos marginalizados – seja pela inexistência de fontes escritas sobre suas práticas sociais, seja pela omissão de direitos humanos fundamentais – e o predomínio da oralidade permitem o desenvolvimento de uma inter-relação *pluralismo jurídico/história oral* no decorrer de todo o processo de pesquisa; restando claro não ser essa uma interdisciplinaridade apenas formal, mas que mantém “presente a crítica e o conteúdo problematizado” (WOLKMER, 1999, p.17). Assim, o uso da metodologia da história oral pela pesquisa jurídica – embora não esteja restrito às camadas mais desfavorecidas socioeconomicamente, podendo ser empregado para estudar os mais diversos grupos humanos – quando identificada esta a posturas críticas (como o pluralismo jurídico) em relação ao direito estatal e sua ênfase na regulação, pode propiciar um outro sentido à *práxis* jurídica – a emancipação.

Podemos afirmar, ao final, não perfilharmos do entendimento de que o uso da metodologia da história oral implique no uso de fontes apenas orais; caso haja a possibilidade de analisar outras fontes (seja documento escrito, fotografia, etc.) tanto mais rica será a pesquisa, na medida em que haverá uma pluralidade de posições, oficiais e não-oficiais, a ensejar uma problematização maior das próprias fontes de pesquisa.

- *ABSTRACT: The possibilite of an inter-relation of Law and Oral History with the kooption of law's research metology by history, is the subject of the discussion to be conceived in this article. Besides the interdisciplinary character Oral History enables law reasearch beyond the analysis of oral sources the study of excluded historical subjects, put aside of elementary human rights.*
- *KEY WORDS: Oral History; Law; law research; law pluralism; interdisciplinarity*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp.VII a XXV.
- JANOTTI, Maria de Lourdes M. Refletindo sobre história oral: procedimentos e possibilidades. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996, pp. 56-61.
- LANG, Alice Beatriz da S. G. História oral: muitas dúvidas, poucas certezas e uma proposta. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996, pp. 33-47.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica*. Porto Alegre: Fabris, 1988.
- _____. Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada. In: SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim. *Sociologia e direito: leituras básicas de sociologia jurídica*. São Paulo: Pioneira, 1980, pp.109-117.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. (Trad. Lólio L. de Oliveira). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992
- TREVES, Renato. Métodos de pesquisa empírica. In: SOUTO, Cláudio; FALCÃO, Joaquim. *Sociologia e direito: leituras básicas de sociologia jurídica*. São Paulo: Pioneira, 1980, pp.79-90.
- WOLKMER, Antônio Carlos. *História do direito no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- _____. *Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1994.

RESENHAS

FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria de (org). *O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001, 303p.

Cesar Agenor Fernandes da SILVA*

No dia 15 de março de 1900, no Recife-PE, nasceu Gilberto Freyre, escritor, antropólogo, sociólogo e historiador social que marcou profundamente a história da inteligência brasileira no século passado. Intelectual com vasta produção bibliográfica (75 livros editados no Brasil)¹ e participação ativa na vida política do país – vale lembrar, a título de exemplo a sua atuação na elaboração da Constituição de 1946 na qualidade de Deputado Federal eleito pela UDN, União Democrática Nacional, e o apoio ao golpe militar de 1964 –, Freyre sempre foi reconhecido e vinculado ao seu ensaio de “estréia” sobre a formação da sociedade brasileira: *Casa-Grande & Senzala*, que veio a público em 1933. Reconhecidamente clássico, desde sua publicação, o livro gerou debates e polêmicas que atravessaram o século XX e continuam suscitando reflexões no século XXI.

Na comemoração do centenário do nascimento de Gilberto Freyre foi realizado entre os dias 14 e 17 de agosto de 2000, na *Academia Brasileira de Letras* (14/8), na *UniverCidade* (15/8), no jornal *Folha de São Paulo* (16/8) e na Universidade de São Paulo – *USPoficina* (17/8), o seminário *Gilberto Freyre, patrimônio brasileiro*, que contou com a participação de vários estudiosos da área de ciências humanas e sociais, entre os quais podemos citar *Evaldo Cabral de Melo, Nicolau Sevcenko, Peter Burke, Gabriel Cohn e Stuart Schwartz*. Os debates principais do evento em torno de Freyre e suas obras foram transformados e organizados no livro *O Imperador das Idéias*, publicado em janeiro de 2001. Porém, devemos dizer que uma prévia das principais questões levantadas no seminário foram publicadas no *Caderno Mais* (Céu & Inferno de Gilberto Freyre), do jornal *Folha de São Paulo*, em 12 de março de 2000.

* Graduando do Curso de História da Unesp campus de Franca. Sob orientação do Prof. Dr. Jean Marcel Carvalho França. Bolsista: FAPESP e aluno colaborador do PET História.

¹ Dados levantados na Fundação Gilberto Freyre por meio do site www.fgf.org.br. Entre os 75 livros publicados no Brasil estão incluídos 4 livros editados postumamente.

O *Imperador das Idéias* é organizado em duas partes; a primeira, *Ensaio das Abordagens*, consta de cinco textos escritos por historiadores (Evaldo Cabral de Melo, Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, Nicolau Sevcenko, Peter Burke, Pedro Puntoni e Stuart Schwartz) e um literato (Antonio Dimas), totalizando seis textos. A segunda parte, *Gilberto Freyre e São Paulo*, é composta por oito textos produzidos por estudiosos de diversas áreas das humanidades (Edson Nery da Fonseca, Joaquim Falcão, Carlos Guilherme Mota, João Cezar de Castro Rocha, Olavo de Carvalho, Gabriel Cohn e Hermano Vianna); há ainda, em forma de anexo, cartas escritas para Gilberto Freyre e artigos de e sobre o autor pernambucano; por fim um artigo de pesquisadores da UFMG tratando da estrutura e variações genéticas do brasileiro.

Ensaio das Abordagens consiste fundamentalmente em uma (re)leitura da obra gilbertofreyriana inspirada nas concepções historiográficas francesas dos *Annales*. O traço principal desta releitura foca o pioneirismo que Freyre, na década de 1930, traz com seu *Casa-Grande & Senzala* ao buscar nos diários, teses médicas, cozinha, arquitetura, etc., material para realizar uma reconstrução do passado com o objetivo de fundar uma identidade nacional pautada sobretudo na mestiçagem – na concepção de Freyre, a gênese do brasileiro.

Contudo, o seminário transformado no livro não abordou Gilberto Freyre de forma homogênea, mas de vários pontos de vista. O texto de Evaldo Cabral de Melo, por exemplo, coloca uma questão importante para se entender as discussões trazidas pelas novas abordagens da obra de Freyre. Para ele a redescoberta de Gilberto Freyre vem acontecendo via França, sendo resultado de uma empolgação da historiografia brasileira não com o pioneirismo de Freyre, mas sim com a história da vida privada de Philippe Ariès e George Duby, bem como, com a comemoração dos quinhentos anos do descobrimento do Brasil, comemoração que tem levado os intelectuais a se voltarem para a busca da chamada "identidade nacional" (p.18). Peter Burke, por outro lado, ressalta o pioneirismo da obra de Freyre no trato da cultura material, sobretudo da arquitetura. Burke já havia citado brevemente Freyre em seu livro *A escola dos Annales* (1997),² bem como em um artigo no qual abordou as "semelhanças" entre Freyre e a dita "nova história".³

² BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989)*. A revolução francesa da historiografia. Trad. Nilo Odália. São Paulo: Unesp, 1997, p.116.

³ BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. *Tempo Social*. São Paulo, v.9, n.2, p.1-12, out, 1997.

Cabral de Melo, em sua leitura de Freyre, ressalta a originalidade metodológica do autor ao aplicar à sociedade histórica brasileira uma perspectiva antropológica sincrônica, que serviu para resolver dois impasses, presentes nas reflexões dos intelectuais brasileiros da década de 1930, sobre a formação nacional: como adequar instituições políticas brasileiras à nova realidade e como superar os malefícios causados pela mestiçagem. Gilberto Freyre apresenta para resolução dos temas uma resposta aparentemente simples, que Cabral de Melo chama de "Ovo de Colombo" gilbertiano: a questão institucional é resolvida quando Freyre "desloca a análise sociológica do público para o privado", e a mestiçagem é resolvida quando a miscigenação deixa de ser uma hipoteca e passa a ser lucro (p.20).

As discussões acerca do método gilbertofreyriano trazem no seu bojo um debate a respeito da relação e diferenças entre história e antropologia, iniciado no texto de Cabral de Melo e retomada por Pallares-Burke. O que se constata aí é uma preponderância da antropologia sobre a história. Em *Casa-Grande & Senzala* a antropologia sincrônica, principal método de Freyre, é utilizada na reconstrução do passado histórico da sociedade brasileira, deixando em segundo plano a história tradicional dos grandes vultos e fatos. Tal procedimento, segundo Pallares-Burke, coloca Freyre num mesmo patamar de historiadores europeus de renome, como o francês *Le Roy Ladurie*, por exemplo.

A leitura mais atenta da primeira parte de *Imperador das Idéias*, em resumo, nos coloca de frente com as novas tendências da historiografia brasileira ou, ao menos, de frente com aquela parcela de estudos predominantes no cenário da escrita da história no país. Parcela que (re)visita o Brasil trazendo ao centro da discussão, agora reabilitado, Gilberto Freyre, um intelectual que, nos seus estudos, teve como principal objeto de análise a Cultura produzida e vivida nos trópicos.

A segunda parte do livro trata da relação entre *Gilberto Freyre e São Paulo*, especialmente da querela intelectual e, após 1964, política que opôs o pernambucano aos intelectuais paulistas da Universidade de São Paulo – intelectuais tais como Florestan Fernandes, Antonio Candido, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Carlos Guilherme Mota, cuja forma de interpretar o mundo lastreava-se no pensamento teórico-metodológico marxista. Joaquim Falcão – organizador do livro – define a disputa entre os "paulistas" e Freyre como uma luta pelo trono, pela melhor interpretação do Brasil, para saber quem tem a melhor resposta a pergunta: quem são os brasileiros? Uma competição teórica, segundo Falcão, que toma proporções políticas a partir de 1964, sendo que Freyre toma uma postura diametralmente oposta a dos intelectuais paulistas.

Freyre apóia o golpe e os militares abertamente. Os "paulistas" definiram a obra de Freyre como um mero ensaio impressionista.⁴

O texto de Carlos Guilherme Mota, "*Universidade brasileira e o pensamento de Gilberto Freyre*", aborda essencialmente as recepções da obra e das posições políticas de Gilberto Freyre pelos intelectuais da USP. Há de se notar que Mota, na construção de sua argumentação, busca nos ingleses Charles Boxer (intelectual reconhecidamente de direita) e Perry Anderson (historiador marxista) as bases para apontar as críticas internacionais à visão de Freyre sobre as relações entre senhores e escravos no período colonial, visto que a obra de Freyre foi acolhida muito bem pelos historiadores franceses dos *Annales*.⁵

No entanto, o que dá sustentação ao pensamento de Mota é a constante comparação/contraposição entre as visões de Gilberto Freyre e Florestan Fernandes no tocante à formação da sociedade brasileira, sobretudo aos projetos de Brasil que os estudos de um e de outro propunham. Freyre, segundo Mota, "escreve a saga dos estamentos pretéritos" e destaca "um gosto aristocrático pelo popular", em Florestan "abriga-se um filho da lupemburguesia urbana olhando a História de baixo para cima, descobrindo (...) os estamentos senhoriais, as classes e as castas..." (p.176), ou seja, Florestan intelectual da cidade de São Paulo, principal pólo do novo capitalismo no Brasil, olha o país pelos olhos da classe dominada e Freyre da cidade do Recife enxerga o Brasil de cima, da sacada do sobrado.

Interessante observarmos como Florestan Fernandes e Gilberto Freyre, na segunda parte do livro, são colocados como antagônicos, porém, praticamente inseparáveis. Talvez, por se tratarem de dois grandes intelectuais

⁴ As críticas mais duras a Freyre no pós 64 foram feitas por Carlos Guilherme Mota em seu livro *Ideologia da cultura brasileira*, no qual Freyre é colocado como criador de um sistema ideológico que, ao fim e ao cabo, pretendia legitimar o "capitalismo brasileiro" e seus sistemas de exclusão social. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1978.

⁵ Os prefácios das edições francesa (1952) e italiana (1965) de *Casa-Grande & Senzala* foram feitos respectivamente por Lucien Febvre e Fernand Braudel. Segundo Burke (1997), Braudel ficou impressionado com as considerações e análises apresentadas em "Casa-Grande" quando a obra foi publicada no Brasil em 1933, enquanto ainda era professor da USP. BURKE, Peter. op. cit. p.116. Os prefácios de Febvre e Braudel foram traduzidos e publicados na revista *Novos Estudos Cebrap*, n.56, 2000. As versões originais podem ser encontradas no site da Fundação Gilberto Freyre (Biblioteca Virtual Gilberto Freyre) www.prossiga.bvgf.org.br.

que tentaram dar uma interpretação para o Brasil, com o objetivo de resolver os problemas históricos que o país enfrentava – e continua a enfrentar.

Olavo de Carvalho, em seu texto *Gilberto Freyre na USP*, faz uma crítica descabida a Florestan Fernandes delegando seu rigor nas reflexões teórico-metodológicas a uma confusão ressentida: "Ele [Florestan] confundia rigor metodológico com carranca professoral marxista" (p.207). Carvalho desmerece o trabalho de Florestan, que provavelmente ele não leu, e exalta Gilberto Freyre, dizendo que a disputa entre Freyre e a USP "aconteceu apenas na imaginação uspiana, incapaz de distinguir entre um gênio universal [Freyre] e um funcionário público estadual [Florestan]." (p.207). O *sábio e o funcionário* texto de Gabriel Cohn, organizado no livro na seqüência, responde ao despautério de Carvalho. Cohn, argumenta que confundir o pensamento de Florestan e dos intelectuais próximos a eles com a totalidade do pensamento produzido na Universidade de São Paulo consiste em um erro crasso de leitura.⁶ A diferença entre as visões de Freyre e Florestan, em resumo, segundo Cohn, reside na visão estético-senhorial [Freyre] e na visão estético-plebéia [Florestan], que buscam na singularidade e nas permanências uma análise abrangente da sociedade. A arguição de Cohn termina da seguinte forma: "Isolados, cada qual vale pelo que soube fazer. Não é pouco, em ambos os casos. E certamente será muito mais se soubermos lê-los juntos, sem confundi-los mas também sem desqualificar um em nome do outro" (p.214).

O livro *Imperador das Idéias*, como se vê, congrega importantes discussões a respeito de Gilberto Freyre. Ressaltamos a necessidade de se fazer mais estudos sobre a obra e vida de Freyre, sobretudo seu papel enquanto personagem atuante na política brasileira, papel tão pouco estudado. Freyre certamente é um dos maiores e mais importantes intelectuais do país, tanto por sua obra e pela visão de trópico que vincula, a qual foi absorvida gradativamente pela sociedade brasileira, quanto pelo que representa como modelo do pensamento de uma parte da elite político-econômica do Brasil. Como afirma a primeira frase da introdução de *o Imperador das Idéias*: "Tal como o Brasil, Gilberto Freyre não é para principiantes".

⁶ O próprio Florestan Fernandes deixa bem claro quão heterogêneo é o pensamento na cidade universitária do Butantã em palestra, transformada em livro, proferida em comemoração dos 50 anos da USP. FERNANDES, Florestan. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAL

Informações gerais

A revista ENSAIOS DE HISTÓRIA publica trabalhos inéditos de alunos de Graduação de História, ou de áreas correlatas, na forma de artigos, revisões, comunicações, notas prévias, resenhas e traduções. Só serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicadas no Brasil nos dois últimos anos, e no exterior, nos últimos quatro.

Os trabalhos poderão ser redigidos em português ou outro idioma, e serem acompanhados de um *resumo* em português e outro em inglês (cada um com até 200 palavras), além de *palavras-chave* que se relacionem com o tema do artigo (até cinco, também em português e inglês).

Os originais são submetidos à apreciação do Conselho Consultivo. Os dados e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das referências bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

Preparação dos originais

Apresentação. Os trabalhos devem ser apresentados em uma via impressa acompanhada de disquete. Caso haja ilustrações, estas deverão vir em arquivo separado. Os textos devem ser escritos em Microsoft Word, letra 12, tipo Arial Narrow, espaço 1,5, e ter extensão entre 10 e 20 páginas.

Estrutura do trabalho. Pede-se que os trabalhos obedeçam à seguinte seqüência: Título; Autor(es) (por extenso e apenas o sobrenome em maiúscula); Filiação do(s) Autor(es) (indicar em nota de rodapé: Departamento, Instituto ou Faculdade, Universidade, País; agência financiadora). *Resumo* (com máximo de 200 palavras); *Palavras-chave* (até 5 palavras); *Texto*; *Agradecimentos*; *Título em Inglês*, *Abstract* e *Key Words*; *Referências Bibliográficas* (trabalhos citados no texto).

Referências bibliográficas. Devem ser dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor e seguir a NBR 6023 da ABNT. Exemplos:

Livros e outras monografias

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 16.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1979, 248p.

Capítulos de livros

VOVELLE, Michel. A História e a longa duração. In: LE GOFF, JACQUES (org.). *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 65-96.

Dissertações e Teses

CHIACHIRI FILHO, J. *Do sertão do rio Pardo à vila Franca do Imperador*. Franca, 1973. 244p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca.

Artigos de periódicos

MESGRAVIS, Laima. A produção histórica sobre São Paulo de 1960 a 1995. *Estudos de História*, Franca, v. 4, n. 2, 1997, p.93-107.

Trabalhos de congresso ou similar (publicado)

CARRATO, J. F. Um centro de documentação histórica e social, matriz da fonte histórica. In: SEMANA DA HISTÓRIA, 1, junho de 1979, Franca. *Memória...* Franca: Instituto de História e Serviço Social.

Citação no texto. O autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome separado por vírgula da data de publicação (BARBOSA, 1980). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data entre parênteses: "Morais (1965) assinala...". Quando for necessário especificar página(s), esta(s) deverão seguir a data, separada(s) por vírgula e precedida(s) de p. (MUNFORT, 1949, p.513). As citações de diversas obras do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (PESIDE, 1927a) (PESIDE, 1927b). Quando a obra tiver dois autores, ambos são indicados, ligados por & (OLIVEIRA & LEONARDO, 1943) e quando tiver três ou mais, indica-se o primeiro seguido de et al. (GILLE et al., 1960).

Notas. Devem ser reduzidas ao mínimo e colocadas no pé da página. As remissões para o rodapé devem ser feitas por números, na entrelinha superior.

SOBRE O VOLUME

Formato: 16 x 21 cm
Mancha: 27 x 45 paucas
Tipologia: Arial Narrow
Papel: Ofsete 75 g/m² (miolo)
Couchê: 60 g/m² (capa)
Matriz: eletrostática
Tiragem: 200

Equipe de Realização

Diagramação e Revisão

Amanda da Silva Marin, Camila Condilo, Cesar Agenor Fernandes da Silva,
Lucas Miranda Pinheiro, Maicon Vinicius da Silva Carrijo, Marina Novaes Senne,
Moisés Antiquiera, Paulo Roberto de Oliveira, Rodrigo Mateus Silva

Assessoria Técnica
Aparecida Fátima Vieira Guiraldelli

Montagem
Cláudio Riguetti

Produção Gráfica
Alcione Moraes de Oliveira
Luís Carlos Mendonça
Valter Mendes da Silva